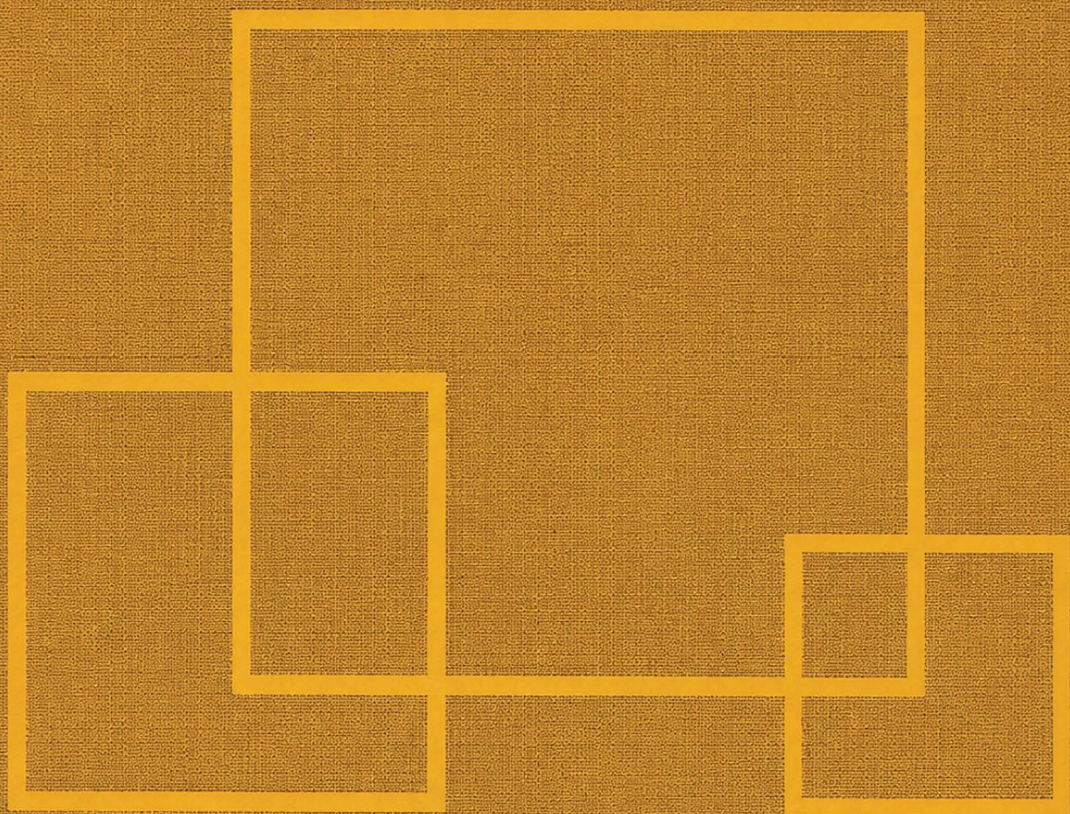




literatura econômica

ipea - Instituto de Planejamento Econômico e Social

volume 6 — número 4

outubro — 1984

literatura econômica

ISSN 0100-655X

revista quadrimestral de

ipea

— Instituto de Planejamento
Econômico e Social

DIRETORES RESPONSÁVEIS

José Flávio Fátima
Presidente do IPEA

Michal Gierlikowski
Superintendente do INPES

José Augusto Arantes Savasini
Superintendente do IPLAN

CORPO EDITORIAL

Claudio Monteiro Considera
Editor

Fernanda Machado Pinto
Editora Executiva

Alice Martins de Carvalho
Antonio de Lima Brito
Gilberto V. de Carvalho
Editores-Assistentes

COORDENAÇÃO EDITORIAL

Acicles F. Vilar de Queiroz
Ojalma Gomes

A assinatura de LITERATURA ECONÔMICA é gratuita e inclui, além dos números regulares, publicados em fevereiro, junho e outubro, o suplemento bimestral SUMÁRIOS DE PERÍODICOS e o ÍNDICE BIENAL, bem como eventuais edições suplementares. Pedidos de números atrasados serão atendidos de acordo com a disponibilidade do estoque.

Os artigos assinados são de exclusiva responsabilidade dos autores, é permitida a reprodução das matérias divulgadas, desde que seja citada a fonte.

Os manuscritos devem ser apresentados em duas cópias, datilografadas em espaço duplo, com o máximo de 50 páginas. Todas as citações bibliográficas no texto, em notas de pé de página ou no final das matérias, deverão seguir à risca as normas da ABNT.

Toda correspondência, manuscritos e doações de publicações devem ser endereçadas a

LITERATURA ECONÔMICA — EDITORIA

Av. Pres. Antônio Carlos, 51 — 15.º andar
Caixa Postal 2672
20120 — Rio de Janeiro — RJ

O INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL — IPEA, Fundação vinculada à Secretaria de Planejamento da Presidência da República, tem por atribuições principais:

I — auxiliar a Secretaria de Planejamento na elaboração dos programas globais de governo e na coordenação do sistema nacional de planejamento;

II — auxiliar a Secretaria de Planejamento na articulação entre a programação do governo e os orçamentos anuais e plurianuais;

III — promover atividades de pesquisa aplicada nas áreas econômica e social;

IV — promover atividades de treinamento para o planejamento e a pesquisa aplicada.

O IPEA compreende um Instituto de Pesquisas (INPES), um Instituto de Planejamento (IPLAN), um Instituto de Programação e Orçamento (INOR) e o Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico (CENDEC). Fazem parte do PLAN três Coordenadoras: Planejamento Geral, Setorial e Regional, além do Centro Nacional de Recursos Humanos.

literatura econômica

volume 6

outubro 1984

número 4

Sumário

ARTIGOS

Dudley Seers e os Problemas do Ensino de Economia: Uma Nota Introdutória ao Artigo "As Limitações do Caso Especial"	Flávio R. Versiani	531
As Limitações do Caso Especial	Dudley Seers	545
A Economia e sua Crise de Identidade	Ana Maria Bianchi	577

COMUNICAÇÕES

Prêmio Nobel de Economia — 1982: George Stigler		
Apresentação		
	Octávio Tourinho	593
Bibliografia até 1983		601
Contribuições de Eugênio Gudin ao Pensamento Econômico Brasileiro		
Apresentação		
	Marcelo de Paiva Abreu	625
Bibliografia Seleccionada		634
Notas Médias nos Concursos da ANPEC, Classificadas por Local de Provas e por "Primeira Opção" — 1977/81		
	Antônio Aguirre	645

LIVROS

Relação Classificada	665
Resumos Informativos	680

PUBLICAÇÕES ESPECIAIS

Publicações Seriadas	701
Estudos e Pesquisas	713
Referência	718

PESQUISAS ECONÔMICAS

Índices das Pesquisas Concluídas e em Andamento, por Assunto	723
--	-----

Publicado por

IDEA — Instituto de Planejamento Econômico e Social
INSTITUTO DE PESQUISAS — INPES

Rio de Janeiro

Lit. econ., 6(4):529-762, 1984.

Dudley Seers e os Problemas do Ensino de Economia: Uma Nota Introdutória ao Artigo “As Limitações do Caso Especial”

FLÁVIO R. VERSIANI *

1 – INTRODUÇÃO

A publicação em *Literatura Econômica* do ensaio de Dudley Seers sobre “As limitações do caso especial”, duas décadas depois de seu aparecimento original, faz-se em época bastante oportuna.¹ Isto porque duas questões centrais nele tratadas — a relevância e o realismo das hipóteses da teoria econômica convencional com respeito a economias não-industrializadas e os problemas do ensino de Economia em tais países — estão atualmente na ordem do dia entre nós. No que toca ao ensino, a reforma do currículo mínimo do curso de graduação em Economia, que entrará em vigor no ano de 1985, tem dado oportunidade, em muitas escolas, à discussão das questões levantadas por Seers. De outra parte, o debate em torno do receituário de política econômica que vem sendo aplicado ao País nos últimos anos, sob o *diktat* do FMI, está em boa medida centrado na questão da duvidosa transposição, para o nosso caso, de pressupostos derivados do “caso especial”.²

O artigo de Seers suscitou discussão e controvérsia desde sua publicação em 1963 (o que foi com certeza facilitado pelo seu tom polêmico).

* Da Universidade de Brasília.

¹ O artigo tem circulado em faculdades brasileiras, em forma mimeografada, desde a década de 60.

² A publicação do artigo tem também o sentido de uma homenagem a seu autor, falecido no ano passado. Nascido em Londres em 1920, Dudley Seers foi um dos precursores da Economia do Desenvolvimento e teve grande ligação com a América Latina. Trabalhou por vários anos na CEPAL e publicou diversos trabalhos sobre a região, incluindo um livro sobre a economia de Cuba após a Revolução. Dos membros mais destacados do grupo de economistas da área de Desenvolvimento Econômico reunido na Universidade de Sussex, Inglaterra, foi Diretor do Institute of Development Studies, dessa Universidade, de 1967 a 1973.

No ano seguinte ao de seu aparecimento, por exemplo, realizou-se uma conferência na Universidade de Manchester, reunindo alguns dos economistas mais destacados da época, com o propósito específico de debater as questões nele levantadas.³

O texto de Seers foi motivado por sua "impaciência diante da Economia anglo-saxônica tradicional, depois de haver trabalhado por vários anos na América Latina".⁴ Surpreendia-lhe especialmente a facilidade com que economistas norte-americanos e europeus se dispunham a dispensar sentenciosamente diagnósticos e receitas, mal chegados à "periferia", e com um mínimo de conhecimento sobre os aspectos específicos das economias locais.

Seers teve boa oportunidade de observar tal tipo de atitude por ocasião da Conferência sobre Inflação e Crescimento realizada no Rio de Janeiro em janeiro de 1968:

"Uma boa parte dos economistas mais eminentes do mundo esteve presente, mas uma boa parcela destes últimos jamais tinha antes posto os pés na América Latina; nem, pelo visto, lido qualquer revista técnica latino-americana. Mas isso não os impedia de fazer grandes generalizações sobre o que devia ser feito na região com afirmativas do tipo: 'O que é necessário é um tratamento de choque'. Falavam, muitas vezes, como se pudesse ser possível adotar as mesmas medidas de política econômica em cada uma das vinte repúblicas latino-americanas. (Mesmo de psiquiatras se espera que façam um diagnóstico detalhado, caso a caso, antes de prescreverem tratamentos de choque.) Por exemplo: o modelo implicitamente usado por vários conferencistas, como Sir Arthur Lewis, levava em conta a pressão exercida por sindicatos de trabalhadores; no entanto, só em alguns poucos países latino-americanos os sindicatos têm força efetiva."⁵

O artigo se desenvolve ao redor de três temas: a) a inadequação da teoria econômica ortodoxa para o entendimento dos problemas econômicos de países subdesenvolvidos; b) a conseqüente necessidade de reformular o ensino de Economia nesses países; e c) a iminência de um redirecionamento da teoria econômica, na área dos estudos de Desenvolvimento Eco-

³ Ver Martin e Knapp, eds. (1967). Entre outros, participaram da conferência Joan Robinson, R. F. Kahn, N. Kaldor, T. Balogh, Ian Little, Edith Penrose, Everett Hagen, Alec Nove, Phyllis Deane, Paul Streeten e Hla Myint, além do próprio Seers.

⁴ Ver Martin e Knapp, eds. (1967, p. 136).

⁵ *Ibid.* (nossa tradução).

nômico, passando o “caso geral” dos países não-industrializados a ocupar uma posição central nos modelos teóricos. Examinemos esses três pontos mais de perto.

2 — UMA REVOLUÇÃO EM PERSPECTIVA?

Começando pelo último ponto: parecia a Seers haver, na época, sinais de uma revolução teórica emergente em Economia. O corpo de doutrina estabelecido revelara-se incapaz de “explicar o que precisa ser explicado” e impotente para fornecer aos governos os subsídios mais essenciais para a formulação de políticas econômicas. “O que tem que ser explicado é a razão por que diferentes economias crescem a taxas diferentes”; correspondentemente, a questão fundamental de política econômica seria como estimular o crescimento.⁶

Fazendo uma analogia com o aparecimento do princípio da demanda efetiva em macroeconomia, desde as idéias subconsumistas de Hobson, passando pelo artigo de Kahn, de junho de 1931, e chegando a Keynes, Seers afirmava que se estava então ao redor do final da “fase Hobson” de uma nova economia do “caso geral”, que surgiria a partir da Economia do Desenvolvimento.

Essa visão, que nos parece hoje utópica ao extremo, não era, no entanto, muito deslocada no início dos anos 60. A década anterior presenciara uma grande expansão da área de Desenvolvimento Econômico. A descolonização e o acirramento da Guerra Fria haviam posto em relevo a importância da questão do desenvolvimento das economias periféricas nos centros acadêmicos norte-americanos e europeus; os países pobres tornaram-se um dos grandes campos de disputa das duas potências hegemônicas, o que contribuiu para um surto de interesse no estudo de seus problemas. Sob o impulso das idéias inovadoras de Prebisch, Myrdal, Singer e outros — e, também, das generosas verbas de pesquisa que se fizeram disponíveis, especialmente nos Estados Unidos, dado o interesse político do tema —, numerosos economistas se dedicaram com entusiasmo à nova área. A rápida expansão de um campo virgem de pesquisas, o

⁶ As citações são do artigo de Seers, reproduzido a seguir. No que se segue, quando não houver outra indicação, os trechos entre aspas são também citações desse artigo.

sentido prático das questões abordadas, o próprio desempenho relativamente favorável de algumas regiões subdesenvolvidas, na década e meia que se seguiu ao final da II Guerra, tudo isso fez com que se atribuisse à Economia do Desenvolvimento, durante algum tempo, uma aura de sucesso e de otimismo.⁷ Nesse contexto, a idéia do surgimento de algo como uma Teoria Geral do Crescimento, a partir das novas idéias então em efervescência, poderia parecer natural.

A ênfase em taxas de crescimento ("o que tem que ser explicado") é também característica do período. Nas primeiras fases de evolução da Economia do Desenvolvimento supunha-se, em geral, explícita ou implicitamente, que a grande questão era o crescimento do produto. A difusão dos frutos do crescimento pelas sociedades subdesenvolvidas era vista como um problema secundário, meta de consecução possível a partir da adoção de determinadas políticas governamentais. Assim, planejar o desenvolvimento econômico era planejar o crescimento; o resto viria por acréscimo, ou pouco mais. Foi a época áurea do modelo de Harrod-Domar como ferramenta de planejamento.⁸ No lado das investigações teóricas, a preocupação central era então, naturalmente, descobrir obstáculos ou bloqueios ao crescimento em países subdesenvolvidos; esses obstáculos, uma vez identificados, poderiam ser vistos como o fulcro, a essência do subdesenvolvimento. Como sabemos, diferentes teorias foram propostas a esse respeito: o obstáculo principal seria a insuficiência de poupança (e/ou as altas taxas de crescimento populacional) associada ao baixo nível de renda, definindo um círculo vicioso da pobreza; ou o pequeno tamanho do mercado interno bloqueando o investimento industrial; ou a escassa capacidade empresarial; ou a insuficiência estrutural de capacidade de importar; etc. O que essas teorias tinham em comum era a idéia de uma visão unificadora que pudesse fornecer um mecanismo de explicação da não

⁷ Num retrospecto recente, Streeten (1981) comentou esse clima: "Não é fácil transmitir, na atmosfera atual de entediamento e indiferença disseminados que envolvem as discussões acerca de problemas do desenvolvimento, o quão agitados e excitados foram aqueles anos. A excitação advinha tanto do desafio e da possibilidade de erradicar a pobreza e abrir novos horizontes e oportunidades para milhares de pessoas, quanto das novas idéias que este desafio propiciou".

⁸ De acordo com Streeten (1981): "A acumulação de capital tornou-se, se não a condição necessária e suficiente para o desenvolvimento, acima de tudo a principal variável estratégica, ao passo que a propensão a poupar e a relação capital/produto tornaram-se o instrumento básico dos analistas, planejadores e técnicos de organismos internacionais de ajuda."

obtenção de taxas de crescimento adequadas, senão em todos, pelo menos num grande grupo de países subdesenvolvidos. Implicitamente, supunha-se que esses países tivessem uma unidade, traços comuns que tornassem possíveis generalizações amplas.

Essa é, claramente, a perspectiva de Seers em seu artigo: haveria um "caso geral" de características identificáveis "cobrindo a grande maioria da população do mundo": "uma economia preponderantemente não-industrializada, cujo comércio exterior consiste essencialmente em trocar produtos primários por manufaturas."

Sabemos hoje que essa esperança de chegar-se a generalizações amplas quanto às economias subdesenvolvidas não demorou a se desvanecer. Na verdade, também na Economia do Desenvolvimento se notavam traços da atitude que irritava Seers: economistas do centro diagnosticando os males da periferia sem de fato conhecerem suficientemente a realidade desses países. Por exemplo, um elemento salientemente ausente na maioria dessas primeiras teorizações sobre o subdesenvolvimento foram as limitações de ordem política à atuação governamental com objetivos de desenvolvimento. A idéia por trás das teorias sobre os obstáculos ao crescimento — em qualquer de suas formulações — era um pouco a de que o problema central do ataque à pobreza seria o reconhecimento dos fatores que obstavam o crescimento; uma vez revelados os culpados, tratava-se apenas de suprimir seus efeitos negativos por meio de políticas adequadas. O ponto cego dessa concepção, está claro, era a não consideração das dificuldades que poderiam se antepor à implantação de tais políticas. Na medida em que estas fossem de encontro a interesses estabelecidos, politicamente poderosos, sua introdução tenderia a ser impraticável. Assim, a possibilidade de generalizações, com base na análise teórica de tais "obstáculos" — muito especialmente no que se refere a prescrições de política econômica —, ficaria muito limitada, dada a diversidade de quadros político-institucionais prevalecente no mundo subdesenvolvido.⁹

⁹ Esse tipo de limitação ficou muito evidente no caso da aplicação dos "critérios de investimento" em países subdesenvolvidos (ponto amplamente debatido na literatura de Desenvolvimento Econômico na década de 50). Discutindo a aplicabilidade dos critérios propostos na literatura teórica, Dossier (1962, p. 98) concluiu: "... já se disse o suficiente para duvidar da relevância, para os países em desenvolvimento, de critérios gerais de investimento. O 'melhor' plano de investimento para qualquer país depende fundamentalmente das condições econômicas e políticas deste país, tanto internamente como em relação às potências estrangeiras e agências internacionais de fomento."

De fato, a evolução das análises teóricas sobre o desenvolvimento, a partir do final da década de 60, foi principalmente na direção de uma ênfase na *diversidade* de experiências históricas de países subdesenvolvidos, em oposição às abordagens unificadoras que prevaleciam antes. É o caso, por exemplo, da análise da dependência, que dá ênfase aos condicionamentos políticos, internos e externos, ao desenvolvimento dos países periféricos.¹⁰

Em suma: o otimismo de Seers quanto a uma "teoria geral do desenvolvimento" era aceitável, na época, mas logo se tornaria anacrônico. E mesmo na época foi objeto de críticas: referindo-se ao artigo de Seers, Myint (1967), por exemplo, afirmava que a tendência a generalizar partindo do caso especial dos países desenvolvidos era só metade do problema; a outra metade seriam as generalizações para todos os países subdesenvolvidos partindo do caso especial de *um tipo* de subdesenvolvimento. E notava que boa parte dos autores escrevendo sobre problemas do desenvolvimento parecia ter em mente o caso da Índia, que estava longe de poder ser considerado um caso típico.

Por outro lado, o próprio fato de as esperanças de Seers quanto a uma revolução teórica não se terem materializado manteve a atualidade de sua discussão sobre a teoria convencional e sua aplicabilidade ao estudo da realidade econômica da periferia.

3 — TEORIA ECONÔMICA E O MUNDO SUBDESENVOLVIDO

Nas discussões sobre a aplicabilidade da teoria econômica neoclássica em economias subdesenvolvidas, é útil, como sugere Myint (1967), distinguir duas questões: a questão do *realismo* dos pressupostos e hipóteses de trabalho da teoria, com respeito ao caso desses países, e a questão mais ampla da *relevância* da teoria para o estudo dos problemas mais fundamentais de tais economias.

Os argumentos de Seers se centram, na maior parte do artigo, no primeiro desses pontos: a teoria convencional não "especifica seu sistema de referência", o que pode desorientar o estudante; "os modelos de modo

¹⁰ Cf. a detalhada tipologia das economias latino-americanas no conhecido estudo de Cardoso e Faletto (1973).

algun se ajustam à forma como funcionam as economias não-industriais"; "o papel do setor exportador raramente é enfatizado"; etc. Sua crítica do conceito do multiplicador e do manual introdutório de Samuelson (e, aliás, também do manual editado pela Academia de Ciências da União Soviética) vai principalmente nessa direção: os pressupostos explícitos ou implícitos não se adequam à realidade dos países não-industrializados.

Essa linha de argumentação é muito pertinente no que toca ao problema do ensino de Economia em tais países. Mas as questões mais interessantes levantadas por Seers aparecem quando ele vai além da crítica ao realismo para refutar a *relevância* da teoria econômica para o entendimento dos problemas do mundo não-desenvolvido, isto é, não bastaria proceder a correções ou adaptações nas hipóteses adotadas, já que a teoria seria, em si, de pouca ou nenhuma utilidade. O economista "tem tanto a desaprender", antes de poder ser de alguma utilidade no enfrentamento desses problemas, que sua atuação resulta bem menos útil do que, por exemplo, a do engenheiro, argumenta Seers. A análise econômica usual "concentra-se nos pontos errados"; suas "proposições estáticas são na maioria irrelevantes"; o conceito de determinação da renda que ela transmite é "mais um estorvo do que uma ajuda" para a compreensão do funcionamento de uma economia não-industrializada; etc.

A questão central envolvida nessa argumentação (ou seja, será que a teoria econômica ortodoxa tem *alguma* serventia em países periféricos?) provocou extenso debate na conferência de Manchester suscitada pelo artigo de Seers, e deu origem a intervenções muito sugestivas. Vale a pena examinar algumas delas.

Joan Robinson ressaltou a pouca relevância da teoria neoclássica, de um modo geral, e não só em economias subdesenvolvidas, pois ela desenvolveu-se em torno da doutrina do *laissez-faire* e, portanto, "tem pouco interesse em produzir conceitos operacionais". No que toca à questão do desenvolvimento econômico, essa visão é especialmente estéril: "preocupando-se mais com a alocação de recursos escassos com usos alternativos, tem pouco a dizer sobre o desenvolvimento." ¹¹

O que pode valer aos estudantes de países subdesenvolvidos, diz ela, é análise, e não doutrina; "o bom senso pode ser mistificado por doutrinas econômicas, e fortalecido pelo treinamento em análise econômica". "O que devemos procurar ensinar-lhes é a parte da Economia que é verdadeira em geral e pode ser de ajuda em qualquer cenário político." E quais

¹¹ Ver Martín e Knapp, eds. (1967, p. 149).

esses conceitos analíticos de utilidade geral? No que respeita ao desenvolvimento econômico, é necessário voltar às teorias pré-neoclássicas, a Ricardo e Marx, e às pós-keynesianas — a dinâmica harrodiana. Além disso, Joan Robinson admite que “é necessário não perder de vista o que é de valia na ortodoxia”, como as leis de oferta e procura (que na União Soviética “tiveram de ser descobertas da forma mais difícil, na prática”) e a lei dos custos comparativos (“que não deve ser esquecida quando se discute o desenvolvimento de novas indústrias de exportação”). E acrescenta que mesmo a doutrina do livre-comércio pode mostrar que “quanto maior a área sobre a qual se pode estender de forma coerente o planejamento, maior o nível de produtividade que se pode atingir.”¹²

Kaldor assumiu de início uma posição aparentemente mais otimista sobre a relevância da teoria tradicional. Disse ele que “seu treinamento como economista sem dúvida o ajudara, quando estivera em países subdesenvolvidos”. Ele pudera abordar os problemas de crescimento dessas economias “de forma mais frutífera do que se tivesse tido formação em advocacia, filosofia ou outra área”. Parecia-lhe inegável que a Economia serve para alguma coisa (“Economics does something”).¹³

Essa declaração foi recebida com agrado, no congresso, por participantes de orientação neoclássica ortodoxa, como Hagen, que vislumbraram uma convergência de posições. Procurando sintetizar o que seria um terreno comum de concordância, Hagen sugeriu que “a teoria econômica aplicável em sociedades economicamente adiantadas é também aplicável a sociedades subdesenvolvidas em sentidos como o seguinte: se num país subdesenvolvido parece haver vantagem em investir mais... então a teoria monetária e fiscal convencional, que indica políticas a serem seguidas em países industrializados, também indicaria a política monetária e fiscal aplicável nesse país.” As políticas poderiam diferir, por causa das diferentes circunstâncias, mas a teoria seria a mesma.¹⁴

Joan Robinson, no entanto, reagiu vigorosamente a essa tentativa de síntese. Kaldor e Hagen pareciam estar querendo eliminar o fosso que os separava, mas ela julgava que “o necessário era que essa diferença fosse enfatizada.” A abordagem de Hagen era “extremamente perigosa e perniciosa”, transmitindo a idéia de que “existem coisas como a política monetária correta, ou regras de política fiscal.” Ao contrário, “tudo o que a

¹² *Ibid.*, pp. 149-50.

¹³ *Ibid.*, p. 166.

¹⁴ *Ibid.*, p. 169.

Economia pode fazer é mostrar a maneira correta de colocar os problemas... e que tipo de considerações devem ser levadas em conta." Quando Kaldor afirmava que Economia serve para alguma coisa, disse ela, ele se referia a esse tipo de Economia.¹⁵

Kahn veio trazer uma outra qualificação importante às colocações de Kaldor. Ele não duvidava que "pessoas de grande inteligência, embora tendo tido a desvantagem de uma educação tradicional em Economia, [fossem] não obstante capazes de dar bons conselhos em países em desenvolvimento." Mas a questão não era bem essa: o ponto central da discussão era o de decidir o que ensinar, para uso em países subdesenvolvidos, não a pessoas de capacidade intelectual superior — como os participantes daquele congresso —, mas a indivíduos de inteligência mediana. E ele se perguntava: será que se deve tentar ensinar-lhes *alguma* coisa de Economia? ¹⁶

Essa nota pessimista vai ao encontro da essência da argumentação de Seers em seu artigo. A teoria convencional não é só irrealista em seus pressupostos, mas também, em geral, de pouca relevância para o estudo dos problemas mais importantes das economias da periferia. Isso põe em evidência a questão do ensino de Economia nesses países, que é na verdade o tema central tratado por Seers.

4 — A QUESTÃO DO ENSINO DE ECONOMIA

Com relação ao ensino de Economia em países subdesenvolvidos, o artigo de Seers faz críticas às práticas de ensino e alinha algumas recomendações ou sugestões para seu aperfeiçoamento.

Se pensamos no caso brasileiro, a descrição esboçada por Seers a respeito da formação do economista, como base de sua crítica, aplica-se de um modo geral, embora seja necessário adicionar algumas qualificações. Ainda que não tenha havido a revolução teórica em Economia prevista por Seers, há agora certa disponibilidade — muito maior do que duas décadas atrás — de tratamentos analíticos que partem de hipóteses mais realistas em relação a uma economia como a brasileira. Com isso, o ensino baseado no livro de texto neoclássico tradicional costuma ser temperado

¹⁵ *Ibid.*, p. 175.

¹⁶ *Ibid.*, p. 183.

com o estudo de modelos mais diretamente relacionados com a realidade de nossa economia. (Pode-se argumentar, também, que a economia brasileira, especialmente após as transformações das duas últimas décadas, tem mais parentesco com o "caso especial" de Seers do que a economia subdesenvolvida por ele tomada como típica.)

Além disso, transmitem-se em geral ao nosso estudante alguns conhecimentos históricos e institucionais sobre a economia brasileira. Ademais, o aluno costuma também ter, pelo menos nas melhores escolas, certo grau de familiaridade com elementos de uma visão histórico-estrutural da evolução e funcionamento da economia (seja derivada da teoria marxista, seja associada à literatura da CEPAL).

Certa diversificação de formação pode, assim, colocar o estudante brasileiro (ou o de nossas melhores escolas) em situação favorável em relação ao caso visualizado por Seers (e sem dúvida também em comparação com o caso do Brasil da década de 60). Ele poderá em particular, na melhor hipótese, ter possibilidade de desenvolver uma visão mais crítica da teoria que aprende. No entanto, isso não exorciza o problema central levantado pelo artigo de Seers.

Como enfatizou Kahn, é fácil, com uma inteligência de primeira ordem, compensar as desvantagens de uma formação inapropriada e exercer com sucesso uma profissão. Assim, o bom aluno de uma boa escola no Brasil — ainda que submetido a uma dieta desbalanceada de teoria neoclássica, pitadas de análise marxista, estruturalismo e história econômica — poderá provavelmente digerir tudo isso e tornar-se um bom economista. Mas a questão permanece, já que o processo de ensino não pode ser dirigido apenas a inteligências superiores.

Como ensinar teoria ao estudante mediano? Esse é o nó da questão. Vale a pena o ensino da teoria convencional, ainda que irrealista e com suspeita de ser irrelevante? A justificativa usual da apresentação da teoria convencional é a de que isso introduz hábitos de pensamento e de análise desejáveis, e ensina o estudante a pensar. No entanto, como Seers adverte, esse resultado não é nada garantido (e muito especialmente no caso do aluno médio, de inteligência não necessariamente brilhante). Modelos irrealistas podem, ao contrário, formar hábitos mentais indesejáveis. Há o risco, de que o estudante se acostume "a uma economia com características anormais", como diz Seers, e passe a raciocinar sempre dentro desses termos. Será, então, levado a procurar adaptar a realidade que o cerca aos modelos teóricos. E isso vale não somente para o caso da teoria neoclássica, pois também modelos provenientes de outras estruturas teóricas (como, por

exemplo, o modelo marxista da sucessão histórica de modos de produção) costumam se prestar a aplicações inapropriadas.

Se o papel do ensino de teoria é fazer o iniciante aprender a pensar em termos econômicos, a "colocar os problemas" (como disse Joan Robinson), a questão que se põe é qual o arcabouço teórico que melhor pode levar a isso.

Vale a pena notar, a esse propósito, uma concordância ampla quanto ao fato de que algumas partes da teoria convencional são indubitavelmente úteis. E muitas dessas partes provêm, surpreendentemente, da área de Microeconomia. Como efeito, os exemplos de proposições gerais mencionados acima por Joan Robinson são todos tirados da análise microeconômica da alocação de recursos. Seers, em seu artigo, também menciona a validade geral de certas proposições relacionadas com as leis de oferta e procura, e diz, em contraste: "Mas Macroeconomia é outra história." E houve, na conferência de Manchester, também consenso quanto ao fato de que determinadas proposições e técnicas de análise de equilíbrio parcial são de valia, em qualquer economia, para o estudo comparativo de projetos de investimento, para o entendimento de aspectos do funcionamento do setor agrícola, etc.

Não deixa de ser curioso o contraste entre a aplicabilidade geral de certas proposições de Microeconomia e a crença generalizada, especialmente entre estudantes, de que é apenas em Macro que se pode esperar encontrar teorias e modelos relevantes, Micro sendo a fortaleza inexpugnável do *laissez-faire*. É claro que essa crença é baseada em fatos: primeiro, de que a doutrina da superioridade do "livre jogo das forças de mercado" historicamente associou-se de forma estreita a proposições microeconômicas; e, segundo, a constatação de que os problemas mais básicos de economias subdesenvolvidas não são resolvidos pela alocação ótima de recursos num quadro estático. Ainda assim, a força do preconceito contra a Microeconomia é de certa forma inquietante, na medida em que pode dificultar a transmissão de conceitos e instrumentos necessários a um bom entendimento de fatos econômicos. Assim como a doutrina livre-cambista pode "mistificar o bom senso", uma reação desmedida a ela pode eventualmente ter o mesmo efeito.

Do cardápio teórico a ser oferecido ao estudante deve constar, então, uma certa dose de proposições microeconômicas — pode-se concordar. Mas isso resolve uma parte menor do problema: é quando se trata de considerar abstratamente questões macroeconômicas — crescimento, distribuição, etc. — que as dificuldades se avolumam. Aqui é particularmente intrincado o

problema de estabelecer qual a estrutura analítica adequada para ensinar o estudante a pensar teoricamente. A teoria neoclássica não tem grande coisa a dizer a respeito; é necessário ir aos clássicos, como enfatizou Joan Robinson.

Mas isso por si só não resolve a questão. Kaldor, na conferência de Manchester, esclareceu a origem da dificuldade, lembrando que o desenvolvimento da teoria econômica sofreu, após a evolução desde os fisiocratas a Smith, Ricardo e Marx, uma quebra de rumo, provocada pela irrupção da teoria dos preços e da alocação de recursos. O novo ramo da teoria teve em geral um efeito negativo, desviando a atenção dos pontos importantes para os relativamente sem importância (exceto para as inteligências brilhantes que podem perceber as coisas e escolher na teoria dos preços apenas os aspectos esclarecedores; mas essas pessoas constituem exceção). A abordagem dos clássicos era essencialmente mais fértil, não se centrando estreitamente na análise do comportamento individual, mas em conceitos e hipóteses que iluminam eficazmente o processo de desenvolvimento econômico: o fluxo circular de produção, os agregados setoriais, a divisão da sociedade em classes, o caráter evolutivo das instituições sociais, etc.

O problema, no entanto, observa Kaldor, é que a análise dos clássicos é pouco suscetível de ser usada didaticamente. "Suas doutrinas estão agora, na sua maioria, obsoletas, e nunca foram adequadamente reescritas."¹⁷ Recorrer aos clássicos, apenas, não resolve a questão do ensino. É necessário que se produzam livros de texto que incorporem as linhas mestras da análise clássica.

Para Kaldor, a melhor base para isso seria o modelo de equilíbrio geral de Von Neumann. E ele esboça o conteúdo de um manual dentro dessa orientação:¹⁸

"... Um texto que, partindo da forma de olhar a economia adotada pelos fisiocratas, contivesse algumas proposições gerais válidas para todos os tipos de sociedade, e prosseguisse daí para teorias dos casos especiais, usando em cada etapa a dose de abstração que fosse essencial para tornar as coisas inteligíveis. Em outras palavras... um manual que avançasse a partir de um modelo geral do tipo Von Neumann para uma série de modelos de dois setores, cada um apropriado para pôr em relevo um aspecto particular do problema econômico, da forma como este se apresenta em diferentes situações. Seria tudo macroeconomia... não microeconomia."

¹⁷ *Ibid.*, p. 230.

¹⁸ *Ibid.*

Enquanto esse fascinante manual não estiver disponível, no entanto, os problemas de como ensinar o estudante a pensar as questões macroeconômicas continuarão conosco. Esses problemas poderão ser naturalmente minorados de várias formas.¹⁰ E nesse ponto as colocações de Seers são, mais uma vez, pertinentes e atuais.

Ele enfatiza dois pontos que devem nortear o ensino de Economia na "periferia". Primeiro, o ensino de dados de relações sobre a evolução e estrutura dessas economias, sua integração na economia mundial, o funcionamento dos mercados, as instituições relevantes. A formação dos economistas em história econômica é em geral deficiente, já no que se refere à experiência de seus próprios países, e mais ainda no que toca a "problemas e processos de desenvolvimento na União Soviética, Iugoslávia, China, Brasil, Egito, Índia ou Japão — para mencionar alguns dos casos mais interessantes". (Tais observações atingem certamente o alvo, no caso brasileiro.) Conhecimento a esse respeito, e também sobre pontos como a escolha tecnológica disponível nos principais setores da agricultura e da indústria — e suas implicações em termos do uso de fatores —, a economia das mudanças populacionais, a organização e operação dos mercados de produtos, as implicações econômicas de certas instituições — tudo isso é não só indispensável ao exercício profissional do economista, como pode ajudá-lo a decidir sobre os limites da aplicabilidade de um dado modelo teórico.

O segundo ponto de Seers é a necessidade de o estudante pôr a mão na massa, especialmente para adquirir vivência e sentido crítico sobre os dados estatísticos disponíveis sobre a economia de seu país (e, portanto, uma apreciação realista dos limites do que pode ser feito em trabalhos de economia aplicada). Isso pode ser um preventivo à tentação de utilizar técnicas estatísticas excessivamente elaboradas.

Esses são provavelmente os pontos mais atuais do artigo de Seers. A reforma do currículo de Economia, que entre outros pontos enfatiza justamente a necessidade de ampliar a formação histórica e institucional de nossos estudantes — e também introduz a elaboração de uma mono-

¹⁰ Não caberia aqui discutir experiências e propostas surgidas ultimamente entre nós a esse respeito, mas não se poderia deixar de mencionar um trabalho de Bacha (1982), por sua importância pioneira. Ver também Guimarães e Tolipan (1980) e Camargo (1981).

grafia como requisito de graduação —, traz agora, 21 anos depois, uma boa oportunidade de se começar a pôr em prática entre nós tais recomendações. Será a melhor comemoração da maioridade do artigo de Seers.

BIBLIOGRAFIA

- BACHA, Edmar. *Introdução à macroeconomia*. Rio de Janeiro, Campus, 1982.
- CAMARGO, José Marcio. Reflexões sobre o ensino de economia. *Literatura Econômica*, Rio de Janeiro, 3 (6):511-26, nov./dez. 1981.
- CARDOSO, Fernando H., e FALETTO, E. *Dependência e desenvolvimento na América Latina*. 2.^a ed.; Rio de Janeiro, Zahar, 1973.
- DOSSER, Douglas. General investment criteria for less-developed countries: a post-mortem. *Scottish Journal of Political Economy*, 9 (2):85-98, jun. 1962.
- GUIMARÃES, Eduardo Augusto de Almeida, e TOLIPAN, Ricardo. O curso de economia e a crise da teoria econômica. *Literatura Econômica*, Rio de Janeiro, 2 (1):3-14, jan./fev. 1980.
- MARTIN, K., e KNAPP, J., eds. *The teaching of development economics*. [The proceedings of the Manchester Conference on Teaching Economic Development, April 1964.] Londres, Frank Cass, 1967.
- MYINT, H. Economic theory and the underdeveloped countries. In: MARTIN, K., e KNAPP, J., eds. *The teaching of development economics*. [The proceedings of the Manchester Conference on Teaching Economic Development, April 1964.] Londres, Frank Cass, 1967.
- STREETEN, Paul P. Development ideas in historical perspective. In: STREETEN, Paul P. *Development perspectives*. Londres, Macmillan, 1981.



As Limitações do Caso Especial¹

DUDLEY SEERS

Este artigo é a reação de um economista que, após vários anos de trabalho nos países ultramarinos, em problemas de desenvolvimento econômico, teve a oportunidade de refletir sobre a utilidade de seu objeto de estudo. Se o tom é bastante áspero em algumas partes, peço ao leitor para compreender que um contato pessoal íntimo com os problemas de países atrasados infunde, por muitas razões, senso de urgência e alguma impaciência. A Economia parece muito lenta em se adaptar às exigências da principal tarefa de hoje em dia — a eliminação da aguda pobreza na África, Ásia e América Latina —, da mesma forma que a geração anterior de economistas fracassou em combater realisticamente as flutuações econômicas, até depois que a depressão tivesse produzido resultados politicamente catastróficos.

O ciclo vital de cada período no desenvolvimento de uma doutrina econômica é familiar hoje em dia. Alguma grande questão de política econômica pública aparece. Inicialmente, economistas em altas posições se recusam a admitir que esta tenha algum interesse para a profissão.² Alguns dos mais esclarecidos, é verdade, encontram um lugar para a questão em alguma parte do programa (um capítulo adicional ou um seminário opcional), e a discutem por escrito, mas o tratamento é bastante

¹ Agradeço a Mr. Fei, Mr. Jolly, Mr. Kennedy, Mr. Reynolds e Mr. Worswick, pelos comentários sobre um primeiro esboço, e a Mr. Streeten, por uma extensa crítica, que foi de grande ajuda. Gostaria de aproveitar esta oportunidade para expressar minha gratidão ao Economic Growth Center, de Yale, que me proporcionou a pausa no trabalho prático e o estímulo profissional para escrever estes e outros artigos. O argumento geral foi apresentado num grupo de discussão do qual foram coorganizadores Mr. Grunwald e Mr. Lamfalussy. [Este artigo foi publicado originalmente no *Bulletin of the Institute of Economics and Statistics*, Oxford, 25 (2), maio 1963. A tradução é de Júlio Ribeiro Pires, professor da FACE/UFMG. (N. do E.)]

² Conta-se na América Latina a estória de um estudante graduado chileno que, em resposta a uma pergunta de um eminente professor de Londres, disse que queria se especializar em economia do desenvolvimento. "Oh!", disse o professor, "que economia é essa?". Isso aconteceu nos anos 50!

convencional e parece irrealista. Uns poucos heréticos tornam-se impopulares pelo fato de reclamarem muito mais ênfase e, talvez mesmo, uma teoria diferente, com diferentes implicações de política. Pode-se chamar a esta "fase Hobson". *

Enquanto isso, aumentam as tensões políticas; uma proporção crescente de membros mais jovens da profissão são atraídos para esse campo; as revistas trazem artigos que não podem ser facilmente enquadrados na doutrina tradicional, mas que, por outro lado, não podem também ser facilmente ignorados. Esta é a segunda fase ou a "fase Kahn".³ Mais tarde, um número considerável da geração mais jovem desvia-se, conduzido por um Keynes; eles põem a descoberto o que são agora fendas abertas na ortodoxia corrente, demolem-na entusiasticamente, ainda que não sem suscitar veemente protesto, e erigem um novo sistema em seu lugar. Em universidade após universidade, à medida que professores se aposentam, o programa de ensino é reformado, e ao assunto marginal é dada maior importância, talvez eventualmente, importância central, de modo que aqueles que na profissão montaram o cavalo certo ganham suas justas recompensas. É então sua vez e seu privilégio de bloquear o progresso.⁴ (Ninguém queima suas notas de aula até que a próxima geração já esteja bradando à porta.)

Se já houve tempo em que se pôde ver uma grande revolução na doutrina se aproximando, esse tempo é o de hoje. E as razões são, como sempre, porque o corpo de teoria existente não pode explicar o que tem

* [O autor refere-se a John Atkinson Hobson (1858-1940), responsável por uma obra de mais de 30 volumes, dos quais os mais importantes seriam *A evolução do capitalismo moderno* (São Paulo, Abril Cultural, 1983) e *O imperialismo*. No primeiro, analisa de forma abrangente o funcionamento da economia capitalista, abordando questões como concentração, concorrência e interdependência dos mercados, monopolização do capital financeiro, mudança da hegemonia britânica para a americana e a questão do subconsumo e da superprodução, provável razão para esta referência. (N. do E.)]

³ Richard, não Herman, naturalmente. [Richard Kahn é aqui referido pelo seu célebre artigo "The relation of house investment to unemployment", publicado no *Economic Journal*, de junho de 1931, e incorporado por Keynes na sua *Teoria geral*. Herman Kahn é o autor de *O ano 2000*, de 1967, onde especula sobre o futuro de diversas economias, inclusive a brasileira, e mais tarde defensor de um projeto do Hudson Institute, onde trabalhou, para transformar a Amazônia em um imenso lago. (N. do E.)]

⁴ Este ciclo, é claro, não se restringe à economia. Assim poder-se-ia falar da "fase Bruno", da "fase Copérnico" e da "fase Kepler-Galileu".

de ser explicado, nem pode dar a ajuda que é politicamente essencial. O que tem de ser explicado é porque as economias crescem a taxas diferentes, e a ajuda que os governos precisam mais desesperadamente são conselhos sobre como estimular o desenvolvimento.

Está claro de onde está surgindo a força que desorganizará a matéria. Nos últimos cinco anos, a impaciência com a pobreza aumentou, mas o desenvolvimento ou tem diminuído o seu ritmo nas economias mais pobres, ou tem sido acompanhado por severas e crescentes tensões (*e. g.*, *deficits* no balanço de pagamentos e inflação). Em algumas dessas economias, como, por exemplo, Argentina e Chile, a posição política é agora crítica e, todavia, a Economia convencional não tem muito o que oferecer por meio de conselhos úteis. O Desenvolvimento é ainda considerado como meramente um ramo, mais um apêndice nos programas que um elemento essencial. Fala-se de "economistas do desenvolvimento" como se eles fossem uma raça à parte.⁵

Os perigos políticos são tão óbvios agora que este estado de coisas não pode continuar. Há muitas questões prementes nas quais a ajuda profissional tem sido até então muito fraca. Quando é justificável usar técnicas que sejam intensivas em mão-de-obra, porém obsoletas? Como se pode decidir o que gastar em educação em vez de investimento de capital? E em educação secundária ao invés de primária? Podem as relações capital/produto ser usadas como um guia para as necessidades de poupanças? Se puderem, qual e com quais qualificações? Até que ponto, e quando, a escala econômica limita o crescimento? Como a diversificação das exportações ajuda a estimular o desenvolvimento? Que tipo de banco central um país exportador de produtos primários deveria ter? E assim por diante.

Se a história do pensamento econômico pode servir de guia, as tentativas para lidar com problemas como estes terminarão por mudar a atitude em relação ao desenvolvimento nas economias industriais e, portanto, em relação a todo o corpo da teoria econômica.

Naturalmente, não podemos dizer quais serão as mudanças. Nenhum membro desta geração é capaz de antecipar as características essenciais da doutrina da próxima. Como tem sido sempre o caso, receberemos com horror as novidades da profissão, fracassaremos em compreendê-las e luta-

⁵ A questão do motivo por que os economistas negligenciaram quase completamente os países ultramarinos e os problemas centrais de crescimento por tantas décadas é interessante, mas sua resposta está no campo da Sociologia, não da Economia.

remos veementemente contra elas. É muito cedo para prever a forma que tomará a necessária (de fato inevitável) reconstrução da teoria. Não estamos nem mesmo na posição de julgar o que tem de ser demolido da velha doutrina, ou o que pode ser salvo e adaptado para uso subsequente. Já estamos chegando ao fim da "fase Hobson" ou ao início da "fase Kahn" da Economia do Desenvolvimento.⁶ O "artigo Kahn" pode não ter sido ainda publicado. Uma característica deste artigo é, decerto, que ninguém lhe dá crédito na época em que surge; apenas na "fase Keynes" pode sua significância histórica ser apreciada. Tudo o que se pode dizer com segurança é que as tentativas para solucionar problemas práticos do desenvolvimento vão nos ensinar muita coisa a respeito dos processos de mudança econômica, e a época está quase pronta para o aparecimento de um Keynes (embora esta tarefa possa estar além da capacidade de qualquer pessoa isoladamente).⁷

Um obstáculo para a reconstrução da Economia é que não temos realmente compreendido — menos ainda aceitado — o fato de que a teoria que herdamos foi construída em e para países com os quais a profissão estava familiarizada, quais sejam, as economias industriais desenvolvidas.⁸ Parafraseando um dito de E. H. Carr: Antes de estudar Economia, estude o economista; antes de estudar o economista, estude seu contexto histórico e social.

Todo o trabalho fica muito mais difícil pela prática generalizada que têm os autores e professores de não se concentrarem somente na economia de algum país industrial desenvolvido, mas de apresentá-la como universalmente válida. Livros-texto ou cursos com títulos bastante gerais, tais como "Princípios de Economia", "Moeda e Bancos" ou "Finanças Públicas", vêm a ser verdadeiros tratados sobre princípios econômicos,

⁶ A transformação agora é maior e há alguns candidatos a serem considerados o "Hobson" desta geração — e. g., Myrdal, Prebisch, Singer e Nurkse. Eu estaria inclinado a indicar Prebisch, por que é característico de um Hobson que ele seja eficaz, em parte porque ele não compreende muito bem o que está fazendo à disciplina. Além disso, Prebisch vive mais próximo da falha sísmica da qual emanam os tremores.

⁷ Dificilmente podemos esperar tanta "explicação" (num sentido estatístico) do crescimento quanto tivemos das flutuações cíclicas.

⁸ Como diz Arthur Lewis (*The theory of economic growth*, introdução): "Há uma tendência natural de supor-se que as coisas que estão ligadas na sociedade que conhecemos devem necessariamente também estar associadas em todas as outras sociedades".

moeda e bancos ou finanças públicas nos Estados Unidos, no Reino Unido ou numa típica economia desenvolvida.

A esse respeito, os economistas não são tão rigorosos. Um livro não é chamado de *Princípios de astronomia* se ele se refere apenas à Terra, ou ao Sistema Solar, ou mesmo à galáxia local. Justificadamente, esperamos que um curso de geologia trate de outros continentes além daquele no qual o autor porventura viva, a menos que o título seja devidamente qualificado. Mesmo os sociólogos geralmente evitam esse erro.

A falha comum em especificar o quadro de referência, tão propensa a enganar os estudantes e a impedir o desenvolvimento da teoria, é, à primeira vista, motivo de confusão, pois a economia industrial desenvolvida não é de modo algum típica. Abordada do ponto de vista seja da história ou da geografia, ela é um caso extremamente raro, o que é óbvio. Tem-se observado apenas poucas dessas economias e somente durante algumas décadas, e mesmo agora elas cobrem apenas uma fração bem pequena da humanidade. Pode-se admitir que a Economia é internacional no seu alcance e proporciona uma base adequada para o trabalho em qualquer lugar. De fato, isto é e *deve* ser admitido, já que toda doutrina ativa deve defender-se o melhor que puder. (*A priori*, podem-se prever as artimanhas de defesa, tal como num apertado jogo de xadrez.) Mas aqui podemos aplicar um teste empírico. De fato, são os economistas bem-sucedidos quando trabalham em países não-industriais? Eu evidenciaria (e aí você teria de acreditar na minha palavra) um ponto sobre o qual há ampla concordância: os economistas são de muito pouca utilidade trabalhando com problemas de países subdesenvolvidos, até que o tenham feito por alguns anos e, assim mesmo, apenas se são excepcionalmente adaptáveis. Os engenheiros são, provavelmente, mais úteis que os economistas, ao tratarem de problemas econômicos nessas partes do mundo, pelo menos até que estes tenham tido experiência de dois ou três anos. Há tanta coisa para os graduados em Economia desaprenderem e, infelizmente, quanto mais capaz o estudante tenha sido para absorver a doutrina corrente, tanto mais difícil o processo de adaptação.

De qualquer forma, não é plausível que uma "teoria geral" ou mesmo proposições de alguma generalidade possam ser derivadas a partir da experiência de uns poucos países com características bastante raras, para não dizer peculiares. O ensino que se concentra neste tipo de economia é um tanto distorcido, e a distorção é perigosa se aqueles que a ensinam deixam

de acentuar continuamente que estão tratando de um caso bastante especial.⁹

O caso típico é uma economia altamente não-industrializada, cujo comércio exterior consiste essencialmente em trocar produtos primários por manufaturados. Há cerca de 100 economias identificáveis como sendo desse tipo, cobrindo a grande maioria da população do mundo. Felizmente, este é também o mais interessante e importante tipo de economia, pois é aí que os problemas econômicos são realmente agudos e a ajuda do economista é mais necessária.

Os economistas já foram mais incisivamente cientes das limitações daquilo que ensinavam. Assim, John Neville Keynes citou Bagehot como especificamente limitando a matéria ao estudo de um único tipo de sociedade: "uma sociedade de comércio competitivo adulto". Enquanto ele próprio acredita que há alguns princípios abstratos universalmente aplicáveis, o Keynes mais velho assinalou que, até o ponto que diz respeito a doutrinas mais concretas, "sua relatividade segue-se imediatamente da concepção realista desta parte da ciência adotada num capítulo anterior. É da mesma forma verdadeiro, tanto para as condições econômicas quanto para as condições sociais em geral, o fato de que elas estão sempre sujeitas a modificações. Elas variam com a forma jurídica da sociedade e com o caráter e as instituições nacionais. Mesmo onde as formas em operação são as mesmas, a força relativa que deve ser atribuída a cada uma pode variar indefinidamente. A lei, o costume, a concordância, os acordos são agentes determinantes da distribuição e troca da riqueza, provavelmente nenhum deles sendo, em qualquer tempo, totalmente inoperante. Mas a extensão de sua influência e a maneira pela qual é exercida estão constantemente variando; e tais variações são sempre de importância, na medida em que afetam a relevância das doutrinas econômicas em relação aos fenômenos econômicos reais".¹⁰

⁹ Particularmente perigoso é quando alguém que tenha aprendido a Economia anglo-saxônica põe-se a reproduzi-la acriticamente numa universidade de uma economia não-industrial. Infelizmente, isso acontece muito frequentemente, de modo que muitos estudantes acham que a única maneira pela qual podem adquirir as qualificações profissionais para trabalhar nos problemas de seu próprio país é fazer um curso que possa de fato tornar sua tarefa, pelo menos temporariamente, mais difícil.

¹⁰ *The scope and method of political economy* (1897, pp. 294-6). É interessante especular sobre se este Keynes teria chamado um livro sobre as flutuações de economias industriais de uma "teoria geral".

Como um raro exemplo moderno, diz Joan Robinson: "os economistas ingleses, de Ricardo a Keynes, estão habituados a supor, como um pano de fundo tacitamente aceito, as instituições e problemas da Inglaterra, cada um os da sua própria época; quando seus trabalhos são estudados em outras regiões e em outras épocas por leitores que têm outros pressupostos, surgem, em consequência, grande confusão e grande polêmica em torno de intenções divergentes".¹¹

Talvez a colocação mais forte do outro lado fosse a de [Lionel] Robbins: "É apenas o fracasso em compreender isto [ou seja, que certos pressupostos básicos são de aplicabilidade universal e que deduções úteis podem ser tiradas a partir deles] e uma preocupação muito especial com pressupostos subsidiários que podem explicar o ponto de vista de que as leis da Economia são limitadas a certas condições de tempo e espaço, de que elas são puramente históricas em caráter, etc." ¹² Também Bauer: "Estou agora convencido da ampla aplicabilidade aos países subdesenvolvidos dos métodos básicos de abordagem da Economia e das conclusões mais elementares provenientes desses".¹³

¹¹ *Exercises in economic analysis* (p. XVII).

¹² *An essay on the nature and significance of economic science* (Cap. III). De fato, este mesmo livro tem algumas proposições que somente são verdadeiras, se é que o são, sob condições bastante específicas. Assim, sustenta-se que a redistribuição da renda real é virtualmente impossível, porque as variações na estrutura dos preços irão frustrá-la. "Esta conclusão, que é bastante óbvia se vista através do censo de ocupações, tende realmente a ser dissimulada se examinarmos a redistribuição em termos monetários ... se calcularmos a produção da população que está agora gerando renda real para os ricos e que seria transferida para produzi-la para os pobres, é fácil verificar que o acréscimo disponível seria insignificante". Esta parece uma proposição bem extravagante, mesmo para uma economia como a do Reino Unido em 1932. Foi a subsequente redistribuição de renda inteiramente uma ilusão? São os recursos tão específicos que não se podem mover em resposta a mudanças moderadas de preços? A proposição de que a renda não pode ser redistribuída facilmente seria de aplicação mundial.

¹³ *Economic analysis and policy in underdeveloped countries* (p. 15). Bauer prossegue dizendo que está pensando especialmente nos elementos da análise de oferta e demanda, e seus exemplos se referem principalmente à elasticidade da oferta do fator. Mas exemplos numa esfera restrita e de poucos países não comprovariam necessariamente uma proposição de tal generalidade. (A nota anterior sugere que Robbins não concordaria que existe mobilidade de mão-de-obra no Reino Unido.)

TRAÇOS CARACTERÍSTICOS DO CASO ESPECIAL

Quais são os aspectos da economia industrial de empresa privada que a tornam de relevância profissional limitada para trabalho em outras economias? Só posso indicá-los aqui na forma de notas.

I – FATORES DE PRODUÇÃO

a) *Mão-de-obra*: alfabetizada e móvel, a maior parte empregada; altamente organizada; diferenças raciais, religiosas e lingüísticas não são suficientemente importantes para dividir a oferta de mão-de-obra; quantidades substanciais de trabalhadores especializados e profissionais.

b) *Terra*: a maior parte da terra disponível e cultivada por proprietários privados (ou agricultores com seguros arrendamentos) em parcelas de tamanho aproveitável economicamente.

c) *Capital*: todos os setores altamente capitalizados, com capacidade ociosa; sistemas de transportes e energia integrados e abrangentes.

d) *Empresas*: um amplo campo do qual se podem recrutar empresários e um clima favorável para empreendimento; base legal firme para sociedades.

II – SETORES DA ECONOMIA

a) *Agricultura*: inteiramente comercial, e flexível em resposta a variações de preços ou avanços técnicos; a propriedade estrangeira é rara; extensa rede de comercialização para alimentos.

b) *Mineração*: de tamanho limitado e nas mãos de firmas locais.

c) *Manufatura*: diversificada, com uma grande indústria usuária de metal, produzindo (*inter alia*) maquinaria e veículos; algumas áreas de competição.

d) *Global*: a manufatura muito maior do que a agricultura ou que a mineração; recursos naturais adequadamente pesquisados.

III – FINANÇAS PÚBLICAS

a) *Receita*: forte apoio em impostos diretos em relação a taxas de importação ou exportação; a legislação tributária é cumprida.

b) *Despesa*: inclui grandes despesas de previdência social, subsídios agrícolas, relativamente pouca em obras públicas.

IV — COMÉRCIO EXTERIOR

a) *Exportação*: consiste em vários produtos para os quais há grande mercado interno, e cujas elasticidade-renda e elasticidade-preço são razoavelmente grandes; preços de exportação estáveis e determinados por custos locais; exportação vendida a muitos países.

b) *Importação*: consiste em grande parte de produtos primários (alguns dos quais são também produzidos internamente) que vêm de muitos países, e para os quais a elasticidade-renda da demanda não é alta.

c) *Capital*: fluxos de capital a longo prazo e remessas de lucros de importância secundária.

V — FAMÍLIAS

a) *Renda*: distribuição razoavelmente uniforme (após imposto); muito poucos vivendo ao nível de subsistência.

b) *Despesa*: a despesa com alimentação não é excessivamente importante; padronização e produção em massa possíveis, por causa da uniforme distribuição de renda, do caráter nacional do desenvolvimento e da homogeneidade de gostos; alto prestígio da produção local.

VI — POUPANÇA E INVESTIMENTO

a) *Poupança*: mobilizada por um mercado de capitais compreendendo um mercado de títulos públicos, um mercado de ações e um vasto sistema bancário de propriedade nacional, com um banco central e um meio circulante controlado; poupança pessoal significativa.

b) *Investimento*: alto (provavelmente mais de 20% do PIB); porém, a parte importada é muito baixa.

VII — INFLUÊNCIAS DINÂMICAS

a) *Comércio Exterior*: não há tendência crônica para *deficits* por causa das elasticidades-renda (veja acima).

b) *População*: crescimento da população lento (menos de 2% a.a.) e urbanização relativamente moderada.

c) *Aspirações*: inveja de padrões de vida estrangeiros não é alta nem se difundindo como uma causa de descontentamento.

Em resumo, o que se supõe é uma estrutura sócio-econômica autônoma e flexível, na qual cada ser humano responde individualmente aos incentivos materiais oferecidos, e que não é sujeita a grandes pressões exógenas.

A extensão em que vários princípios econômicos se apóiam nos pressupostos estabelecidos acima é uma questão de opinião. Há proposições de um tipo muito elementar que têm alguma validade geral (e. g., aquelas mostrando a implicação no que respeita aos preços se as curvas de demanda e oferta têm certas formas e se deslocam em uma ou outra direção). Mas a macroeconomia é um outro caso. O problema compete certamente àqueles que sustentam que a Macroeconomia não é bastante específica para mostrar como algum modelo macroeconômico se aplica a várias economias não-industriais, cada uma com suas próprias instituições e estrutura produtiva.¹⁴

Não se pode nem mesmo garantir que as categorias agregadas com as quais agora trabalhamos (tais como "mão-de-obra", "pleno emprego", "poupança", etc.) mostrar-se-ão úteis em economias não-industriais.

As maiores impropriedades da Economia convencional, para aqueles que lidam com o caso típico, são que a análise focaliza os fatores errados e os modelos não se aplicam de maneira próxima ao modo pelo qual as economias não-industriais operam.

Um aspecto no qual a ênfase analítica é bastante inadequada reside no fato de que, apesar de o tempo poder ser freqüentemente ignorado quando se derivam proposições para economias desenvolvidas, certamente não o pode em economias que são subdesenvolvidas. Na Ásia, digamos, a necessidade de desenvolvimento social e econômico seria urgente, mesmo que não houvesse nem pressão populacional nem aspirações crescentes. Conseqüentemente, proposições puramente estáticas são geralmente irrelevantes, se não de fato enganadoras. Além disso, a atitude usualmente neutra em relação ao crescimento, disfarçada em positivismo, enquanto talvez justificada por circunstâncias locais em economias desenvolvidas, tem pouco a dizer quando se está lidando com problemas econômicos num sentido mais geral.

¹⁴ Um estudo da CEPAL, *Inflation and growth in Latin America*, reúne material disponível sobre a América Latina para mostrar até que ponto estas várias hipóteses são válidas nas 20 Repúblicas daquela região.

O segundo erro de ênfase é que não se presta atenção à estrutura social, sistemas agrários feudais, práticas de trabalho convencionais, existência de firmas estrangeiras, disparidades entre regiões, barreiras raciais, etc. É discutível o quanto tais fatores dificultam o progresso em países industriais, porém há pouca dúvida de que eles são mais sérios no ultramar como obstáculos ao crescimento. A economia convencional contém pouca discussão das implicações econômicas de instrumentos de política como reforma agrária, nacionalização ou impostos sobre o capital, e menos ainda da elevação do nível educacional da força de trabalho adulta. Em resumo, as instituições são tomadas como dadas, ao passo que a questão é precisamente quais instituições mudar e como fazê-lo.

Em terceiro lugar, melhorias em nutrição, habitação e serviços de saúde são tratadas, se o são, como aumentos no consumo, em vez de como influências no produto. (Isto é ainda também parcialmente verdadeiro com relação à educação.) Aqui, novamente, isto é compreensível em sociedades onde o progresso econômico não se condiciona à elevação da qualidade da mão-de-obra.

Pode-se afirmar que a falsa ênfase apenas torna grande parte da Economia moderna irrelevante. Contudo, hora após hora, ano após ano, o hábito de tratar com modelos estáticos, supondo dadas instituições e negligenciando os determinantes da capacidade humana, torna o estudante gradualmente incapaz de compreender, e muito menos solucionar, os problemas de sociedades não-industriais.

Da mesma forma, anos de estudo e trabalho com modelos concebidos para explicar economias industriais tornam difícil para os economistas compreender a operação de um tipo muito diferente de economia. Uma grande diferença é que (exceto para umas poucas grandes economias como a Índia) a atividade e o emprego na economia não-industrial dependem em muito, a curto e a longo prazos, do setor exportador. Além disso, a natureza da resposta a variações nas exportações depende da organização deste setor, especialmente se os impostos, os lucros de companhias estrangeiras ou as rendas de agricultores absorvem a maior parte dos aumentos na renda. Depende também do tipo de produto exportado, particularmente se há algum mercado interno significativo. O papel do setor exportador é raramente acentuado na Economia convencional, e isto por uma razão muito boa: numa economia industrial dificilmente algum grande setor vende a maior parte de seu produto ao estrangeiro.

Isto conduz a outro ponto. As economias não-industriais não podem ser compreendidas, a menos que estudadas no contexto da economia mundial. As vendas de seus produtos primários — e, portanto, seu desenvolvimento — são determinadas pelas: a) taxas de crescimento das economias industriais que compram delas; b) elasticidades-renda da demanda das mercadorias que exportam (que refletem, *inter alia*, a substituição de materiais naturais por artificiais); c) medidas protecionistas que limitam as importações nas economias industriais; e d) influências na distribuição dos mercados restantes entre vários fornecedores (política das companhias, acordos de tarifas preferenciais, etc.). Poder-se-ia alegar que as economias industriais seriam também mais fáceis de compreender se a mesma abordagem fosse adotada. Mas elas absolutamente não requerem este tratamento; pode ser razoável tratá-las, o que é freqüentemente feito implícita ou explicitamente, como se fossem economias fechadas.

Evidentemente, o desenvolvimento de economias não-industriais pode tornar-se também parcialmente independente do desempenho das exportações. Isto implica, contudo, substituição de importações, o que necessariamente envolve para estas economias (em contraste com aquelas que já são desenvolvidas) a criação de indústrias manufatureiras completamente novas. Isto por sua vez requer investimentos em transporte e energia e (definindo-se “investimento” de modo um tanto diferente) em educação, etc., e envolve também uma mudança na composição das importações. Mas o processo de substituição eventualmente alcança um limite, que é estabelecido (principalmente) pelos recursos naturais e pelo tamanho do mercado local. Entretanto, este processo e estas limitações dificilmente são discutidas por completo na Economia convencional, que é tão “global” que omite características essenciais do desenvolvimento.

Finalmente, uma palavra deve ser dita a respeito de algumas das peculiaridades dos setores fiscal e monetário que afetam o funcionamento das economias industriais.

Por exemplo, por causa da pesada carga de impostos diretos e da escala de benefícios de desemprego, o setor público automaticamente compensa, em certa medida, as flutuações na economia privada. Nas economias não-industriais, por outro lado, uma depressão no comércio exterior raramente pode ser superada tornando-se o orçamento deficitário, porque o único meio de cobrir o *deficit* externo será, provavelmente, reduzir as reservas. (Isto é obviamente verdadeiro para um tipo particular de economia não-industrial, uma economia “aberta”; aí um *deficit* do balanço de pagamentos aparece, imediatamente, se a atividade interna é mantida

numa depressão.) Assim, o governo pode eventualmente ser compelido a aumentar impostos ou reduzir despesas, agravando o impulso descendente inicial. Outra característica do sistema fiscal em economias industriais, mas não em outras, é que ele opera no sentido de distribuir a renda mais amplamente entre as várias regiões do país e, assim, assegura que nenhuma seja deixada muito para trás no processo de crescimento econômico.

Enquanto todas as economias industriais têm virtualmente completa autonomia monetária, isto não é de forma alguma universalmente verdadeiro. Mesmo nas maiores economias não-industriais, que controlam suas próprias moedas, faltam muitos dos meios de influenciar a oferta de moeda, tais como operações de *open-market*; ademais, as companhias e bancos estrangeiros que retiram fundos de (ou os fornecem a) suas matrizes podem ser quantitativamente importantes, e sua operação pode afetar a oferta de moeda mais do que quaisquer medidas tomadas pelo banco central local.

Por causa de seus sistemas financeiros, as economias industriais têm limites correspondentes a suas fronteiras políticas. Contudo, se observamos os outros tipos de economia, desejaríamos saber se a nação é mesmo a unidade correta de análise. Se os sistemas fiscal e monetário são muito tênues, barreiras geográficas ou raciais ou religiosas podem demarcar partes da nação como subeconomias virtualmente independentes. Por essa razão, as médias nacionais (e. g., níveis de renda, níveis de salário, níveis de preço, etc.) podem ter pouco significado se usadas para comparação com outros países ou para medir o progresso ao longo do tempo.

UM EXEMPLO: O CONCEITO DO MULTIPLICADOR

Dar um exemplo é a melhor maneira de demonstrar que os conceitos não podem ser prontamente generalizados a partir de economias industriais. O tratamento usual de determinação da renda na moderna Economia se apóia fortemente nos efeitos "multiplicadores" do investimento. Mas o modo pelo qual a renda é criada depende muito do próprio país: se fabrica aço e maquinaria, ou se importa tais bens. Todo país não-industrial compra do exterior uma grande parte de suas necessidades de equipamento, e a grande maioria também importa todo o aço. Uma vez que o volume de maquinaria é muito diferente para diferentes tipos de investimento,

o efeito sobre as importações varia de projeto para projeto. Além disso, mesmo no que se refere ao componente local, as implicações sobre as importações, emprego, etc., dependem de o investimento ser empreendido por empreiteiros, departamentos de obras públicas ou indivíduos privados, e também de ele ter lugar no interior do país ou próximo de portos (onde as propensões a importar dos consumidores são maiores).

Outro ponto a assinalar é que o efeito do investimento depende do fato de que as condições de oferta local sejam geralmente elásticas, isto é, que haja mão-de-obra desempregada do tipo certo, capital ocioso e mobilidade de fatores.¹⁵ Pelas razões indicadas anteriormente, não se pode esperar que essas elasticidades sejam muito altas, particularmente na agricultura. Conseqüentemente, as ondas secundárias de poder de compra gerarão aumentos de preço, ao invés de maiores produto e emprego internos, mesmo que haja desemprego considerável.¹⁶

Na prática, isto significa que o mecanismo de criação de renda é altamente complexo, e não se pode esperar que o "multiplicador" tenha um valor estável. Naturalmente, mesmo nos Estados Unidos o efeito multiplicador não é igual para todo projeto particular, mas dificilmente se esperaria que a composição do investimento total (neste aspecto) mudasse drasticamente de um ano para outro. Assim, o modo pelo qual o multiplicador funciona pode ser considerado estável para fins de ensino. Nos países não-industriais, todavia, o início do investimento num grande projeto particular pode mudar todo o mecanismo de criação de renda. À medida que se criam indústrias de bens de capital, que os regimes de importação se alteram, que se aperfeiçoam as comunicações internas e que a agricultura se desenvolve, os efeitos multiplicadores de todos os tipos de investimento — e, portanto, do investimento total — mudarão significativamente.

¹⁵ Formalmente, a falta de uma indústria de equipamentos mencionada no parágrafo anterior pode ser considerada um caso especial, desde que ela signifique que a elasticidade-preço da oferta interna é zero.

¹⁶ Este último ponto é assinalado por V. K. R. V. Rao em "Investment, income and the multiplier in an underdeveloped economy", *Indian Economic Review*, fev. 1952; numa economia como a indiana, a posição do comércio exterior é muito menos importante. Rao tira as conclusões de que não há nada igual a um único nível de pleno emprego numa economia subdesenvolvida. Veja também, de Osvaldo Sunkel, "Cual es la utilidad practica de la teoria del multiplicador?", *El Trimestre Económico*, jul./set. 1957, que põe mais ênfase no papel das flutuações das exportações.

Além disso, nas economias não-industriais, o comércio exterior é um determinante da renda mais importante que o investimento, exceto para uns poucos casos especiais; e o mecanismo de criação de renda, atribuível às mudanças no comércio exterior, pode ser bem diferente daquele devido às alterações no investimento interno. Um contraste com as economias industriais é que não podemos trabalhar de modo útil com investimento externo "líquido". Uma variação nas exportações pode ser quantitativamente igual a uma variação nas importações, de modo que em cada caso o investimento estrangeiro líquido se altera na mesma grandeza. Todavia, as repercussões podem ser completamente diferentes, porque os setores exportador e importador são inteiramente diferentes (talvez centenas de milhas afastados um do outro). Em todo caso, as variações das importações são (exceto em tempos de guerra ou de bloqueio) induzidas por flutuações da renda, e usualmente seguem as variações das exportações mais ou menos proximamente. O aparecimento de um excesso de exportações pode refletir simplesmente uma demora na execução das encomendas.

Na prática, o mais importante é que a magnitude e a natureza das repercussões das flutuações das exportações dependem de quais exportações tenham variado (porque várias indústrias exportadoras podem estar sujeitas a alto ou baixo imposto, podem ou não estar em mãos de companhias estrangeiras, etc.), e dependem, em segundo lugar, de a variação no valor das exportações de uma mercadoria ter sido resultado de alteração na quantidade exportada ou no preço. Em economias mineiras, por exemplo, as flutuações das exportações, especialmente quando devidas a variações de preços, são, em certa medida, anuladas pela variação nos lucros das companhias estrangeiras.

Não apenas é o investimento menos importante que o comércio exterior neste contexto, ele é amplamente induzido pelo comércio exterior, particularmente nas economias mais atrasadas. Grande parte do investimento é feito ou no setor exportador, em instalações para o transporte e armazenagem de exportações e importações, ou na distribuição das importações. O restante, em grande parte, depende indiretamente das exportações, através da renda.¹⁷

Isto não significa que a idéia de ondas secundárias de criação de renda seja completamente inútil fora de áreas industriais. O que isto implica é que, se o conceito do multiplicador for generalizado, a atenção

¹⁷ A propósito, isto implica que o "acelerador" também não pode ser tratado como um coeficiente global, com um valor estável.

tem de ser concentrada desde o princípio nos "vazamentos" devido às importações (inclusive lucros realizados por companhias estrangeiras), em vez de esta ser uma qualificação introduzida mais tarde, como usualmente é o caso; em segundo lugar, as exportações têm de ser descritas como a força motriz na determinação da renda. O conceito de um "multiplicador", no sentido de um coeficiente que se pode esperar que seja o mesmo, sejam quais forem o estímulo econômico e a fase de desenvolvimento, é provável que confunda o estudante ao invés de ajudá-lo. Este é um conceito que foi desenvolvido para abordar um problema particular, qual seja, como compreender o ciclo econômico nos países industriais, de modo a conceber políticas para reduzir o forte desemprego dos anos entre as guerras. Tal conceito dificilmente poderia ter sido imaginado se a Economia tivesse evoluído em países exportadores de produtos primários e importadores de bens de capital.

É possível argumentar que todos estes pontos podem ser acomodados dentro da construção analítica tradicional; tecnicamente, isto é verdade, porém na realidade o assunto não é ensinado desta maneira,¹⁸ e o economista adquire uma visão da determinação da renda que é um estorvo em vez de uma vantagem, quando ele vai trabalhar em economias não-industriais. Ele pode, por exemplo, facilmente adotar uma visão ingenuamente otimista acerca das possibilidades da política fiscal compensatória.

INTRODUÇÃO À ANÁLISE ECONÔMICA, DE SAMUELSON, COMO LIVRO-TEXTO

O livro-texto é o que molda a mente do estudante mais do que qualquer outra coisa. É algo que ele não apenas lê e relê, mas tenta aprender, como uma fonte de verdade. A fim de ver que tipo de influência os textos podem exercer sobre os leitores que trabalharão em problemas de desenvolvimento (e que eles próprios ensinarão por décadas neste campo), vejamos um exemplo popular: *Introdução à análise econômica*, de Paul Samuelson, livro amplamente usado nas universidades dos países subdesenvolvidos e, igualmente, dos países desenvolvidos, e que é, evidentemente, brilhante, para muitos propósitos.

¹⁸ Uma linha mais radical de crítica seria que conceitos como "investimento" (como uma categoria homogênea) não ajudam ao estudante que trabalhará em problemas de desenvolvimento.

Uma razão de seu êxito é o modo pelo qual utiliza material contemporâneo para ilustrar problemas. Porém, este material é tirado quase exclusivamente dos Estados Unidos. O leitor gradualmente se torna acostumado a uma economia com as características anormais indicadas acima. O investimento doméstico é tratado como o principal determinante da renda, por exemplo, e o modelo de ciclo econômico apresentado é aplicável apenas a uma economia diversificada.

O comércio exterior é confinado a uma seção relativamente pequena no final do livro, e não há discussão dos diferentes tipos de setor exportador ou das implicações destes. Na verdade, a relação entre o comércio exterior e a economia doméstica é descrita de um modo que é típico apenas de um país industrial; por exemplo, afirma-se que a desvalorização tende a restaurar o equilíbrio ao expandir as exportações e reduzir as importações.¹⁹ Aqui novamente o caso na mente do autor parece ser os Estados Unidos. Não é óbvio como a desvalorização do cruzeiro poderia restaurar o equilíbrio no Brasil, digamos, em vista do fato de que a elasticidade-preço da demanda de café é baixa; há mesmo, atualmente, uma quota para as exportações de café. Poderia o volume de importação ser reduzido quando elas consistem quase inteiramente em combustíveis, matérias-primas e maquinarias? A evidência da experiência brasileira é realmente oposta; ela implica que a desvalorização *não* restaura o equilíbrio. É claro, novas exportações poderiam ser estimuladas em escala adequada numa década, mais ou menos, mas evidentemente o tratamento é bem desorientador para um estudante brasileiro ou alguém que trabalhará no Brasil ou em problemas de desenvolvimento ou de economia internacional.²⁰ Pode-se alegar que o Brasil é apenas um exemplo, mas uma vintena de outros poderia ser dada, e uma única exceção é bastante para derrubar uma generalização não qualificada.

¹⁹ Página 760 da quinta edição, de 1961, que é a considerada aqui.

²⁰ Discutindo a aplicabilidade do conceito de uma taxa de câmbio de equilíbrio à Cuba pré-revolucionária, Henry Wallich assinalou: "Porém, onde o mecanismo de preço tem pouca influência, a taxa de equilíbrio deixa de ser claramente definida, mesmo se as rendas internas e externas são dadas. Nisso, o sistema cubano difere radicalmente das economias industriais da Grã-Bretanha ou Estados Unidos, onde uns poucos por cento no preço — ou na taxa de câmbio — podem decidir se seus produtos podem ou não competir no mercado mundial em pé de igualdade". Esta citação é de *Monetary problems of an export economy* (p. 216), que é uma das pouquíssimas tentativas de considerar quão apropriados são os princípios econômicos convencionais para uma economia subdesenvolvida que exporta produtos primários. Veja também *Export economies*, de Levin.

Apesar de ser feita referência a dispositivos protecionistas e ao padrão-ouro, não há explicação da diferença crítica entre o funcionamento de economias "abertas" — isto é, aquelas sem controle de câmbio, licenciamento de importações ou altas tarifas — e de outras economias. Nem há material suficiente sobre a economia mundial que permita a um estudante ver como qualquer país particular nela se enquadraria ou quais são as principais influências sobre as exportações de um país (e sua taxa de crescimento).

Há pouca menção a mudanças institucionais, o que, talvez, se deva esperar apenas num trabalho que trate de uma economia onde tais mudanças se limitaram ao século passado. Não é discutida a questão das instituições existentes: se elas permitem que os recursos de uma economia sejam mobilizados, ou os impedem de ser, para alimentar, vestir, prover de habitação e empregar o povo (afinal de contas, pode-se alegar que esta não é uma questão muito premente nos Estados Unidos).

Apenas na página 775 são abordados problemas de "crescimento e desenvolvimento econômico". Mesmo aí o papel da industrialização no desenvolvimento não é ressaltado, nem, quanto a isso, diz-se ao leitor dos modelos de crescimento revelados pela moderna pesquisa.

Uma das principais fraquezas do texto, como de muitos outros, é que o argumento está ou no nível "macro" da nação ou, mais freqüentemente, no nível "micro" da firma ou família.²¹ Praticamente em nenhuma parte há uma discussão da economia mundial ou da indústria, que são precisamente os níveis interessantes. Estranhamente, a análise de insumo-produto é mencionada apenas num apêndice sobre a história das doutrinas econômicas, como uma versão mais recente do *Tableau économique*, de Quesnay.

Acima de tudo, finalmente, não há descrição dos vários tipos de economia (exportadoras de petróleo, exportadoras de metal, exportadoras de café, etc.).

²¹ Samuelson justifica ter devotado mais atenção à microeconomia dizendo (na página 412): "o homem adquiriu considerável domínio sobre seus problemas macroeconômicos". Vê-se que o autor está-se referindo aos Estados Unidos, mas nem todos os estudantes podem compreender isso. De qualquer modo, isto não é justificativa para um livro-texto, com um título sugerindo que ele é um texto geral, como freqüentemente é considerado. A reação justificável de um estudante em Calcutá, digamos, seria que a Economia é uma ciência mais insensível do que uma ciência sombria. Seria, mesmo para os Estados Unidos, esta afirmação verdadeira?

O título do livro de Samuelson não devia ser *Introdução à análise econômica*; * mas *A economia dos Estados Unidos no século XX*. Por honestidade, deve-se acrescentar que, pelo menos em edições recentes, o livro demonstra relativamente considerável consciência do mundo exterior (e de história econômica); a maioria dos outros textos arroga-se generalidade com muito menos justificação.

O tradutor da edição espanhola aparentemente sentiu-se vulnerável à linha do argumento desenvolvido acima. "Lo que deseo es justificar mi criterio sobre el problema planteado por las constantes referencias del texto a la realidad económica de los Estados Unidos".²² Ele alega que adaptar o texto às necessidades do país do leitor seria impossível — versões bem diferentes seriam necessárias, digamos, para o Chile e para a Espanha; de qualquer modo, os Estados Unidos eram um caso muito importante e digno de estudo por si próprio. Mas, do seu ponto de vista, a principal consideração foi: "Se encuentran las ideas generales con validez general para todos los situaciones estructurales".²³ Na quarta edição (1958), o próprio Samuelson escreveu a mesma coisa: "Gosto de pensar que o amplo uso do livro no exterior e a tradução para línguas estrangeiras ... é um reflexo da sua relevância para sociedades de desenvolvimento institucional bem diferente". (Este comentário não aparece no prefácio à edição seguinte.)

Estas afirmações podem ser melhor avaliadas se virmos como elas ficariam em um outro campo. Poder-se-ia supor que um livro-texto sobre Zoologia limitasse seu material descritivo a cavalos e afirmasse que as grandes vendas de uma edição anterior mostraram sua aplicabilidade a animais de fisiologia bastante diferente?²⁴ Ou poder-se-ia defender a publicação, sem modificações, de uma edição especial do mesmo livro para donos de animais domésticos de estimação afirmando que o cavalo era um animal muito interessante e que, de qualquer modo, se se tentasse adaptar o texto às necessidades de cada um, ter-se-ia de escrever livros

* [*Economics*, no original. (N. do T.)]

²² José Luis Sampedro, na introdução do tradutor à versão espanhola da terceira edição (Madri, Aguilar, 1958): "Quero justificar meu julgamento sobre o problema levantado pelas repetidas referências no texto às condições econômicas nos Estados Unidos".

²³ Idéias gerais podem ser encontradas com validade universal para todos os tipos de estrutura.

²⁴ Em quantas sociedades o homem tem dominado os problemas macroeconômicos?

separados sobre gatos, cães, etc.? Tais argumentos na realidade convidam o estudante a cair na armadilha de tratar o caso especial como se fosse o caso geral.

UM TEXTO MARXISTA

Devo acrescentar de passagem que os livros-textos marxistas também parecem ser de valor limitado para aqueles que desejam compreender os países economicamente atrasados. Um exemplo comum é o *Manual de economia política*,* preparado pela Academia de Ciências da União Soviética. Este tratado pode ser encontrado na estante de estudantes em muitos países e é um texto prescrito para todos os departamentos nas três universidades cubanas.²⁵

Bastante curiosamente, muitas das mesmas críticas se aplicam. Aqui novamente uma grande porção de espaço é ocupada pelo funcionamento de uma economia industrial; o comércio exterior não é enfatizado; o tratamento é muito global, e assim por diante.

Este texto tem, contudo, seus próprios defeitos, ainda que não inesperados. Questões metafísicas, tais como "o que é valor?", são discutidas extensivamente, e o modelo marxista básico para o capitalismo é elaborado usando categorias como "taxas de mais-valia" e "composição orgânica do capital", que podem ter uma função política, mas não parecem muito úteis para o economista. Nenhuma tentativa é feita para comparar os valores destes coeficientes para diferentes países capitalistas. Seções dedicadas a países subdesenvolvidos, inclusive a América Latina, os tratam como se fossem colônias, virtualmente sem quaisquer indústrias pesadas, e, enquanto é dada ênfase ao papel das companhias estrangeiras, não há referência à sua contribuição para as economias locais (através de impostos, etc.).

* [*Political economy*, no original, com tradução em português pela Zahar Editores (N. do T.).]

²⁵ Meus comentários são baseados na edição em língua espanhola (1959) agora sendo usada em Cuba, intitulada *Manual de economía política*. Aparentemente, uma edição mais moderna está sendo agora preparada, mas será surpreendente se ela mostrar-se livre dos defeitos aqui mencionados.

Naturalmente, não se pode queixar que as questões sociais são evitadas — a descrição das várias classes sociais e de seus papéis políticos e ideologias fariam mais sentido do que Samuelson, para estudantes que têm conhecimento em primeira mão de uma sociedade parcialmente industrializada, como, por exemplo, o Chile. Tais países não são inteiramente diferentes do que eram as economias da Europa Ocidental nos meados do século XIX (as quais forneceram a Marx seu material). O “exército industrial de reserva” dos desempregados é, afinal de contas, visível nas ruas, e de fato desempenha a função de manter os salários em níveis de subsistência. A atitude das classes proprietárias de terra em relação à mudança social parece positivamente calculada para provar que Marx está certo. Aquelas oriundas de economias mais atrasadas, onde há vastas plantações de propriedade estrangeira, devem achar a explicação do imperialismo bastante convincente.

Mas o esquema marxista padrão das fases do desenvolvimento — partindo de uma economia primitiva e passando pela escravidão e pelo feudalismo até o capitalismo e o socialismo — parece muito rígido. Onde se enquadraria Gana, por exemplo, com diferentes regiões em níveis diferentes de desenvolvimento? E qual seria sua próxima fase, o capitalismo ou o socialismo? A fraqueza fundamental parece estar no fato de ser dada pouca atenção ao desenvolvimento institucional *dentro* das sociedades numa dada fase. Isto é, sem dúvida, um corolário da visão simplista de que a transformação revolucionária da estrutura é a forma principal de mudança social.²⁶

Parece que, agora o *Imperialismo*, de Lênin, cujo material é também obsoleto hoje em dia, houve pequeno progresso teórico durante um século. Não é feito uso, ou demonstrado conhecimento, de quaisquer avanços nas ciências sociais. O tratamento dado a Keynes é escandaloso. Afirma-se (p. 316) que ele recomendou aumentar os lucros reduzindo os salários reais através da inflação e que defendeu o aumento dos gastos suntuosos dos ricos e da despesa governamental em armamento.²⁷ Os autores não parecem estar nem mesmo cientes do material factual moderno que seria útil para a propaganda (os dados de desemprego citados vão até 1921).

²⁶ Devo este ponto a Mr. Streeten.

²⁷ A Teoria Quantitativa ainda tem autoridade nestas páginas. Assim, na página 176, a inflação é descrita como uma situação caracterizada pela presença de uma massa excessiva de papel-moeda. No jargão marxista, um argumento deste tipo, tão consolador para a burguesia financeira, é objetivamente bastante reacionário.

Certamente não há nenhum esforço para adaptar a doutrina a países subdesenvolvidos, como eles são hoje em dia, nem qualquer discussão erudita de seus processos de crescimento. A implicação parece ser que, se os grilhões do imperialismo fossem removidos, estas economias cresceriam espontaneamente.²⁸ Em relação aos problemas destas economias, não há nem mesmo uma tentativa de aplicar as lições da experiência soviética.

É triste pensar que é justamente o estudante contestador na Ásia, África ou América Latina, consciente das limitações dos livros-textos anglo-saxões, quem pode voltar-se para *isto* como a principal alternativa. Se o título do livro de Samuelson deveria ser mudado, o texto soviético deveria talvez ser chamado "Uma interpretação oitocentista da economia e das mudanças políticas, baseada na experiência da Europa Ocidental".

OUTRAS INFLUÊNCIAS SOBRE O ECONOMISTA

A atitude do estudante em relação aos problemas de desenvolvimento é formada antes e depois de ele ler textos sobre princípios econômicos. Como criança e adolescente, sua experiência é limitada à economia local, com a qual ele gradualmente se torna bastante familiarizado. Se ele é criado num país desenvolvido, os jornais, rádios e televisão falam-lhe principalmente sobre a economia de seu país, e na escola ele adquire uma abordagem da história fortemente nacionalista. As relações econômicas com outros países são usualmente pintadas de um modo algo irrealista. Não é raro que o "calouro" da universidade acredite que as organizações em seu país, quaisquer que possam ser, representam o melhor que se pode encontrar e um modelo digno de imitação pelo resto do mundo. Lado a lado com esta pintura chauvinista, ele pode ser apresentado com um ingênuo internacionalismo, sugerindo que os estrangeiros são

²⁸ A análise das economias capitalistas desenvolvidas é também muito pouco convincente. É transmitida a impressão de que os salários reais médios nos Estados Unidos têm declinado desde o fim do século passado! Referindo-se a um tal de Bogart, o *Manual* afirma que, depois que os preços começaram a subir em 1897, os salários não os acompanharam. Afirma-se também que os salários reais caíram na Inglaterra e na França no início do século XX. Pode-se conseguir vender esta idéia para os estudantes russos, mas não para aqueles que, em qualquer outro lugar, saberiam que isto é uma tolice. Será realmente prudente manter os futuros formuladores de política econômica tão ignorantes dos fatos econômicos da vida?

essencialmente semelhantes a ele próprio, compartilhando seus próprios preconceitos econômicos e políticos.²⁹ Tais influências continuam durante a sua vida de universitário, período em que o problema de encontrar um emprego passa a desempenhar um papel crescente na formação de sua atitude.

No resto do mundo, os estudantes podem ser ainda mais chauvinistas do que o são nos países industriais (alguns deles têm uma base menos insegura para seu nacionalismo). Enquanto em certos campos isto conduz a tentativas de uma educação adequada à sociedade local, em Economia (como nas ciências naturais) o resultado é, mais frequentemente, um exagerado respeito pelos mistérios das técnicas modernas, sobretudo em países recentemente independentes.

O quadro mostrado no livro-texto padrão é, por conseguinte, aceito em todas as partes, com pequena resistência. Na economia industrial, ele se conforma mais ou menos à experiência cotidiana, e o estudante não é bastante experiente para compreender suas limitações. Para os estudantes em quaisquer outros lugares,³⁰ um texto de Economia compartilha do encanto geral de todos os livros técnicos estrangeiros.

Uma vez que o ensino universitário não faz muito — se faz alguma coisa — para derrubar o provincianismo e trazer para casa as realidades do moderno mundo econômico, o principiante da escola de pós-graduação facilmente cai na armadilha de admirar a técnica pela técnica. Se o conteúdo é enfadonho, o estudante cai na formalização, e isto é decerto encorajado. Longe de se tornar mais prática (como, digamos, faz o ensino médico nas suas fases posteriores), a Economia torna-se ainda mais abstrata.

Como H. R. Bowen colocou: "Os estudantes pós-graduados em Economia são confrontados com uma vasta rede de conceitos, técnicas e detalhadas construções teóricas. Eles compulsoriamente vivem num estranho mundo de mapas de indiferença, curvas de demanda quebradas, elasticidade cruzada, propensão marginal a consumir, preferência pela liquidez, produto nacional líquido, erro de amostragem, programação linear e matrizes de insumo-produto. Eles gastam a maior parte de seu tempo adquirindo familiaridade com conceitos e técnicas especializados, e seu sucesso

²⁹ Estes erros são frequentemente agravados pelas grosseiras distorções na propaganda da indústria turística. (Assim, cria-se por exemplo uma imagem dos habitantes das ilhas do Caribe como afortunados moradores num paraíso de praias e palmeiras.)

³⁰ Uma categoria especial é a do estudante do ultramar que deseja ser aceito como membro da profissão nos Estados Unidos ou na Europa Ocidental. Como qualquer um com tendência à assimilação, ele provavelmente não tentará uma revisão fundamentalmente crítica.

como estudante pós-graduado é avaliado em grande parte pelo grau em que os domina".³¹

Um certo padrão de pensamento torna-se firmemente implantado no estudante de pós-graduação; a agilidade intelectual é admirada, sem consideração do objetivo do exercício. O maior elogio para um artigo é "elegante" em vez de "útil"; inversamente, o trabalho que não seja estritamente econômico pode ser descrito como "descuidado". Assim, a perspectiva torna-se distorcida em favor da frivolidade em voga. (A Sócrates foi dada cícuta por muito menos!)

Seymour Harris, assinalando que o tratamento matemático é particularmente sedutor, disse uma vez: "os jovens estudantes mais capazes vêm para este campo e se concentram fortemente na relação entre Matemática e Economia ... Muitos de nós estamos preocupados, com medo de que, por uma excessiva concentração em matemática, os problemas selecionados para estudo possam ser em sua maioria aqueles passíveis de manipulação pelo uso de símbolos, e também com receio de que muitos dos melhores cérebros em Economia possam ser desviados da solução das grandes questões públicas de hoje em dia".³²

A Economia altamente abstrata tem evidentemente algum apelo estético, do mesmo modo que as virtudes intelectuais de aparente precisão e perfeição. (Todas as exceções logicamente possíveis podem ser discutidas, de modo que não se pode ser tomado de surpresa.) Desde que ela permaneça abstrata, o profissional é preservado dos embaraços da controvérsia pública. Um economista jovem e capaz, procurando um tópico para uma tese ou primeiro livro, descobre que a manipulação matemática tem a vantagem particular e não insignificante de oferecer uma maneira não ambígua de demonstrar um certo tipo de talento.³³ (O talento autêntico

³¹ "Graduate education in economics", *American Economic Review*, 1953 (Suplemento).

³² Em *The teaching of elementary economics* (editado por K. A. Knopf e J. H. Stauss), p. 241.

³³ Há basicamente três tipos de economistas: aqueles que usam números, aqueles que usam letras e aqueles que usam palavras. Muito poucos estão igualmente à vontade em todos os três meios de comunicação ou mesmo em dois quaisquer. Uma preferência por letras pode encobrir uma falta de fluência no uso da linguagem e uma falta de interesse em informação numérica, e/ou uma abordagem altamente esquemática dos problemas da sociedade por causa de um desejo, parcialmente consciente, de seguir os passos do verdadeiro cientista (por pelo menos dois séculos, contudo, os cientistas naturais não têm afirmado que poderiam alcançar conclusões úteis simplesmente sentando-se em gabinetes e manipulando símbolos). Por outro lado, é claro que a aversão às letras pode indicar falta de habilidade matemática!

não pode, por sua própria natureza, ser demonstrado de um modo tão fácil.)

Uma vez que desejo evitar a perene e bastante estéril polêmica acerca do papel da matemática na Economia, não vou negar que ela possa ser muito útil no raciocínio econômico, se adequadamente usada. Meu ponto de vista é que seus encantos estão provavelmente exercendo uma influência doentia na evolução da matéria, nesta época. Por uma razão: o progresso na manipulação tem contribuído para a difundida, mas na verdade bastante infundada, crença de que muito progresso tem sido feito na Economia. Em segundo lugar, uma vez que os processos de desenvolvimento, que são parcialmente institucionais, não se prestam facilmente a este tipo de tratamento, o estudante mais capaz pode achar o campo nada atraente. Em terceiro lugar, aqueles que de fato trabalham nos problemas de economias não-industriais usualmente tentam enquadrar a situação dentro de algum modelo global que eles aprenderam, desprezando a questão de este ter ou não sido concebido com um tipo diferente de economia em mente. Eles podem também tentar quantificar o modelo, ignorando se as estatísticas são boas o bastante para a tarefa.

Não apenas o economista originário de países industriais cai nesta armadilha; precisamente por causa da reputação da técnica como tal, o economista brilhante, natural de outros países, com freqüência faz o mesmo. Aí os autores de modelos são freqüentemente em grande medida culpados. Como os escritores de livros-textos, eles raramente especificam com clareza ou ênfase suficiente os seus pressupostos, ou estabelecem sob quais condições eles provavelmente serão válidos. (Isto é mais surpreendente em vista do fato de que este ramo da profissão se orgulha de seu "rigor".)³⁴ Os modelos com freqüência repousam em pressupostos básicos, mas provavelmente impróprios, tais como uma economia fechada, concorrência perfeita, gostos constantes, distribuição de renda constante e fatores de produção móveis, hipóteses estas bastante artificiais mesmo para sociedades industriais.

³⁴ Como o Professor Ruggles uma vez assinalou, num grupo de discussão de problemas de desenvolvimento em Yale, meramente colocar um argumento em símbolos matemáticos em vez de palavras não o salvará de qualquer imprecisão inerente.

Não nego que modelos altamente abstratos possam ser úteis, pelo menos para alguns tipos de problema. A questão é se há lugar para eles, em vista de sua limitada aplicação e de seus perigos inerentes. Parece estranho introduzir os estudantes à formalização da teoria antes que lhes seja ensinado o que eles realmente de fato precisam saber, não apenas para seu trabalho profissional, mas mesmo para permitir-lhes decidir se algum modelo é útil: a estrutura da economia mundial e como esta estrutura está mudando; o funcionamento dos principais setores produtivos, inclusive as principais técnicas agrícolas e industriais, e seus requisitos de mão-de-obra e de outros insumos importantes; a economia das alterações demográficas; a organização e operação dos mercados de *commodities*; as relações entre o tamanho, a estrutura e o crescimento econômicos; as implicações econômicas de vários tipos de instituição social; etc. Estão transformando pessoas em economistas, que podem desenhar diagramas ilustrando a teoria do duopólio, mas que não saberiam como começar a lidar com a questão (digamos) de uma indústria de aço se estabelecer ou não na Guatemala, ou o que ou quanto ela deveria produzir. A maioria não sabe grande coisa sobre a história econômica, mesmo de seu próprio país, sem dizer dos problemas e processos do desenvolvimento na União Soviética, China, Brasil, Egito, Índia ou Japão — para mencionar apenas alguns dos casos mais interessantes. Há ignorância quase universal das teorias sócio-econômicas correntes, tal como o Marxismo, com o qual qualquer economista que trabalhe no ultramar se defrontará mais cedo ou mais tarde.

É verdade que usualmente há seminários (como há livros) sobre "Economia do Desenvolvimento". Estes são, contudo, freqüentemente baseados em modelos altamente agregativos do tipo Harrod-Domar, juntamente com alguns fragmentos e trechos de informações fornecidos pelo professor (ou autor), na base do que lhe sucedeu notar nos países que visitou. Mas uma abordagem global pode, pelos motivos já explicados, confundir o estudante. Ele pode concluir, erradamente, que aprendeu o que é conhecido a respeito dos processos de desenvolvimento.

O treino no uso de material estatístico poderia ajudar o estudante a ver a realidade. Infelizmente, os "métodos estatísticos" da maneira como são usualmente ensinados (como de fato eu mesmo costumava ensiná-los) não fazem isto. Podem até mesmo ser verdadeiramente prejudiciais. Longe de mostrar ao estudante como avaliar e usar o material estatístico, que é a necessidade básica e central, esta matéria é um museu de curiosos e antigos instrumentos (a maior parte tomada de outros campos como a

Biologia). A suposição implícita nos exemplos e exercícios é que os dados usados são absolutamente seguros e fidedignos. É como se alguém aprendendo carpintaria fosse ensinado a ignorar as propriedades de diferentes tipos de madeira. A atenção do estudante é, assim, continuamente desviada *para fora* da essência do problema; uma atitude não crítica em relação aos dados é gradualmente adquirida, e o estudante pode levar anos para se ver livre dela.³⁵ Não é nem mesmo dada muita atenção às proposições teóricas sobre erros e tendências em vários ramos da matéria, e todavia elas ajudariam o economista a levar em conta os defeitos do material estatístico e decidir sob que condições eles afetam suas conclusões.³⁶

Pode-se afirmar que o que um economista realmente precisa é de, pelo menos, um ano de trabalho numa agência de estatística. Pelo simples fato de ter-se que enfrentar, centenas de vezes, problemas menores como tabular dados comerciais, organizar séries setoriais para publicação e fazer relatórios de pesquisas ou censos, adquire-se uma genuína sensibilidade sobre a confiabilidade dos dados e, portanto, pelo que pode ou não pode ser feito em economia aplicada. As universidades poderiam, contudo, ajudar a encurtar o período de aprendizagem, simulando experiências práticas. Isto significaria estabelecer projetos de pesquisa com material estatístico real, tais como sucessivos censos de produção agrícola ou industrial (ou talvez documentos fictícios com defeitos elaborados propositalmente). O estudante seria forçado a enfrentar os problemas impostos por mudanças dos grupos de itens incluídos, etc., quando tentasse comparar a produtividade ou o nível de preços do censo de um ano em relação ao do ano seguinte. Se for bem enfatizado que a qualidade do material determina em grande parte qual análise pode ser feita, haverá menos tentação para usar técnicas superelaboradas.

O segundo defeito no ensino de Estatística, que pode revelar-se no trabalho subsequente do pós-graduado, é análogo a um já mencionado com relação ao ensino de Economia, qual seja, que o estudante é ensinado a

³⁵ É interessante especular sobre como esta abordagem poderia ter surgido. Talvez sua raiz seja a divisão do trabalho convencional entre os servos que fazem o trabalho prático e os sábios que conhecem a técnica.

³⁶ Questões de conteúdo também surgem aqui. A implicação da ênfase em teoria econômica sugerida acima é que um tempo inadequado em instrução estatística é dedicado a números índices, inclusive temas como "mudança dos anos-base" (algumas vezes a teoria dos números índices é quase inteiramente omitida, com exceção de uma menção ritual das divindades gêmeas, Paasche e Laspeyres).

manipular em vez de interpretar. A ênfase está em como ajustar curvas de regressão, digamos, ao invés de como se deve interpretar um diagrama de regressão, como decidir se há algum problema em se ajustar uma curva e como escolher (em vista das implicações teóricas) entre os diferentes tipos de função. Críticas análogas podem ser feitas ao ensino corrente, com relação à interpretação de séries temporais e à inferência de conclusões a partir de amostras.

O argumento corrente em defesa de técnicas abstratas, em ambas, Economia e Estatística, é que elas ensinam aos estudantes "como pensar". Uma vez que, de fato, eles estarão bastante envolvidos em trabalho prático, ou pelo menos na discussão de problemas atuais, eu diria que a instrução não empírica ensina-os a pensar *de modo errado* (sem dúvida o mesmo argumento foi apresentado na década de 20 para os modelos existentes na época). Ela é rígida e restrita, e isto leva os estudantes a adquirirem maus hábitos de trabalho, tais como tentar explicar os desenvolvimentos teóricos com funções lineares escolhidas intuitivamente e incluir umas poucas variáveis selecionadas (que geralmente são puramente econômicas). Mas em todo caso, se o objetivo é desenvolver métodos formais de pensamento, certamente as matérias necessárias são a matemática e a moderna análise lógica. Os inconvenientes do tipo de instrução que começa dando símbolos algébricos à "mão-de-obra", "capital", etc., são duplos. Primeiro, encorajam uma falsa teorização ao usar conceitos sem especificar-lhes o contexto (ou, freqüentemente, seu significado preciso). Em segundo lugar, uma vez que estes conceitos estão relacionados com a vida real, parecem estar ensinando ao estudante algo sobre relações econômicas. Da mesma forma, o perigo da instrução puramente teórica na análise de regressão é que ela dá a impressão de estar ensinando ao estudante a fazer pesquisas.

Não há realmente necessidade de procurar material que ensine às pessoas "a pensar". Em muitos campos importantes da Economia surgem casos que tornam apropriadas, e até essenciais, técnicas analíticas bastante complexas. Eles incluem movimentos demográficos (*e. g.*, o uso de tabelas de mortalidade, a derivação de coeficientes de reprodução, etc.); relações interindustriais; tendências da demanda; e os processos de produção e utilização de energia. Elas proporcionam oportunidades adequadas, e muito mais úteis, para ginásticas mentais.

O GRAU DE GENERALIZAÇÃO POSSÍVEL

Podem agora ser construídos, para algumas economias individuais, modelos explicativos simples, que poderiam ainda ser desenvolvidos em modelos para diferentes tipos de economia. Quando os passos nessa direção tiverem sido assimilados, serão particularmente úteis aos professores que trabalham no ultramar e que estão ansiosos para tentar adequar o material de ensino às necessidades de seus alunos. Presentemente eles têm de conseguir seu próprio material a partir dos textos disponíveis, como o de Samuelson, o qual sem dúvida é um fraco substituto para os textos de que necessitam. Em todo caso, há muito poucos professores que têm tempo e capacidade para fazê-lo adequadamente. Muitos daqueles que ensinam em países subdesenvolvidos têm programas intensos e/ou empregos de tempo integral fora da universidade. É natural que haja uma certa resistência à idéia da necessidade de tal comentário.

Porém, valeria a pena tentar algo mais geral. Há tantas características comuns que agora seria possível escrever um texto cobrindo o que é, e será por várias décadas, o caso típico em Economia, a economia não-industrializada, muito embora tal texto fosse no momento muito rudimentar. Para tais economias, uma abordagem dinâmica é necessária, com forte ênfase no comércio exterior e, portanto, na organização da economia mundial e no funcionamento dos mercados de bens. Há certas semelhanças em suas estruturas sociais e econômicas e em seus problemas, especialmente se eles são agrupados de acordo com a fase de desenvolvimento.³⁷ Seus processos de crescimento mostram traços comuns e requerem uma análise a um baixo nível de agregação. Podem ser reconhecidos padrões no modo pelo qual elas respondem às flutuações de curto prazo e, novamente, ainda mais se as agrupamos, desta vez, de acordo com a organização do principal setor exportador.

É verdade que o material para escrever tais textos está muito desorganizado, porque apenas começamos a tarefa de classificar as economias do mundo (sempre um dos primeiros estágios numa ciência), sem dizer das tarefas de realizar alguma análise comparativa ou explorar as semelhanças. As economias desenvolvidas, como Narciso, têm estado interessadas quase exclusivamente em si próprias. A grande maioria da pesquisa

³⁷ Primeiramente, talvez dividindo-os de acordo com o grau de planejamento central. Poderia ser alegado que isto transcende o nível de industrialização como um critério de classificação. Pessoalmente, contudo, acredito que, para muitos propósitos analíticos, Cuba tem mais em comum com, digamos, a Venezuela que com a Alemanha Oriental.

é ainda dedicada a seus problemas locais, e poucos economistas se preocupam em ler outros periódicos que não os americanos ou britânicos.

Em vez de construir proposições a partir da observação detalhada de certo número de casos concretos, o trabalho profissional se dedica principalmente à construção, quase sempre *a priori*, de modelos que são providos, depois de sua formulação, de uma base quantitativa muito tênue (*e. g.*, verificação empírica apenas para um único país industrial, cobrindo no máximo uma década ou duas), se de fato quaisquer números são mesmo usados.³⁸ Muito recentemente um esforço crescente tem sido dedicado ao estudo de outras economias — apesar de que a razão básica, receia-se, seja mais freqüentemente a guerra fria do que um desejo de tornar a Economia uma matéria respeitável. Mas, uma vez que as instituições que trabalham neste campo estão fazendo muito pouco no sentido de coordenar seu trabalho, a tarefa de tirar conclusões gerais estará longe de ser fácil.³⁹

Em todos os assuntos científicos, o progresso tem dependido, em grande medida, de pesquisa sistemática e comparativa. O material organizado sobre mudanças na estrutura econômica é muito fraco. O que existe é devido em grande parte a três pessoas — Clark,⁴⁰ Kuznets⁴¹ e Chenery⁴² — e às Nações Unidas.⁴³ Fora estes, a maior parte dos estudos

³⁸ “Não se deve permitir à inteligência saltar e voar de pormenores para axiomas distantes e da mais alta generalidade (tal como os primeiros princípios, como eles são chamados, das artes e das coisas)” (Francis Bacon, *The first book of aphorisms*, C.I.V.). A leitura de Bacon é interessante porque ele escreveu numa fase correspondentemente primitiva no desenvolvimento das ciências naturais.

³⁹ Algumas Fundações proporcionam a maior parte dos recursos necessários e elas poderiam insistir numa certa, mesmo que limitada, padronização. Os seus funcionários, contudo, têm um despropositado (ainda que compreensível) medo de serem considerados ditatoriais — e deve-se admitir que haveria grandes perigos durante a presente fase inicial da disciplina se seu desenvolvimento fosse dificultado por decisões prematuras sobre quais fatores vale a pena explorar.

⁴⁰ *The conditions of economic progress*. A maior parte dos pesquisadores está agora algo cautelosa em usar este material, mas ninguém pode desafiar o direito de Colin Clark de ser considerado o pioneiro em economia comparativa.

⁴¹ Veja sua série de artigos em *Economic Development and Cultural Change*, *seriatim*.

⁴² Especialmente “Patterns of economic growth” (*American Economic Review*, ser. 1960), que é um candidato a ser considerado o “artigo Kahn” desta geração. É interessante notar que, enquanto os economistas britânicos comandaram a grande mudança anterior na doutrina, o trabalho correspondente hoje está sendo feito quase inteiramente por americanos.

⁴³ *World Economic Surveys*, *seriatim*. Por motivos políticos, é difícil para a ONU usar este material comparativamente.

de pesquisa internacional cobre indústrias ou campos particulares.⁴⁴ Entretanto, existe uma referência básica com material de diversos países, nos escritos da escola estruturalista latino-americana, e esta é suficientemente flexível, creio, para ser estendida a outras partes do mundo.

As possibilidades de generalização em campos como moeda, bancos, estrutura fiscal e economia de empresas parecem limitadas por causa das grandes diferenças institucionais a serem encontradas. Entretanto, deve-se talvez adiar o julgamento disto até daqui a uma ou duas décadas, quando então as instituições dos diferentes países terão sido, sem dúvida, sistematicamente comparadas.

Pode-se argumentar, é claro, que nas universidades dos países desenvolvidos, pelo menos, os textos deveriam ser baseados no modelo local, como o são presentemente, porque a maioria dos economistas estará trabalhando para as companhias ou os governos locais. Por causa da influência de tais países na economia mundial, e de seu funcionamento relativamente bem-sucedido, haveria também algo a ser dito para que os economistas em países não-industriais adquirissem, pelo menos, uma familiaridade geral com este modelo. Tudo isto está muito bem desde que o modelo seja reconhecido como um caso altamente especial. Mesmo assim, pode-se afirmar que se deve ter muito mais precaução com o número crescente dos que estarão, em alguma época, de alguma forma, ligados aos problemas de economias não-industriais. Entretanto, algum dia esta objeção sem dúvida desaparecerá. O crescimento da economia comparativa conduziria à criação de um esquema mais geral, no qual poderiam ser enquadrados os casos especiais (como economias industriais, digamos, ou economias de petróleo).

Um guia útil na reconstrução da Economia que agora se inicia poderia ser o seguinte *slogan*, modesto mas revolucionário: "A Economia é o estudo das Economias".

⁴⁴ Deve ser feita menção aqui a uma nova série sobre economia comparativa, editada por Lloyd Reynolds. Dois volumes já apareceram: *Foreign trade and the national economy*, de Kindleberger, e *The economics of labor*, de Phelps Brown.

A Economia e sua Crise de Identidade *

ANA MARIA BIANCHI **

1 — INTRODUÇÃO

Uma das palavras mais em voga quando se trata de exprimir o estado da economia mundial ou brasileira nos últimos anos é, sem sombra de dúvida, *crise*. Nos anais dos congressos que reúnem especialistas de diferentes matizes, nas conferências que estes proferem nos mais diversos locais, nos pronunciamentos que fazem sobre a conjuntura econômica através dos meios de comunicação de massa, ela aparece com a maioria dos sentidos que lhe dá o dicionário:

“Crise. [Do lat. *crise*.] S. f. ... 3. Manifestação violenta e repentina de ruptura de equilíbrio ... 5. Estado de dúvidas e incertezas ... 6. Fase difícil, grave, na evolução das coisas, dos fatos, das idéias ... 7. Momento perigoso ou decisivo ...” [Holanda Ferreira (1975, p. 403)].

Este artigo tem como proposta deslocar o foco da discussão da crise que afeta, em geral, a economia mundial e, em particular, a brasileira, para a crise que afeta a própria ciência que trata das mesmas. Tem como ponto de partida a idéia de que a ciência econômica difundida e praticada entre nós encontra-se numa crise de identidade séria e de claras raízes metodológicas. Evidentemente, não se pretende estabelecer uma relação mecânica de causalidade entre os dois fenômenos — crise na economia, crise na ciência econômica —, nem muito menos sugerir que a resolução da segunda constitua uma solução para a primeira. Mas entende-se que, ao manifestar-se em diferentes planos, a crise constitui uma oportunidade

* Uma versão preliminar deste artigo foi submetida ao XI Encontro Nacional de Economia realizado em Belém, em dezembro de 1983. A autora agradece as críticas e sugestões de Cristóvão Buarque, da Universidade de Brasília, que foram, na medida do possível, incorporadas a esta nova versão, mais completa e modificada.

** Professora de sociologia econômica e metodologia científica da Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo e pesquisadora da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE).

ímpar para uma revisão dos pressupostos graças aos quais a economia se vem consolidando como ciência, através do tempo, e os especialistas na área passaram a constituir uma comunidade com interesses próprios, funções políticas e responsabilidades sociais definidas na sociedade contemporânea.

2 — A CIÊNCIA NORMAL E SUAS CRISES

A tese central deste artigo é a de que a ciência econômica vive hoje uma profunda crise de identidade, que merece ser estudada. Antes de desenvolvê-la em maiores detalhes, porém, caberia discutir um pouco a perspectiva de Kuhn (1970). Embora o raciocínio desenvolvido pelo autor para caracterizar o desenvolvimento científico esteja fundamentalmente apoiado nas ciências naturais (a física, em particular, posto que se trata de um indivíduo com especialização nesta área), muitos paralelismos podem ser estabelecidos com a situação das ciências sociais. A proposta básica de Kuhn é, no mínimo, um bom começo para orientar uma reflexão sobre a crise de identidade da ciência econômica.

No livro em questão, o desenvolvimento da ciência é retratado de uma forma cíclica, onde estágios que o autor chama de "ciência normal", caracterizados pela vigência de paradigmas de ampla aceitação, são seguidos por revoluções científicas. Estas, uma vez desencadeadas e resolvidas, dão lugar a um novo estágio de "ciência normal", com um novo paradigma. Assim, o progresso científico não segue uma tendência linear e acumulativa, como parecem acreditar os leigos, os livros-textos e muitos cientistas, mas sim através de revoluções, durante as quais os diferentes ramos da ciência vivem profundas crises e convulsões em seu arcabouço básico. Os episódios em que Kuhn se apóia para ilustrar o fenômeno são basicamente extraídos das ciências físicas, ligados às contribuições de indivíduos como Copérnico, Newton, Lavoisier e Einstein.

Nos períodos de ciência normal, estão em vigência paradigmas amplamente acatados pela comunidade científica: a astronomia ptolomaica (ou, mais adiante, a copérnica), a dinâmica aristotélica (ou galileana, ou newtoniana), a ótica corpuscular (ou de ondas), e assim por diante. É através do estudo de tais paradigmas que os aspirantes se preparam para ingressar numa determinada comunidade científica.

Kuhn salienta ainda que, na ciência normal, a principal atividade dos especialistas é a resolução de quebra-cabeças (*minute puzzles*). A comunidade científica determina uma gama de problemas que devem ser admitidos como tais, encorajando seus membros a resolvê-los. Outros problemas, que possam em si mesmos representar um questionamento em relação ao paradigma (a paz mundial, por exemplo), são rejeitados como metafísicos, como preocupação de outra disciplina, ou, por vezes, como problemáticos demais para merecer o tempo que sua solução demandaria.

Os quebra-cabeças, diz Kuhn, derivam seu valor intrínseco da possibilidade de solução que apresentam, desde que se apliquem as regras estabelecidas pelo paradigma em vigor. Nesse sentido, não cabe ao investigador misturar as peças de duas caixas de quebra-cabeças diferentes, pelo simples fato de que estará fadado ao fracasso. Isto explica por que problemas prementes, como a paz mundial, tendem a ser rejeitados enquanto problemas, pela dificuldade de se encontrar uma solução através das regras preestabelecidas e amplamente acatadas.

Um bom exemplo para ilustrar o pensamento de Kuhn resulta de um experimento sobre percepção de incongruências desenvolvido por dois psicólogos, Bruner e Postman. As pessoas que participaram deste experimento foram chamadas a identificar uma pilha de baralho onde algumas (poucas) cartas apresentavam certas anomalias, tais como um seis de espadas vermelho ou um quatro de copas preto. Os psicólogos do exemplo de Kuhn verificaram que as pessoas, nas primeiras vezes em que eram expostas a cartas anômalas, tendiam a identificá-las com as cartas normais, ou seja: o primeiro quatro de copas preto tendia a ser identificado, sem qualquer hesitação ou surpresa aparente, como um quatro de espadas ou como um quatro de copas. Sem demonstrar qualquer consciência de que havia algo de diferente, a pessoa rapidamente encaixava a carta anômala numa das categorias conceituais preparadas pela experiência anterior, consistente com as cartas sem quaisquer anomalias.

A medida que aumentava o tempo de exposição às cartas anômalas, porém, as pessoas mostravam os primeiros sinais de dúvida e diziam algo como: "Este é o seis de espadas, mas há algo de errado com ele, há uma margem vermelha em torno do preto." Com o passar do tempo e o aumento do período de exposição, as hesitações e a confusão resultante cresciam, até que finalmente, e por vezes de forma repentina, variável de pessoa para pessoa, a maioria delas adquiria consciência das anomalias do baralho.

Kuhn serve-se deste experimento para defender que, tal como no caso das cartas do baralho, a percepção do novo emerge com certa dificuldade, na medida em que contraria toda uma expectativa criada através do processo formativo do cientista. Uma maior familiaridade com um determinado fenômeno (ou teoria) poderá resultar na consciência de que existe algo errado a respeito, ou de que este algo errado já existia anteriormente sem que o indivíduo se desse conta. O estado de alerta (*awareness*) é, segundo Kuhn, um pré-requisito para todas as mudanças aceitáveis na teoria científica. Um exemplo clássico é dado pelas dificuldades que os críticos escolásticos passaram a encontrar na teoria de Aristóteles sobre o movimento, dificuldades que foram cruciais para ensejar as contribuições revolucionárias de Galileu; ou o fato de que a mecânica quântica nasceu, por assim dizer, de uma série de dificuldades relativas à radiação de corpos negros, calores específicos e efeito fotoelétrico.

Os exemplos deste tipo poderiam ser multiplicados, mas o fundamental a reter é que este estado de alerta em relação a anomalias nas teorias existentes (ou no paradigma dominante) deve durar o tempo suficiente e penetrar na mente dos cientistas com a profundidade necessária para originar uma situação de crise aguda. Portanto, na medida em que leva à rejeição do paradigma e a mudanças significativas nos problemas e técnicas da ciência normal, a emergência de um novo paradigma é geralmente precedida de profunda insegurança profissional, gerada pelo fracasso persistente dos quebra-cabeças da ciência normal.

Um aspecto muito interessante, ressaltado por Kuhn, é a chamada "invisibilidade" das revoluções científicas. Segundo o autor, tanto cientistas quanto leigos são treinados a reportar-se a uma fonte de autoridade — aquilo que alguns chamam de "colégio invisível", outros de *establishment* — que, consciente ou inconscientemente, procura encobrir o fato da crise e da própria revolução na história da ciência, transmitindo uma imagem linear e acumulativa de seu processo. O exemplo escolhido em defesa deste ponto de vista é expressivo e, mais uma vez, extraído das ciências físicas. Kuhn nos lembra da postura assumida por Newton diante de Galileu: este, disse Newton, descobriu que a força de gravidade constante produz um movimento proporcional ao quadrado do tempo. Ora, Galileu nunca afirmou exatamente isso; sua discussão sobre a queda dos corpos raramente aludia a forças, muito menos a uma força gravitacional uniforme responsável pela queda dos corpos. Porém, ao creditar a Galileu a resposta a uma questão que o paradigma vigente sequer permitia formular, Newton fez uma pequena mas decisiva revolução nas questões

que seus colegas de profissão formulavam sobre o movimento e, consequentemente, nas respostas que se sentiam dispostos a aceitar. Foi exatamente esta mudança na formulação das questões e das respostas que permitiu a substituição da dinâmica galileana pela newtoniana, tal como, num momento historicamente anterior, permitira a substituição da dinâmica aristotélica pela dinâmica galileana.

Uma vez instauradas as revoluções e mantidos os cientistas em estado de alerta em relação à ciência normal, como se resolvem tais revoluções? Como se superam as crises por ela desencadeadas? Segundo Kuhn, através do conflito ou da competição entre segmentos da comunidade científica, que acabam por determinar a rejeição de um paradigma e sua substituição por outro. São as "seleções revolucionárias", etapa de transição, caracterizadas pela crise e pelo conflito, e que medeiam os períodos de ciência normal.

No pós-escrito da segunda edição de seu livro, Kuhn destaca a importância da comunidade de especialistas como tomadora de decisões, promotora de crises, propiciadora de invenções e descobertas, etc., contrapondo seu papel ao do cientista isolado. O autor deplora a escassez de escolas em competição nas ciências ditas desenvolvidas, escassez esta que cria uma situação em que os membros de uma determinada comunidade científica constituem a única platéia e, ao mesmo tempo, o único juiz do trabalho por eles mesmos produzido! A educação científica, diz Kuhn, está demasiadamente voltada para a tarefa de ensinar os novatos a resolverem quebra-cabeças, à semelhança de um professor de matemática concentrado em fazer com que alunos resolvam os exercícios do final de cada capítulo de seu livro-texto. Desta forma, existe uma tendência generalizada a menosprezar a importância da crise e do conflito.

A análise de Kuhn tem sido objeto de profunda admiração, por parte de cientistas dos mais variados matizes, mas também tem sido, por outro lado, alvo de acerbadíssimas críticas. Fundamentalmente, critica-se a adequação da idéia de paradigma para explicar o desenvolvimento científico, sobretudo no que tange à possibilidade de aplicá-la às ciências sociais. Nestas, o conflito entre teorias (paradigmas) em competição seria ainda muito visível, o que poderia remetê-las ao estágio de pré-ciência descrito por Kuhn. Outras propostas metodológicas têm sido agregadas/contrapostas à deste autor (a de Lakatos, entre outras), no sentido de contornar as críticas surgidas.

Num balanço mais geral, porém, o esquema proposto por Kuhn parece ser, no momento, conveniente e suficiente para alimentar algumas reflexões sobre a crise atualmente vivida pela ciência econômica, com seus dramas e paradoxos. Os conceitos desenvolvidos pelo autor e aqui sumariamente relatados, bem como o processo de desenvolvimento científico que descreve, constituem um referencial interessante para este tipo de discussão.

3 — A CRISE DE IDENTIDADE DA CIÊNCIA ECONÔMICA *

A ciência econômica vive atualmente algo que os psicólogos chamariam de "crise de identidade", ou seja, um estado de dúvidas e incertezas em relação à sua auto-imagem, um sentimento de desgosto face a seu reflexo no espelho. Pessoalmente, tenho a seguinte sensação: a) a criança já disse que o rei está nu; b) a comunidade olhou e admitiu a nudez real; c) entretanto, uma boa parte dela ainda reluta em admiti-lo abertamente; e d) uma boa explicação para esta relutância é o problema sucessório, o conflito entre os herdeiros potenciais, assunto predileto nos corredores mas que muitos ainda não aceitam expor em público.

No seio da comunidade de economistas existe hoje uma consciência aguda e generalizada de que o otimismo vivido nas décadas de 50 e 60, tanto no Brasil quanto em outras partes do mundo, desmoronou-se ao sabor dos acontecimentos, persistindo apenas em função do medo de perder privilégios penosamente conquistados, quando não como um artifício de engodo e prestigiação. No que concerne às ciências sociais, como é notório, a crise no desenvolvimento científico está intimamente ligada à crise na própria sociedade e é hoje tão indisfarçável quanto esta última.

Assim, ao colapso da economia mundial em 1929 sobreveio a revolução keynesiana. Esta criou um estado de alerta em relação às anomalias do paradigma marginalista, com seus modelos, técnicas e previsões, ao mesmo

* As discussões aqui expostas constituem o subproduto das discussões que travei com meus colegas da Faculdade de Economia da USP durante o concurso de efetivação pelo qual passamos este ano, bem como com os alunos que tive no curso de pós-graduação sobre pesquisa econômica. Desejo destacar em especial o nome de Elizabeth Querido Farina, professora de Metodologia Científica daquela instituição.

tempo em que apontava o caminho para a superação das mesmas. O acelerado ritmo de crescimento econômico de muitos países nas décadas que se seguiram à II Grande Guerra deu à comunidade científica e aos leigos em geral a impressão de que os problemas fundamentais do capitalismo haviam sido solucionados e de que os especialistas poderiam enfim voltar a entreter-se com seus pequenos quebra-cabeças. Do ponto de vista teórico e prático, o grande paradigma passou a ser a síntese neoclássica empreendida nos Estados Unidos, que considerou Keynes, malgrado sua própria vontade, *one of our boys*. Este paradigma vem desde então dominando a ciência econômica, e a atitude básica de descartar as anomalias foi mantida porque assim se acreditava estar contribuindo para o progresso da ciência, num estágio de ciência normal. Em outras palavras, não se tratava (trata) apenas de encobrir revoluções que estivessem sendo gestadas, tratava-se (trata-se), isto sim, de encobrir anomalias, raciocinar em termos de uma ciência pura, formalizada, consistente e contente consigo mesma. Em 1983, este tipo de postura ficou evidente na reação de Gérard Debreu, agraciado com o Prêmio Nobel de Economia, ao declarar à imprensa: "Não sou conservador, nem revolucionário. Só faço modelos abstratos."

O capitalismo, porém, é óbvio, conservou seus calcanhares-de-aquiles, um dos quais foi precisamente a persistência do subdesenvolvimento, da pobreza e da miséria, num período de crescimento econômico acelerado. Esta anomalia, tornada mais visível ainda pela recente crise do petróleo — a despeito dos esforços empreendidos por certos países para retardar seu impacto e a percepção da mesma —, fez com que a teoria do desenvolvimento surgisse como o ramo da ciência mais sensível aos problemas desprezados pela síntese neoclássica. É por esta brecha que surgem as primeiras frustrações em relação à ciência normal, um estado de alerta face a anomalias que, com o passar do tempo, foram sendo cada vez mais claramente percebidas. Gunnar Myrdal, Albert Hirschman, Celso Furtado e outros economistas que dedicaram sua profissão ao estudo dos países do Terceiro Mundo foram os primeiros a se dar conta de que havia algo de podre no ar. Fizeram as primeiras descobertas e declararam publicamente que elas contrariavam o paradigma em vigor, concitando seus colegas de profissão a abandonarem seus quebra-cabeças.

Mas a comunidade que se constituiu em torno da síntese neoclássica está suficientemente sedimentada e detém meios de controle sobre seus membros suficientemente fortes para garantir a invisibilidade da revolução, quando não das próprias anomalias. Assim, não é por mero acaso que

Myrdal chama um de seus livros de *Contra a corrente* e, numa espécie de autobiografia de sua viagem aos Estados Unidos, mostra sua falta de sintonia com os paradigmas em voga. A importância desta obra, cuja primeira edição data de 1972, decorre fundamentalmente do fato de ser o desabafo de um economista que, por ter publicado vários anos antes um livro sobre *The political element in the development of economic theory*, foi pronta e implacavelmente considerado ... sociólogo! O Prêmio Nobel que lhe foi atribuído em 1974, uma espécie de *mea culpa* da comunidade científica, procurou apagar este estigma, desculpando sua teimosia em apontar anomalias em plena vigência da ciência normal. Mas é também verdade que o prêmio foi no mesmo ano compartilhado com Hayek, e seu caráter conservador manifestou-se claramente durante todos os anos em que vem sendo concebido, desde 1969.

O importante a destacar, em se tratando de uma ciência econômica, é o fato de que seu caráter prescritivo não só se reflete na necessidade constante que têm os economistas de sugerir estratégias de intervenção na realidade, como torna a ciência econômica muito suscetível a crises no funcionamento da economia, que se refletem de maneira palpável em seu arcabouço teórico. A própria origem do termo "economia" trai este caráter prescritivo, de ciência aplicada. Como se sabe, a etimologia do termo remete às palavras gregas *oikos* e *nomos*, que, agregadas, têm como referencial os cuidados domésticos, a administração (*nomos*) dos problemas do lar (*oikos*). Ao substantivo adicionou-se o qualificativo "política", que em suas origens etimológicas assume o sentido de uma ciência social, num contexto mais amplo do que o político *stricto sensu* [Lange (1963, pp. 13-4) e Katouzian (1980, pp. 178-83)]. É curioso observar que não existe sequer um termo específico para diferenciar a ciência que estuda a economia desta, como existe em inglês (*economics, economy*), ou no caso de sociologia e sociedade.

Outra peculiaridade digna de nota na economia, quando comparada às demais ciências sociais, é seu complexo de superioridade, que está associado ao próprio complexo que as ciências sociais, em geral, têm nutrido em relação às ciências físicas. Ele foi sendo gerado durante o processo de emancipação da filosofia e conquista de um lugar ao sol por parte da economia, na comunidade científica em geral, entre os leigos e — por que não? — nas altas esferas de poder, onde os economistas têm encontrado emprego e guarida. Com o tempo, o sentimento de ciência normal, exata, conhecimento verdadeiro e definitivo, sentimento compartilhado com orgulho pela comunidade que dele passou a depender para sua sobrevivência

física, atingiu seu clímax. O processo descrito equiparou o “economês” à linguagem oficial e deu aos especialistas capazes de comunicar-se através de seus símbolos um poder comparável ao dos escolásticos na Idade Média: capacidade de comunicação entre si rápida e eficiente, sempre que possível através de símbolos matemáticos; faculdade de criar novas palavras (indexação, para ficar num exemplo mais recente e caseiro) de difícil apreensão por parte dos leigos, traduzíveis na medida das conveniências; e assim por diante. Por outro lado, o mesmo processo dificultou sobremaneira a tarefa de descobrir anomalias, tornando-as desde logo passíveis de um tratamento cifrado qualquer, que as remetia ao rol das questões que nem sequer deveriam ter sido enunciadas. O uso crescente da matemática e, graças ao mesmo, a formulação de modelos parcimoniosos ensejaram belas construções imaginárias, apoiadas em amplas *ceteris paribus*. É bem verdade que algumas vozes se levantaram para combater a “quantofrenia” (que, diga-se de passagem, também contaminou a ciência sociológica), mas foram devidamente silenciadas pelo colégio invisível, que se encarregou de negar-lhes espaço em suas revistas especializadas.

Assim, com o passar do tempo, as novas gerações de economistas foram ensinadas a esquecer episódios básicos na história de sua ciência, tais como o fato de Adam Smith ter sido professor de Ética e Filosofia e autor de *A teoria dos sentimentos morais*. Quando isso lhes era lembrado, era apresentado como um resquício do período da economia normativa, aquela ciência do que “deve ser”, cuja substituição pela economia positiva (a ciência do que “é”) era necessária e inevitável [Friedman (1953)]. Não é por outra razão que Samuelson apregoa que os economistas devem ser técnicos eficientes, como os dentistas (*sic*).

4 — A PERCEPÇÃO DA CRISE

Este artigo pretende contestar a visão acima exposta e constitui um verdadeiro ato de provocação, partido de um não-economista. Trata-se de uma tentativa de mostrar que a “fortaleza positivista” em que se converteu a economia está abalada e que, longe de remendar suas fendas, os economistas devem expô-las abertamente, para que sobrevenham as revoluções científicas e as disputas necessárias à eleição de novos paradigmas. Em poucas palavras, a proposta é de uma lavagem de roupa em público, reflexão conjunta sobre a crise de identidade da ciência econômica. Tal

reflexão pode não ser estendida a toda a sociedade, mas deve pelo menos ser conduzida num contexto interdisciplinar, porque as demais ciências sociais estão cheias de problemas semelhantes e lucrariam muitíssimo com uma troca de informações.

Não há nenhuma grande novidade nesta proposta, é claro, e não têm sido poucos os economistas que a endossam plenamente e escrevem livros inteiros a respeito. Mas, visto de fora, o paradigma neoclássico dominante ainda parece ter força suficiente para controlar a situação e manter a discussão entre adversários numa arena demasiadamente estreita. Muitos economistas ainda relutam em discutir abertamente a crise de sua ciência, que seria um passo inevitável para a identificação da natureza desta crise, suas causas e a maneira de solucioná-la. Penso que convém aprofundar o diagnóstico, na esperança de que, tal como no experimento de percepção de incongruências relatado por Kuhn, o aumento do tempo de exposição às anomalias acabe criando o clima de alerta necessário à rejeição e substituição do paradigma em vigor.

A objeção mais comum a essa "lavagem de roupa" em público é a de que não existe outro paradigma suficientemente forte e convincente para substituir a síntese neoclássica e seus aperfeiçoamentos ulteriores. Os adeptos deste modo de pensar acham que seus pares devem fingir que acreditam em coisas tais como equilíbrio geral, ajuste automático de preços, *homo economicus*, mão invisível, etc., até que algo suficientemente estruturado e de consenso consiga o beneplácito do *establishment* e seja coroado como novo paradigma. Evidentemente, não é esta minha opinião. O marxismo e o institucionalismo são propostas alternativas cuja importância não pode ser sumariamente descartada, por mais que possam estar gerando sugestões por vezes tão enfadonhas e distanciadas da realidade que pretendem descrever quanto as neoclássicas.

Acho também importante aplaudir o esforço que vem sendo feito por muitos economistas "dissidentes" ou "em crise" no sentido de um retorno às origens de sua disciplina. Tal esforço é claramente perceptível: a) num interesse renovado pelos autores clássicos, dentre os quais Adam Smith, Ricardo, Marx e Stuart Mill, com o intuito de conhecer o trajeto percorrido durante mais de dois séculos; e b) numa preocupação com o estudo da metodologia científica, que já não encontra consolo nos primeiros capítulos dos livros-textos, onde a questão costuma ser apresentada como um problema que teria afligido a ciência econômica no passado, mas que já está devidamente sanado.

Seguindo esta trilha, caberia aqui retomar a história da ciência econômica em seus primórdios, para avaliar melhor o contexto histórico e ideológico que ensejou sua afirmação como ciência. É o que será feito na próxima seção, com base num episódio específico.

5 — RETORNO ÀS ORIGENS: A FÁBULA DAS ABELHAS

Na qualidade de professor visitante da Universidade de Chicago, o francês Louis Dumont, em meados da década de 70, publicou um livro que analisa a gênese e o triunfo da ciência (ideologia) econômica, através de uma abordagem comparativa de alguns de seus precursores [Dumont (1977)]. Um dos grandes méritos do livro é o relato da *Fábula das abelhas*, escrita por Bernard de Mandeville em 1714. Filósofo iluminista de procedência holandesa, Mandeville é colocado por Dumont ao lado de Quesnay e Locke como um dos grandes precursores da ciência econômica, cujos ideais permitiram que esta tivesse, em *A riqueza das nações*, seu atestado de nascimento.

Dumont considera a *Fábula* um documento de suma importância para permitir que a economia se emancipasse da moralidade vigente em seu tempo, papel comparável ao desempenhado pela publicação de *O príncipe*, de Maquiavel, no âmbito da ciência política. Este processo de emancipação foi possibilitado pelo reconhecimento de que a ação econômica tem em si mesma um caráter moral especial, ou, na terminologia de Mandeville, é em si mesma orientada para o bem.

Vale a pena contar a *Fábula*, cujo título completo é: *Fábula das abelhas — vícios privados, benefícios públicos*. O livro causou um verdadeiro escândalo quando de sua publicação, em 1714, tornando-se o objeto predileto de execração de todos os moralistas europeus do século XVIII. A virulência destas críticas não recrudescer nem mesmo quando Mandeville, numa edição posterior (1723) e num segundo volume (1729), acrescentou ensaios discutindo o conteúdo de sua *Fábula* e procurando atenuar o conteúdo de algumas de suas afirmações iniciais.

Apresentada sob a forma de um poema, a história é mais ou menos essa: uma colméia, que é a imagem da sociedade humana, vivia um clima de grande prosperidade, cultivando abertamente três vícios — a fraude (ou corrupção), a luxúria e o orgulho. Um belo dia, as abelhas são picadas por um profundo sentimento de culpa e, em suas orações,

pedem a Deus que lhes permita reencontrar a virtude. Sua reza é prontamente atendida, e a colméia sofre uma grande transformação: vão-se os vícios, mas, em compensação, a atividade incessante e a prosperidade desaparecem, vêm a pobreza, o tédio e a preguiça para todos.

Um dos contemporâneos (e certamente amigo pessoal) de Mandeville tenta poupá-lo das críticas endereçadas à "imoralidade" do livro, alegando que a *Fábula* seria uma sátira. Entretanto, segundo Dumont, a despeito do tom satírico que perpassa todo o poema, a mensagem central, sobre a importância do egoísmo, do orgulho e da luxúria como móveis da ação humana, é inequívoca. Igualmente clara é a idéia de que a sociedade constitui um mecanismo mediante o qual os interesses individuais são compatibilizados — algo que Adam Smith viria mais tarde a atribuir à sua famosa mão invisível.

A premissa central de Mandeville, detalhada nos ensaios que foram sucessivamente agregados ao poema, é que o individual precede o coletivo e, portanto, a existência do indivíduo em sociedade não tem fundamento na amizade e outras virtudes que ele adquire através de uma autonegação, da renúncia. Ao contrário, o que neste mundo chamamos de Mal, diz o filósofo, é o grande princípio que nos torna criaturas sociais. Os benefícios públicos (a prosperidade da colméia) baseiam-se em ações fundamentalmente viciosas, e os homens são levados a viver em coletividade para a satisfação de suas necessidades materiais. Dumont vê nesta premissa um fio condutor da Economia Política, que liga Mandeville a Adam Smith e ao próprio Marx, o que fica explícito no título de seu livro: *From Mandeville to Marx*.

Mandeville apregoa que, em função do egoísmo inato ao indivíduo, seu treinamento para viver em sociedade implica uma atitude de hipocrisia, pela qual os "vícios" são disfarçados. A luxúria, por exemplo, diz ele, é útil e boa, porque encoraja a produção de bens e, conseqüentemente, promove a prosperidade geral. Em outras sociedades, humanas e animais, a frugalidade natural lhes provoca a pequenez e a estagnação.

Numa época histórica em que a religião era uma força extremamente poderosa na moldagem da ideologia dominante, Mandeville procura separá-la da moralidade. Afirma textualmente que esta última é uma invenção dos moralistas e filósofos de todos os tempos para tornar o homem sociável e capaz de dominar suas paixões, sobretudo a mais poderosa de todas, que é o orgulho. Um outro ponto de grande relevância na abordagem do autor é a concepção de que as paixões individuais se combinam de tal forma que, apesar de sua aparente discórdia, acabam harmonizando-se

para promover o bem comum. O núcleo do argumento está contido no subtítulo do livro: *vícios privados, benefícios públicos*. Isso quer dizer que o bem público, que é tomado como sinônimo de prosperidade econômica, tem sua origem na ação dos indivíduos agregados em sociedade, ação que é sempre e essencialmente egoísta.

Não será preciso repetir que a *Fábula* provocou um choque moral em seu tempo, ao contrariar a ética em vigor, profundamente imbuída de sentimentos cristãos de renúncia, auto-sacrifício, despojamento, etc. Ao mesmo tempo, ela representou um elo importante para que Adam Smith pudesse escrever *A riqueza das nações*, mais do que o próprio autor está disposto a admitir. Smith cita várias vezes Mandeville em sua *A teoria dos sentimentos morais*, sempre para contestar seus pontos de vista. Mas trai sua herança ao pronunciar, um pouco depois, a célebre frase:

“Nosso jantar vem à mesa não por causa da boa vontade do açougueiro, do padeiro ou do fabricante de cerveja, mas por causa do interesse que é o deles.” [Smith, (1937, p. 14).]

6 — AS ABELHAS NA HISTÓRIA DO PENSAMENTO ECONÔMICO

Com o correr do tempo, durante o século que se seguiu ao de Mandeville e Adam Smith, a mensagem das abelhas egoístas, luxuriosas e felizes foi incorporada ao dia-a-dia da ciência econômica, como uma maneira de equacionar teoricamente e impulsionar praticamente o capitalismo industrial em expansão .

A mensagem encontrou eco também na sociologia, onde Max Weber (1967) mostrou a mudança de atitude em relação à riqueza material propiciada pela ética protestante, no alvorecer do capitalismo. A difusão da ética calvinista fez com que a busca do dinheiro — este excremento do inferno, na mitologia oriental, sujeira, em São Tomás de Aquino — fosse revestida de um caráter moral especial. Sua cotação como móvel da ação humana crescia ainda quando a busca tinha sucesso e o indivíduo conseguia enriquecer, sinal indiscutível de que estava predestinado à salvação eterna. Weber demonstra que a ética protestante moldou um

espírito de dedicação ao trabalho como vocação recebida por Deus, que teria como subproduto a riqueza material. Esta não seria, portanto, condenável em si mesma, mas somente na medida em que constituísse um estímulo ao ócio e ao esbanjamento. (Acho que Weber teria preferido falar em formigas, em vez de abelhas, para associar à fábula de La Fontaine.)

Albert Hirschman também nos faz um relato bastante interessante das transformações na moralidade dominante a partir da Renascença, transformações que, deliberadamente ou não, contribuíram para criar um novo código moral condizente com os interesses de uma classe burguesa em expansão [Hirschman (1979), em péssima tradução]. Ele mostra como os interesses foram convocados para “contrabalançar as paixões”, como o termo paulatinamente adquiriu um significado econômico e adquiriu, no continente europeu e na Grã-Bretanha, a conotação de um “amor-próprio” disciplinado, domável, capaz de se contrapor às paixões irrefreáveis inerentes à natureza humana. Previsibilidade e constância seriam as vantagens fundamentais de um mundo governado pelo interesse e, em última análise, criariam as condições para que se pudesse erigir uma ciência cuja premissa básica seria a racionalidade econômica do indivíduo, da sociedade e das nações. Nesse contexto, Hirschman analisa as transformações na esfera das idéias que levaram Montesquieu, por exemplo, à doutrina do *doux commerce*, ou seja, a uma imagem do comerciante como um indivíduo inofensivo, pacífico, *doux*, imagem cuja aceitação foi fundamental para a transformação ideológica necessária à consolidação do capitalismo.

Em outro artigo, Hirschman argumenta que o choque moral a que Adam Smith deu consistência ao promover o egoísmo como móvel da ação humana converteu-se na própria razão de ser de uma ciência econômica. Ele representou, a princípio, aquela descoberta contra-intuitiva importante para que a ciência pudesse emancipar-se da mortalidade predominante e produzir seus frutos. Mais tarde, porém, esta idéia teria virado um estorvo para um maior desenvolvimento da economia, tendo ingressado numa fase de “rendimentos decrescentes”. O autor sugere que os especialistas deveriam agora sair à caça de novos choques morais, novos paradoxos, novos móveis para explicar a ação humana:

“Não obstante, como não reconhecer que, para o economista, esta maneira de granjear fama entrou na fase dos rendimentos decrescentes? Em primeiro lugar, o paradigma segundo o qual o interesse egoísta puro e sem mescla conduz a uma ordem aceitável, e talvez mesmo à melhor possível, está na praça há muito tempo. Isto

faz com que a redescoberta do papel da moralidade se torne um desafio intelectual. Hoje, afirmar este papel tem um efeito de surpresa e paradoxo quase tão grande quanto, outrora, o do adeus de Smith à boa vontade. Em segundo lugar, e mais importante, está cada vez mais claro que sem um mínimo desta boa vontade o desempenho da economia em várias áreas importantes pode resultar fraco.” [Hirschman (1981, p. 28).]

A proposta de Hirschman é que os economistas incorporem à sua análise, “sempre que for pertinente”, elementos básicos para a explicação do comportamento humano, tais como o desejo de poder ou sacrifício, o temor ao tédio, o prazer do engajamento e do imprevisto, a busca de sentido ou de comunidade, e assim por diante. A idéia da necessidade de novos escândalos ou choques morais é algo sobre o qual se deve refletir. Entretanto, penso que a missão do economista não se resume na busca de móveis da ação humana. Da mesma forma, pode-se questionar o apelo de Hirschman no sentido de que os economistas abandonem sua postura “amoral”: como Mandeville já havia demonstrado há mais de dois séculos, a ação voltada para a satisfação de interesses egoístas não é em si mesma amoral (ou imoral) — ela está atrelada a um código moral peculiar, que contrariava a ética cristã em vigor.

7 — EM BUSCA DE UM NOVO PARADIGMA

Onde procurar o novo choque moral capaz de converter-se no instrumento de superação da crise de identidade da ciência econômica? Sinceramente, não sei. Para começar, a tarefa não depende apenas de mim, nem mesmo de qualquer economista isolado, mas é um empreendimento essencialmente coletivo, tanto quanto a ciência que é produzida no mundo de hoje. Há várias alternativas já no mercado, tais como as propugnadas pelas correntes institucionalistas e marxistas. Elas devem ser tanto quanto possível ouvidas e aprofundadas, mas não me parecem, no momento, suficientemente fortes para enfrentar e substituir o paradigma dominante.

Penso que o mais importante, no momento, é abrir a discussão sobre o assunto, o que já vem sendo feito entre nós. Alguns economistas que conheço ainda estão empenhados em vencer sua relutância de enxergar a própria crise de sua ciência, talvez imaginando que enxergá-la possa representar uma capitulação definitiva diante da possibilidade de uma

ciência econômica. Estão ainda atrelados ao preconceito de que todo o economista que fala em crise da ciência é marxista, jornalista, ou, no mínimo, sociólogo! Em contrapartida, outros economistas conhecidos meus, treinados segundo os cânones do paradigma neoclássico, estão dispostos a discutir sua posição, pelo menos nos limites de sua própria comunidade científica.

Igualmente importante, nesta linha, é tornar a discussão sobre a crise mais objetiva, sistemática e conseqüente, libertando-a de sua atual característica de conversa de botequim. Duas providências seriam úteis, aqui. Em primeiro lugar, para a descoberta de um novo paradigma, cabe a retomada da história do pensamento econômico e de seus clássicos e precursores. John Locke, Francis Bacon e Daniel Defoe são alguns dos nomes que antecipam Smith, Ricardo e Stuart Mill, cuja obra valeria a pena rever. Seria inevitável, nesta empreitada, a tentativa de cerrar fileira com as demais ciências sociais, tais como a antropologia, a sociologia e a ciência política, herdeiras de um patrimônio cultural semelhante. Em segundo lugar, e não menos importante, o estudo de metodologia científica pode contribuir bastante para a reflexão crítica sobre os paradigmas em vigor na ciência e a descoberta de novos. Penso que os economistas treinados pelos livros-textos da ciência normal, razoavelmente conscientes de sua insatisfação, deveriam encontrar algum tempo para a leitura das obras de Thomas Kuhn, Karl Popper, Lakatos e Feyerabend. Uma boa medida talvez fosse começar pelos economistas que se vêm dedicando à metodologia científica aplicada à sua ciência, como é o caso de Homa Katouzian, Benjamin Ward e Louis Dumont, para citar apenas três nomes.

Desde já, é preciso que fique claro que a metodologia científica não é uma panaceia capaz de solucionar a crise de uma ciência. Seu estudo pode mesmo levar indivíduos como Feyerabend, que se autodenomina um "anarquista epistemológico", a chegarem à conclusão de que, no final das contas, "qualquer coisa serve" [Feyerabend (1977)]. Mas, enquanto disciplina instrumental, a metodologia científica é um recurso através do qual o estudioso é levado a rever suas crenças, relativizar seus mestres prediletos — eventualmente, valorizando ainda mais sua contribuição — e refletir seriamente sobre o processo de construção de seu objeto científico. Assim, sem superestimar a importância desta disciplina, acho que ela deveria fazer parte do currículo básico das faculdades de economia.

BIBLIOGRAFIA

- DUMONT, Louis. *From Mandeville to Marx*. Chicago, The University of Chicago Press, 1977.
- FEYERABEND, Paul. *Contra o método*. São Paulo, Francisco Alves, 1977. [Tradução de *Against the method*.]
- FRIEDMAN, Milton. *Essays in positive economics*. Chicago, The University of Chicago Press, 1953.
- HIRSCHMAN, Albert O. *As paixões e os interesses*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979. [Tradução do original inglês: *The passion and the interests*.]
- . A moralidade e as ciências sociais. *Novos Estudos*, n.º 1, dezembro de 1981.
- HOLANDA FERREIRA, A. B. de. *Novo dicionário da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1975.
- KATOUZIAN, Homa. *Ideology and methods in economics*. Londres, Macmillan Press, 1980.
- KUHN, Thomas S. *The structure of scientific revolutions*. Chicago, The University of Chicago Press, 1970.
- LAKATOS, Imre *et alii*. *Criticism and growth of knowledge*. Cambridge, Cambridge University Press, 1970.
- LANGE, Oskar. *Moderna economia política: problemas gerais*. Rio de Janeiro, Fundo de Cultura, 1963.
- MYRDAL, Gunnar. *Contra a corrente*. Rio de Janeiro, Campus, 1977. [Tradução do original inglês: *Against the stream*.]
- SMITH, Adam. *The wealth of nations*. New York, Modern Library, 1937.
- WARD, Benjamin. *O que há de errado com a Economia?* Rio de Janeiro, Zahar, 1975.
- WEBER, Max. *A ética protestante e o espírito do capitalismo*. São Paulo, Pioneira, 1967. [A edição original alemã é de 1904.]
-

Prêmio Nobel de Economia

Com o propósito de divulgar bibliografias de autores selecionados, antecedidas de breves comentários, Literatura Econômica deu início a uma programação seriada, apresentando, a partir do v. 3, n. 1, as obras dos economistas agraciados com o Prêmio Nobel, na ordem cronológica da concessão do Prêmio.

1982: George J. Stigler

Apresentação

OCTAVIO A. F. TOURINHO *

George Stigler nasceu em 1911 nos Estados Unidos e obteve o doutorado em Economia na Universidade de Chicago em 1938. Ensinou nas Universidades de Iowa State, Minnesota, Brown e Columbia, antes de regressar à *alma-mater* em 1958 como Distinguished Professor. Desde 1947 fez parte da equipe de pesquisadores do National Bureau of Economic Research (NBER) e em 1964 foi presidente da American Economic Association.

Por suas contribuições fundamentais ao estudo dos processos de mercado, da organização industrial e das forças que dão origem ao surgimento de regulamentação legal em mercados, Stigler foi agraciado com o Prêmio Nobel de Economia de 1982. Suas extensas pesquisas têm, via de regra, forte orientação empírica e não se destacam pela utilização de instrumental matemático particularmente poderoso ou elegante. Sua principal

* Do Instituto de Pesquisas do IPEA.

característica é a extraordinária habilidade em reconhecer e formular problemas importantes e aplicar cuidadosamente a análise microeconômica marginalista na resolução destes problemas.

Contribuições seminais o colocam como um líder na análise da moderna organização industrial, como fundador dos campos de pesquisa da "economia da informação" e da "economia da regulamentação" e como um dos pioneiros nos estudos das interseções entre a economia e o direito. Possui também estudos que podem ser classificados como de história econômica (1965), cujos impactos e importância não serão aqui analisados.

Stigler pode ser considerado como um dos expoentes do pensamento liberal radical que tem como ponto irradiador a Universidade de Chicago. Sua postura ideológica é usualmente contrária à intervenção estatal em mercados, sendo boa parte de sua pesquisa dirigida no sentido de demonstrar a força do mecanismo de mercado como sistema alocativo na economia.

1 — CONTRIBUIÇÕES PARA A TEORIA DA PRODUÇÃO E DOS CUSTOS

No início de sua carreira, Stigler fez algumas contribuições importantes, embora não revolucionárias, para a teoria da produção, tendo introduzido o conceito, e a metodologia para análise, da adaptabilidade e flexibilidade embutidas em decisões de produção (1937, 1939, 1940). Em especial, mostrou que a velocidade na qual as firmas expandem a sua capacidade depende não apenas do custo de variar a produção no curto prazo, mas também do tempo em que a produção vai-se manter em um nível mais alto ou mais baixo.

Outra contribuição é o artigo sobre a divisão do trabalho (1951), no qual ele argumenta que, à medida que uma indústria cresce, um número cada vez maior de atividades atinge uma escala que permite às firmas especializarem-se naquelas que melhor se adaptam. A especialização fica, portanto, limitada pela extensão do mercado.

Alguns anos mais tarde, ao investigar a razão da existência de uma larga faixa de tamanhos de firmas em uma indústria, Stigler propôs uma explicação alternativa à existência de retornos constantes de escala: estas

diferenças de tamanho poderiam ser causadas por fatores particulares às firmas, como localização, capacidade administrativa e recursos possuídos. Isto o levou a formular o conceito que ficou conhecido como "princípio da sobrevivência" (1958), que propõe que o tamanho ótimo da firma é aquele que lhe permite manter-se indefinidamente em competição com outras firmas da indústria.

No seu livro-texto de microeconomia (1966) Stigler enfatiza um tratamento metodológico voltado para aplicações, sacrificando o rigor matemático em favor do desenvolvimento de argumentos sujeitos à comprovação empírica.

2 — CONTRIBUIÇÕES PARA A TEORIA DOS MERCADOS

A contribuição fundamental de Stigler para a teoria econômica foi seu artigo seminal "The economics of information" (1961a), que inspirou a formulação de um número enorme de modelos de mercados com informação imperfeita. Basicamente, esses modelos procuram caracterizar o equilíbrio em mercados com informação assimétrica, em contratos entre um principal e um agente e em mercados onde a qualidade do bem ou serviço é imperfeitamente observada. Um artigo subsequente (1962d) aplicou as mesmas idéias à análise do mercado de trabalho, dando origem a uma série de estudos sobre as implicações macroeconômicas do processo de procura de emprego. O *insight* principal de Stigler nesses artigos é que a informação, sendo um bem que tem de ser adquirido a um custo, possui a sua quantidade demandada definida endogenamente pelo cálculo de maximização de utilidade pelos agentes. Neste contexto, os dois enfoques usuais — informação perfeita ou incerteza estrutural — colocam-se como casos polares de uma formulação que permite uma série de casos intermediários onde um nível de informação imperfeita é ótimo.

Pesquisas posteriores mostraram que fenômenos como a rigidez de preços, a variação nos períodos de entrega e a existência de capacidade ociosa, que são aspectos essenciais de alguns processos de mercado, podem ser explicados dentro do universo restrito de hipóteses econômicas básicas.

3 -- CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DE ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL

O trabalho de Stigler neste campo mostra o poder dos dois modelos básicos da teoria microeconômica (competição e monopólio) para analisar problemas de organização industrial. Ele minimiza a importância das teorias de competição monopolista e de oligopólio propondo que, quando o número de rivais em uma indústria é pequeno, o importante é determinar sob que condições resultará a cartelização. Caso ela tenha sucesso, pode-se analisar o comportamento do cartel com modelo de monopólio e, caso contrário, deve-se esperar um comportamento essencialmente competitivo.

Stigler expôs as falhas teóricas e a falta de poder preditivo do modelo de oligopólio baseado na curva de demanda quebrada (1947a) e criticou a teoria de competição monopolista de Chamberlin (1949) por não gerar hipóteses testáveis. Seu artigo sobre sistemas de preço do tipo "ponto-base" (1949a) veio clarificar uma literatura que, na época, era bastante confusa.

No livro *Capital and rates of return in manufacturing* (1963), Stigler faz uma cuidadosa análise dos efeitos da concentração industrial nos Estados Unidos. Neste estudo empírico, que é ainda hoje um dos melhores de seu gênero, ele examina a previsão teórica de que diferenças nas taxas de retorno são eliminadas por movimentos de capitais e mão-de-obra das firmas menos eficientes para as mais eficientes. Depois de compilar uma extensa base de dados, ele conclui que a equalização ocorre de fato, mas apenas no longo prazo.

O artigo pioneiro "A theory of oligopoly" (1964) é um de seus trabalhos mais importantes, onde é argumentado que a estabilidade dos cartéis depende da possibilidade de monitorar e punir o afastamento dos participantes do acordo para restringir a produção. Ele mostra que os custos de detecção aumentam com o número de firmas, com a frequência com que ocorrem variações nas condições de demanda e de oferta e com a complexidade da estrutura de produtos da indústria. Quanto mais altos forem estes custos, maior é a probabilidade de que resulte o comportamento competitivo. Este artigo fez com que se tornasse prática comum o exame prévio das forças desestabilizadoras antes de se presumir comportamento cooperativo em mercados concentrados.

Aquele trabalho foi seguido por uma análise das origens e efeitos da consolidação da US Steel (1965c), por uma tentativa de medir os efeitos da política antitruste americana (1966) e por uma crítica à tendência de atribuir a imperfeições no mercado de capitais uma série de fenômenos inexplicados na época (1967).

Em 1968 Stigler publicou o livro *The organization of industry*, contendo uma coleção de seus principais artigos até então, e alguns trabalhos novos. No livro *The behavior of industrial prices* (1970), ele explora a divergência entre os preços reportados pelas firmas e os que prevaleceram nas transações efetivamente realizadas, mostrando que as discrepâncias são grandes e concluindo que a utilização dos primeiros como estatística para fins de política econômica é problemática. Em suma, a ênfase atual na aplicação cuidadosa da teoria microeconômica para o estudo das questões ligadas à organização da indústria ressalta a influência profunda que Stigler teve naquele campo.

4 — CONTRIBUIÇÕES PARA O ESTUDO DA REGULAMENTAÇÃO PÚBLICA

Os primeiros estudos de Stigler sobre regulamentação foram os artigos sobre o controle de aluguéis (1945) e salário mínimo (1946), onde ele faz advertências quanto a não se confundir o intento declarado com os efeitos efetivos de uma regulamentação.

No seu artigo clássico (1962e), Stigler defendeu a tese de que as agências de controle de preços de energia elétrica nos Estados Unidos não tiveram efeitos mensuráveis nos preços, nem mesmo quando ainda jovens, não tendo servido portanto para proteger o público do monopólio natural naquele setor. Em um estudo posterior (1964) concluiu que a regulamentação do mercado de capitais nos Estados Unidos não tinha também atingido seu objetivo de beneficiar os investidores. A ênfase nestes dois estudos foi avaliar o que a regulamentação havia efetivamente alcançado, em contraposição aos seus objetivos proclamados, questionando a razão de sua criação e manutenção, uma vez que estas não atingiam sua finalidade. Nos estudos posteriores ele procurou estudar as causas da regulamentação, ao invés de seus efeitos.

No artigo "The theory of economic regulation" (1971a), Stigler tenta explicar o aparecimento da regulamentação estendendo a hipótese econômica de comportamento racional à política. Ele argumentou que a regulamentação nasce dos interesses dos próprios *regulamentados*, numa tentativa de se refugiarem das forças competitivas no mercado, passando a legislação a ser fator endógeno, em vez de exógeno, ao sistema econômico. Formulou uma série de hipóteses sobre as circunstâncias em que este refúgio seria procurado, hipótese essa que ele tenta testar no próprio artigo e em uma publicação posterior (1974b).

5 — CONCLUSÕES

O objetivo da pesquisa de Stigler é procurar explicações para as características e peculiaridades de alguns mercados dentro do universo das hipóteses teóricas básicas que prevêem o comportamento de otimização das firmas e dos consumidores e a interação entre a oferta e a demanda na determinação do equilíbrio. Assim, muitas de suas contribuições se tornaram de tal modo uma parte da teoria microeconômica que sua origem é raramente reconhecida. Sua produção demonstrou uma extraordinária intuição e habilidade ao formular questões importantes, além de ingenuidade ao tratá-las. Elas se distinguem também pela insistência na comprovação empírica das previsões da teoria.

Seu artigo mais famoso, "The economics of information", teve efeitos profundos e duradouros em muitos campos da economia. Seus trabalhos em economia industrial e regulamentação pública tiveram influência marcante no desenvolvimento dessas áreas, levantando questões fundamentais e novas hipóteses que revolucionaram o estudo nestes dois campos.

Em uma apreciação global, pode-se dizer que George Stigler foi um dos mais influentes microeconomistas aplicados das últimas décadas.



Bibliografia até 1983 *

*Trabalhos Divulgados em Publicações Periódicas ***

- The economics of Carl Menger. *Journal of Political Economy*, Chicago, 45:229-50, Apr., 1937
In: SPENGLER, J. J. & ALLEN, W. R., eds. *Essays in economic thought: Aristotles to Marshall*. — Chicago: Rand McNally, 1960. p. 656-71.
- A generalization of the theory of imperfect competition. *Journal of Farm Economics*, Menasha, 19:707-17, Aug., 1937
- Social welfare and differential prices. *Journal of Farm Economics*, Menasha, 20:573-86, Aug., 1938
- The limitations of statistical demand curves. *American Statistical Assoc. Journal*, Washington, D.C., 34:469-81, Sept., 1939
- Production and distribution in the short run. *Journal of Political Economy*, Chicago, 47:305-27, June, 1939
- Book reviewed: "Elements of modern economics", by A. L. Meyers. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 47, June, 1939
- Book reviewed: "Introduction to economic analysis", by A. M. McIsaac and J. G. Smith. *Journal of Political Economy*, Chicago, v. 47, June, 1939

* A presente bibliografia de Stigler, preparada por Fernanda Machado Pinto, é uma versão atualizada e modificada de *Bibliography: scholarly publications by George J. Stigler*, editada no v. 85, n. 1, de 1983, do *Scandinavian Journal of Economics*. Referências bibliográficas incompletas de obras não registradas em outras fontes consultadas aparecem nesta nova versão copiadas do levantamento original do autor.

** Neste grupo estão incluídos, além de artigos e de resenhas bibliográficas, notas, comentários e outros tipos de texto, denominados *shorter pieces* pelo próprio autor. Artigos reeditados trazem a referência bibliográfica da coletânea onde aparecem posteriormente, após a citação da revista que os divulgou inicialmente.

- Book reviewed: "La théorie des besoins de Carl Menger", by H. S. Block.
American Economic Review, v. 29, June, 1939
- Agriculture, surpluses and malnutrition: discussion. *Journal of Farm Economics*, Menasha, 22:339-40, Feb., 1940
- Discussion of cost functions. *American Economic Review*, Menasha, v. 30. Proceedings. Mar., 1940
- A note on discontinuous cost curves. *American Economic Review*, Menasha, 30:832-35, Dec., 1940
- Notes on the theory of duopoly. *Journal of Political Economy*, Chicago, 48:521-41, Aug., 1940
- Round table on cost functions and their relation to imperfect competition: discussion. *American Economic Review*, Menasha, 30 (supl.):401-2, Mar., 1940
- Book reviewed: "The control of competition in Canada", by L. G. Reynolds. *Journal of Farm Economics*, Nov., 1940
- Book reviewed: "A study in the pure theory of production", by S. Carlson. *American Economic Review*, Menasha, v. 30, June, 1940
- Review of ten T. C. E. C. monographs. *American Economic Review*, Menasha, v. 31, Sept., 1941
- Book reviewed: "Anticipations, uncertainty and dynamic planning", by A. G. Hart. *American Economic Review*, Menasha, v. 31, June, 1941
- Book reviewed: "Economic analysis", by K. E. Boulding. *Journal of Political Economy*, Chicago, Dec., 1941
- The extent and bases of monopoly. *American Economic Review*, Menasha, 32 (supl. 2):1-22, June, 1942
- A note on price discrimination in steel. *American Economic Review*, Menasha, 32:354-5, June, 1942

- A new welfare economics. *American Economic Review*, Menasha, 33:355-9,
June, 1943
- Book reviewed: "Entrepreneurial costs and price", by G. J. Cady. *Journal
of Political Economy*, Chicago, June, 1943
- Book reviewed: "Fiscal planning for total war", by W. L. Crum et al.
Journal of Political Economy, Chicago, Feb., 1943
- Book reviewed: "National income and its composition 1919/38", by S.
Kuznets. *Journal of Farm Economics*, Menasha, May, 1943
- Book reviewed: "Outlay and income in the U.S.", by H. Barger. *Journal
of Farm Economics*, Menasha, Aug., 1943
- Book reviewed: "Social science principles in the light of scientific method",
by J. Mayer. *American Economic Review*, Menasha, v. 33, Sept.,
1943
- The entrepreneur: the firm. *Journal of Political Economy*, Chicago, 52:
112-27, June, 1944
- Book reviewed: "The economics of price determination", by C. Clive
Saxton. *Journal of Political Economy*, Chicago, Feb., 1944
- Book reviewed: "Wage determination under trade unions", by J. Dunlop.
Journal of Political Economy, Chicago, v. 52, Dec., 1944
- The cost of subsistence. *Journal of Farm Economics*, Menasha, 27:303-14,
May, 1945
- Book reviewed: "Economics of control", by A. Lerner. *Political Science
Quarterly*, Mar., 1945
- The economics of minimum-wage legislation. *American Economic Review*,
Menasha, 36:358-65, June, 1946
In: BOWEN, W. G., ed. *Labor and the national economy*. — New
York: Norton, 1965. p. 41-8.

- Labor productivity and size of farm: a statistical pitfall. *Journal of Farm Economics*, Menasha, 28:821-25, Aug., 1946
- Book reviewed: "The economics of peace", by K. Boulding. *Journal of Political Economy*, Chicago, Aug., 1946
- Book reviewed: "Lapses from full employment", by A. C. Pigou. *American Economic Review*, Dec., 1946
- An academic episode. *Bulletin of the American Association of University Professors*, Winter, 1947
- The kinky oligopoly demand curve and rigid prices. *Journal of Political Economy*, Chicago, 55:432-49, 1947
 In: STIGLER, George J. & BOULDING, K. E., eds. *Readings in price theory*. — Homewood: Irwin, 1952.
 In: HAYNES, W. W. et al., eds. *Readings in managerial economics*. — Dallas: Business Publ., 1973. p. 281-99.
- Notes on the history of the Giffen paradox. *Journal of Political Economy*, Chicago, 55:152-6, Apr., 1947
 Notes on . . . : A reply. *Journal of Political Economy*, Chicago, 56: 61-2, Feb., 1948.
- Professor Lester and the marginalists. *American Economic Review*, Menasha, 37:154-7, Mar., 1947
- Stuart Wood and the marginal productivity theory. *Quarterly Journal of Economics*, 61:640-9, Aug., 1947
- Book reviewed: "Large and small business", by J. Steindl. *Journal of Political Economy*, Chicago, Feb., 1947
- The Supreme Court and the architects of economic legislation. *Journal of Political Economy*, Chicago, 56:138-56, Apr., 1948
- Book reviewed: "The foundations of economic analysis", by P. A. Samuelson. *Journal of American Statistical Association*, Dec., 1948
- Book reviewed: "Investment location, and size of plant", by P. S. Florence. *Journal of Political Economy*, Chicago, Dec., 1948

- Book reviewed: "A national policy for the oil industry", by E. V. Rostow.
Yale Law Journal, June, 1948
- Book reviewed: "Pricing, distribution and employment", by J. S. Bain.
American Economic Review, Dec., 1948
- A survey of contemporary economics. *Journal of Political Economy*, Chicago, Apr., 1949
- A theory of delivered price systems. *American Economic Review*, Menasha, 39:1143-59, 1949
- Book reviewed: "Labor productivity functions in meat packing", by W. H. Nichols. *Journal of Farm Economics*, Feb., 1949
- Capitalism and monopolistic competition: I. The theory of oligopoly: discussion. *American Economic Review*, Menasha, 40 (supl.) :63-4, May, 1950
- The development of utility theory *Journal of Political Economy*, Chicago, 59 (pt. 1) :307-27, Aug.; (pt. 2) :373-96, Oct., 1950
In: SPENGLER, J. J. & ALLEN, W. R., eds. *Essays in economic thought: Aristotles to Marshall*. — Chicago: Rand McNally, 1960. p. 606-55.
In: PAGE, A. N., ed. *Utility theory: a book of readings*. — New York: John Wiley, 1968. p. 55-119.
- Discussion of oligopoly. *American Economic Review*. Proceedings. May, 1950
- Monopoly and oligopoly by merger. *American Economic Review*, Menasha, 40 (supl.) :23-34, May, 1950
- Book reviewed: "Competition among the few", by W. Fellner. *American Economic Review*, Sept., 1950
- Discussion of methodology. *American Economic Review*. Proceedings. May, 1951
- Lit. econ.*, 6(4) out. 1984 605

- The division of labor is limited by the extent of the market. *Journal of Political Economy*, Chicago, 59:185-93, June, 1951
In: BREIT, W. & HOCHMAN, H. M., eds. *Readings in microeconomics*. — New York: Holt, Rinehart and Winston, 1968. p. 151-9.
- Economic theory, statistics, and economic practice: discussion. *American Economic Review*, Menasha, 41 (supl.):126-28, May, 1951
- Book reviewed: "The American cigarette industry", by R. Tennant. *Yale Law Journal*, May, 1951
- Book reviewed: "Divergence between plant and company concentration". *Journal of the American Statistical Association*, Sept., 1951
- Book reviewed: "The dynamic economy", by H. Moulton. *Journal of Political Economy*, Chicago, Feb., 1951
- The case against big business. *Fortune*, Magasin, May, 1952
In: MANSFIELD, E., ed. *Monopoly power and economic performance: the problem of industrial concentration*. — New York: Norton, 1964. p. 3-12.
In: NASH, G. D., ed. *Issues in American economic history ...* — Boston : D.C., Heath, 1964. p. 524-31.
In: HARLAN, H. C., ed. *Readings in economics and politics*. — 2. ed. — New York: Oxford Univ. Press, 1966, p. 94-103.
In: PHELPS, E. S., ed. *Problems of the modern economy*. — New York: Norton, 1966. p. 9-18.
In: EISENSTADT, M., ed. *Social and economic challenges of our times*. — New York: Oxford Book, 1968. p. 10-21.
In: McKEAN, J. R. & WYKSTRA, R. A. *Readings in introductory economics*. — New York: Harper & Row, 1971. p. 247-55.
- The Ricardian theory of value and distribution. *Journal of Political Economy*, Chicago, 60:187-207, June, 1952
In: SPENGLER, J. J. & ALLEN, W. R., eds. *Essays in economic thought: Aristotles to Marshall*. — Chicago: Rand McNally, 1960. p. 407-30.
In: RECKTENWALD, H. C., ed. *Political economy: a historical perspective*. — London: Collier; Macmillan, 1973. p. 131-4.

- Specialism: a dissenting opinion. *Bulletin of the American Association of University Professors*, Winter, 1952
- Book reviewed: "The economics of the international patent system", by E. Penrose. *Journal of Political Economy*, Chicago, Aug., 1952
- Book reviewed: "The Malthusian controversy", by K. Smith. *Journal of the American Statistical Association*, June, 1952
- Book reviewed: "The theory of investment of the firm", by F. Lutz and V. Lutz. *American Economic Review*, Mar., 1952
- Book reviewed: "The works and correspondence of David Ricardo", edited by P. Sraffa. *Econometrica*, Amsterdam, July, 1952
- Sraffa's Ricardo. *American Economic Review*, Sept., 1953
- Book reviewed: "The development of economic thought", edited by H. W. Spiegel. *Kyklos*, Basel, 6 (87) 1953
- The early history of empirical studies of consumer behavior. *Journal of Political Economy*, Chicago, 62:95-113, Apr., 1954
- The economist plays with blocs. *American Economic Review*, Manasha, 44 (supl.):7-14, May, 1954
- In: GRUNEWALD, D. & BASS, H. L., eds. *Public policy and modern corporation: selected readings*. — New York: Meredith, 1966. p. 126-43.
- Schumpeter's history of economic analysis. *Journal of Political Economy*, Chicago, Aug., 1954
- Book reviewed: "Thorstein Veblen: a critical interpretation", by D. Riesman. *The Freeman*, Feb. 8, 1954
- Mathematics in economics: further comment. II. *Review of Economics and Statistics*, Cambridge, 37:299-300, Aug., 1955
- Mergers and preventive antitrust policy. *Pennsylvania Law Review*, Nov., 1955
- In: STIGLER, George J. *The organization of industry*. — Homewood: R. D. Irwin, 1968. p. 296-305.

- The nature and role of originality in scientific progress. *Economica*, London, 22:293-302, Nov., 1955
- Note on mathematics in economics. *Review of Economics and Statistics*, Aug., 1955
- Book reviewed: "The logic of British and American industry", by P. P. Florence. *Journal of Political Economy*, Chicago, Feb., 1955
- Discussion of antitrust policy. *American Economic Review*. Proceedings, May, 1956
- The statistics of monopoly and merger. *Journal of Political Economy*, Chicago, 64:33-40, Feb., 1956
In: KAMERSCHEN, D. R., ed. *Readings in microeconomics*. — New York: Wiley, 1969. p. 332-43.
- STIGLER, George J. et al. Report on antitrust policy: discussion. *American Economic Review*, Menasha, 46 (sup.):496-50, May, 1956
- Book reviewed: "The alphabet of economic science", by P. H. Wicksteed. *Econometrica*, Amsterdam, Oct., 1956
- Book reviewed: "The hard-surface floor-covering industry", by R. Lanziloti. *Journal of Political Economy*, Chicago, Oct., 1956
- Perfect competition, historically contemplated. *Journal of Political Economy*, Chicago, 65:1-17, 1957
- Book reviewed: "The meaning and validity of economic theory", by L. Rogin. *American Economic Review*, Mar., 1957
- Book reviewed: "A revision of demand theory", by J. R. Hicks. *Journal of Political Economy*, Chicago, Apr., 1957
- The economies of scale. *Journal of Law and Economics*, Chicago, 1:54-71, Oct., 1958
In: NEEDHAM, D., ed. *Readings in the economics of industrial organization*. — New York: Holt, Rinehart and Winston, 1970. p. 110-28.
In: HAYNES, W. W. et al., eds. *Readings in managerial economics*. — Dallas: Business Publ., 1973. p. 232-49.

- The proper goals of economic policy. *Journal of Business*, Chicago, 5:169-76, July, 1958
- In: HARLAN, H. C., ed. *Readings in economics and politics*. — 2. ed. — New York: Oxford Univ. Press, 1966. p. 710-20.
- Ricardo and the 93% labor theory of value. *American Economic Review*, Menasha, 48:357-67, June, 1958
- Book reviewed: "High-talent manpower for science and industry", by J. D. Brown and F. Harbison. *Southern Economic Journal*, July, 1958
- The politics of political economists. *Quarterly Journal of Economics*, Cambridge, Mass., 73:522-32, Nov., 1959
- In: STIGLER, George J., ed. *Essays in the history of economics*. — Chicago: Univ. of Chicago Press, 1965.
- The politics of . . . : reply. *Quarterly Journal of Economics*, 74:670-1, Nov. 1960.
- Book reviewed: "Ricardian economics", by M. Blaug. *Journal of Political Economy*, Chicago, Dec., 1959
- The influence of events and policies on economic theory. *American Economy Review*, Menasha, 50:36-45, May, 1960
- The economic role of the state. *Alumni Association Newsletter*, Univ. of Chicago, Graduate School of Business, Winter, 1961
- In: SCHOECK, H. & WIGGINS, J. W., eds. *The new argument in economics: the public versus the private sector*. Paper of symposium held in 1961. Princeton, D. Van Nostrand, 1963. p. 12-23.
- The economics of information. *Journal of Political Economy*, Chicago, 69:213-25, June, 1961
- Private vice and public virtue. *Journal of Law and Economics*, Chicago, 4:1-11, Oct., 1961
- Book reviewed: "A history of economic thought", by O. H. Taylor. *American Economic Review*, June, 1961

- Book reviewed: "The Manchester School of Economics", by W. D. Grampp. *Economica*, London, Aug., 1961
- Administered prices and oligopolistic inflation. *Journal of Business*, Chicago, 35:1-13, Jan., 1962
- Comment on "The Chicago School of Economics", by H. Lawrence Miller Jr. *Journal of Political Economy*, Chicago, 70:70-1, Feb., 1962
- Henry L. Moore and statistical economics. *Econometrica*, Amsterdam, 30: 1-21, Jan., 1962
- Information in the labor market. *Journal of Political Economy*, Chicago, 70 (5-pt.2):94-105, Oct., 1962
- Marshall's principles after Guillebaud. *Journal of Political Economy*, Chicago, 70:282-86, June, 1962
- STIGLER, George J. & FRIEDLAND, C. What can regulators regulate? The case of electricity. *Journal of Law and Economics*, Chicago, 5:1-16, Oct., 1962
In: GRUNEWALD, D. & BASS, H. L., eds. *Public policy and the modern corporation: selected readings*. — New York: Meredith, 1966. p. 147-67.
In: SHEPHERD, W. G. & GIES, Thomas G., eds. *Utility regulation: new direction in theory and policy*. — New York: Random House, 1966. p. 187-211.
- Archibald versus Chicago. *Review of Economics Studies*, Cambridge, 30: 63-4, Feb., 1963
- The economist in history: discussion. *American Economic Review*, Menasha, 53 (supl.):23-5, May, 1963
- Elementary economic education. *American Economic Review*, Menasha, 53 (supl.):653-9, May, 1963

- United States *v.* Loew's Inc.: a note on block-booking. *Supreme Court Review*, Chicago, Univ. of Chicago Press, 1963
 In: KURLAND, P. B., ed. *The Supreme Court and patents and monopolies*. — Chicago: Univ. of Chicago Press, 1975. p. 136-41.
- Book reviewed: "Economic philosophy", by J. Robinson. *Journal of Political Economy*, Chicago, Apr., 1963
- Book reviewed: "Fabian socialism and English politics, 1884-1918", by A. M. McBriar & "The story of Fabian socialism", by M. Cole. *Victorian Studies*, June, 1963
- Administered prices and oligopolistic inflation: comments. *Journal of Business*, Chicago, 37:82-3, Jan., 1964
- Comment on "The S. E. C. through a glass darkly", by I. Friend and E. S. Herman. *Journal of Business*, Oct., 1964
- Competition and concentration. *Challenge*, Jan., 1964
- Public regulation of the securities markets. *Journal of Business*, Chicago, 37:117-42, Apr., 1964
- A theory of oligopoly. *Journal of Political Economy*, Chicago, 72:44-61, Feb., 1964
- The dominant firm and the inverted umbrella. *Journal of Law and Economics*, Oct., 1965
- The economist and the state. *American Economic Review*, Menasha, 55: 1-18, Mar., 1965
- The problem of the negro. *New Guard*, Dec., 1965
- Textual exegesis as a scientific problem. *Economica*, London, 32:447-50, Nov., 1965
- Book reviewed: "The business establishment", edited by Carl F. Cheit and "The U.S. economy", by John Davenport. *New York Herald Tribune Book Week*, Jan. 31, 1965

- Book reviewed: "Free trade in books: a study of the London book trade since 1980s", by James J. Barnes. *Explorations in Entrepreneurial History*, Winter, 1965
- Book reviewed: "The great discount delusion", by Walter H. Nelson. *Chicago Tribune*, July 11, 1965
- Book reviewed: "John Rae: political economist", by R. Warren James. *Journal of Political Economy*, Chicago, Dec., 1965
- The economic effects of the antitrust law. *Journal of Law and Economics*, Chicago, 9:225-58, Oct., 1966
- The unjoined debate. *Chicago Today*, Winter, 1966
In: STIGLER, George J. *The citizen and the state: essays on regulation*. — Chicago: Univ. of Chicago Press, 1975. p. 3-13.
- Book reviewed: "Modern capitalism: the changing balance of public and private power", by Andrew Shonfield. *New York Herald Tribune Book Week*, Apr. 10, 1966
- Book reviewed: "New dimensions of political economy", by Walter Heller. *New York Review of Books*, Dec. 29, 1966
- Book reviewed: "Principles of political economy", by John Stuart Mill. *Journal of Political Economy*, Chicago, Feb., 1966
- Book reviewed: "The stationary economy", by J. E. Meade. *Economica*, Nov., 1966
- Alice in fundland. *Barrons*, Feb. 27, 1967
- The changing problem of oligopoly. *Il Politico*, June, 1967
In: *PROBLEMI economici del mondo contemporaneo*. — Milano: Casa Ed. Dott. A. Giuffrè, 1968. p. 89-95.
- Comment on "The application of an entropy theory of concentration to the Clayton Act", by M. O. Finkelstein and R. M. Friedberg. *Yale Law Journal*, Mar., 1967

- The economics of conflict of interest. *Journal of Political Economy*, Chicago, 75:100-1, Feb., 1967
- Imperfections in the capital market. *Journal of Political Economy*, Chicago, 75:287-92, June, 1967
- Book reviewed: "Ambassador to the industrial state", by J. K. Galbraith. Reith Lectures. *New York Times*, Jan. 28, 1967
- Book reviewed: "The doctor shortage", by Rashi Fein. *Science*, Dec. 29, 1967
- Book reviewed: "The new industrial state", by J. K. Galbraith. *Wall Street Journal*, June 26, 1967
- Book reviewed: "The travel diaries of T. R. Malthus", by Patricia James. *Journal of Political Economy*, Chicago, Feb., 1967
- Price and non-price competition. *Journal of Political Economy*, Chicago, 76:149-54, Jan./Feb., 1968
In: STIGLER, George J. *The organization of industry*. — Homewood, R. D. Irwin, 1968.
- Review of essays on economics and society, by John Stuart Mill. *University of Toronto Quarterly*, Oct., 1968
- Book reviewed: "The guaranteed society", by L. Baker. *Washington Post Book World*, Sept. 8, 1968
- Book reviewed: "The rich and the super rich", by F. Lundberg. *New York Times*, July 28, 1968
- Alfred Marshall's lectures on progress and poverty. *Journal of Law and Economics*, Chicago, 12 (1) :181-3, Apr., 1969
- Does economics have a useful past? *History of Political Economy*, Durham, 1 (2) :217-30, Fall, 1969
- Opportunity cost of marriage: comment. *Journal of Political Economy*, Chicago, 77 (5) :863, Sept./Oct., 1969
- Lit. econ.*, 6(4) out. 1984 613

- Book reviewed: "Events, ideology and economic theory", by Robert V. Eagly. *Journal of Economic History*, June, 1969
- Book reviewed: "Think: a biography of the Watsons and the IBM", by William Rodgers. *Science*, Dec. 12, 1969
- The case, if any, for economic literacy. *Journal of Economic Education*, Spring, 1970
- Director's law of public income redistribution. *Journal of Law and Economics*, Chicago, 13 (1) :1-10, Apr., 1970
- The optimum enforcement of laws. *Journal of Political Economy*, Chicago, 78 (3) :526-36, May/June, 1970
- Book reviewed: "The evolution of modern economic theory", by L. Robbins. *Economica*, London, Nov., 1970
- Smith's travels on the ship of state. *History of Political Economy*, Durham, 3 (2) :265-77, Fall, 1971
In: SKINNER, A. S. & WILSON, T., eds. *Essays on Adam Smith*. — New York: Oxford Univ. Press, 1975. p. 237-46.
- The theory of economic regulation. *Bell Journal of Economics and Management Science*, Spring, 1971
In: STIGLER, George J. *The citizen and the state: essays on regulation*. — Chicago: Univ. of Chicago Press, 1975. p. 114-41.
- STIGLER, George J. & FRIEDLAND, Claire. Profits of defense contractors. *American Economic Review*, Menasha, 61 (4):692-4, Sept., 1971
- The adoption of the marginal utility theory. *History of Political Economy*, Durham, 4 (2) :571-86, Fall, 1972
- The commission on financial structure and regulation: its organization and recommendations: discussion. *Journal of Finance*, 27 (2) :340-41, May, 1972
- Discussion on "The Report of the Commission on Financial Structure and Regulation". *The Journal of Finance*, May, 1972

- Economic competition and political competition. *Public Choice*, 13:91-106, Fall, 1972
- The law and economics of the public policy: a plea to the scholars. *Journal of Legal Studies*, Jan., 1972
- The process of economic regulation. *Antitrust Bulletin*, 17 (1) :207-35, Spring, 1972
- Frank Knight as teacher: in memoriam. *Journal of Political Economy*, Chicago, May/June & *American Economic Review*, Dec., 1973
- General economic conditions and national elections. *American Economic Review*, Menasha, 63 (2):160-7, May, 1973
- A sketch of the history of truth in teaching. *Journal of Political Economy*, Chicago, 81 (2, pt. 1):491-5, Mar./Apr., 1973
- Thought control on the campus. Commencement address. *Carnegie Mellon Chronicle of Higher Education*, Aug. 13, 1973
- STIGLER, George J. & KINDAHL, J. K. Industrial prices as administered by Dr. Means. *American Economic Review*, Menasha, 63 (4) :717-21, Sept., 1973
- Free riders and collective action: an appendix to theories of economic regulation. *Bell Journal of Economics and Management Science*, 5 (2) :359-65, Autumn, 1974
- Henry Calvert Simons. *Journal of Law and Economics*, Chicago, 17 (1) :1-5, Apr., 1974
- STIGLER, George J. & BECKER, Gary. Law enforcement, malfeasance, and compensation of enforcers. *Journal of Legal Studies*, Jan., 1974
In: FRIEDMAN, M. *Capitalism and freedom* ... Proceedings of a conference in honor of M. Friedman. Edited by R. T. Selden. — Charlottesville: Univ. Press of Virginia, 1975. p. 230-52.
- Buyer's prices, seller's prices and price flexibility: reply. *American Economic Review*, Menasha, 65 (3) :526, June, 1975

- Determinants of participation in presidential elections: comments. *Journal of Law and Economics*, Chicago, 18 (3) :743-44, Dec., 1975
- The effects of economic policies on votes for the presidency: some evidence from recent elections: comment. *Journal of Law and Economics*, Chicago, 18 (3) :801-2, Dec., 1975
- The goals of economic policy. *Journal of Law and Economics*, Chicago, 18 (2) :283-92, Oct., 1975
- STIGLER, George J. & FRIEDLAND, C. The citation practices of doctores in economics. *Journal of Political Economy*, Chicago, 83 (3) :477-507, June, 1975
- Do economists matter? *Southern Economic Journal*, Chicago, 42 (3) :347-54, Jan., 1976
- The sizes of legislatures. *Journal of Legal Studies*, Jan., 1976
- Successes and failures of Prof. Smith. *Journal of Political Economy*, Chicago, 84 (6) :1199-1213, Dec., 1976
- The Xistance of X-efficiency. *American Economic Review*, Nashville, 66 (1) :213-16, Mar., 1976
- The conference handbook. *Journal of Political Economy*, Chicago, Feb., 1977
- STIGLER, George J. & BECKER, G. S. De gustibus non est disputandum. *American Economic Review*, Nashville, 67 (2) :76-90, Mar., 1977
- Book reviewed: "The age of uncertainty" (book and BBC television series), by J. K. Galbraith. *National Review*, May 27, 1977
- Book reviewed: "The early economic writings of Alfred Marshall, 1867-1890", by J. K. Whitaker. *Journal of Economic Literature*, Nashville, Mar., 1977
- Book reviewed: "Wealth of nations", by Adam Smith. *Journal of Political Economy*, Chicago, Feb., 1977

- The literature of economics: the case of the kinked oligopoly demand curve. *Economic Inquiry*, Apr., 1978
- Wealth and possibly liberty. *Journal of Legal Studies*, June, 1978
- Book reviewed: "On revolutions and progress in economic knowledge", by Terence W. Hutchison. *Minerva*, Winter, 1978
- Babbage on monopoly price. *History of Economics Society Bulletin*, Winter, 1979
- Why have the socialists been winning? *ORDO* 30, 1979
- STIGLER, George J. & FRIEDLAND, Claire. The pattern of citation practices in economics. *History of Political Economy*, Chicago, 11 (1) : 1-20, Spring, 1979
- An introduction to privacy in economics and politics. *Journal of Legal Studies*, Dec., 1980
- Malthus on Gluts. *History of Economics Society Bulletin*, Winter, 1980
- Book reviewed: "The politics of regulation", by James Q. Wilson. *Wall Street Journal*, Aug. 1, 1980
- A historical note on the short run: Marshall and Friedman. *History of Economics Society Bulletin*, Winter, 1981
- Book reviewed: "The economics of David Ricardo", by Samuel Hollander. *Journal of Economic Literature*, Nashville, 19 (1) :100-2, Mar., 1981
- The economists and the problem of monopoly. *American Economic Review*, Nashville, 72 (2) :1-11. Papers and Proceedings. May, 1982
- Jevons as statistician. *Manchester School of Economic and Social Studies*, 50 (4) :354-65, Dec., 1982
- Nobel Lecture: "The process and progress of economics". *Journal of Political Economy*, Chicago, 91 (4) :529-45, Aug., 1983
- Lit. econ., 6(4) out. 1984* 617

- STIGLER, George J. & FRIEDLAND, Claire. The literature of economics: the case of Berle and Means. *Journal of Law and Economics*, 26 (2) : 237-68, June, 1983

*Livros e Folhetos **

- Production and distribution theories.* — New York: Macmillan, 1941
- The theory and competitive price.* — New York: Macmillan, 1942
- The theory of price.* — New York: Macmillan, 1946
- STIGLER, George J. & FRIEDMAN, Milton. *Roofs or ceilings?* — Irvington-on-Hudson, N. Y.: Foundation for Economic Education, 1946
- Domestic servants in the United States.* — New York: National Bureau of Economic Research, 1947
- Trends in output and employment.* — New York: National Bureau of Economic Research, 1947
- Five lectures on economic problems.* — New York: Longmans, Green Co., 1949
- Employment and compensation in education.* — New York: National Bureau of Economic Research, 1950
- The theory of price.* — Revised edition. — New York: Macmillan, 1952
- STIGLER, George J. & BOULDING, K. E. *Readings in price theory.* — Homewood: R. D. Irwin. 568 p. Reeditado em 1962. 1952
- Introduction to *Business concentration and price policy.* — Princeton, N. J.: Princeton Univ. Press, National Bureau of Economic Research, 1954

* Esta relação é composta de trabalhos normalmente divulgados sob a forma de livros e folhetos. Inclui, além de monografias e artigos de autoria de Stigler, outros tipos de trabalhos assinados pelo mesmo, como prefácios, introduções e edições.

- Trends in employment in the service industries.* — Princeton, N. J.: Princeton Univ. Press; National Bureau of Economic Research, 1956
- STIGLER, George J., ed. *Selections from "The wealth of nations"*. — New York: Appleton-Century-Crofts, 1957
- STIGLER, George J. & BLANK, David. *Supply and demand for scientific personnel.* — Princeton, N. J.: Princeton Univ. Press; National Bureau of Economic Research, 1957
- Foreword to *Merger, movements in American industry, 1895-1956*, by R. L. Nelson. — Princeton, N. J.: Princeton Univ. Press; National Bureau of Economic Research, 1959
- The price statistics of the Federal Government. A report to the Office of Statistical Standards, Bureau of the Budget.* — New York: National Bureau of Economic Research. — (General Series; 73), 1961
- The intellectual and the market place.* — Chicago: Univ. of Chicago Graduate School of Business. — (Selected Papers; 3), 1962
- La teoria de los precios.* — Madrid: Ed. Revista de Derecho Privado. xiv, 403 p., 1962
- Capital and rates of returns in manufacturing industries.* — Princeton: Princeton Univ. Press; National Bureau of Economic Research, 1963
- The intellectual and the market place and other essays.* — Glencoe, Ill.: Free Press, 1963
- STIGLER, George J. & SAMUELSON, Paul. *A dialogue on the proper economic role of the state.* — Chicago: Univ. of Chicago Graduate School of Business. — (Selected Papers; 7), 1963
- The tactics of economic reform.* — Chicago: Univ. of Chicago Graduate School of Business. — (Selected Papers; 13), 1964
- Essays in the history of economics.* — Chicago: Univ. of Chicago Press. 391 p. — Reeditado em 1983, 1965
RJ-IPEA

- The theory of price.* — 3. ed. — New York: Macmillan, 355 p., 1966
RJ-IPEA
- The organization of industry.* — Homewood: R. D. Irwin, 328 p., 1968
RJ-IPEA
- STIGLER, George J. & KINDAHL, J. K. *The behavior of industrial prices.* — New York: Columbia Univ. Press; National Bureau of Economic Research. 202 p. — (NBER. General series; 90), 1970
RJ-IPEA; UFRJ
- Preface to *Risk, uncertainty and profit*, by F. H. Knight. — Chicago: Univ. of Chicago Press, 1970
- Modern man and his corporation.* — Chicago: Univ. of Chicago Graduate School of Business. — (Selected Papers; 39), 1971
- STIGLER, George J. & COHEN, Manuel F. *Can regulatory agencies protect the consumer?* — Washington, D.C.: American Enterprise Institute, 1971
- Capital and rates of return in manufacturing industries.* — New York: Arno Press. 229 p. — (NBER. Publications in reprint), 1975
RJ-UFRJ
- The citizen and the state: essays on regulation.* — Chicago: Univ. of Chicago Press. 210 p., 1975
RJ-IPEA
- A teoria dos preços: análise microeconômica.* — 2. ed. — São Paulo: Atlas. 358 p., 1977
CENDEC
- The economist as preacher and other essays.* — Chicago: Univ. of Chicago Press. vii, 259 p., 1982
- Economists and public policy.* — Washington, D.C.: American Enterprise Institute, 1982

*Contribuições em Coletâneas **

- Two statements on monopoly. In: *HEARINGS before the Subcommittee on the Study of Monopoly Power*. — S. 1., Committee on the Judiciary House of Representatives, April 17-May 11 1950
- Industrial organization and economic progress. In: WHITE, L. D., ed. *The state of the social sciences*. — Chicago: Univ. of Chicago Press, 1956
- The tenable range of functions of local government. In: *FEDERAL expenditure policy for economic growth and stability*. — Joint Economic Committee, Washington, D.C. p. 213-19, Nov., 1957
In: SCHERER, J. & PAPKE, J. A., eds. *Public finance and fiscal policy: selected readings*. — Boston: Houghton Mifflin, 1966. p. 206-14.
- Prometheus incorporated: conformity or coercion? In: SPILLER, R., ed. *Social control in a free society*. — Philadelphia: Univ. of Pennsylvania Press. — (Benjamin Franklin Lectures), 1960
- Economic problems in measuring changes in productivity. In: *OUTPUT input and productivity measurement*. Conference on Research in Income and Wealth, v. 25, National Bureau of Economic Research. — Princeton: Princeton Univ. Press, 1961
- The intellectual and the market place. In: STIGLER, George J. *The intellectual and the market place and others essays*. — Free Press, p. 85-99, 1963
In: TOWNSEND, H., ed. *Price theory: selected readings*. — London: Penguin Books, 1971. p. 461-72.
- Policies for economic growth. In: *ECONOMIC growth: a symposium ...* Washington, D.C., 1963. — New York: American Bankers Assn. p. 101-11, 1963

* Os artigos editados em revistas, posteriormente incluídos em coletâneas, encontram-se relacionados apenas no grupo "Trabalhos Divulgados em Publicações Periódicas", com a referência da coletânea que os reeditou.

- Bernard Shaw, Sidney Webb, and the theory of Fabian socialism. In: STIGLER, George J., ed. *Essays in the history of economics*. — Chicago: Univ. of Chicago Press. p. 268-86, 1965
- Financial intermediaries and the allocation of capital. In: KETCHUM, M. D. & KENDALL, L. T., eds. *Readings in financial institutions*. — Boston: Houghton Mifflin. p. 39-45, 1965
- The formation of economic policy. In: *CURRENT problems in political economy*. — Greencastle, Ind.: DePauw Univ., 1965
- Statistical studies in the history of economic thought. In: STIGLER, George J., ed. *Essays in the history of economics*. — Chicago: Univ. of Chicago Press. p. 31-50, 1965
- Private enterprise and public intelligence. In: *BUSINESS government relations. A symposium ...* — New York: American Bankers Assn. p. 36-47, 1966
- Report of workshop discussion. In: SCHULTZ, G. P. & ALIBER, R. Z., eds. *Guidelines, informal controls, and the market place; policy choice in a full employment economy*. — Chicago: Univ. of Chicago Press. p. 277-80, 1966
- Determinants of the distribution of labor incomes. In: BUDD, E. C., ed. *Inequality and poverty*. — New York: Norton. p. 91-104, 1967
Conteúdo de: *The theory of prices*.
- The foundations and economics. In: WEAVER, Warren, ed. *U.S. philanthropic foundations, their history, structure, management and record*. — New York: Harper and Row, 1967
- [Judgement concerning the value of foundations aid]. Economics. In: WEAVER, W., ed. *U.S. philanthropic foundations, their history, structure, management and record*. — New York: Harper & Row. p. 276-86, 1967
- Competition. In: STIGLER, George J., ed. *The organization of industry*. — Homewood: Irwin. p. 5-22, 1968
In: *INTERNATIONAL Encyclopedia of the Social Sciences*. / Edited by David L. Sills. — New York: Macmillan. v. 3.
- Monopolistic competition in retrospect. In: STIGLER, George J., ed. *The organization of industry*. — Homewood: Irwin. p. 309-21, 1968

- In: KAMERSCHEN, D. R., ed. *Readings in macroeconomics*. — New York: Wiley, 1969. p. 307-19.
- In: ROWLEY, C. K., ed. *Readings in industrial economics*. — London: Macmillan, 1972. 2 v., v. 1. p. 131-44.
- Conteúdo de: *FIVE lectures* ...
- A note on block booking. In: STIGLER, George J., ed. *The organization of industry*. — Homewood: Irwin. p. 165-70, 1968
- Task force report on productivity and competition. In: *HEARINGS before the special Subcommittee on Small Business and the Robinson-Patman Act: Select Committee on Small Business*. — Washington, D.C., Oct. p. 7-9, 1969
- What do entrepreneurs seek? In: KAMERSCHEN, D. R., ed. *Readings in microeconomics*. — New York: Wiley. p. 332-43, 1969
- Conteúdo de: *The theory of prices*.
- STIGLER, George J. & FRIEDMAN, M. USA: roof or ceilings? The current housing problem. In: HAYEK, F. A. et al. *Verdict on rent control* ... — London: Inst. of Econ. Affairs. p. 17-32. (IEA. Readings; 7). 1972
- In: ROWLEY, C. K., ed. *Readings in industrial economics*. — London: Macmillan, 1972. 2 v. v. 1, p. 131-44.
- In: HAYEK, F. A. et al. *Rent control a popular paradox: evidence on the economic effects of rent control*. — Vancouver: Fraser Inst., 1975. p. 87-102.
- John Stuart Mill: the nature on role of originality in scientific progress. In: RECKTENWALD, H. C., ed. *Political economy: a historical perspective*. — London: Collier; Macmillan. p. 207-10, 1973
- Regulation: the confusion of means and ends. In: *REGULATING new drugs*. — Chicago: Univ. of Chicago Press. 1973
- In: STIGLER, George J. *The citizen and the state: essays on regulation*. — Chicago: Univ. of Chicago Press, 1975. p. 167-77.
- Price system. In: *ENCYCLOPEDIA Britannica*. — 15th ed. 1974
- Can regulatory agencies protect the consumer? In: STIGLER, George J. *The citizen and the state: essays on regulation*. — Chicago: Univ. of Chicago Press. p. 178-88, 1975

- 'The economists' traditional theory of the economic functions of the state.
In: STIGLER, George J. *The citizen and the state: essays on regulations*. — Chicago: Univ. of Chicago Press. p. 103-13, 1975
- The intellectual and his society. In: FRIEDMAN, M. *Capitalism and freedom ... Proceedings of a conference in honor of M. Friedman*. / Edited by R. T. Selden. — Charlottesville: Univ. Press of Virginia. p. 311-21, 1975
- Reflections on liberty. In: STIGLER, George J. *The citizen and the state: essays on regulation*. — Chicago: Univ. of Chicago Press. p. 14-19, 1975
- The tactics of economic reform. In: STIGLER, George J. *The citizen and the state: essays on regulation*. — Chicago: Univ. of Chicago Press. p. 23-37, 1975
- Merton on multiples, denied and affirmed. In: *SCIENCE and social structure: a festschrift for Robert K. Merton*. — New York: New York Academy of Sciences. — (Transactions of the New York Academy of Sciences; Series 2: v. 39). 1980
- Occupational licensure for economists? In: ROTTENBERG, S. *Occupational licensure and regulation*. — Washington, D.C.: American Enterprise Institute. 1980
- Economics or ethics. In: *THE TANNER lectures on human values*. — Salt Lake City: Univ. of Utah Press. v. 2. 1981

Festschrift

- MINGER, Jacob. George Stigler's contributions to economics. *Scandinavian Journal of Economics*, Stockholm, 85 (1) :65-75, 1983
- ROYAL SWEDISH ACADEMY OF SCIENCES, Stockholm. The Nobel memorial prize in economics 1982: the official announcement ... *Scandinavian Journal of Economics*, Stockholm, 85 (1) :61-3, 1983
- SCHMALENSEE, Richard. George Stigler's contributions to economics. *Scandinavian Journal of Economics*, Stockholm, 85 (1) :77-86, 1983

Contribuições de Eugênio Gudin ao Pensamento Econômico Brasileiro

MARCELO DE PAIVA ABREU *

É extremamente difícil tratar de forma adequada a longa e diversificada vida profissional de Eugênio Gudin. Nesta nota decidiu-se tratar sua vida e obra em três seções temáticas não totalmente estanques. Na primeira seção, muito curta, trata-se de Gudin engenheiro e empresário. Na segunda, de Gudin economista, professor e jornalista econômico. Na terceira, considera-se seu envolvimento com a coisa pública, culminando com o exercício do cargo de Ministro da Fazenda durante parte do Governo Café Filho.

1 — GUDIN ENGENHEIRO E EMPRESÁRIO

Eugênio Gudin nasceu no Rio de Janeiro em 1886, formando-se em Engenharia Civil pela Escola Politécnica em 1905. Trabalhou, em 1906, para a Light, na construção da represa de Ribeirão das Lajes. A partir de 1907 trabalhou como engenheiro civil para a firma de construção Dodsworth & Cia., inicialmente no Rio; posteriormente tornou-se sócio da empresa, transferindo-se em 1910 para o Ceará e em 1913 para Pernambuco. Em 1922, com a conclusão das obras de instalação dos bondes elétricos da Pernambuco Tramways, retornou ao Rio de Janeiro. No começo dos anos 20 tornou-se diretor da Great Western of Brazil Railway Co. que operava no Nordeste, embora continuasse a residir no Rio. Permaneceu neste cargo até que a ferrovia fosse adquirida pelo Governo

* Do Departamento de Economia da PUC/RJ. O autor agradece os comentários e a ajuda de Dionísio Dias Carneiro Netto, Luiz Roberto Cunha, Winston Fritsch, Francisco L. Lopes e Rogério Werneck. Foi essencial o acesso ao original do verbete sobre Gudin do *Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro, 1930-1983* (no prelo), coordenado por Israel Beloch para o CPDOC/FGV.

Federal em 1948. Entre 1929 e 1954 foi, também, Diretor da Western Telegraph & Co.

2 — GUDIN ECONOMISTA, JORNALISTA E PROFESSOR

A formação econômica de Gudín foi basicamente a de um autodidata. De acordo com suas próprias palavras, embora a cadeira de Economia Política constasse do currículo da Escola Politécnica, Vieira Souto, o cate-drático, lá não punha os pés, deixando os encargos do curso a assistentes que nada tinham a ensinar. Seu contato com a economia data da década de 20: o primeiro livro de economia que leu como autodidata foi *The meaning of money*, do editor de *The Economist*, Hartley Withers. Através de seus contatos com Assis Chateaubriand, começou a escrever artigos econômicos em *O Jornal*, transferindo-se no fim da década para o *Correio da Manhã*, onde colaborou até 1954. No final da década de 50, voltou a escrever para a imprensa diária, mantendo até os dias de hoje uma coluna econômica em *O Globo*.

Data do início da década de 30 a sua primeira contribuição relevante como analista dos problemas econômicos brasileiros [ver Gudín (1934)]. Às razões tradicionais que justificam a intervenção do Governo no mercado cambial para impedir a plena desvalorização do mil-réis, no caso de uma crise no balanço de pagamentos — associadas à crise fiscal oriunda de aumento de despesa e contração de receita —, são adicionados argumentos relativos à política cafeeira. Na mesma linha do relatório de Jolin Williams (1954) — do Federal Reserve Bank of New York e depois especialista conhecido em economia internacional —, elaborado contemporaneamente, Gudín argumenta que a desvalorização cambial pode, em determinadas circunstâncias — “mercado deprimido”, grande fatia do mercado mundial detida pelo país exportador e baixa elasticidade-preço da demanda —, reduzir o valor das exportações em moeda estrangeira, pois os preços internacionais cairiam proporcionalmente mais do que aumentariam as quantidades exportadas. Apesar do interesse da análise de Gudín, principalmente quando contrastada ao pensamento ortodoxo,¹ sua conclusão

¹ Ver em Gudín (1932, pp. 97-8) a posição ortodoxa de Niemeyer, ignorando as peculiaridades do café.

— contrária à desvalorização cambial com base no argumento de que tal “política” prejudicava a geração de divisas via exportações — supõe que o Governo dispunha de margem de manobra não existente e, em especial, subestima o impacto da deterioração da conta de capital sobre a taxa de câmbio: a teoria implícita de determinação da taxa de câmbio é exaltadamente casselliana.

No final da década de 30 e início dos anos 40, Gudin envolveu-se com a fundação e organização da Faculdade de Ciências Econômicas e Administrativas — posteriormente absorvida pela Universidade do Brasil, hoje Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ali foi catedrático de Moeda e Crédito e depois diretor, aposentando-se em 1956. Teve importante influência no recrutamento de professores que lecionaram na Faculdade pelo menos até a década de 60: Octávio Bulhões, Antonio Dias Leite Jr., Roberto Campos, Jorge Kingston, entre outros.

Membro do Conselho Diretor da Fundação Getúlio Vargas desde a sua criação em 1944, Gudin foi de vital importância para a criação, em 1946, de um centro de estudos econômicos que, em 1947, transformou-se no Núcleo de Economia e, em 1951, no Instituto Brasileiro de Economia. O Núcleo gerou as primeiras estatísticas minimamente confiáveis relativas às contas nacionais, a preços e ao balanço de pagamentos. Além disto, a partir de 1947, foram publicadas duas revistas influentes: *Conjuntura Econômica* — revista mensal concentrada em tópicos relativos à política econômica de curto prazo — e *Revista Brasileira de Economia* — de natureza teórica e periodicidade trimestral. Na *RBE* foram publicadas as conferências de diversos economistas estrangeiros convidados a visitar a FGV, principalmente com base no prestígio pessoal de Gudin: Nurkse, Viner, Robbins, Haberler, entre outros. Gudin seria por longo tempo Presidente do IBRE (até 1969) e Vice-Presidente da Fundação (1960/76).

A cristalização de posição de Gudin em defesa da economia liberal implicou não apenas a eleição do Estado como *bête noire* mais ou menos permanente na sua análise da economia brasileira, mas, também, em ênfase bastante mais construtiva na livre determinação dos preços como precondição para aumentar a eficácia dos investimentos públicos e na inadequação da política governamental relativa aos investimentos em determinados setores. Muitas destas críticas ressaltaram o abandono relativo do transporte ferroviário e marítimo como forma básica de movimentação de cargas. As crises do petróleo na década de 70 sublinhariam de forma pungente as deformações denunciadas desde muito por Gudin.

Em 1943 saiu a publicação do primeiro volume de sua obra mais sólida, e que seria adotada de forma mais ou menos generalizada nas Faculdades de Economia do País até o final dos anos 60 [ver Gudin (1979)]. O livro é um tratado convencional — o autor só “digeriria” o Keynes da *Teoria geral* após vê-lo em ação em Bretton-Woods — com forte conteúdo institucional, inicialmente em um volume concentrado em moeda, bancos e teoria quantitativa, além de uma parte sobre balanço de pagamentos e política cambial. A partir de 1952 foi desdobrado em dois volumes, sendo o segundo centrado em teoria da taxa de juros, teoria do emprego e política monetária e fiscal. O livro constitui, sem sombra de dúvida, o que de melhor foi produzido em termos de livro-texto no Brasil na época, influenciando diversas gerações de economistas. Seria ocioso investir excessivamente na busca de contribuições ao *mainstream* da teoria econômica nos *Princípios*: em primeiro lugar, porque provavelmente nem mesmo o próprio autor privilegia este enfoque como base para avaliação da sua obra; e, em segundo, porque o exercício seria decerto altamente subjetivo. Dentre as contribuições citadas por exegetas da obra de Gudin, a ênfase no mecanismo de transmissão da inflação através da taxa cambial — que data da primeira edição dos *Princípios* — parece mais interessante, apesar de suas óbvias limitações no atual quadro institucional, do que, por exemplo, a tradicional referência à distinção entre moeda “de ação direta” e moeda “de ação indireta” [ver, por exemplo, Vieira e Gudin (1979)]. A idéia de Gudin é que o choque inflacionário propaga-se com maior celeridade via taxa de câmbio do que nos mercados domésticos, pois enquanto a pressão inflacionária através destes últimos é diluída por diversos mercados, toda a pressão inflacionária que resulta em maior demanda por importações tem impacto em primeira instância sobre o mercado cambial.

Em 1945, Gudin reproduz o parecer no qual, no âmbito da Comissão de Planejamento Econômico (ver a Seção 3 a seguir), criticara pesadamente documento apresentado pelo Conselheiro Roberto Simonsen ao Conselho Nacional de Política Comercial e Industrial sobre a planificação e o desenvolvimento industrial [ver Gudin (1945)]. Essa controvérsia é, na verdade, singularmente desinteressante do ponto de vista estritamente econômico. O documento original de Simonsen preconizava a planificação das atividades econômicas no País e, embora enfatizasse a necessidade de resguardar os interesses da iniciativa privada, defendia a ampliação da esfera de atividades do setor público. Concluía com um tom nitidamente classista: “não seria concebível que, enquanto o país desenvolvesse um formidável

esforço no sentido de montar o seu equipamento econômico, fosse ele, em pleno período construtivo, perturbado pela concorrência de produção em massa, de origem alienígena". A crítica de Gudin começa por apontar os erros elementares cometidos por Simonsen nas suas considerações sobre a renda nacional brasileira e inclui uma diatribe sobre temas que se tornariam recorrentes na sua defesa, através das décadas, do liberalismo econômico: advogando a contenção dos gastos públicos e do crédito como elementos importantes para garantir a "ordem monetária", apontando os prejuízos causados pela planificação e desvantagens da ação econômica do Estado quando contrastada ao setor privado, denunciando o "espírito mercantilista" da política de proteção à indústria substitutiva de importações.

O elemento mais interessante da crítica de Gudin a Simonsen é sem dúvida o diagnóstico algo estruturalista da inflação que depois tornaria-se *pièce de resistance* do Relatório Abbink e dos comentários de Bulhões (1950): a questão básica residiria no desequilíbrio entre o setor produtor de bens de capital e o setor produtor de bens de consumo; a expansão dos investimentos além do limite imposto pelos fatores de produção só poderia acarretar a alta dos preços dos bens de consumo, não tendo impacto sobre o nível de renda real.

3 — GUDIN E A COISA PÚBLICA

Na década de 30 iniciou-se o envolvimento, ainda que limitado, de Gudin com a coisa pública através da participação em conselhos que, segundo ele mesmo, dispunham de escasso poder real: Comissão de Estudos Financeiros de Estados e Municípios, criada no Ministério da Fazenda (1931/33), Comissão Mista de Reforma Econômica e Financeira, criada pelo DASP (1935/36), e Conselho Técnico de Economia e Finanças (1937/60).

Em 1944 foi membro da delegação brasileira à Conferência Monetária Internacional de Bretton-Woods, na qual foram definidas as bases da criação do Fundo Monetário Internacional e do Banco Mundial, instituições nas quais, anos depois (1951/55), seria governador, representando o Brasil.

Em seguida à Conferência, Gudin visitou Harvard em companhia de Octavio Bulhões, sendo apresentado a Haberler, bem como a outros economistas. A partir daí consolidou-se a amizade com Haberler, e multi-

plicar-se-iam os contatos com membros da academia no hemisfério norte, as quais viabilizariam o programa de professores visitantes da Fundação Getúlio Vargas mencionado na segunda seção.

Em 1944 participou também da Comissão de Planejamento Econômico, que, apesar de criada com o propósito de incorporar em bases permanentes a experiência adquirida com a administração da "mobilização econômica" durante a II Guerra Mundial, tornou-se importante obstáculo ao aproveitamento, pelo Governo, das propostas de Roberto Simonsen, que defendiam o estímulo à industrialização através das atividades de planejamento econômico.

Ainda na década de 40 Gudin participou, a convite do Presidente Dutra, da comissão que elaborou o anteprojeto do Estatuto do Petróleo, raiz de importante controvérsia em torno do monopólio estatal do petróleo, do qual resultaria a criação da Petrobrás, em 1953. Gudin, na época, discordou das restrições impostas ao capital privado nacional e estrangeiro e manteve-se, nas três últimas décadas, permanente crítico da atuação da Petrobrás.

Em 1954, com o suicídio de Getúlio Vargas e sua sucessão por Café Filho, Gudin alcança o auge de sua carreira de homem público, tornando-se Ministro da Fazenda. Seu discurso de posse revela, no essencial, a manutenção de suas idéias a respeito das raízes da inflação brasileira já formuladas nos *Princípios* e repetidas *ad nauseam* nos seus escritos mais efêmeros: "O Governo Café Filho, ao qual cabe terminar o mandato presidencial do quinquênio 1951-1956, não se apresenta à Nação como um Governo de realizações e empreendimentos. Entende, ao contrário, que os sintomas de mal-estar econômico ... provêm do excesso de iniciativas e empreendimentos em quase todos os setores do sistema econômico nacional, a par de uma procura também excessiva de mercadorias e serviços para consumo, por uma despesa superior às possibilidades materiais do país e sustentada por injeções monetárias cujo ritmo importa, urgentemente, reduzir".

As dificuldades enfrentadas pelo novo Governo refletiam-se especialmente na deterioração da posição do balanço de pagamentos — resultado da contração das exportações de café que começa a se manifestar a partir de 1954 e do aumento substancial do nível de importações em relação a 1953 — e na aceleração inflacionária a partir de 1953, pois a taxa de variação dos preços subiu de um patamar de 10-12% em 1949/52 para 20-25% em 1953/54.

O diagnóstico de Gudin responsabilizava principalmente a “desastrosa” política cafeeira de manutenção de altos preços com redução das quantidades exportadas pelas dificuldades no balanço de pagamentos, enquanto a aceleração inflacionária decorreria de uma combinação do impacto do aumento do salário mínimo que havia sido dobrado em 4-7-54, da expansão acelerada do crédito bancário desde o começo dos anos 50 e do descontrole do gasto público.

De forma coerente com o seu diagnóstico, adotou-se um conjunto de políticas ortodoxas de controle inflacionário através da restrição à expansão do crédito e dos gastos públicos. As dificuldades do balanço de pagamentos foram minoradas com a negociação com bancos privados norte-americanos de um empréstimo de US\$ 200 milhões depois de recusa de cooperação por parte do Tesouro dos Estados Unidos. Certamente a ortodoxia da visão de Gudin a respeito dos problemas econômicos brasileiros facilitara o seu trânsito nos meios financeiros norte-americanos. Apesar de seus protestos em Washington de que não era um deflacionista — pelo contrário, era até favorável a uma “gentle rise in the price level” à la Dennis Robertson —, essa ortodoxia foi, sem dúvida, elemento de importância para explicar o sucesso da sua gestão junto aos banqueiros norte-americanos.

Na sua gestão foi promulgada a Instrução 113 da SUMOC, que seria de vital importância para financiar os gastos em moeda estrangeira relativos à implantação dos empreendimentos industriais previstos no Plano de Metas. Entretanto, Gudin não parece ter, *a priori*, atribuído grande importância a este instrumento de política econômica, não o havendo mesmo mencionado em seu discurso de transmissão de cargo de Ministro da Fazenda a José Maria Whitaker.

Mais recentemente [ver, por exemplo, Gudin (1969)], embora sublinhando a importância da Instrução 113, ele tem insistido que o instrumento não envolvia “qualquer subsídio cambial, ou subsídio tarifário ou qualquer outro, mas simplesmente removia obstáculos diversos, especialmente burocráticos, à entrada de investimento estrangeiro”. A comparação relevante de custos cambiais é entre o custo da cambial no leilão de divisas no qual se enquadrasse o bem de capital importado — que seria o custo “normal” de uma firma que pretendesse ampliar a sua capacidade produtiva — e a taxa de câmbio aplicada no caso de entradas de capital, pois a Instrução 113 permitia a entrada de bens de capital sem cobertura cambial a esta taxa relativamente mais valorizada. Levando em conta, por exemplo, as taxas cambiais vigentes em setembro de 1956,

o custo dos investimentos via Instrução 113 seria menos da metade dos custos "normais". Este subsídio implícito é reconhecido por autores como Gordon e Grommers (1962) — mencionados em nota de pé de página por Ellis como qualificação à afirmação de Gudín — e até mesmo Bulhões (1979): "a Instrução representava um excelente subsídio à importação de equipamentos para as empresas nacionais". Bulhões refere-se, obviamente, às empresas instaladas no Brasil e não às controladas por capitais brasileiros, pois é fato notório que a implementação da Instrução 113 privilegiou as empresas estrangeiras que aqui operavam.

A avaliação das políticas de Gudín fica prejudicada na medida em que não completou um ano de exercício no cargo, sendo substituído em abril de 1955 por J. M. Whitaker à raiz de dificuldades relacionadas ao controle de gastos públicos, inclusive dos ministérios militares, e de modificações na equipe do Governo como decorrência de acordos políticos prévios à eleição de outubro de 1955.² Gudín (1955) citaria explicitamente como razões para sua renúncia a mudança do Presidente do Banco do Brasil e a "possível influência que sobre a política econômica e financeira que eu executava viriam a ter os novos compromissos".

A partir de então, Eugênio Gudín manteve-se à margem do Governo. Continuou a ocupar cargos de relevância em conselhos e na FGV. Em 1956 tornou-se diretor da International Economic Association, sendo Vice-Presidente em 1959. Suas opiniões tiveram marcada influência em alguns aspectos da política econômica pós-64, especialmente na gestão Campos-Bulhões. Durante esse período, Gudín defendeu consistentemente em seus escritos, especialmente como articulista do jornal *O Globo*, a adoção de políticas econômicas calcadas na redução da interferência do Estado e na prioridade absoluta do controle da inflação sobre outras metas de governo.

Qual a marca deixada por Gudín como economista profissional? Como *institution builder* sem dúvida a FGV desponta como o resultado mais importante dos seus esforços pela contribuição na consolidação da pós-graduação em economia no Brasil e na geração de estatísticas econômicas relativamente confiáveis. Por outro lado, os *Princípios* constituíram livro-

² Atribuir, mesmo segundo a ótica monetarista, a redução do patamar inflacionário entre 1954 e 1955 à sua política restritiva é talvez excessivamente ousado, na medida em que a taxa de expansão dos meios de pagamento em 1955 foi a maior desde 1950. Além disto, 1955, ao contrário dos anos anteriores, não é marcado por pressões salariais ou por quebra de safra.

texto importante para formar muitas gerações de economistas dentro de novos padrões de qualidade acadêmica que tendiam a se aproximar dos vigentes na academia do hemisfério norte.

Como avaliar a influência das idéias econômicas de Gudin? Infelizmente, foram exatamente as suas pregações menos felizes as que maior repercussão tiveram no pensamento conservador brasileiro — crítica *in limine* à intervenção do Estado na esfera econômica e interpretações mecânicas do processo inflacionário —, enquanto o que tinha a dizer sobre alocação de recursos públicos e, em última instância, sobre *accountability* parece, infelizmente, ter caído em ouvidos moucos.

BIBLIOGRAFIA

BULHÕES, O. *A margem de um relatório*. Rio de Janeiro, 1950.

———. O Ministro Eugênio Gudin. In: KAFKA, A., et al. *Eugênio Gudin visto por seus contemporâneos*. Rio de Janeiro, 1979.

GORDON, L., e GROMMERS, E. *United States manufacturing investment in Brazil: the impact of Brazilian Government policies 1946/1960*. Cambridge, 1962.

GUDIN, E. Como Sir Otto Niemeyer responde às dúvidas e objeções que levantou o seu relatório na opinião brasileira. In: Gudin Filho, E. *Origem da crise mundial, política econômica do Brasil, política financeira e relatório Niemeyer*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1932.

———. *Câmbio e café, 1933-1934*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1934.

———. *Rumos de política econômica*. Rio de Janeiro, Laemmert, 1945.

———. *Situação econômico-financeira do Brasil*. Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1955.

———. The chief characteristics of the postwar economic development of Brazil. In: ELLIS, H. S., ed. *The economy of Brazil*. Berkeley, University of California, 1969.

_____. *Princípios de economia monetária*. 2 vols. 9.^a ed.; Rio de Janeiro, Agir, 1979.

VIEIRA, J. M. G., e GUDIN, E. Três contribuições à teoria econômica. In: KAFKA, A., et al. *Eugênio Gudín visto por seus contemporâneos*. Rio de Janeiro, 1979.

WILLIAMS, John. American exchange problems in Brazil, Argentina, Chile and Uruguay. In: U. S. Department of State. *Foreign relations of the United States, 1934*. Washington, 1954.



Bibliografia Seleccionada *

Livros, Coletâneas e Folhetos

Notas sobre orçamentos, conversibilidade e estabilização. — Rio de Janeiro: Jornal do Comércio. 109 p., 1929

* As principais fontes de informação utilizadas para coleta desta bibliografia foram: Biblioteca, Arquivo Central e Centro de Pesquisas e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), todas instituições ligadas à Fundação Getúlio Vargas (RJ); *Revista Brasileira de Economia*; e *Digesto Econômico*. Constam desse levantamento bibliográfico de Eugênio Gudín 2.430 títulos, assim classificados: 26 títulos entre livros, folhetos e coletâneas; 17 conferências publicadas; 107 artigos publicados em revistas; 2.099 artigos publicados em *O Globo* e 109 em outros jornais; nove resenhas ou prefácios; 12 conferências não publicadas; 21 discursos não publicados; e 30 títulos diversos. Tendo em vista o espaço de que a revista dispõe, reproduzimos apenas uma seleção dos títulos considerados mais importantes. Os interessados poderão consultar na Biblioteca do IPEA/INPES, sob o título "Eugênio Gudín, Bibliografia — 1924 a 1982", o material levantado, ou, para uma pesquisa mais abrangente, o Arquivo Central e o CPDOC da FGV/RJ.

O material foi coletado e organizado por Gilberto V. de Carvalho, cabendo a normalização bibliográfica para a presente edição a Alice Martins de Carvalho. A Editoria de *Literatura Econômica* agradece ao Arquivo Central da FGV/RJ, nas pessoas de Marilene Leite Paes e Fátima Gonçalves da Cunha, e ao Centro de Processamento de Documentos (CPDOC) da FGV/RJ, nas pessoas de Célia Costa, Ana Maria de Lima Brandão, Suely Braga da Silva e Ana Lígia Medeiros, pela colaboração prestada.

Origens da crise mundial, política econômica do Brasil, política financeira e Relatório Niemeyer. — Rio de Janeiro: Tip. Almanak Laemmert. 116 p., Coletânea de artigos de 1931 a 1932 publicados em "O Jornal". 1932

Câmbio e café: 1933-1934. — Rio de Janeiro: Of. Gráf. Almanak Laemmert. 22 p., 1934

Para um mundo melhor. — Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 228 p. — (Ensaio sobre problemas de após-guerra), 1943

Princípios de economia monetária. — 9. ed. — Rio de Janeiro: Agir, 1979. 2 v. Data da 1. ed. 1943

O v. 1 surgiu em 1943, editado pela Civilização, e o v. 2 em 1952, pela Agir. A partir da 3. ed. revista de 1965, da Agir, sabe-se, pela nota da 9. ed., que a 5.^a e 7.^a são edições revistas e aumentadas.

Inflação e economia de guerra. — Rio de Janeiro: Ed. Civilização Brasileira. 1944

Rumos de política econômica: relatório apresentado à Comissão de Planejamento Econômico sobre a Planificação da Economia Brasileira. — Rio de Janeiro: Gráf. Laemmert. 135 p., 1945

In: SIMONSEN, Roberto C. & GUDIN, Eugênio. *A controvérsia do planejamento na economia brasileira*; coletânea da polêmica Simonsen x Gudin, desencadeada com as primeiras propostas formais de planejamento da economia brasileira ao final do Estado Novo. / Introd. de C. von Doellinger. — Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1977. 242 p., p. 41-56. — (IPEA/INPES. Pensamento econômico brasileiro, 3).

Reeditado em 1979.

Pressão inflacionista; salto no abismo; a política de crédito; licença prévia e taxas cambiais. — Rio de Janeiro. 15 p., 1948
Artigos publicados no Correio da Manhã.

A rendição da guarda e outros escritos. — Rio de Janeiro: Agir. 74 p., 1949

Inclui bibliografia.

- O desafio aos alicerces da civilização.* — Rio de Janeiro: APEC. 22 p., 1951
- Plano de economia aprovado pelo Presidente da República, para execução orçamentária do exercício de 1955.* — Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 128 p. 1955
- Inflação, crédito e desenvolvimento.* — Rio de Janeiro: Agir. ix, 128 p., 1956
- Inflação, importação e exportação: café, crédito, desenvolvimento, industrialização.* — 2. ed. rev. aum. — Rio de Janeiro: Agir. 262 p., 1959
- Análise de problemas brasileiros: coletânea de artigos, 1958-1964.* — Rio de Janeiro: Agir. 512 p., 1965
- Inflação na América Latina.* In: ASSOCIAÇÃO ECONÔMICA INTERNACIONAL. *Inflação.* — Rio de Janeiro: Agência Norte-Americana para o Desenvolvimento Internacional-USAID. p. 346-62, 1965
- The chief characteristics of the postwar economic development of Brazil.* In: ELLIS, Howard S., ed. *The economy of Brazil.* — Berkeley: Univ. of California. p. 3-25, 1969
- Para um Brasil melhor.* — Rio de Janeiro: APEC. 440 p., [1969?]
- Pregação revolucionária.* — [Rio de Janeiro] APEC. 16 p., 1969
- O pensamento de Eugênio Gudin.* — Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas. xvii, 534 p., 1978
Coletânea de artigos, depoimentos e narrações de E. Gudin publicados em jornal durante os últimos sete anos.
- Reflexões e comentários: 1970-1978.* — Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 319 p., il. — (Coleção Brasil século 20), 1978

Conferências

- Capitalismo e sua evolução; conferência realizada na Liga de Defesa Nacional.* — Rio de Janeiro: Laemmert. 60 p., 1936
- A desvalorização da libra.* *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 3 (3):113-8, set., 1949

Trata-se de uma relação dos principais itens abordados na conferência pronunciada na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil.

Planejamento econômico. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc. Comercial, 7 (77) :30-40, abr., 1951

Conferência realizada no Teatro Municipal de São Paulo por ocasião da formatura dos bacharelados da Fac. de Ciências Econômicas de São Paulo.

Situação econômico-financeira do Brasil. — Rio de Janeiro: Imprensa Nacional. 17 p., 1955

Discurso pronunciado na cerimônia da transmissão da Pasta da Fazenda ao Ex.^{ma} Sr. José Maria Whitaker.

A formação do economista. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro: 10 (1) :53-70, mar., 1956

Conferência realizada na Fac. de Economia da Univ. Mackenzie de São Paulo e aula inaugural dos cursos da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil, 1956.

Comércio interno e externo. In: *BALANÇA de pagamentos*. — S. I.: Escola Superior de Guerra. 1958

Desenvolvimento e equilíbrio. *Digesto Econômico*, Assoc. Comercial, 142: 31-40, jul./ago., 1958

Palestra pronunciada na Confederação Nacional do Comércio.

Estrutura do ensino das ciências econômicas. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc. Comercial, 139:5-9, jan./fev., 1958

Conferência pronunciada no Centro Acadêmico Visconde de Cairu, em 28-11-1957.

Conferência internacional sobre a inflação. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc. Comercial, 152:27-34, mar., 1960

Injustiças, distorções e dano social da inflação. *Carta Mensal: Problemas Nacionais*, Rio de Janeiro, 8 (96) :3-10, mar., 1963

Possivelmente reprodução de entrevista para TV, em São Paulo.

Aula inaugural na abertura dos cursos de análise econômica do Conselho Nacional de Economia. *Revista do Conselho Nacional de Economia*, Rio de Janeiro, 14 (2) :228-34, maio/ago., 1965

Les vicissitudes de la démocratie en Amérique Latine. — Milano: A. Giuffrè, 9 p. 1965. Separata da revista *Il Politico*, Università di Pavia, 30 (1), 1965

Nota: o pensamento político de Benjamin Constant, a Constituição de 1824, as estruturas sociais dos países latino americanos, etc. ... Debates. Conferência pronunciada em Paris em 12-10-64.

O crédito e o sistema financeiro. — Rio de Janeiro: Boletim Cambial. 34 p. — (Economia e administração de empresas, 27.^a aula) mimeo, 1966

A moeda e o sistema bancário. — Rio de Janeiro: Boletim Cambial. 37 p. (Economia e Administração de empresas, 26.^a aula) mimeo, 1966

Palavras de agradecimento proferidas pelo Prof. Eugênio Gudín, na cerimônia de sua diplomação como "Homem de Visão" de 1974. S.n.t. 16 p., 1974

*Trabalhos Divulgados em Publicações Periódicas **

A moeda de ação indireta e a taxa de juros. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 1 (2):7-28, dez., 1947

Resenha Bibliográfica de: BULHÕES, Octavio Gouveia de. Orientação e controle da economia. — Rio de Janeiro: Bedeshi, 1941. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 1 (2) :117-22, dez., 1947

O problema do dinheiro barato. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 2 (1) :41-59, mar., 1948

Estabilização dos preços. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 3 (3) :7-13, set., 1949

* Artigos, resenhas bibliográficas, notas, comentários e entrevistas.

- GUDIN, Eugênio & KINGSTON, Eugênio. A taxa de equilíbrio do cruzeiro. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 3 (4) :7-35, out./dez., 1949
Traduzido e republicado por: (i) *El Trimestre Económico*, 17 (1) : 99-124, 1950, e (ii) *Economia Internazionale*, Genova, 4 (1) feb. 1951.
- GUDIN, Eugênio & KINGSTON, Jorge. El tipo de equilibrio del cruzeiro. *El Trimestre Económico*, México, 17 (1):99-124, 1950
Versão de "A taxa de equilíbrio do cruzeiro". *R. Bras. Econ.*, 3 (4) 1949.
- Alguns reparos sobre a teoria do multiplicador. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 5 (1) :137-59, mar., 1951
- GUDIN, Eugênio & KINGSTON, Jorge. The equilibrium exchange rate of the cruzeiro. — Genova: Instituto di Economia Internazionale, 1951. 32 p. Separata de *Economia Internazionale*, Genova, 4 (1) feb. 1951
Versão de "A taxa de equilíbrio do cruzeiro". *R. Bras. Econ.*, 3 (4) 1949.
- O caso das nações subdesenvolvidas. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 6 (3) :47-77, set., 1952
- Produtividade. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 8 (3) :9-70, set., 1954
In: *ALGUNS problemas brasileiros: subsídios para o seu estudo*. — Rio de Janeiro: Confederação Nacional do Comércio, 1955. v. 1, p. 135-69.
- Notas sobre o comentário de Celso Furtado sobre o livro "Princípios de Economia Monetária". *Econômica Brasileira*, Rio de Janeiro, Clube de Economistas, 1 (2) :123-5, abr./jun., 1955
- Participação dos empregados nos lucros das empresas. *Carta Mensal: Problemas e Soluções*, Rio de Janeiro, Confederação Nacional do Comércio, 1 (6) :14-22, set., 1955
- Comentário ao "Boletim da CEPAL (Boletín Económico, p. 23 e 24, jan. 1956)". *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 10 (3) :115-21, set., 1956

- Foreign exchange; vital to Brazil — need for reform. *Brazilian American Survey*, Rio de Janeiro, May, 1956
- Orientação e programação do desenvolvimento econômico. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 10 (3) :27-60, set., 1956
- Quem perde na inflação. *Econômica Brasileira*, Rio de Janeiro, Clube de Economistas, 2 (4) :198-200, out./dez., 1956
- GUDIN, Eugênio & ELLIS, Howard S. Duas apreciações sobre moeda, juro e preços de Don Patinkin. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 11 (3):7-36, set., 1957
- Estabilização da nossa moeda. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc. Comercial, 138:29-36, nov./dez., 1957
- Estabilização de nossa economia. *Carta Mensal: Problemas Nacionais*, Rio de Janeiro, Confederação Nacional do Comércio, 9:3-25, set., 1957
Replicado em *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc. Comercial, 14 (138) :29-36, nov./dez. 1957.
- O capital estrangeiro e o desenvolvimento. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc. Comercial, 143:9-17, set./out., 1958
- Reflexões sobre a ajuda econômica americana. *Carta Mensal: Problemas Nacionais*, Rio de Janeiro, Confederação Nacional do Comércio, 45: 1-18, dez., 1958
- Resenha Bibliográfica de: LEWIS, W. Arthur. "The theory of economic growth". — S. 1.: George Allen and Unwin, 1955; BUCHANAN, Norman S. & ELLIS, Howard S. "Approaches to economic development". — S. 1.: The Twentieth Century Fund, 1955; BAUER, P. T. & YAMEY, B. S. "The economics of underdeveloped countries". — S. 1.: Cambridge Univ. Press, 1957. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 12 (2) :67-77, jun., 1958
- A conferência de Elsimore. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 13 (4) :19-56, dez., 1959
- Rumos do comércio internacional. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 13 (2):53-80, jul., 1959

- Comentários sobre a análise de Hirschman dos problemas econômicos.
Revista Brasileira de Economia, Rio de Janeiro, 14 (3) :57-64, set.,
1960
- O disciplinamento do capital estrangeiro. *Digesto Econômico*, São Paulo,
Assoc. Comercial, 19 (164) :124-30, mar./abr., 1962
- Eletrobrás. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc. Comercial, n. 167, p.
84-7, set./out., 1962
- A reforma agrária e a agitação. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc.
Comercial, 19 (166) :21-2, jul./ago., 1962
Republicado em *Digesto Econômico*, São Paulo, 20 (172) :11-7, jul./
ago. 1963.
- As armas de combate à inflação. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc.
Comercial, 20 (177) :131-3, maio/jun., 1964
- Ciclos econômicos. *Carta Mensal: Problemas Nacionais*, Rio de Janeiro,
Confederação Nacional do Comércio, 9 (106/107) :19-31, jan./feb.,
1964
- Reforma agrária e senso comum. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc.
Comercial, 21 (178) :10-12, jul./ago., 1964
- Subdesenvolvimento e reformas. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc.
Comercial 21 (180) :118-25, nov./dez., 1964
- Desperdício do dinheiro da nação. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc.
Comercial, 21 (185) :14-9, set./out., 1965
- Graves falhas na Lei do Inquilinato. *Digesto Econômico*, São Paulo,
Assoc. Comercial, 20 (183) :108-9, maio/jun., 1965
- Educação e desenvolvimento. *Mensário Estatístico Atuarial*, Rio de Ja-
neiro, Inst. de Aposentadoria e Pensões dos Industriários, 14 (159) :
12-22, 1966
Republicado em *Indústria & Produtividade*, Rio de Janeiro, Confe-
deração Nacional da Indústria, 1 (5) :38-43, out. 1968.

Em prol da iniciativa privada. *Carta Mensal: Problemas Nacionais*, Rio de Janeiro, Confederação Nacional do Comércio, 11 (132):15-22, mar., 1966

Ministério do Planejamento ou Ministério da Economia? *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc. Comercial, 22 (192):122-5, nov./dez., 1966

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico. *Revista das Classes Produtoras*, Rio de Janeiro, Conf. das Assoc. Comerciais do Brasil: Assoc. Comercial do Rio de Janeiro, 29 (992):22-3, fev., 1967
Republicado em *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc. Comercial, 22 (194):36-7, mar./abr. 1967.

Fundo Monetário Internacional. *Carta Mensal*, Rio de Janeiro, CNC, 13 (150/151):31-40, set./out., 1967
Republicado em *Revista de Finanças Públicas*, Rio de Janeiro, 27 (265):8-14, nov. 1967.

A institucionalização da inflação. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc. Comercial, 22 (193):5-6, jan./fev., 1967

Marx, o economista. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc. Comercial, 22 (198):117-27, nov./dez., 1967

Perspectivas da inflação brasileira: /impossível prever inflação sem conhecer rumos do novo governo/. — *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc. Comercial, 22 (193):116-21, jan./fev., 1967
Trabalho apresentado à reunião do Recife promovida pelo BNB, realizada na cidade de Caxangá.
Publicado também no *Diário de Pernambuco*, de 14-01-67.

Planejamento. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc. Comercial, 22 (197):67-74, set./out., 1967

A ideologia brasileira em Nova Deli. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc. Comercial, 32 (201):99-101, maio/jun., 1968

As origens da crise política. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc. Comercial, 23 (201):5-10, maio/jun., 1968

- Os principais obstáculos ao desenvolvimento. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 22 (4) :26-37, dez., 1968
- Os problemas econômicos do Brasil. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc. Comercial, 23 (202):19-28, jul./ago., 1968
- O que é produtividade? *Indústria & Produtividade*, Rio de Janeiro, Confederação Nacional da Indústria, 1 (4) :36-49, set., 1968
- O Banco Mundial e os países subdesenvolvidos. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc. Comercial, 26 (216) :29-31, nov./dez., 1970
- A experiência cubana, um drama de imaturidade. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc. Comercial, 26 (215) :112-3, set./out., 1970
- Os privilégios das empresas estatais. *Telebrasil Noticiário*, Rio de Janeiro, 13 (135/136) :8-9, maio/jun., 1971
- Jacob Viner. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 25 (1) :110-3, mar., 1971
- Notas sobre a economia brasileira desde a proclamação da República até os nossos dias. *Revista Brasileira de Economia*, Rio de Janeiro, 26 (3) :85-108, set., 1972
- A advertência de Gudin: controle estatal da economia é excessivo. *Visão*, São Paulo, 45 (14) :19-25, 30 dez., 1974
- A formação do economista no Brasil. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc. Comercial, 32 (246) :67-79, nov./dez., 1975
- As empresas privadas de serviços de utilidade pública. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc. Comercial, 34 (252) :139-42, nov./dez., 1976
- As Leviathans nacionais face ao Estado. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc. Comercial, 33 (251):151-5, set./out., 1976
- As multinacionais. *Digesto Econômico*, São Paulo, Assoc. Comercial, 33 (250) :55-8, jul./ago., 1976

Notas sobre as apreciações da CEPAL. *Carta Mensal: Problemas Nacionais*,
Rio de Janeiro, Confederação Nacional do Comércio, 9:18-26, set.,
1976

O processo de desestatização. Suspensão imediata da criação de novas
empresas do estado. *Revista da Associação Comercial do Rio de Ja-
neiro*, Rio de Janeiro, 38 (1.103):9-10,
1976

Os empresários no lugar de clamar a favor da distensão política deveriam
cerrar fileiras contra a inflação. *Veja*, São Paulo, 441:27, 16 fev.,
1977

Mortalidade prematura e inatividade prematura. *Digesto Econômico*, São
Paulo, Assoc. Comercial, 34 (253):23-6, jan./fev.,
1977

A racionalização do consumo de combustíveis chega com três anos de
atraso; mesmo assim o Brasil não tem soluções imediatas para a
crise do petróleo/Entrevista concedida a Ilvaneri Penteado. *Fatos &
Fotos*, 16 (808):14-15, 14 fev.,
1977

Notas Médias nos Concursos da ANPEC, Classificadas por Local de Prova e por "Primeira Opção" – 1976/81 *

ANTÔNIO AGUIRRE **

1 – INTRODUÇÃO

No segundo semestre de 1981 iniciou-se, no Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional da Universidade Federal de Minas Gerais (CEDEPLAR/UFMG), um esforço para reunir e compilar todas as informações quantitativas disponíveis sobre os concursos que a Associação Nacional de Centros de Pós-Graduação em Economia (ANPEC) organiza anualmente para selecionar os candidatos aos diferentes cursos oferecidos pelos seus centros-membros. O principal objetivo dessa tarefa era a realização de uma análise estatística desses dados que gerasse informações úteis à Associação com relação aos diferentes cursos de pós-graduação em Economia existentes no País.

Ao se concluir a primeira etapa da pesquisa, que foi a montagem do arquivo de dados na memória do computador, foram produzidas algumas informações — agregadas a nível nacional — sobre o número de candidatos, as distribuições de frequência das notas das diferentes matérias, as notas médias, etc.¹ Nesta oportunidade apresentam-se duas classificações das notas da ANPEC: na primeira as notas são desagregadas a nível de local de prova, ou seja, utiliza-se o código que informa sobre a cidade onde o candidato fez a prova para separar o conjunto total de notas de uma matéria — num determinado ano — em nove subconjuntos e,

* O autor agradece a ampla colaboração do Centro de Computação (CECOM) da UFMG.

** Do CEDEPLAR-FACE/UFMG e técnico da Superintendência de Estatística e Informações, SEPLAN/MG.

¹ Essas informações foram publicadas em Aguirre, Antônio, A evolução do número de candidatos e das notas médias nos concursos da ANPEC — 1976/80, *Literatura Econômica*, Rio de Janeiro, 5 (1):5-16, jan./fev. 1983.

para cada um deles, calcula-se a nota média das quatro matérias principais (Macroeconomia, Estatística, Matemática, Microeconomia);² e na segunda faz-se uma classificação semelhante das notas, mas através da utilização de um outro critério, chamado “primeira opção”. Quando o candidato se inscreve para fazer as provas de seleção, ele declara suas preferências — por ordem de prioridade — com relação aos centros nos quais ele gostaria de ingressar. O primeiro centro nessa escala de opções é a “primeira opção” do candidato, a qual, vista como um critério de classificação, permite identificar as clientelas dos diferentes centros, enquanto as notas médias descrevem o nível de desempenho de cada uma dessas clientelas nas provas das diferentes matérias nos diversos anos. *

2 — NÚMERO DE CANDIDATOS

Em primeiro lugar, considerando os números globais a nível nacional, apresenta-se na Tabela 1 a estatística do número de candidatos no período 1976/82. O total de candidatos inscritos nos concursos da ANPEC alcançou o máximo em 1978, e a partir de então o número declina até 1981, mudando a tendência no último ano. O número de candidatos que fizeram prova apresenta evolução semelhante (não é idêntica, pois a percentagem de ausentes não é constante), com o máximo em 1978, e o mesmo número de candidatos fazendo prova tanto em 1982 quanto em 1977.

Os dados globais sobre o número de alunos que fizeram prova, que constam da Tabela 1, podem ser desagregados segundo o local de prova (ver Tabela 2). Como já foi explicado [ver Aguirre (1983, p. 9)], todos os locais de prova da área Nordeste do País (exceto Salvador) foram agrupados numa única categoria global. Além do mais, como alguns locais foram diferentes de um ano para outro, foi necessário incluir a categoria “outros” para indicar vários locais diferentes.

² As notas de Economia Brasileira não foram consideradas porque não constam das listagens de computador.

* [Este artigo resulta da reunião de dois outros escritos em épocas diferentes que tratavam separadamente as duas classificações mencionadas. A junção dos dois foi feita pela Editoria da *LE*, de comum acordo com o autor. (N. do E.)]

TABELA 1

EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CANDIDATOS NOS CONCURSOS
DA ANPEC — 1976/82

Anos	Fizeram Prova	Ausentes	Número de Insritos
1976	251	n.d.	n.d.
1977	408	86	494
1978	494	83	577
1979	415	97	512
1980	437	70	507
1981	378	66	444
1982	408	55	463

FONTE: ANPEC.

TABELA 2

NÚMERO DE ALUNOS QUE FIZERAM PROVA, POR LOCAL
DE PROVA — 1977/81

Local	Anos				
	1977	1978	1979	1980	1981
Belo Horizonte	33	47	49	25	19
Brasília	54	53	46	79	65
Campinas	19	34	18	25	29
Porto Alegre	26	21	18	10	14
Rio de Janeiro	80	106	100	121	86
Salvador	24	28	25	17	29
São Paulo	78	98	100	91	89
Nordeste	56	64	34	36	15
Outros	38	43	25	33	32
Brasil	408	494	415	437	378

FONTE: ANPEC.

Convém esclarecer as razões pelas quais os dados das tabelas anteriores cobrem períodos diferentes. Os dados globais — tanto no caso do número de candidatos quanto no das notas médias a nível nacional — têm uma cobertura mais ampla, abrangendo o período 1976/82. Já os dados desagregados a nível de local de prova abrangem apenas o período

1977/81 pelas seguintes razões: não existem dados desagregados por local de prova correspondentes a 1976 porque a listagem desse ano não inclui tal informação; quanto a 1982, os dados desagregados não estão disponíveis porque ainda não foram processados.

3 — NOTAS MÉDIAS POR LOCAL DE PROVA

A existência do código "local de prova" permite classificar o conjunto de todas as notas de uma matéria qualquer — em determinado ano — em nove subconjuntos diferentes e calcular a nota média de cada um desses subconjuntos. Esses cálculos foram feitos para as quatro principais provas dos concursos (Macroeconomia, Estatística, Matemática e Microeconomia)³ e para cada um dos anos do período 1977/81 (ver Gráficos 1 a 5). Isso permite visualizar a evolução das notas médias de cada matéria para cada local de prova nesse período. Cabe ressaltar que esse critério de classificação das notas não é igual ao usado com relação à "origem do candidato", já que não identifica necessariamente seu Estado de origem e, muito menos, a escola onde se formou. Contudo, pode-se supor que a maioria daqueles que prestam concurso em determinado local de prova formou-se em escolas do Estado ao qual esse local pertence.

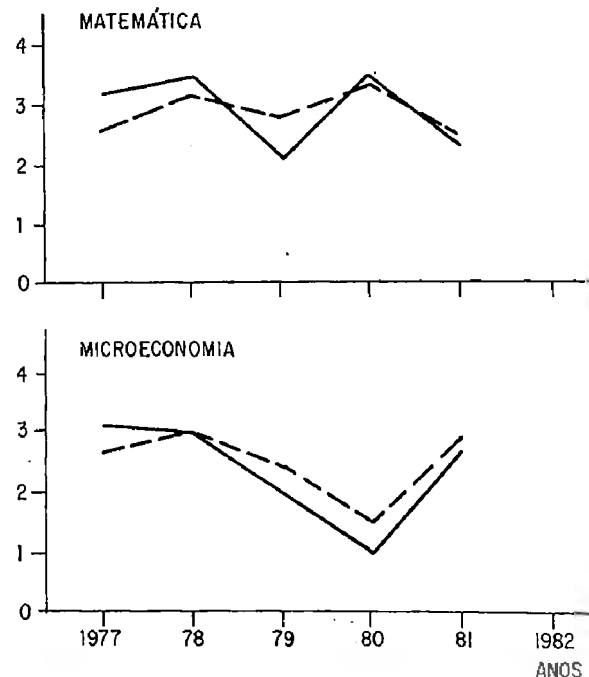
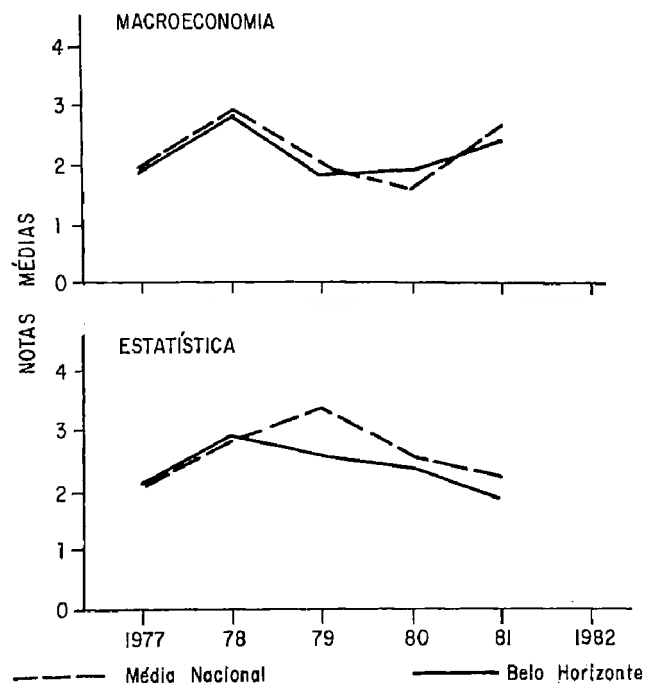
As notas assim classificadas permitem visualizar, também, quais os grupos que ficam acima ou abaixo da média nacional. Por exemplo, as notas médias dos candidatos que fizeram prova no Rio de Janeiro, nos cinco anos do período 1977/81, foram superiores às respectivas médias nacionais. Por outro lado, as notas médias dos candidatos que fizeram prova em Belo Horizonte são próximas às respectivas médias nacionais, ficando abaixo delas em alguns anos para algumas matérias e superando-as em outros casos (ver Tabela 3).

As comparações entre médias, anteriormente mencionadas, são meramente descritivas, ou seja, nada pode ser afirmado com relação à sua significância estatística, a menos que se levem em conta as variâncias pertinentes. A consideração das variâncias "dentro" dos grupos, relativas

³ O exame de Economia Brasileira não foi considerado porque as notas correspondentes não constam das listagens de computador.

Gráfico 1

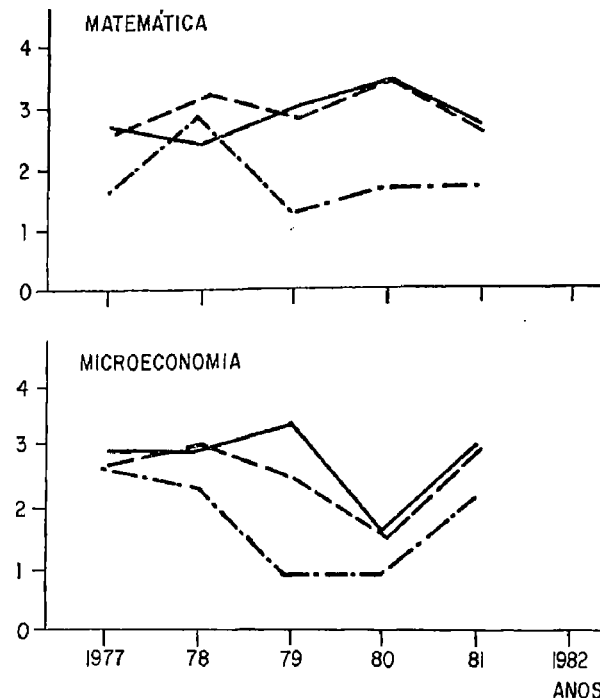
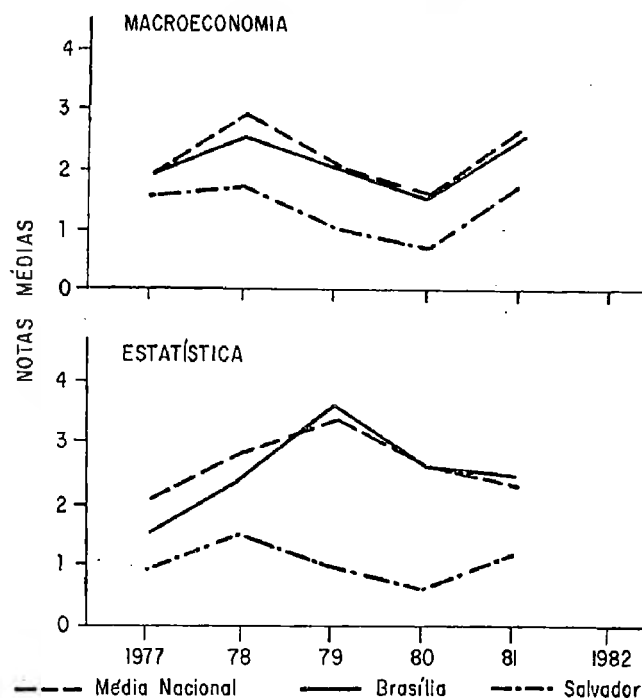
EVOLUÇÃO DAS NOTAS MÉDIAS, DE QUATRO MATÉRIAS, DOS CANDIDATOS QUE FIZERAM PROVA EM BELO HORIZONTE - 1977/81



Fonte: ANPEC.

Gráfico 2

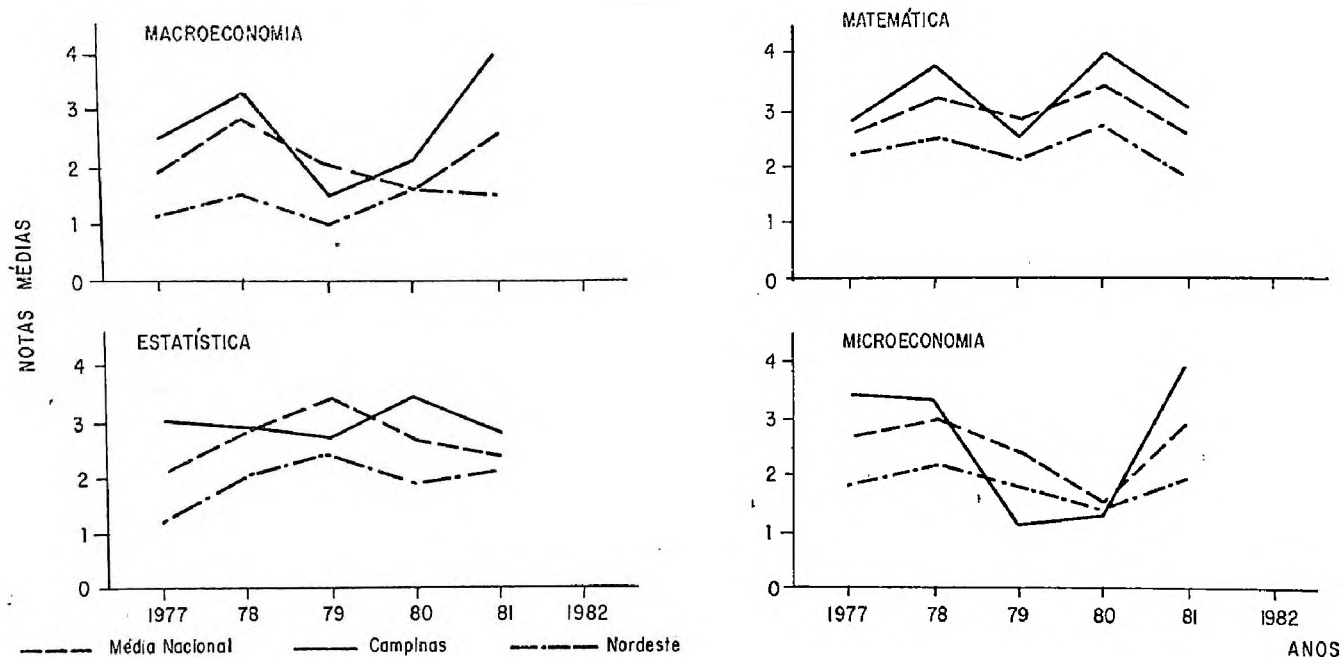
EVOLUÇÃO DAS NOTAS MÉDIAS, DE QUATRO MATÉRIAS, DOS CANDIDATOS QUE FIZERAM PROVA EM BRASÍLIA E SALVADOR – 1977/81



Fonte: ANPEC.

Gráfico 3

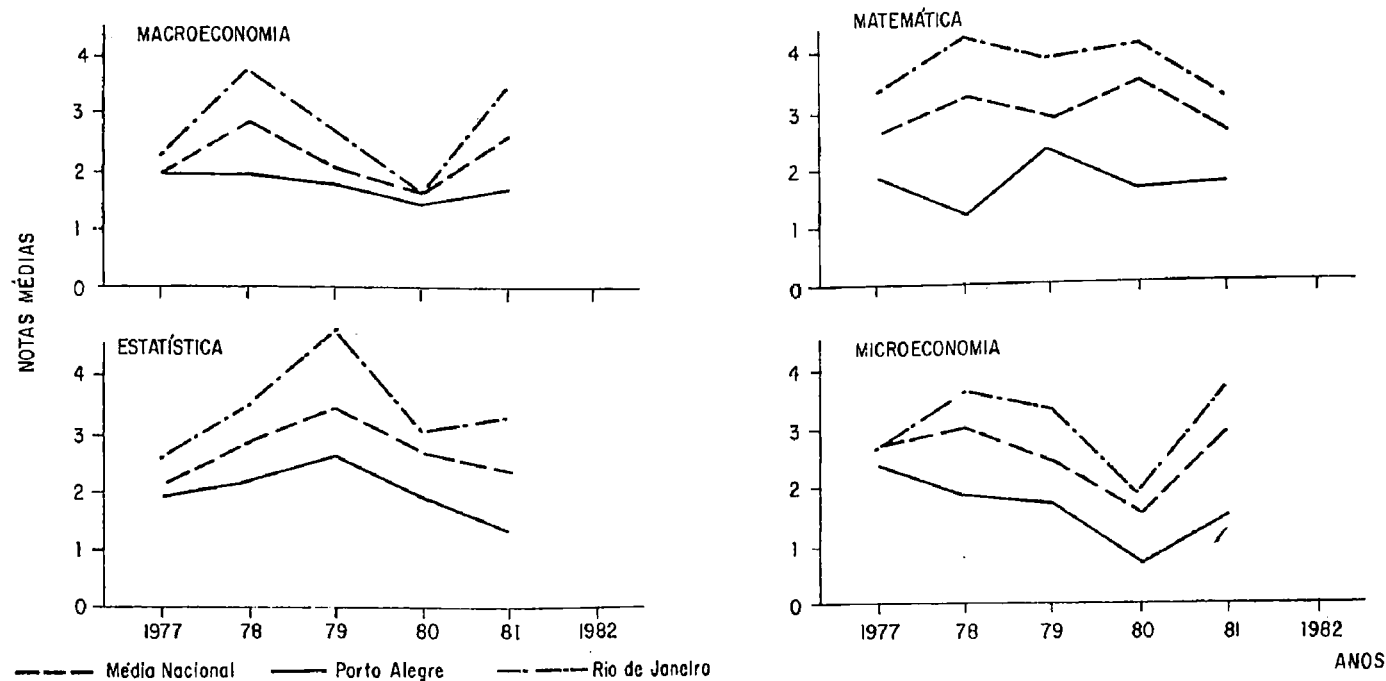
EVOLUÇÃO DAS NOTAS MÉDIAS, DE QUATRO MATÉRIAS, DOS CANDIDATOS QUE FIZERAM PROVA EM CAMPINAS E NO NORDESTE - 1977/81



Fonte: ANPEC.

Gráfico 4

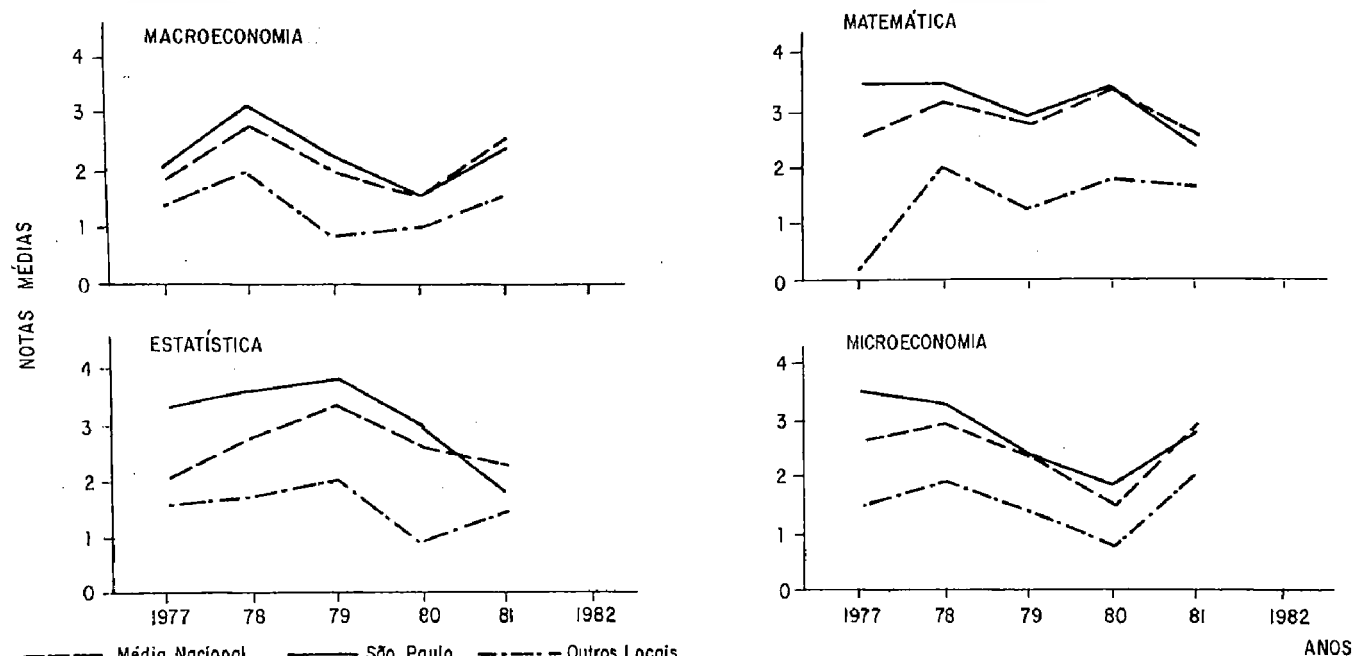
EVOLUÇÃO DAS NOTAS MÉDIAS, DE QUATRO MATÉRIAS, DOS CANDIDATOS QUE FIZERAM PROVA EM PORTO ALEGRE E NO RIO DE JANEIRO - 1977/81



Fonte: ANPEC.

Gráfico 5

EVOLUÇÃO DAS NOTAS MÉDIAS, DE QUATRO MATÉRIAS, DOS CANDIDATOS QUE FIZERAM PROVA EM SÃO PAULO E EM OUTROS LOCAIS – 1977/81



Fonte: ANPEC.

àquelas “entre” os grupos, será feita no contexto de uma análise de variância múltipla, objetivo final da pesquisa, da qual esta nota representa apenas um relatório de andamento.

TABELA 3

BRASIL: NOTAS MÉDIAS DOS CANDIDATOS AOS CONCURSOS
DA ANPEC – 1976/82

Anos	Macroeconomia	Estatística	Matemática	Microeconomia
1976	6,09	2,79	4,23	3,83
1977	1,88	2,13	2,62	2,69
1978	2,76	2,79	3,19	2,96
1979	1,89	3,40	2,78	2,40
1980	1,59	2,59	3,35	1,51
1981	2,62	2,27	2,52	2,94
1982	2,01	3,28	4,01	2,82

FONTE: ANPEC.

Vale a pena salientar o comportamento das notas médias dos candidatos que fizeram prova nos diferentes locais. Em primeiro lugar, as médias dos candidatos de alguns lugares não diferem muito da média nacional, superando-a em alguns anos e sendo inferiores em outros. Esse é o caso de Belo Horizonte (Gráfico 1), Brasília (Gráfico 2), Campinas (Gráfico 3) e São Paulo (Gráfico 5). Em segundo lugar, cabe notar que as médias dos candidatos de Salvador (Gráfico 2), Nordeste (Gráfico 3), Porto Alegre (Gráfico 4) e outros locais (Gráfico 5) situam-se quase sempre abaixo da média nacional. Finalmente, o único conjunto de médias que sempre supera a média nacional corresponde aos candidatos que fizeram prova no Rio de Janeiro. Contudo, deve-se mencionar — mais uma vez — que essas comparações são meramente descritivas, ou seja, nada podemos afirmar sobre a significância estatística das diferenças observadas. O teste formal da significância dessas diferenças será feito numa etapa posterior da pesquisa, através de uma análise de variância.

4 — EVOLUÇÃO DAS NOTAS MÉDIAS NO PAÍS COMO UM TODO

As séries de notas médias — a nível nacional — para as quatro matérias, no período 1976/82, apresentam diferentes graus de variabilidade segundo a matéria que se trate (Gráfico 6). Em princípio, a variabilidade dessas médias de um ano para outro pode dever-se a qualquer um dos seguintes fatores:

- a) diferentes níveis de dificuldade das provas de um ano para outro;
- b) diferentes níveis de preparação (em média) das diversas turmas nas várias matérias; e
- c) uma combinação dos dois itens anteriores.

Uma das perguntas que se tentará responder com os dados disponíveis, através de um modelo de Análise Múltipla de Variância (MANOVA), é justamente se existe evidência empírica suficiente para afirmar qual dos três itens acima é o mais importante.

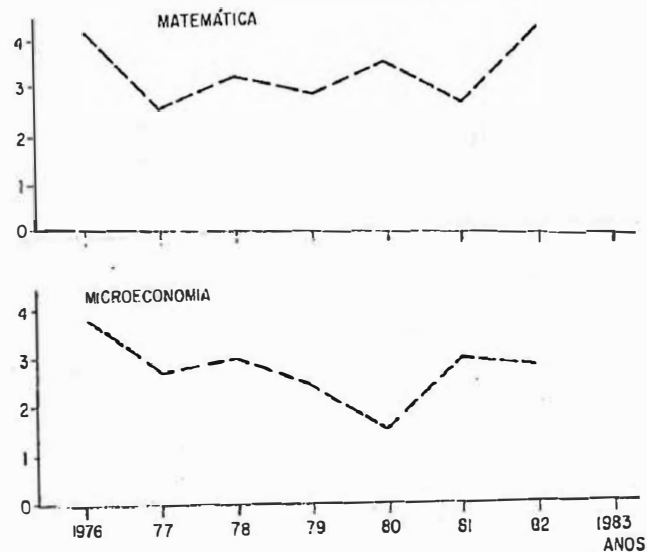
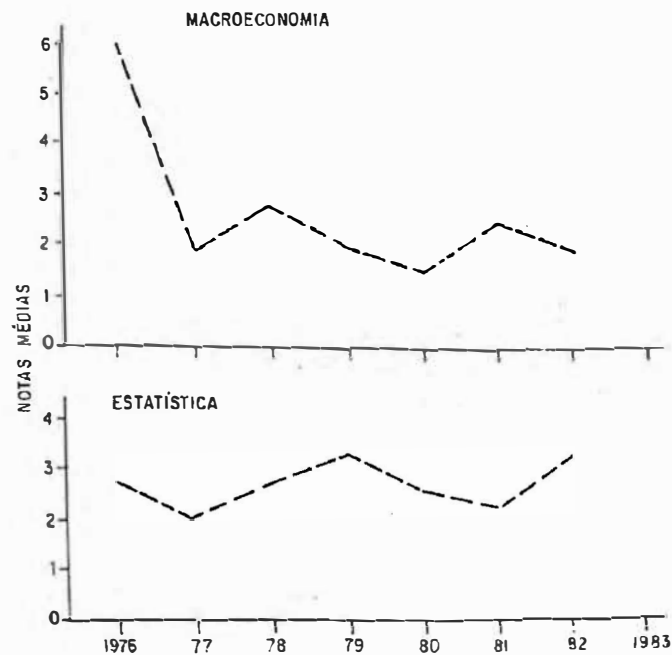
Por enquanto, nesta etapa descritiva da pesquisa, podem-se fazer apenas alguns comentários muito gerais com relação às notas médias. Por exemplo, chama a atenção a alta média nacional em Macroeconomia no ano 1976. Todas as outras médias (período 1977/82) dessa matéria fluctuam ao redor de um patamar mais baixo. Poder-se-ia argumentar que a turma daquele ano foi excepcionalmente boa, mas essa hipótese conflita com a observação de que as médias das outras matérias — no mesmo ano de 1976 — não são excepcionalmente altas. Parece correto, então, concluir que a prova de Macroeconomia de 1976 foi muito fácil.

Seria interessante conferir se em todos os locais de provas as médias dessa matéria do ano citado foram relativamente altas, mas isso não é possível porque não existem informações desagregadas por local de prova para aquele período. Contudo, a desagregação da média nacional em várias médias de grupos menores pode ser feita utilizando o critério de "primeira opção" (ver Seção 5). Essa desagregação mostra que as médias de todos os subconjuntos foram relativamente altas em 1976, o que reforça a hipótese de que a prova desse ano foi muito fácil se comparada com os exames dos demais anos.

Da mesma maneira, parece que a prova de Microeconomia de 1980 foi relativamente difícil. Observe-se que, nesse ano, as médias de todos os grupos classificados pelo critério de "primeira opção" apresentam o

Gráfico 6

EVOLUÇÃO DAS NOTAS MÉDIAS, DE QUATRO MATÉRIAS, NOS CONCURSOS DA ANPEC – BRASIL, 1976/82



Fonte: ANPEC.

valor mínimo no período 1976/81 (Gráficos 7 a 11). Além do mais, quando as notas de Microeconomia foram classificadas por local de prova, a média de cada grupo, em 1980, foi a menor de todo o período em oito dos nove casos considerados (ver Seção 3). A única exceção a esta observação é o caso de Campinas, onde a nota média de Microeconomia dos candidatos que fizeram prova naquele local foi menor em 1979 (1,06) que em 1980 (1,29). Contudo, esse último valor é ainda tão baixo que também apóia a hipótese de que a prova de Microeconomia de 1980 foi difícil em relação às dos outros anos.

5 — EVOLUÇÃO DAS NOTAS MÉDIAS DAS DIFERENTES CLIENTELAS

O uso do código “primeira opção” permitiu classificar o total de notas de cada matéria — em determinado ano — em vários subconjuntos correspondentes a cada um dos centros existentes. Em 1976 havia nove centros que podiam ser escolhidos como “primeira opção”, a saber: CAEN (UFCE); CEDEPLAR (UFMG); DEPE (UNICAMP); FIPE (USP); IEPE (UFRS); NAEA (UFPA); PIMES (UFPE); UnB (Brasília); e UFBA (Salvador).

Em 1977, 1978 e 1980 incorporaram-se outros centros: PUC/RJ, em 1977; UFRJ, em 1978; e EPGE/FGV, em 1980.

A classificação das notas por centro de “primeira opção” permite calcular, separadamente, a nota média de cada subconjunto. Esses cálculos foram feitos com as notas das quatro provas principais do concurso para cada um dos anos do período 1976/81 (ver Gráficos 7 a 11). Isso permite visualizar a evolução das notas médias das clientelas dos diferentes centros, matéria por matéria, assim como o nível das médias de cada grupo com relação às médias nacionais. Cabe ressaltar que algumas “clientelas” se destacam pelo fato de que suas médias têm sido sempre (ou quase sempre) superiores à correspondente média nacional. Tal é o caso das médias dos candidatos que escolheram a PUC/RJ como “primeira opção” (Gráfico 11), a mesma coisa acontecendo com as “clientelas” da UFRJ (Gráfico 6) e da FIPE (Gráfico 10). Ao mesmo tempo, outras “clientelas” tiveram um desempenho sistematicamente inferior à média nacional durante todo o período, enquanto que um terceiro conjunto apresenta um desempenho muito próximo à média nacional.

Gráfico 7

EVOLUÇÃO DAS NOTAS MÉDIAS DOS CANDIDATOS QUE ESCOLHERAM COMO "PRIMEIRA OPÇÃO" O CAEN (1976/81), A UFRJ (1978/81) E A EPGE (1980/81)

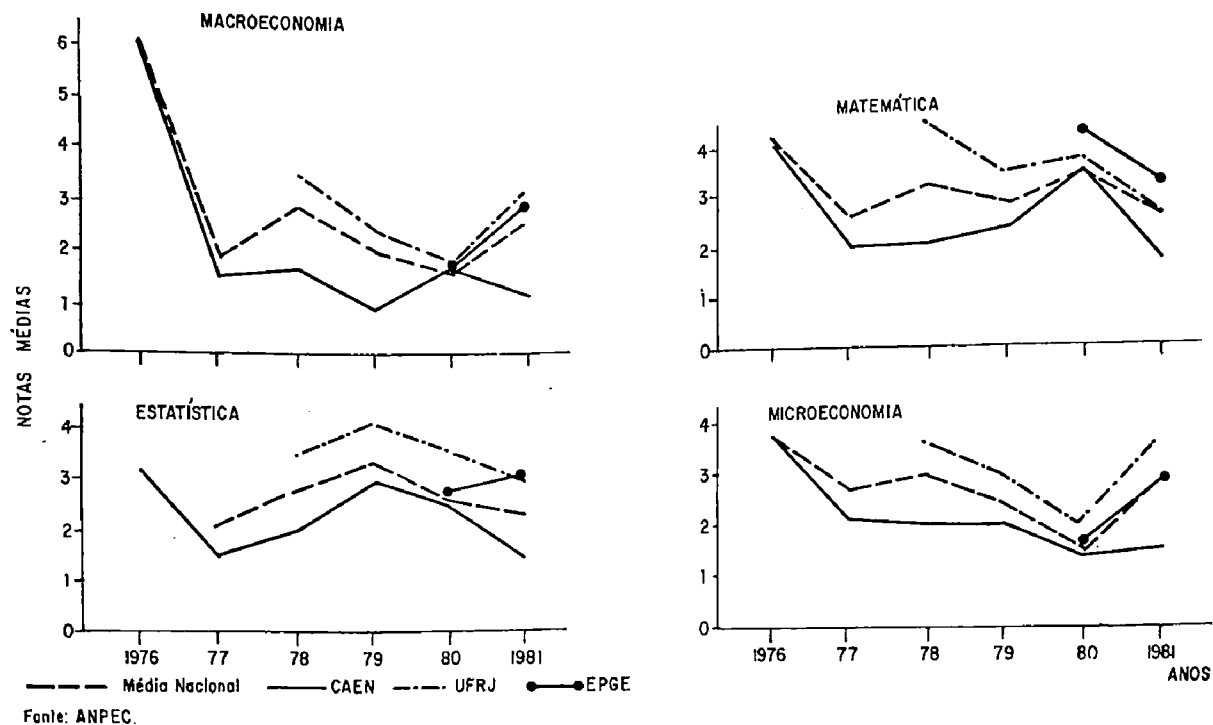


Gráfico 8.

EVOLUÇÃO DAS NOTAS MÉDIAS DOS CANDIDATOS QUE ESCOLHERAM COMO "PRIMEIRA OPÇÃO" O CEDEPLAR E O NAEA - 1976/81

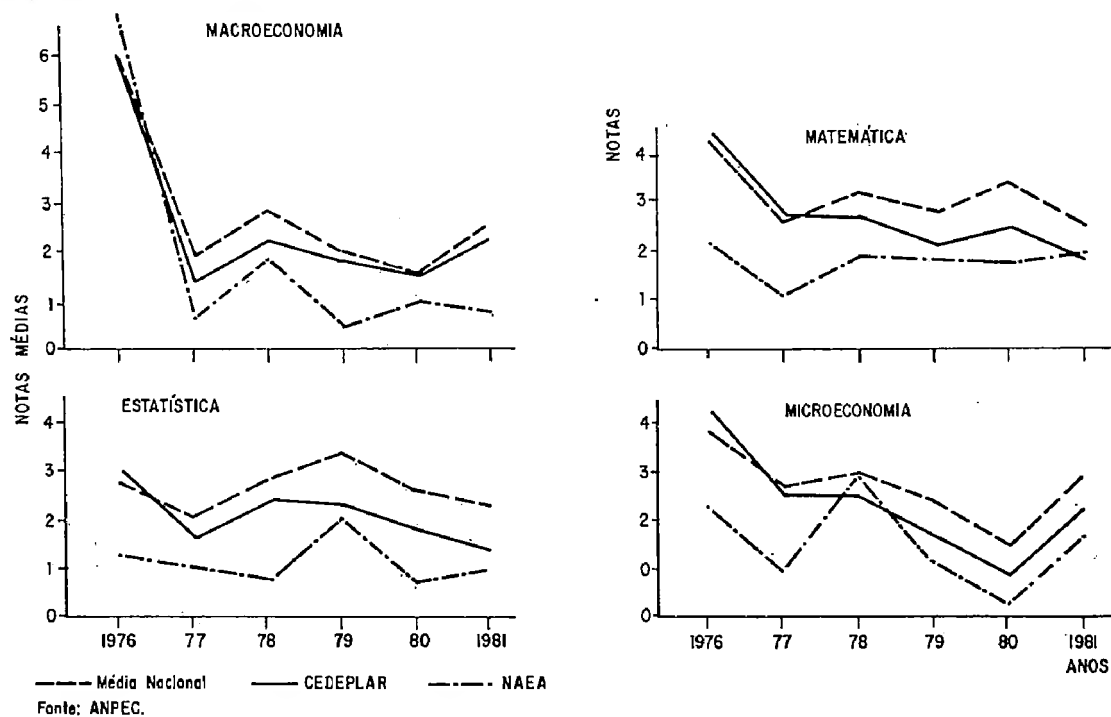


Gráfico 9

EVOLUÇÃO DAS NOTAS MÉDIAS DOS CANDIDATOS QUE ESCOLHERAM COMO "PRIMEIRA OPÇÃO" O DEPE E O IEPE - 1976/81

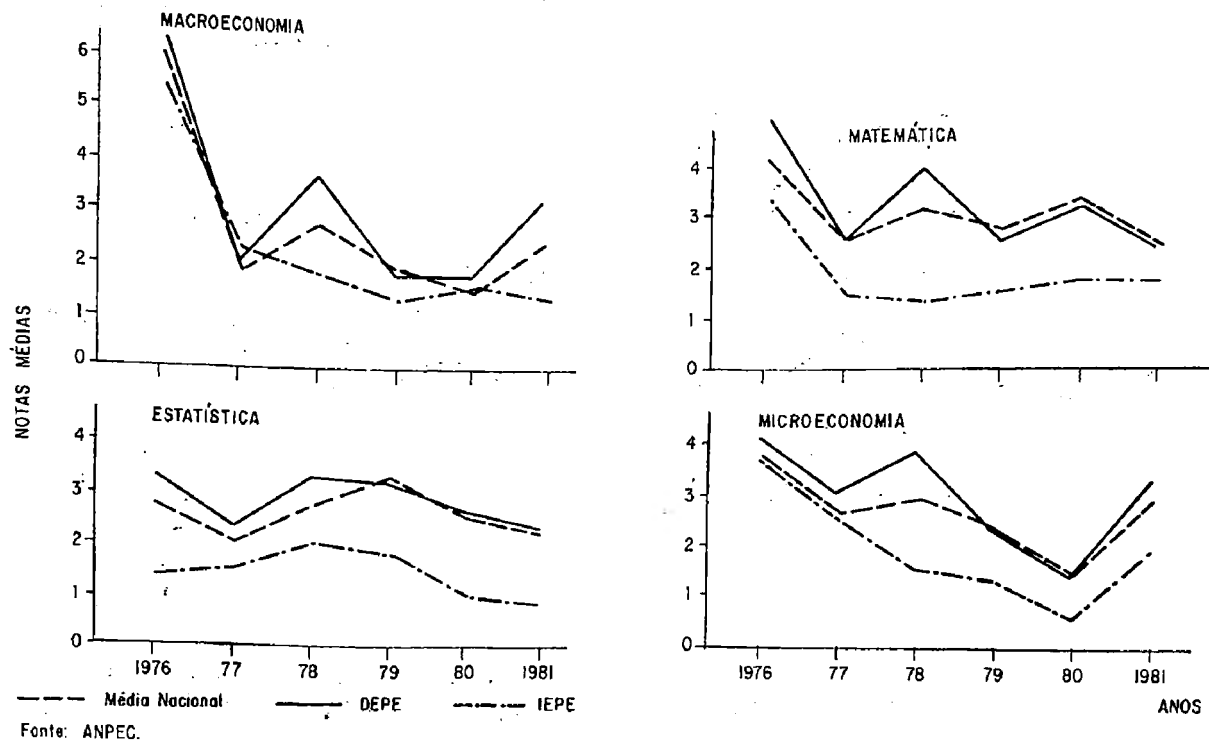


Gráfico 10

EVOLUÇÃO DAS NOTAS MÉDIAS DOS CANDIDATOS QUE ESCOLHERAM COMO "PRIMEIRA OPÇÃO" A FIPE E O PIMES - 1976/81

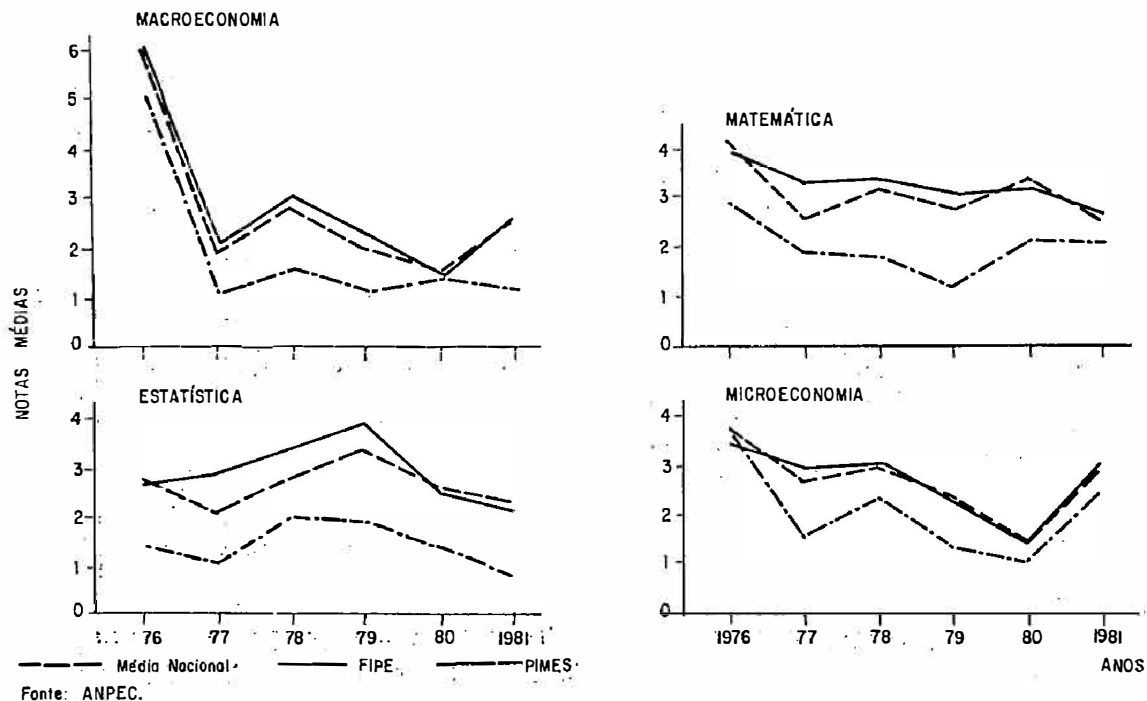
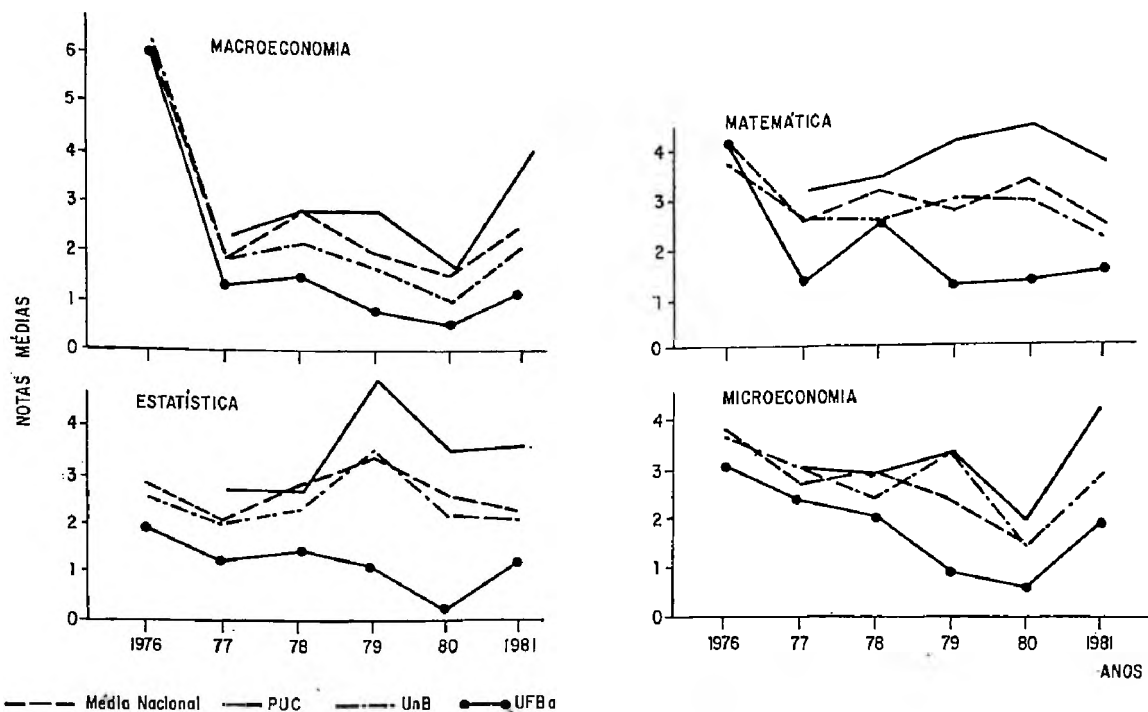


Gráfico 11

EVOLUÇÃO DAS NOTAS MÉDIAS DOS CANDIDATOS QUE ESCOLHERAM COMO "PRIMEIRA OPÇÃO" A PUC (1977/81), A UnB E A UFBa (1976/81)



Fonte: ANPEC.

6 — APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE ANÁLISE MULTIVARIADA AOS DADOS

Conforme mencionado anteriormente, o objetivo final da pesquisa é testar algumas hipóteses de homogeneidade das médias de diferentes subconjuntos de notas, obtidos quando estas médias foram classificadas através de diferentes critérios. As perguntas que gostaríamos de responder com esses testes estatísticos são do seguinte tipo:

- a) As provas dos diferentes anos foram do mesmo grau de dificuldade?
- b) As turmas foram homogêneas?
- c) As médias dos diferentes locais de prova são iguais entre si?
- d) As médias das diferentes clientelas são iguais entre si?
- e) Pode-se responder a essas perguntas sem se levar em conta os efeitos cruzados?
- f) Quais os efeitos cruzados que são significativos?
- g) Como se interpretam os efeitos cruzados estatisticamente significativos?

Pelo tipo de perguntas que se tenta responder, a técnica estatística mais apropriada para nosso problema é a Análise de Variância. Pelas características dos dados disponíveis, e pelo fato de se dispor de vários critérios de classificação, existem vários modelos diferentes de Análise de Variância Múltipla (MANOVA) que poderiam ser utilizados. A escolha deverá ser feita levando em conta o grande número de observações, e o fato de que ao se aplicarem os vários critérios de classificação resultam muitas categorias (celas) que não têm dados. Devido a isso, alguns dos modelos que poderiam ser especificados não podem ser resolvidos com os algoritmos computacionais disponíveis.

Outra possível saída para nosso problema poderia ser a redução do número de dimensões envolvidas. Por exemplo, se em vez de se trabalhar com notas de quatro matérias fosse possível reduzir esse número à metade, diminuiriam algumas das restrições computacionais defrontadas. Tal coisa seria possível através da aplicação de Análise Fatorial aos nossos dados. Nesse caso, esperamos que a análise identifique dois fatores nas notas das quatro matérias: o primeiro, que poderia ser chamado "Fator Teoria Econômica", carregaria (estaria correlacionado) nas notas de Macroeconomia e Microeconomia; o segundo, o "Fator Métodos Quantitativos", carregaria nas notas de Estatística e Matemática. Todas estas são hipóteses a serem testadas nas próximas etapas da pesquisa.

●

LIVROS

Esta seção informa sobre livros de economia, editados nos últimos três anos, recém-adquiridos pelas bibliotecas do IPEA, da Faculdade de Economia e Administração da Universidade Federal do Rio de Janeiro, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística e da FGV-Rio de Janeiro. As publicações apresentam-se agrupadas por assunto, segundo o sistema de classificação para livros do Journal of Economic Literature. A sigla abaixo de cada referência designa o local onde a obra encontra-se disponível para consulta ou empréstimo. O sinal ● indica que consta uma súmula do trabalho em "Resumos Informativos".

Relação Classificada

000 ECONOMIA GERAL; TEORIA; HISTÓRIA; SISTEMAS

010 *Economia Geral*

Ver também: LE 84-295

HAYEK, Friedrich August. *Law, legislation and liberty* : v. 1 "Rules and order"; v. 2 "The mirage of social justice"; v. 3 "The political order of a free people". — London : Routledge & Kegan Paul, 1982. 3 v.

INPES

LE 84-216

- McKENZIE, Richard B. *The limits of economic science : essays on methodology*. — Boston : Kluwer-Nijhoff Publ., 1983. x, 127 p. — (Kluwer-Nijhoff studies in human issues).

FGV

LE 84-217

MEGALE, Januário Francisco. *Geografia e sociologia em Max. Sorre*. — São Paulo : Inst. de Pesquisas Econômicas da Univ. de São Paulo, 1983. 116 p. : tab. — (IPE/USP. Ensaios econômicos ; 25). Apresen-

tada originalmente como tese de doutorado à USP sob o título "Geografia e sociologia: introdução ao estudo de Max. Sorre."

INPES

LE 84-218

MONTENEGRO, João Lopes de Albuquerque. *Engenharia econômica*. — 2. ed. — Petrópolis : Vozes, 1983. 234 p. : il., tab.

CENDEC

LE 84-219

WEISBROD, Burton Allen. *Economics and medical research*. — Washington, D.C. : American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1983. 171 p. : tab., gráf. — (AEI studies ; 373).

INPES

LE 84-220

020 Teoria Geral da Economia

BAUMOL, William J.; PANZAR, John C.; WILLIG, Robert D. *Contestable markets and the theory of industry structure*. — New York : Harcourt Brace Jovanovich, 1982. 510 p. : gráf.

INPES

LE 84-221

HICKS, John. *Collected essays on economic theory* : v. 2 "Money, interest and wages". — Oxford : Basil Blackwell, 1982. 351 p. : gráf.

INPES

LE 84-222

- KALECK, Michal. *Crescimento e ciclo das economias capitalistas / Ensaios selecionados e traduzidos por Jorge Miglioli*. — 2. ed. — São Paulo : Hucitec, 1983. 193 p. — (Coleção economia e planejamento. Série teoria econômica).

INPES; UFRJ/FEA

LE 84-223

KEYNES, John Maynard. *A teoria geral do emprego, do juro e da moeda*. — São Paulo : Atlas, 1982. 328 p.

UFRJ/FEA

LE 84-224

SILVA, Eurides M. da. *Macroeconomia aplicada*. — Petrópolis : Vozes, 1984. 183 p.

INPES

LE 84-225

- SILVA, Fábio Gomes da. *Micro e macroeconomia : um enfoque crítico*. — Petrópolis : Vozes, 1983. 125 p. : gráf.

INPES

LE 84-226

SIMONSEN, Mário Henrique. *Dinâmica macroeconômica*. — São Paulo : McGraw-Hill do Brasil, 1983. 510 p. : gráf.

INPES

LE 84-227

WELCH, Patrick J. & WELCH, Gerry F. *Economics : theory & practice*. — Chicago : Dryden Press, 1982. xvi, 527 p. : il.

FGV

LE 84-228

030 *História do Pensamento Econômico; Metodologia*

FEIWEL, George R., ed. *Samuelson and neoclassical economics*. — Boston : Kluwer-Nijhoff Publ., 1982. 358 p. : tab., gráf. — (Recent economic thought).

INPES

LE 84-229

NAPOLEONI, Claudio. *Smith, Ricardo, Marx : considerações sobre a história do pensamento econômico* / tradução de José Fernandes Dias. — 3. ed. — Rio de Janeiro : Ed. Graal, 1983. — (Biblioteca de economia ; v. 4).

INPES; UFRJ/FEA

LE 84-230

040 *História Econômica*

Ver também: LE 84-225

IGLÉSIAS, Francisco. *A revolução industrial*. — 3. ed. — São Paulo : Brasiliense, 1982. 115 p. — (Tudo é história ; 11).

UFRJ/FEA

LE 84-231

050 *Sistemas Econômicos*

ALMADA, Carlos F. *La administración estatal en México*. — México, D.F. : Inst. Nacional de Administración Pública, 1982. xviii, 204 p. : il. — (Estudios. Administración pública mexicana ; 2).

FGV

LE 84-232

GUERRERO, Omar. *El proceso histórico de la acción gubernamental : la administración pública en el modo de producción asiático*. — México, D.F. : Inst. Nacional de Administración Pública, 1982. 117 p. — (Estudios. Teoría de la administración pública ; 1).

FGV

LE 84-233

HOLLOWAY, John. *Fundamentos teóricos para una crítica marxista de la administración pública*. — México, D.F. : Inst. Nacional de Administración Pública, 1982. 92 p. — (Estudios. Teoría de la administración pública ; 2).

FGV

LE 84-234

- IIDA, Itiro. *Pequenas e médias empresas no Japão*. — São Paulo : Brasiliense ; Brasília : Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1984. 279 p.

INPES

LE 84-235

LTZCOVICH, Samuel & CAMELO, Heber. *La empresa pública en la economía : la experiencia argentina — estadística para el análisis económico y financiero*. — Santiago : CEPAL, 1983. 134 p. : tab.

FGV

LE 84-236

- STEINDL, Josef. *Maturidade e estagnação no capitalismo americano / com uma nova introdução do autor ; tradução de Leda Maria Gonçalves Maia ; revisão de Aloísio Teixeira*. — Rio de Janeiro : Ed. Graal, 1983. 264 p. — (Biblioteca de economia ; v. 10). Tradução de: *Maturity and stagnation in American capitalism : with a new introduction by the author*.

INPES

LE 84-237

100 CRESCIMENTO ECONÔMICO; DESENVOLVIMENTO; PLANEJAMENTO; CICLOS

110 *Crescimento Econômico; Desenvolvimento; Teoria e Política de Planejamento*

Ver também: LE 225

DOBOZI, István & MANDI, Péter, eds. *Emerging development patterns: European contribution*. — Budapest : Institute for World Economy of The Hungarian Academy of Sciences, 1983. 546 p. : tab. — (EADI. Book series ; 1). Selected papers of the 3rd. General Conference of EADI, 1981, Budapest.

INPES

LE 84-238

- MATTIS, Ann, ed. *A society for international development : prospectus 1984*. — Durham : Duke Univ. Press, 1983. — Selected proceedings from the 25th Anniversary World Conference of the Society for International Development held in July, 1982 in Baltimore. Includes index.
INPES LE 84-239
- MIGLIOLI, Jorge. *Introdução ao planejamento econômico*. — São Paulo : Brasiliense, 1982. 87 p. — (Pioneiros voos ; 10).
UFRJ/FEA LE 84-240
 - RODRÍGUEZ, Octavio. *Teoria do subdesenvolvimento da CEPAL*. — Rio de Janeiro : Forense-Universitária, 1981. 315 p.
UFRJ/FEA LE 84-241
- 120 *Estudos de Desenvolvimento Econômico*
- Ver também:* LE 84-237; LE 84-269
- CEPAL, Santiago. *Política económica y procesos de desarrollo : la experiencia argentina entre 1976 y 1981*. — Santiago : Naciones Unidas, 1983. 157 p. : tab., gráf. — (Estudios e informes de la CEPAL ; 27).
INPES LE 84-242
- DOWBOR, Ladislau. *Guiné-Bissau : a busca da independência económica*. — São Paulo : Brasiliense, 1983. 122 p. — (Tudo é história ; 77).
CENDEC LE 84-243
- ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA. (11 : Belém : 1983). — Belém : ANPEC, 1983. 2 v. : pag. contínua.
INPES LE 84-244
- LEFF, Nathaniel H. *Underdevelopment and development in Brazil* : v. 1 "Economic structure and change, 1822-1947"; v. 2 "Reassessing the obstacles to economic development". — London : George Allen & Unwin, 1982. 2 v.
INPES LE 84-245
- LEITE, Antonio Dias. *Caminhos da reconstrução*. — São Paulo : Pioneira, 1984. 82 p. : anexo.
INPES LE 84-246

MARTINS, Ives Gandra da Silva. *O poder*. — São Paulo : Saraiva, 1984. 94 p.

INPES

LE 84-247

RANGEL, Ignacio. *Ciclo, tecnologia e crescimento*. — Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1982. 172 p. : tab. — (Retratos do Brasil ; 158).

INPES

LE 84-248

130 *Flutuações, Projeções Econômicas e Inflação*

Ver também: LE 84-223

AMIT, Raphael & AURIEL, Mordecai, eds. *Perspectives on resources policy modeling : energy and minerals*. — Cambridge, Mass. : Ballinger, 1982. 422 p. : tab., gráf.

INPES

LE 84-249

BERNDT, Ernst R. & FIELD, Barry C., eds. *Modeling and measuring natural resource substitution*. — Cambridge, Mass. : The Massachusetts Institute of Technology, 1981. 814 p. : tab.

INPES

LE 84-250

HAHN, Frank. *Money and inflation*. — Oxford : Basil Blackwell, 1982. 116 p. : gráf. — (Mitsui lectures in economics).

INPES

LE 84-251

HALL, Robert E., ed. *Inflation : causes and effects*. — Chicago : The University of Chicago Press ; The National Bureau of Economic Research, 1982. 290 p. : tab., gráf. — (NBER project report).

INPES

LE 84-252

KINDLEBERGER, Charles P. & LAFFARGUE, Jean-Pierre, eds. *Financial crises : theory, history and policy*. — Cambridge : Cambridge University Press ; Maison des Sciences de l'Homme, 1982. 301 p. : tab., gráf.

INPES

LE 84-253

- LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. *O combate à inflação no Brasil : uma política alternativa* / Luiz Aranha Corrêa do Lago, Margaret Hanson Costa, Paulo Nogueira Batista Jr., Tito Bruno Bandeira Ryff. — Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984. 158 p.

INPES

LE 84-254

SILVA, Adroaldo Moura da. *Emprego e preços no curto prazo*. — 2. ed. — São Paulo : Inst. de Pesquisas Econômicas da Univ. de São Paulo, 1982. — (IPE/USP. Ensaios econômicos ; 2).

INPES

LE 84-255

200 ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS

210 *Métodos e Modelos Econométricos, Estatísticos e Matemáticos*

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. *Metodologia das pesquisas agropecuárias anuais, 1981 : produção agrícola municipal; produção da pecuária municipal; produção extrativa vegetal; silvicultura*. — Rio de Janeiro, 1983. 230 p. — (IBGE. Série relatórios metodológicos; 3).

INPES

LE 84-256

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. *Sistema nacional de índices de preços ao consumidor : estrutura básica de ponderações*. — Rio de Janeiro, 1983. 197 p. : tab.

INPES

LE 84-257

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. *Sistema nacional de índices de preços ao consumidor : método de cálculo*. — Rio de Janeiro, 1984. 146 p.

INPES

LE 84-258

MATHIAS, Washington Franco & GOMES, José Maria. *Matemática financeira*. — São Paulo : Atlas, 1982. 486 p.

UFRJ/FEA

LE 84-259

TOLEDO, Geraldo Luciano & OVALLE, Ivo Izidoro. *Estatística básica*. — 2. ed. — São Paulo : Atlas, 1982. 459 p.

UFRJ/FEA

LE 84-260

220 *Estatísticas Sócio-Econômicas*

Ver também: LE 84-257; LE 84-258

300 TEORIA E INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS E FISCAIS

310 *Teoria e Instituições Monetárias e Financeiras*

Ver também: LE 84-251; LE 84-253

FRANCO, Gustavo Henrique Barroso. *Reforma monetária e instabilidade durante a transição republicana*. — Rio de Janeiro : BNDES, 1983. 189 p. : tab., gráf. — Prêmio BNDES de Economia, 1983. — Tese (M) Pontifícia Univ. Católica do Rio de Janeiro.

INPES

LE 84-261

- MEEK, Paul. *U.S. monetary policy and financial markets*. — New York, N.Y. : Federal Reserve Bank of New York, 1982. 182 p. : il. FGV

LE 84-262

- TENDLER, Judith. *Ventures in the informal sector, and how they worked out in Brazil*. — Washington, D.C. : Agency for International Development, 1983. 159 p. : tab. — (A.I.D. evaluation special study ; 12).

INPES

LE 84-263

320 *Finanças Públicas Internas e Política Fiscal*

Ver também: LE 84-272; LE 84-283

ROSSETTI, José Paschoal. *Contabilidade nacional : uma abordagem introdutória*. — 3. ed. — São Paulo : Atlas, 1982. 307 p.

UFRJ/FEA

LE 84-264

400 ECONOMIA INTERNACIONAL

410 *Teoria do Comércio Internacional*

APERJIS, Dimiuri. *The oil market in the 1980s : OPEC oil policy and economic development*. — Cambridge, Mass. : Ballinger, 1982. 207 p. : tab., gráf.

INPES

LE 84-265

MacAVOY, Paul W. *Crude oil prices as determined by OPEC and market fundamentals*. — Cambridge, Mass. : Ballinger, 1982. 199 p. : tab., gráf.

INPES

LE 84-266

420 *Relações de Comércio, Política Comercial, Integração Econômica*

Ver também: LE 84-239; LE 84-286; LE 84-302

CEPAL, Santiago. *Cooperación económica entre Brasil y el Grupo Andino: el caso de los minerales y metales no-ferrosos*. — Santiago : Naciones Unidas, 1983. 148 p. : tab. — (Estudios e informes de la CEPAL ; 34). Convênio IPEA/CEPAL.

INPES

LE 84-267

OBORNE, Michael West. *Pacific basic economic cooperation*. — Paris : OECD, 1983. 87 p. : tab. — (OCDE. Development Centre Studies).

INPES

LE 84-268

430 *Balanço de Pagamentos, Finanças Internacionais*

Ver também: LE 84-273

- BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *O senhor e o unicórnio : a economia dos anos 80*. — São Paulo : Brasiliense, 1984. 204 p.

INPES

LE 84-269

- BRUM, Argemiro Jacob. *O Brasil no FMI*. — Petrópolis: Vozes, 1984. 167 p. : tab.

INPES

LE 84-270

BRUM, Argemiro Jacob. *Por que o Brasil foi ao Fundo*. — 2. ed. — Petrópolis : Vozes, 1983. 86 p.

INPES

LE 84-271

DIAGNÓSTICOS APEC. *Dívida externa, desdolarização, dívida interna, poupança interna*. — Rio de Janeiro : APEC, n. 9, 1983. 254 p. Texto também em inglês.

INPES

LE 84-272

440 *Investimentos Internacionais e Ajuda Externa*

CEPAL, Santiago. *Los bancos transnacionales, el Estado y el endeudamiento externo en Bolivia*. — Santiago : Naciones Unidas, 1983. 282 p. : tab. — (Estudios e informes de la CEPAL ; 26).

INPES

LE 84-273

CEPAL, Santiago. *Dos estudios sobre empresas transnacionales en Brasil*. — Santiago : Naciones Unidas, 1983. 141 p. : tab. — (Estudios e informes de la CEPAL ; 31).

INPES

LE 84-274

CEPAL, Santiago. *Empresas transnacionales en la industria de alimentos : el caso argentino — cereales y carne*. — Santiago : Naciones Unidas, 1983. 93 p. : tab., gráf. — (Estudios e informes de la CEPAL ; 29).

INPES

LE 84-275

HYMER, Stephen. *Empresas multinacionais: a internacionalização do capital* / tradução de Aloísio Teixeira. — 2. ed. — Rio de Janeiro : Ed. Graal, 1983. — (Biblioteca de economia ; v. 3).

Nota: A edição de 1978 aparece com resumo em *Lit. Econ.*, 3 (3/4) : 279, 1981.

INPES; UFRJ/FEA

LE 84-276

WOHLERS-SCHARF, Traute. *Arab and Islamic banks : new business partners for developing countries*. — Paris : OCDE, 1983. 222 p. : tab. — (OCDE. Development Centre Studies).

INPES

LE 84-277

500 ADMINISTRAÇÃO; FINANÇAS DAS EMPRESAS; COMERCIALIZAÇÃO; CONTABILIDADE

510 Administração

DRÓBIJEV, Uladimir. *Origem e formação dos órgãos de gestão econômica* / sob a redação do acadêmico I. Mintz ; tradução de S. Kuzmin. — Moscovo : Ed. Progresso, 1981. 80 p.

UFRJ/FEA

LE 84-278

- RIBEIRO, Carlos Reinaldo Mendes. *O estatuto da (contra a) micro-empresa*. — São Paulo : Alfa-Omega, 1984. 81 p.

INPES

LE 84-279

600 ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL; MUDANÇA TECNOLÓGICA;
ESTUDOS INDUSTRIAIS

610 *Organização Industrial e Política de Governo*

Ver também: LE 84-221; LE 84-231; LE 84-263; LE 84-297

CAVES, Richard E. *American industry : structure, conduct, performance*. — 5. ed. — Englewood Cliffs : Prentice-Hall, 1982. 127 p. : tab., gráf. — (Foundations of modern economics series).

INPES LE 84-280

CEPAL, Santiago. *Industrialización en Centroamérica 1960-1980*. — Santiago : Naciones Unidas, 1968. 168 p. : tab. — (Estudios e informes de la CEPAL ; 30).

INPES LE 84-281

GUIMARÃES, Eduardo Augusto. *Acumulação e crescimento da firma: um estudo de organização industrial*. — Rio de Janeiro : Zahar, 1982. 196 p. — (Biblioteca de ciências sociais. Economia).

UFRJ/FEA LE 84-282

HOWE, Keith M. & RASMUSSEN, Eugene F. *Public utility economics and finance*. — Englewood Cliffs : Prentice-Hall, 1982. 287 p. : tab., gráf.

INPES LE 84-283

700 AGRICULTURA; RECURSOS NATURAIS

710 *Agricultura*

Ver também: LE 84-256; LE 84-275

- ALMEIDA, Anna Luiza Ozorio de, coord. *Biotechnologia e agricultura : perspectivas para o caso brasileiro* / Anna Luiza Ozorio de Almeida (coord.) ; Alcino Ferreira Câmara Neto, Sônia Gomensoro, Inês Emília de M. Sarmiento Patrício, João da Silva Maia. — Petrópolis : Vozes, BIOMATRIX Empreendimentos em Biotechnologia Ltda, 1984. 114 p.

INPES LE 84-284

- BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos : planejamento e clientelismo no Nordeste*. — Petrópolis : Vozes, 1984. 178 p. : tab. Bibliografia: p. 169-78.

INPES

LE 84-285

CEPAL, Santiago. *La agricultura campesina y el mercado de alimentos : la dependencia externa y sus efectos en una economía abierta*. — Santiago : Naciones Unidas, 1984. 201 p. : tab. — (Estudios e informes de la CEPAL ; 35).

INPES

LE 84-286

- GARCIA, Ana Elisa Brito. *Arrendamento e parceria agrícola no Estado de São Paulo, 1920-69*. — São Paulo : Instituto de Economia Agrícola, 1982. 62 p. : tab. — (Relatório de pesquisa. Instituto de Economia Agrícola ; 4/82). Bibliografia: p. 59-61. Resumo da dissertação apresentada a Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo.

FGV

LE 84-287

JANVRY, Alain de. *The agrarian question and reformism in Latin America*. — Baltimore : The Johns Hopkins University Press, 1981. 311 p. : tab.

INPES

LE 84-288

LEITE, Pedro Sisnando. *Desenvolvimento harmônico do espaço rural*. — Fortaleza : Banco do Nordeste do Brasil, 1983. 240 p. : tab., gráf. — (Estudos econômicos e sociais ; 19).

INPES

LE 84-289

- SAYAD, João. *Crédito rural no Brasil : avaliação das críticas e das propostas de reforma*. — São Paulo : Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas — Pioneira, 1984. 125 p.

INPES

LE 84-290

TYRCHNIEWICZ, E. W., ed. *Proceedings of the 1982 Annual Meeting of the Canadian Agricultural Economic Society (Vancouver)*. — Vancouver : University of British Columbia, 1983. 153 p. : il.

INPES

LE 84-291

Ver também: LE 84-249; LE 84-250; LE 84-265; LE 84-266; LE 84-267

- CALABI, Andréa Sandro, coord. *A energia e a economia brasileira: interações econômicas e institucionais no desenvolvimento do setor energético no Brasil* / Andréa Sandro Calabi ... [et al.]. — São Paulo : Inst. de Pesquisas Econômicas da Univ. de São Paulo, 1983. 250 p. : tab. — (Estudos econômicos FIPE/PIONEIRA).

INPES

LE 84-292

CEPAL, Santiago. *Estilos de desarrollo, energia y medio ambiente : un estudio de caso exploratorio*. — Santiago : Naciones Unidas, 1983. 129 p. : tab., gráf. — (Estudios e informes de la CEPAL ; 28).

INPES

LE 84-293

LIND, Roberto C. *Discounting for time and risk in energy policy*. — Washington, D.C. : Resources for the Future, 1982. 468 p. : tab., gráf.

INPES

LE 84-294

MAGALHÃES, Juraci Peres. *Recursos naturais, meio ambiente e sua defesa no direito brasileiro*. — Rio de Janeiro : Ed. da Fundação Getúlio Vargas, 1982. 76 p. : il.

FGV

LE 84-295

- MELO, Fernando Homem de & PELIN, Eli Roberto. *As soluções energéticas e a economia brasileira*. — São Paulo : Hucitec, 1984. 146 p. : anexo, tab.

INPES

LE 84-296

MIRANDA, Décio J. *Biomassa : a opção energética da Nestlé*. — São Paulo : Nestlé, 1983. 86 p. : il.

INPES

LE 84-297

- ROSA, Luiz Pinguelli, org. *Energia e crise* / Luiz Pinguelli Rosa (org.) ; Juan Sotto Hesses, Adriano José Pires Rodrigues, Maurício Cardoso Arouca ... [et al.]. — Petrópolis : Vozes, 1984. 196 p.

INPES

LE 84-298

- SIMON, David N. *Energia nuclear em questão* / David N. Simon ... [et al.]. — Rio de Janeiro : Instituto Euvaldo Lodi, 1981. 75 p. — (Coleção universidade & indústria. Monografias).
INPES; UFRJ/FEA LE 84-299

800 MÃO-DE-OBRA; EMPREGO; POPULAÇÃO

820 *Mercado de Trabalho, Política do Governo*

Ver também: LE 84-255

- BERGSON, Abram. *Welfare, planning, and employment : selected essays in economic theory*. — Cambridge, Mass. : The MIT Press, 1982. 297 p. : tab., gráf.
INPES LE 84-300

- BIANCHI, Ana Maria. *Mobilidade, estratégia de sobrevivência*. — São Paulo : Inst. de Pesquisas Econômicas da Univ. de São Paulo, 1983. 84 p. : tab. — (IPE/USP. Ensaio econômico ; 28). — Tese (D) Univ. de São Paulo.
INPES LE 84-301

- KRUEGER, Anne O., ed. *Trade and employment in developing countries* : v. 2 "Factor supply and substitution". — Chicago : The University of Chicago Press, 1982. 265 p. : tab.
INPES LE 84-302

840 *Demografia Econômica*

- GRAHAM, Douglas H. & HOLLANDA Filho, Sérgio Buarque de. *Migrações internas no Brasil : 1872/1970*. — São Paulo : Inst. de Pesquisas Econômicas da Univ. de São Paulo, 1984. 129 p.
INPES LE 84-303

- MONGEOT, Luc J. A. & ARAGÓN, Luis E., orgs. *O despovoamento do território amazônico: contribuição para sua interpretação*. — Belém : Núcleo de Altos Estudos da Amazônia/Univ. Federal do Pará, 1983. 171 p. : tab. — (Cadernos NAEA ; 6).
INPES LE 84-304

900 PROGRAMAS DE BEM-ESTAR SOCIAL; CONSUMO; ECONOMIA REGIONAL E URBANA

910 *Programas de Bem-Estar Social*

- CAMPINO, Antonio Carlos Coelho, org. *Nutrição e desenvolvimento econômico* / Geraldo Müller ... [et al.] ; Antonio Carlos Coelho Campino (org.) — São Paulo : Inst. de Pesquisas Econômicas da Univ. de São Paulo, 1983. 78 p. : tab. — (IPE/USP. Série relatórios de pesquisas ; 15).

INPES

LE 84-305

ESTADOS UNIDOS. Department of Health and Human Services. *Social security programs throughout the world: 1981.* — Washington, D.C., 1983. 279 p.

INPES

LE 84-306

- KNIGHT, Peter T. & MORAN, Ricardo. *Brazil.* — Washington, D.C. : World Bank, 1981. 103 p. : tab., gráf. — (Poverty and basic needs series. World Bank).

INPES

LE 84-307

MEYER, Jack A., ed. *Market reforms in health care: current issues, new directions, strategic decisions.* — Washington, D.C. : American Enterprise Institute for Public Policy Research, 1983. 331 p. : tab.

INPES

LE 84-308

930 *Economia Urbana*

MÜLLER, Alberto Eugenio Guido. *Infra-estrutura viária da cidade de São Paulo: uma avaliação econômica.* — São Paulo : Inst. de Pesquisas Econômica da Univ. de São Paulo, 1983. 215 p. : tab. — (IPE/USP. Ensaios econômicos ; 27). — Tese (M) Univ. de São Paulo.

INPES

LE 84-309

940 *Economia Regional*

Ver também: LE 84-285; LE 84-289

Resumos Informativos

Esta seção é redigida por Antonio de Lima Brito e a seleção e a revisão técnica estão a cargo da Editoria.

ALMEIDA, Anna Luiza Ozorio de, coord. *Biotecnologia e agricultura : perspectivas para o caso brasileiro* / Anna Luiza Ozorio de Almeida (coord.) ; Alcino Ferreira Câmara Neto, Sônia Gomensoro, Inês Emilia de M. Sarmiento Patrício, João da Silva Maia. — Petrópolis : Vozes; BIOMATRIX Empreendimentos em Biotecnologia Ltda, 1984. 114 p.

INPES

LE 84-284

A presente coletânea, que representa parte de um projeto mais amplo, tem como propósito a tomada de uma decisão com vistas a evitar que se torne intransponível, antes do final da década, o atraso brasileiro na biotecnologia, sobretudo no que tange às suas aplicações agrícolas. Segundo o texto, ainda é possível, no Brasil, aplicar-se capitais nacionais à biotecnologia, bastando que as áreas empresariais, governamentais e científicas atuem de forma coordenada. Ao par disso, as questões fundamentais envolvidas devem ser bem compreendidas, possibilitando identificar e definir objetivos atingíveis. O livro faz um relato histórico do impacto da introdução do progresso técnico na agricultura mundial em termos de produtividade e produção (Capítulo 2). Analisa, em seguida, a história desse pacote na agricultura brasileira e as transformações e conseqüências por ele produzidas. Esses dois capítulos constituem uma resenha da literatura existente, na qual se coloca o atual impasse tecnológico da agricultura brasileira no seu contexto mundial, indicando as condições em que a biotecnologia poderia ter um papel importante, se dirigida para solucionar o impasse identificado. A seguir (Capítulo 4), avança uma classificação que tenta dar conta da multiplicidade de aplicações da biotecnologia ligadas aos vários ramos de atividades produtivas, tanto na agricultura quanto na indústria. Mapeia o campo no caso brasileiro (Capítulo 5), com ênfase nas iniciativas privadas e públicas já conhecidas, visando conhecer os interesses e as instituições envolvidas no ramo, evidenciando o fato de

ser ainda muito pequeno o esforço nacional no sentido de apropriação efetiva desta tecnologia. Por fim, o último capítulo procura delinir estratégias possíveis de política econômica e de integração numa política científica, industrial e agrícola que permitam um desenvolvimento nacional dessa área.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. *O senhor e o unicórnio : a economia dos anos 80*. — São Paulo : Ed. Brasiliense, 1984. 204 p.

INPES

LE 84-269

O autor acompanha o desdobramento da crise e faz uma crítica da política econômica posta em prática no País. Por julgar que pensar criticamente a crise brasileira significa, antes de tudo, determinar corretamente a natureza da crise mundial, divide o livro em duas partes. Na primeira, focaliza a economia internacional, onde analisa as três mais profundas crises da história mundial, respectivamente a de 1873/1896, a do limiar dos anos 30 e a de 50 após, nos anos 80. Na segunda, faz um estudo da economia brasileira, onde percorre os labirintos da recessão, analisa a conjuntura econômica atual e apresenta a sua alternativa de política econômica, defendida desde 1977, a qual gira em torno de quatro questões básicas e se corporifica num elenco de medidas que julga capazes de equacioná-las: (i) a questão nacional, que seria enfrentada pela moratória, reescalonamento a longo prazo da dívida, baixa substancial da taxa de juros, pelo cartel dos devedores, entre outras; (ii) a questão financeira interna, que demandaria soluções como a desdolarização, a reestruturação da dívida pública, o saneamento das empresas estatais, a reforma tributária, etc.; (iii) a questão social, que exigiria providências como o seguro-desemprego, a distribuição de alimentos e a reativação dos gastos sociais (habitação, transportes de massa, saúde e educação), o fim do arrocho salarial, etc.; e, finalmente, (iv) a quarta seção básica, relacionada à produção, a qual seria dirimida através da formulação de políticas setoriais integradas (industrial, agrícola, energética e de transportes), visando acompanhar as mutações em curso na economia mundial ou resolver problemas crônicos, como o da produção alimentar e do abastecimento. Este conjunto de propostas, segundo Belluzzo, está globalmente articulado em três horizontes temporais analisados também com detalhes no presente volume.

BRUM, Argemiro Jacob. *O Brasil no FMI.* — Petrópolis : Vozes, 1984. 167 p. : tab.

INPES

LE 84-270

O livro, procurando esclarecer os motivos que fizeram com que o Governo brasileiro fosse bater às portas do FMI, trata inicialmente da estruturação da Ordem Econômica Internacional e do próprio Fundo Monetário Internacional, um dos esteios do sistema econômico e financeiro mundial, cada vez mais sob o comando das corporações transnacionais e dos países industrializados. Analisa as razões que conduziram praticamente todos os países do Terceiro Mundo ao endividamento externo, e as implicações daí decorrentes, com especial atenção para o caso brasileiro. Aborda, também, as medidas de política econômica adotada pelo Governo brasileiro, principalmente a partir do final de 1980, ajustando-se cada vez mais às determinações oriundas do FMI. Tece ainda comentários sobre as três Cartas de Intenção encaminhadas pelo Brasil àquele órgão em 1983, fazendo um paralelo entre elas, especialmente no que diz respeito às metas e compromissos assumidos junto ao mesmo, bem como às exigências impostas e o não-cumprimento das referidas metas. Por fim, discute as consequências, o agravamento da crise e o impasse econômico, social e político em que se encontra o País, além de suscitar questões relacionadas à saída e aos caminhos para a superação da crise.

BURSZTYN, Marcel. *O poder dos donos : planejamento e clientilismo no Nordeste.* — Petrópolis : Vozes, 1984. 178 p. : tab. Bibliografia: p. 169-78.

INPES

LE 84-285

O trabalho procura demonstrar, partindo de evidências empíricas que, malgrado a importância cada vez maior da centralização atingida a nível nacional, onde apenas poucos se tornaram realmente *donos do poder*, ainda persiste o peso político representado a nível local pelo *poder dos donos*. Ou seja, a tese "centralista" e a "localista" não são antagônicas, mas se complementam, singularidade esta que, segundo Bursztyrn, não está prevista em arcabouços teóricos elaborados para explicar realidades diferentes da nossa. O eixo central da obra reside no duplo caráter do Estado (autoritário e paternalista), que parte de uma abordagem histórica das relações entre o poder local e o poder central no Nordeste. Em seguida, analisa a lógica atual da ação do Estado na região, aprofundando,

para tal, certos aspectos específicos dos mecanismos de intervenção do poder central no meio rural nordestino, a saber, crédito rural, cooperativismo, obras contra as secas, programas de desenvolvimento regional, aquisição da produção pelo Governo, políticas explícitas e implícitas de reforma agrária e estratégias de *marketing* político regional. O livro reconsidera ainda as noções que fundamentam aquelas visões polarizadas das relações de poder (central x local), de forma a explicar como a "reciprocidade de legitimação" entre essas duas instâncias permite que a hipertrofia de uma delas não implique necessariamente a atrofia da outra.

CALABI, Andréa Sandro, coord. *A energia e a economia brasileira : interações econômicas e institucionais no desenvolvimento do setor energético no Brasil.* / Andréa Sandro Calabi ... [et al.]. — São Paulo : Inst. de Pesquisas Econômicas da Univ. de São Paulo, 1983. 250 p. : tab. — (Estudos econômicos FIPE/Pioneira).

INPES

LE 84-292

O livro é fruto de um convênio de estudos sobre energia realizado no período 1979/80 entre a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (FIPE) e a Companhia Energética do Estado de São Paulo (CESP). O propósito é colaborar com esta última através da formação de técnicos a nível de pós-graduação, do levantamento sistematizado de bibliografia e informações e da realização de pesquisas sobre a questão energética brasileira e suas possíveis alternativas. O convênio compreendia uma pesquisa em duas fases, correspondendo o presente relatório à primeira delas, que se concentrou no levantamento de informações e fontes primárias, e cujo objetivo era levantar os aspectos conceituais, históricos e institucionais mais relevantes necessários para a compreensão da formação e do crescimento do setor energético brasileiro. O primeiro capítulo apresenta observações gerais sobre o conceito de energia, procurando mostrar a vinculação entre o uso econômico de energia na história e as inovações tecnológicas que marcaram o desenvolvimento da civilização, de modo a delimitar o quadro mais amplo do qual o Brasil é um caso específico. O segundo capítulo, partindo da conceituação proposta, associa as modificações ocorridas no perfil do consumo de energia primária no País aos intensos processos de industrialização e urbanização observados nos últimos 40 anos. O terceiro e quarto capítulos examinam o papel do Estado no desenvolvimento do setor energético, sendo que o terceiro, que se divide em duas partes, estuda a atuação do mesmo como ordenador do setor energético,

inicialmente através do planejamento econômico e depois mediante atos legislativos e políticos do Governo Federal. Quanto ao quarto capítulo, destaca a sua qualidade de produtor no setor energético, concentrando a análise no padrão de financiamento e na autonomia das empresas estatais produtoras de energia. Por fim, o último capítulo apresenta um levantamento sumário de aspectos da política energética nos anos 70, com ênfase na análise do "Modelo Energético Brasileiro", proposto no final de 1979.

CAMPINO, Antonio Carlos Coelho, org. *Nutrição e desenvolvimento econômico* / Geraldo Müller ... [et al.]; Antonio Carlos Coelho Campino (org.). — São Paulo : Inst. de Pesquisas Econômicas da Univ. de São Paulo, 1983. 78 p. : tab. — (IPE/USP. Série relatórios de pesquisas; 15).

INPES

LE 84-305

Trata-se de uma pequena coletânea incorporando quatro trabalhos selecionados dentre os apresentados no 1 Seminário de Nutrição e Desenvolvimento Econômico, realizado no período de 24 a 26 de maio de 1982 na Cidade Universitária, em São Paulo.

Segundo o organizador, há cerca de 10 anos começou-se a perceber que o médico, ao lidar com a questão nutricional, trabalha também com as conseqüências, uma vez que os determinantes básicos da desnutrição são de cunho sócio-econômico. Vale dizer, baixos níveis de renda, ínfimo poder aquisitivo da população, precário acesso à infra-estrutura de saúde e saneamento, inexistência de uma relação de emprego mais estável, além de baixos níveis de escolaridade. A decorrência lógica, em termos de concepção de atacar o problema, foi a conscientização da necessidade de se constituírem grupos multidisciplinares de cientistas que, interagindo, pudessem contribuir para a melhor compreensão das relações causais acima explicitadas, melhor avaliando o impacto relativo de cada uma, e que tivessem condições de sugerir políticas de intervenção alternativas, delineadas em programas com seus respectivos critérios de avaliação. No que se refere aos trabalhos desta coletânea, o de Müller objetiva apresentar um primeiro esboço de economia política da alimentação e avaliar as mudanças ocorridas no passado recente no Brasil nas áreas de produção, distribuição e consumo de alimentos. Quanto ao de Sahn, situa-se num contexto macroeconômico, evitando as tradicionais análises microeconômicas feitas na área. Já os dois últimos trabalhos tratam da avaliação de

programas de intervenção sob uma ótica microeconômica. O de Taddei apresenta uma proposta de avaliação dos programas contidos no Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN), discutindo o valor relativo de desenhos de avaliação e as metodologias para avaliar o estado nutricional, caracterizando-as no que se refere às dificuldades de implementação. Por fim, o de Moldau procura apresentar a metodologia de avaliação que foi seguida pela equipe da FIPE na abordagem do Programa de Nutrição Brasil-BIRD (PNBB), com a aplicação de medidas de custo-eficiência e de custo-eficácia.

GARCIA, Ana Elisa Brito. *Arrendamento e parceria agrícola no Estado de São Paulo, 1920-69*. — São Paulo : Instituto de Economia Agrícola, 1982. 62 p. : tab. — (Relatório de pesquisa. Instituto de Economia Agrícola ; 4/82). Bibliografia: p. 59-61. Resumo da dissertação apresentada à Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo em 1972.

FGV

LE 84-287

O trabalho tem por meta captar a dinâmica dos sistemas de arrendamento e parceria no Estado de São Paulo desde o seu início até o final da década de 60, utilizando para tal a literatura existente até 1972, os dados censitários de 1920 a 1960, bem como os do Instituto de Economia Agrícola para 1969. Procura analisar quais os fatores que influíram na maior ou menor utilização deste ou daquele sistema; como evoluiu o uso do arrendamento e da parceria, em termos de número de estabelecimentos, área abrangida, formas de utilização da terra, etc.; qual a situação em 1969 de ambos os sistemas, quanto ao número e tamanho das propriedades que os utilizam, regiões do Estado em que predominam, principais produtos explorados, pessoal ocupado, entre outros aspectos; e quais as principais tendências desses sistemas na atual conjuntura.

GRAHAM, Douglas H. & HOLLANDA Filho, Sérgio Buarque de. *Migrações internas no Brasil : 1872/1970*. — São Paulo : Inst. de Pesquisas Econômicas da Univ. de São Paulo, 1984. 129 p.

INPES

LE 84-303

Objetiva o presente trabalho medir e interpretar a importância histórica da migração e do crescimento urbano nos últimos 100 anos. Para tal foi empreendida uma análise seletiva tratando a migração dentro das

perspectivas de causas, efeitos, eficiência e orientação política. O estudo descreve inicialmente (Capítulo 1) as duas medidas de migração utilizadas no trabalho e as limitações de dados encontradas nas fontes brasileiras, discutindo aí, assim como no Apêndice, as questões metodológicas. Segue-se a parte central do livro (Capítulo 2), que relata os resultados empíricos sobre migração durante o século passado e analisa esses resultados no contexto do desenvolvimento econômico do Brasil. Discute os padrões contrastantes da migração estrangeira e migração interestadual nas décadas finais do século XIX e nas décadas iniciais do século XX, relacionando esses resultados aos principais acontecimentos históricos do período, como o declínio da escravidão, o desenvolvimento das economias do café e da borracha, e a industrialização prematura. Uma análise do papel desempenhado de forma contínua pela migração na fronteira e suas implicações no desenvolvimento e no contexto do recente crescimento econômico brasileiro conclui esse capítulo. Finalmente (Capítulo 3), apresenta um resumo dos dados mais recentes sobre população e renda regional, determinando os vários padrões de crescimento econômico regional do período 1940/70. Verifica a relação entre a desigualdade das rendas regionais e os padrões de migração interna nesse período e, por fim, discute as possibilidades de calcular o impacto macroeconômico contemporâneo da migração no Brasil e o papel que isto pode desempenhar na política populacional.

IIDA, Itiro. *Pequenas e médias empresas no Japão*. — São Paulo : Brasiliense ; Brasília : Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, 1984. 279 p.

INPES

LE 84-235

A atenção mundial viu-se de uma hora para outra despertada pela rápida recuperação do Japão no período pós-II Guerra Mundial, conflito que foi um completo desastre para o país, seja no aspecto militar, econômico ou social. Com recursos naturais extremamente escassos, soube, como nenhuma outra nação, tirar proveito de seu potencial humano, através de um eficiente sistema educativo e de treinamento. Chama ainda a atenção o fato de que, malgrado ter-se baseado na importação maciça de tecnologias, equipamentos, processos produtivos e práticas tradicionais, conseguiu conviver harmoniosamente com os setores tradicionais, dominados pelas pequenas e médias empresas.

Estas são estudadas no presente volume de forma bem detalhada, iniciando-se (Parte I) com um enfoque de sua evolução desde a interrupção

de mais de 250 anos de regime feudal, em meados do século passado, quando o país iniciou a arrancada para transformar-se em um moderno Estado industrial. Segue-se uma análise do período pós-guerra, com o país saindo praticamente da estaca zero para transformar-se, em apenas 20 anos, em uma moderna sociedade urbana voltada para a produção industrial e para o comércio.

Mostra, também, as profundas transformações que sofreram as pequenas e médias empresas com o advento das indústrias modernas e o tipo de relacionamento que estas passaram a ter com as grandes empresas. Transformadas as PME, o governo adotou medidas para fortalecê-las e modernizá-las (Parte II), as quais se resumem na realização de consultorias, treinamento e informações, organização de associações e cooperativas, e a criação de mecanismos financeiros e fiscais, medidas essas que acabaram por torná-las empresas de capital intensivo e até de "conhecimentos intensivos" (*knowledge intensive*).

Finalmente (Parte III), o trabalho detém-se em aspectos de natureza setorial e regional, incluindo: o desenvolvimento tecnológico, com o qual as pequenas e médias empresas procuraram eliminar o fator qualitativo que mais as diferenciava das grandes; as medidas especiais que recebem as pequenas e microempresas, visando protegê-las da intensa competição; as medidas idênticas beneficiando as PME que atuam no setor comercial e de prestação de serviços, as quais cada vez mais sofrem a concorrência dos grandes supermercados e lojas de departamentos; e, finalmente, as medidas especiais objetivando ajudar certas regiões ou setores atingidos pela conjuntura recessiva ou a crescente competição dos países em desenvolvimento. Ao final do livro, Itiro Iida apresenta uma Conclusão, bem como um Anexo dividido em quatro partes, no qual se encontra uma série de informações de caráter geral sobre o Japão.

KALECKI, Michal. *Crescimento e ciclos das economias capitalistas* / Ensaios selecionados e traduzidos por Jorge Miglioli. — 2. ed. — São Paulo : Hucitec, 1983. 193 p. — (Coleção economia e planejamento. Série teoria econômica).

INPES; UFRJ/FEA

LE 84-223

O livro é constituído de uma seleção de ensaios de Kalecki publicados de 1933 a 1971, apresentada em dois conjuntos com um total de cinco partes de 15 capítulos. O primeiro conjunto, que engloba as quatro partes iniciais, segundo o organizador representam, ao lado da *Theory of economic*

dynamics (1954), as mais importantes contribuições daquele autor para a compreensão das economias capitalistas desenvolvidas. A Parte I analisa algumas concepções que exerceram uma influência mais direta na obra kaleckiana, uma espécie de seus “antecedentes teóricos”, mostrando a sua versão dos esquemas de reprodução de Marx e analisando as contribuições de Tugon-Baranovski e Rosa Luxemburgo para o esclarecimento da demanda efetiva. A Parte II trata da teoria do ciclo econômico, incorporando ensaios do período 1933/43, com destaque para a “teoria do ciclo econômico”, além de um estudo sobre os mercados externos e as “exportações internas”, e outro relativo aos aspectos políticos do pleno emprego.

A Parte III apresenta estudos relacionados à distribuição da renda entre salários e lucros e sua influência sobre o nível da produção e do emprego. O primeiro deles mostra como os impostos sobre as mercadorias, a renda e o capital podem ou não afetar essa distribuição. O seguinte examina o que Kalecki chama de “teoria clássica do salário”, e que hoje em dia é conhecida como “teoria neoclássica”, ao passo que o último estudo retoma a temática sobre salários nominais e reais, desta feita baseado na lei de Say acerca dos mercados. A Parte IV reformula o tema do crescimento cíclico, além de criticar o irrealismo de muitos modelos de crescimento elaborados nos países ocidentais. Por fim, a Parte V estuda as economias subdesenvolvidas, mostrando a diferença entre os problemas básicos das mesmas e os das desenvolvidas. Trata, ainda, da questão da mobilização de recursos para o desenvolvimento daquelas economias, encerrando-se o volume com um trabalho de 1963 sobre a construção de planos de longo prazo, também chamados de “planos perspectivos”, baseado na economia polonesa e incluído no livro, de acordo com o organizador, porque Kalecki achava que poderia ser útil às economias mistas.

KNIGHT, Peter T. & MORAN, Ricardo. *Brazil*. — Washington, D.C. : World Bank, 1981. 103 p. : tab., gráf. — (Poverty and basic needs series. World Bank).

INPES

LE 84-307

A presente obra é uma versão resumida do relatório *Brazil: human resources special report* (1979), produzido pela missão do Banco Mundial que esteve no Brasil em fins de 1977, sob a chefia do próprio Peter Knight. A versão atual é destinada, segundo os autores, a orientar a procura e escolha de políticas públicas e programas capazes de atender as necessidades básicas da população. O primeiro capítulo apresenta uma

visão histórica dos aspectos discutidos nos anexos do relatório original, além de incluir uma tentativa de definir empiricamente o "setor moderno" da economia brasileira, fazendo, por fim, uma revisão da evidência disponível para avaliação dos avanços registrados nas áreas de educação, saúde, habitação e saneamento. O Capítulo 2 discute a evolução das políticas governamentais nessas áreas a partir do pós-guerra, com destaque particular para o período pós-64. Por último, o Capítulo 3 apresenta projeções de simulações com horizonte no ano 2000, visando estimar os custos, para o setor público, da implementação de programas acelerados orientados para o atendimento das necessidades básicas da população em termos nutricionais, educacionais e habitacionais, além de serviços de abastecimento d'água e saneamento. As simulações são baseadas em projeções demográficas e numa estimativa da capacidade de absorção de mão-de-obra não qualificada por parte do denominado setor moderno da economia.

LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. *O combate à inflação no Brasil : uma política alternativa* / Luiz Aranha Corrêa do Lago, Margaret Hanson Costa, Paulo Nogueira Batista Jr., Tito Bruno Bandeira Ryff. — Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1984. 158 p.

INPES

LE 84-254

Diferentemente de outros trabalhos, que analisam a inflação apresentando sugestões de caráter tópico, sem levar em conta a inter-relação dos diversos elementos que compõem o fenômeno, o presente livro faz uma análise abrangente, integrada das várias dimensões do processo inflacionário, procurando identificar os principais fatores responsáveis pela inflação e pela expectativa inflacionária, rejeitando ao mesmo tempo algumas interpretações do processo de propostas de política antiinflacionária originárias do Governo ou sugeridas por certos setores da sociedade. Preocupa-se, sobretudo, em esboçar uma estratégia de combate à inflação — cujas características, no seu conjunto, a distinguem tanto da ortodoxia monetarista quanto da visão estrutural da inflação brasileira — e que, a par de aumentar as possibilidades de um rápido declínio do ritmo de alta dos preços, não resultasse em aprofundamento significativo da recessão ou em agravamento das desigualdades sociais.

Dentro dessa perspectiva, o trabalho acha-se dividido em seis capítulos inter-relacionados, onde são discutidos, de forma integrada, temas como o crédito rural, o sistema tributário, a dívida pública, as empresas estatais,

os salários, a questão da indexação em geral, e a relação entre a dívida externa e a inflação. Após uma ligeira introdução, focaliza, no segundo capítulo, aspectos gerais da problemática inflacionária, destacando premissas básicas e elementos centrais da política antiinflacionária esboçada ao longo do trabalho. O terceiro aborda questões cruciais da política creditícia e fiscal. No seguinte, são examinadas as possibilidades de atuação sobre o conjunto de fatores de realimentação inflacionária e o problema fundamental da relação entre o desequilíbrio do balanço de pagamentos e o processo inflacionário. O quinto capítulo discute mais especificamente a questão salarial e a possibilidade de uma política social de caráter "compensatório", enquanto o último apresenta uma idéia geral do trabalho e um resumo das principais conclusões, além de destacar os três pontos básicos pelos quais, segundo os autores, uma política antiinflacionária deve passar, quais sejam a reorganização radical das finanças governamentais e da política creditícia, a intervenção direta sobre os "preços críticos" e, finalmente, amplo reescalonamento do serviço da dívida externa.

LEITE, Antonio Dias. *Caminhos da reconstrução*. — São Paulo : Pioneira, 1984. 82 p. : anexo.

INPES

LE 84 246

O livro é resultado de estudo realizado pelo autor no período de junho a setembro de 1983, reproduzindo artigos já divulgados no *O Estado de São Paulo* e no *Jornal do Brasil*. Apresenta a discussão de diretrizes como fator maior capaz de combater a crise para depois iniciar-se a reconstrução (Cap. I). Destaca inúmeros fatores que dificultam o atingimento dessa meta: o nível de dependência dos países industriais e as crescentes limitações ao comércio exterior (Cap. II); as dificuldades da dívida externa, aliadas às limitações impostas pela evolução desfavorável da balança de Transações Correntes com o exterior (Cap. III); a falta de uma negociação planejada de médio prazo que conjugue a parte externa com a interna (Cap. IV); a repartição desigual dos ganhos na prosperidade e das perdas na recessão, fato que requer a chamada "contribuição dos ricos" (Cap. V); o aparelhamento administrativo ineficaz, englobando instrumentos de validade duvidosa (Cap. VI); o mal-elaborado exame global das atividades da administração do Governo Federal por parte da Secretaria de Controle das Empresas Estatais (SEST), que na opinião do autor "produziu mais confusão do que esclarecimento" à opinião pública (Cap. VII); a excessiva participação do Estado nas empresas,

sugerindo a redução da mesma à metade, dispondo das desnecessárias, recuperando as deficientes e revigorando as que estão bem (Cap. VIII); sugere, em contrapartida, soluções que ensejem uma tomada de decisão urgente através de um grupo composto de representantes dos partidos políticos, empresariado, economistas e trabalhadores (Cap. IX); a elaboração adequada do orçamento fiscal no âmbito do *deficit* da União, já que parte das receitas parafiscais atribuídas às autarquias e fundações não estão incluídas no mesmo (Cap. X); a solução global da dívida pública interna através do saneamento do mercado financeiro nacional (Cap. XI); a retomada do ritmo de expansão em função de uma perspectiva de longo prazo que inclua o atendimento da dívida externa (Cap. XII), bem como a sua renegociação, em vista de seu elevado custo proporcionado pelas altas taxas de juros e encargos (Cap. XIII); a falta de um espaço próprio maior para a iniciativa privada e a necessidade do fortalecimento das empresas nacionais, dada a sua responsabilidade no processo de reconstrução (Cap. XIV); faz, por fim, uma retrospectiva dos aspectos abordados e das diretrizes que, no seu entender, conduzirão aos "caminhos para a reconstrução" (Cap. XV).

McKENZIE, Richard B. *The limits of economic science : essays on methodology*. — Boston : Kluwer-Nijhoff Publ., 1983. x, 127 p. — (Kluwer-Nijhoff studies in human issues).

FGV

LE 84-217

Apresenta este livro uma série de estudos, muitos dos quais já publicados em importantes periódicos americanos, onde o autor busca chegar a um completo entendimento do significado e da importância, assim como da utilidade e das limitações inerentes aos escritos dos economistas. Lembra que o trabalho é representativo de um ponto de vista pessoal de como um economista encara o seu ofício bem como o de seus colegas. Em vista disso, afirma que a análise é normativa e engloba a convicção de que o discurso social é algo mais do que custos e benefícios e que a economia não pode ser totalmente avaliada através de métodos (econômicos) que são o tema da avaliação. Para realizar a sua obra, McKenzie baseia-se no trabalho de outros economistas, mormente em Frank Knight, cuja obra *The limitations of scientific method of economics* teve algumas passagens incluídas no Apêndice. No entanto, o volume teve a sua gênese numa obra que, a princípio, dá a impressão de ser sua antítese. Trata-se de *The world of economics*, que o autor publicou em parceria com Gordon

Tullock, em 1975. Na Introdução, McKenzie faz uma análise detida desse livro, pois acha que isto ajudará no entendimento do seu trabalho, bem como fará com que o leitor compreenda o porquê de seu interesse por metodologia a ponto de chegar a escrever sobre o tema.

No que tange aos capítulos, o primeiro é representado pela Introdução acima referida; o segundo constitui-se, na sua maior parte, num *survey* histórico das análises metodológicas de Wicksteed, Knight e Hayek, que procuraram avaliar em seus trabalhos a questão dos limites da economia; o terceiro capítulo focaliza com detalhes o chamado comportamento não-racional, questionando se todo o comportamento humano pode ser construído conceitualmente como "racional", e discutindo as limitações que o "domínio não-racional" impõe à ciência econômica; o quarto trata da questão de ser ou não esta ciência estritamente não-normativa; o quinto faz uma comparação entre duas escolas do pensamento econômico moderno, a austríaca e a neoclássica. Finalmente, o sexto capítulo analisa a compatibilidade da ciência física e da economia, utilizando-se desta última conforme vista por Albert Einstein.

MEEK, Paul. *U.S. monetary policy and financial markets*. — New York, N. Y. : Federal Reserve Bank of New York, 1982. 182 p. : il.

FGV

LE 84-262

Ao longo dos seus 10 capítulos, o livro tem por objetivo apresentar de forma mais abrangente o que ocorre nas operações de *open market* e em toda a atividade do mercado financeiro norte-americano. O autor tem como ponto de partida o livro de Robert Roosa, *Federal Reserve Operations in the Money and Government Securities Markets*, escrito há cerca de 25 anos. Paul Meek, que é Monetary Adviser do Federal Reserve Bank, alarga o tema e o enriquece colocando-o segundo os moldes atuais, mostrando inclusive com detalhes as políticas postas em prática pelo órgão ao qual presta sua colaboração, assim como a influência que tais políticas exercem sobre a economia. Sumariando, podemos dizer que o livro dá ao leitor uma visão diversificada da economia americana das estratégias de política dos bancos comerciais, do mercado financeiro em geral, do *open market* e de sua estratégia operacional, da função da carteira comercial, bem como da política monetária, seja relacionada aos mercados financeiros ou aos mercados de crédito, além de uma análise da mesma *vis-à-vis* o cenário mundial.

MELO, Fernando Homem de & PELIN, Eli Roberto. *As soluções energéticas e a economia brasileira*. — São Paulo : Hucitec, 1984. 146 p. : anexo, tab.

INPES

LE 84-296

O volume analisa a questão da viabilidade econômica das alternativas energéticas escolhidas pelo Brasil para enfrentar a crise do petróleo. Segundo os autores, dadas as dificuldades de uma avaliação mais abrangente, a análise se restringe aos casos dos óleos vegetais e, mais detalhadamente, do álcool hidratado como substituto da gasolina. A primeira parte (Capítulo 2) focaliza a questão dos óleos vegetais como alternativa ao óleo diesel no setor de transportes e as controvérsias de natureza técnica que cercam essa substituição. A segunda (Capítulo 3) inicia a análise referente aos aspectos econômicos da produção de álcool. Em princípio, apresenta a controvérsia existente, a partir de 1981, sobre os níveis dos custos de produção e, adicionalmente, transmite as bases para a análise econômica dos projetos de produção de álcool hidratado no Brasil. A terceira parte (Capítulo 4) focaliza os projetos de álcool sob a ótica privada, isto é, considerando os preços efetivamente praticados, para fatores e para o produto final. Três projetos de produção de álcool hidratado são examinados: para as condições específicas da região de Ribeirão Preto, outro mais representativo das condições médias do Estado de São Paulo e o terceiro, sob certas condições de Alagoas. Finalmente, a última parte (Capítulo 5) leva a análise dos citados projetos para a ótica social, vale dizer, com diversas correções introduzidas para os preços de mercado utilizados. Aí o enfoque de avaliação social é amplamente discutido, assim como apresentadas, para os três projetos citados, as estimativas para os custos sociais de produção.

MIGLIOLI, Jorge. *Introdução ao planejamento econômico*. — São Paulo : Brasiliense, 1982. 87 p. — (Pioneiros vãos ; 10).

UFRJ/FEA

LE 84-240

Trata-se de estudo introdutório que busca traçar a história do planejamento, cuja origem, como modo sistemático de orientação de uma economia em escala nacional, deu-se na União Soviética no final da década de 20. Apresenta, inicialmente, um retrospecto desde a sua adoção, no período pós-II Guerra Mundial, pelas "democracias populares" recém-

constituídas, ocasião em que foi adaptado e adotado pelo Japão, França e outros países da Europa Ocidental. Faz uma análise dos anos 60, época em que a planificação era encarada como o instrumento adequado para orientar a economia no caminho da rápida prosperidade econômica, mormente para as nações industrializadas, como de esperança para as subdesenvolvidas, uma vez que se preconizava para estas o caminho do rápido desenvolvimento. Focaliza, posteriormente, a década de 70, quando, com o advento das depressões, desemprego, inflação, desequilíbrio no comércio exterior, queda dos níveis salariais, etc., o planejamento passou a ser visto com desconfiança e mesmo a sofrer ataques nas economias capitalistas. Em suma, o autor faz uma abordagem dos problemas gerais do planejamento, seguindo-se um enfoque sobre a grande diversidade de planos, seus objetivos, áreas abrangidas, extensões, períodos de duração, formas de implantação, graus de intensidade e aspecto jurídico, com destaque, nos três últimos capítulos, para a análise dos sistemas de planejamento das economias socialistas, das capitalistas, e da experiência brasileira desde o Estado Novo até o Governo Figueiredo.

RIBEIRO, Carlos Reinaldo Mendes. *O estatuto da (contra a) microempresa*. — São Paulo : Alfa-Omega, 1984. 81 p.

INPES

LE 84-279

No decorrer dos seis capítulos iniciais o autor analisa criticamente, em linguagem bastante clara para uma ampla gama de leitores, a mensagem governamental e o projeto-de-lei que visa à aprovação do Estatuto da Microempresa. Esclarece por que, na sua opinião, a legislação que o Governo brasileiro pretende implantar sobre o assunto em nada beneficia as pequenas empresas, dada a sua situação de escravas de um sistema econômico capitalista interno dos mais selvagens do mundo. Ao contrário, apenas acelerará o desaparecimento das mesmas, uma vez que, além de procurar resolver problemas que não são fundamentais, acaba por colocar verdadeiros obstáculos ao propor soluções que contrariam o bom senso e agravam problemas reais. Mostra, por outro lado, que o Estatuto da Microempresa está cívado de maquiavelismo tendo em vista que, ao partir de uma idéia-força lógica e defensável, representada pela desburocratização, enveredou-se, através de bem urdidos artifícios, para o terreno tributário e ali armou um esquema tal que as únicas beneficiadas serão as grandes empresas. Ribeiro encerra o trabalho procurando, no capítulo final, dar

uma contribuição efetiva propondo medidas que considera, em vista do exposto, apenas paliativas, mas que poderão minorar o problema enfrentado pelas microempresas. Aí ele destaca algumas alternativas válidas, possíveis de serem acionadas mesmo sem introduzir alterações profundas e desejáveis no nosso sistema econômico capitalista, as quais se aliariam a outras medidas a serem identificadas num processo democrático e aberto de discussão do tema, que se consubstanciariam num instrumento que, então, poderia receber o título de Estatuto da Microempresa.

ROSA, Luiz Pinguelli, org. *Energia e crise* / Luiz Pinguelli Rosa (org.); Juan Sotto Hcsles; Adriano José Pires Rodrigues; Maurício Cardoso Arouca ... [et. al.]. — Petrópolis : Vozes, 1984. 196 p.

INPES

LE 84-298

Trata-se de coletânea oriunda de trabalho desenvolvido pela Área Interdisciplinar de Energia (AIE) da COPPE/UFRJ, incorporando a colaboração de vários especialistas. O volume está dividido em cinco partes, com um total de 12 capítulos, e a meta é apresentar ao leitor certos pontos polêmicos ligados ao problema energético surgido no bojo da crise que se abateu sobre o País.

O trabalho tem como enfoque, na primeira parte, o petróleo e a política energética, enfatizando as previsões, comparadas à crise atual, feitas após o choque do petróleo, assim como os equívocos da política energética (Rosa); a política de preços dos derivados (Rodrigues); e o problema do gás liquefeito de petróleo (Rodrigues, Rosa e Arouca). A segunda parte analisa a energia elétrica e a questão nuclear, principiando com o excedente de energia elétrica e o incentivo tarifário à eleitrotermia (Koehler, Rosa e Arouca), e faz uma ampla abordagem do acordo nuclear com a Alemanha (Rosa e Pires).

A questão da substituição do petróleo vem em seguida, na terceira parte, que focaliza o potencial do papel desempenhado pelo álcool na política energética e os limites desse papel (Rodrigues e Araújo), assim como a redução da atividade industrial e do óleo combustível, com o preço triplicado, devido ao segundo choque do petróleo (Araújo e Oliveira). A quarta parte apresenta um enfoque regional, abordando a perda de autonomia da região nordestina perante o voraz capitalismo perverso brasileiro, que tem ali o seu *locus* privilegiado (Magrini, Alveal, Barros e Moreira). O outro enfoque, internacional, preconiza a integração latino-

americana no campo energético para o enfrentamento da crise (Rosa e Mielnik).

Por fim, na última parte três estudos apresentam alternativas para a solução do problema. O primeiro propõe que se busque um estilo de desenvolvimento menos intensivo em energia (La Rovere). O segundo, uma análise mais detalhada da questão petrolífera, apontando possibilidades concretas de redução drástica do consumo de óleo combustível. Ao lado disso, mostra as possíveis vantagens que a moratória traria, mesmo com a adoção de um novo pacto sócio-político (Oliveira e Rodrigues). O último artigo procura refutar os argumentos que tentam negar a viabilidade de uma moratória unilateral, bem como apresenta alternativas para a questão do petróleo, apontando caminhos para a redução da importação desse produto (Castro).

SAYAD, João. *Crédito rural no Brasil : avaliação das críticas e das propostas de reforma*. — São Paulo : Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas — Pioneira, 1984. 125 p.

INPES

LE 84-290

O livro objetiva analisar principalmente em que medida o Programa de Crédito Rural consegue atingir alguns propósitos, ou seja, aumentar os investimentos e a produção agrícola e chegar até aos produtores rurais. A escolha dessa perspectiva de análise se deve, de acordo com o autor, exatamente ao crescimento exagerado dos saldos de crédito rural *vis-à-vis* o incremento da produção agrícola. Os pontos fundamentais focalizados ao longo do estudo, dentro dessa perspectiva, são o volume do crédito rural, destinado à agricultura e à distribuição entre tomadores de características diferentes, e os efeitos das alterações na economia brasileira (sobre estes dois aspectos) a partir de 1973. Dividido em duas partes, o trabalho apresenta inicialmente (Capítulo 2) um modelo onde se discutem as possibilidades de substituição entre o capital do Governo e o capital dos tomadores. Tenta medir esta substituição e analisar como varia entre tomadores de características diversas (Capítulo 3). Analisa os efeitos das alterações recentes da economia brasileira sobre o crédito rural (Capítulo 4). Compara os custos do Programa de Crédito Rural com os custos de políticas alternativas (Capítulo 5) e, finalmente, resume os principais resultados e apresenta algumas propostas de políticas (Capítulo 6).

SILVA, Fábio Gomes da. *Micro e macroeconomia : um enfoque crítico*.
— Petrópolis : Vozes, 1983. 125 p. : gráf.

INPES

LE 84-226

O livro tem como objetivo central apresentar uma visão econômica alternativa à teoria neoclássica, principalmente à teoria microeconômica convencional. Procura, por um lado, mostrar a viabilidade de evitar-se a divisão dos problemas micro e macroeconômicos em departamentos estanques, uma vez que pode ser observada diariamente a interligação das decisões das empresas, mormente das grandes corporações com a política econômica, e vice-versa. Principalmente, através da análise das condições histórico-institucionais do aparecimento das grandes empresas oligopólicas, tenta justificar a necessidade dessa visão alternativa, além de mostrar como os objetivos daquelas empresas são definidos de forma diversa dos das empresas da teoria convencional. Segue-se a apresentação de dois modelos de determinação de preços e quantidades, os quais, apesar de englobarem certos conceitos da análise neoclássica, como a demanda de mercado e a elasticidade, fogem a tal paradigma. O primeiro, o das chamadas *barreiras à entrada*, com formulação inicial de Bain e complementada por Sylos-Labini e Modigliani; o segundo, desenvolvido por Eichner, busca mostrar que as decisões de preços das grandes empresas estão ligadas às suas metas de crescimento e, por conseguinte, ligados também ao processo de acumulação de capital do sistema econômico. Como conclusão, o autor apresenta uma crítica aos conceitos de política econômica ortodoxa, cujos objetivos são, em última instância, baseados no paradigma neoclássico, isto é, na situação que resultaria do funcionamento de uma economia em livre concorrência.

SIMON, David N. *Energia nuclear em questão* / David N. Simon ...
[et al.] — Rio de Janeiro : Instituto Euvaldo Lodi, 1981. 75 p. —
(Coleção universidade & indústria. Monografias).

INPES; UFRJ/FEA

LE 84-299

Trata-se de monografia englobando cinco estudos de especialistas na área de energia nuclear, mormente no que tange à recente incorporação do Brasil a essa área, reforçada após a assinatura do acordo com a Alemanha. O artigo inicial analisa a energia nuclear no contexto do processo de desenvolvimento brasileiro, levando em conta o quadro real de recursos energéticos do País, além de discutir algumas implicações industriais,

tecnológicas e comerciais do acordo supracitado (Carvalho). Segue-se um estudo do desenvolvimento nuclear do Brasil desde o seu início, mostrando a alteração fundamental por que passou a política nesta área ao final dos anos 60 com a compra do reator Angra dos Reis I, decisão que desencorajou os esforços existentes para um desenvolvimento nuclear autônomo (Goldemberg). O próximo trabalho mostra três diferentes orientações da política nuclear adotada pelo Governo brasileiro em períodos sucessivos: a busca de autonomia nacional (até 1964), a importação de tecnologia (de 1964 a 1975) e o desenvolvimento dependente (desde 1975), destacando que prioridades de estratégia militar parecem ter sido mescladas aos objetivos energéticos em um mesmo programa nuclear (Menezes e Simon). O artigo subsequente calcula o potencial das fontes de energia elétrica convencionais — hidroeletricidade, carvão e nuclear — por faixas de custos de energia gerada, concluindo que a nuclear só terá um papel relevante na geração elétrica no País na segunda década do próximo século (Rosa). Quanto ao estudo que encerra a coletânea, analisa a relação entre as políticas de Governo e a definição de um programa nacional de energia nuclear no Brasil, achando o autor que a evolução do referido programa permanecerá em um nível medíocre até que sejam firmemente estabelecidas e mantidas definições nas políticas comercial, industrial e de ciência e tecnologia (Oliveira).

STEINDL, Josef. *Maturidade e estagnação no capitalismo americano* / com uma nova introdução do autor ; tradução de Leda Maria Gonçalves Maia; revisão de Aloísio Teixeira. — Rio de Janeiro : Ed. Graal, 1983. 264 p. — (Biblioteca de economia ; v. 10). Tradução de: *Maturity and stagnation in American capitalism: with a new introduction by the author.*

FGV

LE 84-237

Trata-se da tradução da reedição de um dos mais importantes livros de Steindl, publicado há mais de três décadas, fazendo justiça, na opinião de Maria da Conceição Tavares, "a um dos autores de economia política mais originais do pós-guerra, um dos poucos discípulos de Kalecki que deu continuidade à sua obra sobre a dinâmica econômica do capitalismo". O livro surgiu numa época em que, segundo o autor, as probabilidades de sucesso eram mínimas. Isto porque o campo da economia encontrava-se dominado pelo neoclássicismo e o pleno emprego principiava a ser lançado pelos países industrializados, o que ensejava o aumento do nível de coope-

ração internacional e a melhoria do padrão de vida, atmosfera esta que não se coadunava com a análise da experiência negativa do período 1929/39, desenvolvido no presente volume.

Essa situação, no entanto, começou a sofrer modificações desde que teve início a atual desagregação do estado de bem-estar social, encerrando-se aparentemente "a alegre e exuberante era de desenvolvimento" face à redução da tensão entre as superpotências; ao aumento da tensão no interior dos países capitalistas devido, em parte, ao pleno emprego e ao rápido crescimento; e ao surgimento de problemas ligados ao meio ambiente, matérias-primas e energia.

Nessa ocasião, amigos de Steindl, dentre eles Paul Sweezy, o convenceram a reeditar o livro, o que fez com uma nova introdução onde discute o cenário econômico desde o período entre guerras, até que ponto seus conceitos se modificaram e quais são os erros que vê no livro. Esta edição em português propicia agora a que professores e alunos de economia tenham acesso a uma obra disputada, e que em 1968 apareceu de forma restrita em reproduções mimeografadas nas universidades latino-americanas. Apesar de a presente estagnação ter uma configuração estrutural diferente da dos anos 30, não impede que a reflexão sobre a problemática atual tire proveito deste estudo teórico e histórico de uma das fases mais críticas do capitalismo industrial monopolista.

TENDLER, Judith. *Ventures in the informal sector, and how they worked out in Brazil*. — Washington, D.C.: Agency for International Development, 1983. 159 p. : tab. — (A.I.D. evaluation special study ; 12).
INPES LE 84-263

Trata-se de um estudo de caso realizado pela autora junto à União Nordestina de Assistência a Pequenas Organizações (UNO), durante quatro semanas, em janeiro e fevereiro de 1981 em Recife, objetivando analisar principalmente o programa de concessão de crédito daquela entidade. Essa avaliação inclui-se num grupo de cinco que foram realizadas em diferentes países, todas relacionadas a programas de assistência a pequenas organizações.

A escolha da UNO deveu-se, entre outros aspectos, ao fato de a mesma ser considerada, no Brasil, um bem-sucedido modelo não apenas na concessão de crédito às pequenas organizações sem acesso a programas similares, mas também por ter partido do nada e já haver sido incluída

em três projetos do Banco Mundial. Outros aspectos que influenciaram na escolha foram: (i) suas altas taxas de amortização, consideradas pouco comuns (95%); (ii) sua correta administração, com uma constância pouco usual para uma organização que paga salários mais baixos que o setor público; (iii) e seu pioneirismo no Brasil no empréstimo a pequenas firmas sem outra forma de acesso ao crédito e localizadas em áreas ainda desassistidas.

Durante a pesquisa a autora entrevistou 25 pequenas empresas que haviam recebido empréstimo da UNO, além de várias pessoas ligadas direta ou indiretamente àquela organização e pertencentes a áreas distintas de atividades, objetivando com isto tornar a pesquisa a mais completa possível. Ao longo do volume ela faz uma explanação geral sobre o desempenho da UNO e apresenta com detalhes a história da organização (Parte II); discorre objetivamente sobre o programa, sobressaindo-se aí a questão do custo e da amortização (Parte III); mostra, por fim, um perfil dos tomadores de empréstimo, após coletar dados de 500 deles, concluindo, finalmente, que a grande maioria é composta de firmas do setor informal (Parte IV).



PUBLICAÇÕES ESPECIAIS

Esta seção relaciona principalmente textos inéditos e edições de circulação dirigida considerados de difícil acesso. Divide-se em três partes: (i) "Publicações Seriadas", cobrindo cerca de 100 títulos normalmente registrados na Biblioteca do INPES; (ii) "Estudos e Pesquisas", focalizando não só contribuições da área acadêmica, mas uma série de outros trabalhos desenvolvidos no âmbito da articulação de políticas e da formulação do planejamento; e (iii) "Referência", divulgando obras que compilam informações de natureza numérica ou descritiva. A sigla abaixo das citações, nas duas últimas partes, indica a coleção à qual a mesma pertence.

Publicações Seriadas

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO, Washington, D.C.

World Bank. Development Research Department. Discussion paper.

BALASSA, Bela. *Policy experiments in Chile, 1973-83*. — 1983. 37 p. : tab. n. 66.

BALASSA, Bela. *Public finance and social policy : explanation of trends and developments — the case of developing countries*. — 1983. 31 p. n. 65.

BALASSA, Bela & TYSON, Laura. *Adjustment to external shocks in socialist and private market economies*. — 1983. 30 p. : tab. n. 61.

BELL, Clive & SRINIVASAN, T. N. *On the uses and abuses of economy-wide models in development policy analysis*. — 1983. 42 p. n. 55.

CORADO, Cristina & MELO, Jaime de. *An ex-ante model for estimating the impact on trade flows of a country's accession to Customs Union*. 1983. 33 p. : tab. n. 67.

- DRUD, Arne. *CONOPT, a GRG-code for large sparse dynamic nonlinear optimization problems*. — 1983. 74 p. : tab., gráf. n. 59.
- DRUD, Arne; GRAIS, Wafik M.; PYATT, G. *The transaction values approach to the formulation and implementation of economywide equilibrium models*. — 1983. 34 p. : tab. n. 62.
- GINSBURGH, Victor & ROBINSON, Sherman. *Equilibrium and prices in multisector models*. — 1983. 31 p. n. 56.
- GRAIS, Wafik M. *Coping with a decline in energy prices : macroeconomic and income distribution effects in Thailand*. — 1983. 37 p. : tab., gráf. n. 63.
- NEWBERY, David M. & STIGLITZ, Joseph E. *Wage rigidity, implicit contracts, and economic efficiency : are market wages too flexible?* 1983. 40 p. : tab., gráf. n. 53.
- PYATT, Graham. *Commodity balances and national accounts: a SAM perspective*. — 1983. 29 p. : tab. n. 64.
- ROBINSON, Sherman & TYSON, Laura D'Andrea. *Foreign trade, resource allocation, and structural adjustment in Yugoslavia : 1976-80*. -- 1983. 41 p. n. 57. Inclui anexo.
- VIRMANI, Arvind. *The microeconomics of a corrupt tax bureaucracy*. — 1983. 37 f. : gráf. n. 54. Inclui anexo.
- WESTPHAL, Larry E. & CREMER, Jacques. *"The interdependence of investment decisions" revisited*. — 1983. 46 p. : tab. n. 58.
- WIJNBERGEN, Sweder van. *Tariffs, employment and the current account : the role of real wage resistance*. — 1983. 26 p. n. 65.
- WIJNBERGEN, Sweder van. *Taxation of international capital flows, the intertemporal terms of trade and the real price of oil*. — 1983. 18 p. : gráf. n. 60.
- BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO, Washington, D.C.
- World Bank. Staff working papers. Management and development sub-series.*

AGARWALA, Ramgopal. *Price distortions and growth in developing countries*. — 1983. 62 p. : tab. n. 575/2.

FUNDO MONETARIO INTERNACIONAL, Washington, D.C.

FMI. Occasional paper.

GOLDSTEIN, Morris & KHAN, Mohsin S. *Effects of slowdown in industrial countries on growth in non-oil developing countries*. — 1982. 42 p. : tab. n. 12.

UNGERER, Horst. EVANS, Owen; NYBERG, Peter. *The European Monetary System : the experience, 1979-82*. — 1983. 41 p. : tab. n. 19.

HUNGARIAN SCIENTIFIC COUNCIL FOR WORLD ECONOMY,
Budapest.

Trends in world economy.

CSABA, László. *Economic mechanism in the GDR and in Czechoslovakia : a comparative analysis*. — 1983. 140 p. n. 46.

INSTITUTE FOR INTERNATIONAL ECONOMICS, Washington,
D.C.

Policy analyses in international economics.

CLINE, William R. *International debt and the stability of the world economy*. — 1983. 134 f. : tab. n. 4.

INSTITUTE OF SOCIAL STUDIES, The Hague.

ISS Occasional papers.

GALARZA, Fernando Tenjo. *The Neo-Ricardian theory of trade and its critical evaluation*. — 1982. 86 p. n. 96.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÓMICO E SOCIAL. Instituto de Pesquisas, Rio de Janeiro.

PNPE. Série fac-simile.

EKERMAN, Raul José & MAGALHÃES, Uriel de. *Salários médios e salários individuais no setor industrial : um estudo de diferenciação salarial entre firmas e entre indivíduos.* — 1984. 106 p. : tab. n. 14.

SMOLKA, Martim Oscar. *Estruturas intra-urbanas e segregação social no espaço : elementos para uma discussão da cidade na teoria econômica.* — Nov. 1983. 323 p. n. 13.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Instituto de Pesquisas, Rio de Janeiro.

Textos para discussão. Grupo de Energia.

BARROS, Ricardo Paes de. *Consumo de energia para cocção : análise das informações disponíveis.* — 1983. 113 p. : tab., gráf. n. 13.

MARGULIS, Sérgio. *Impactos ambientais decorrentes da produção do carvão mineral : uma abordagem quantificada.* — Dez. 1983. 114 p. : tab. n. 18.

MATA, Milton da. *Consumo de energia no meio rural.* — 1983. 41 p. : tab. n. 14.

PINHEIRO, Armando Manuel da Rocha Castelar. *Sobre a dieselização da frota brasileira de caminhões.* — Dez. 1983. 87 p. : tab., gráf. n. 17.

RAMOS, Lauro Robert Albrecht. *Cenários de demanda de derivados de petróleo.* — Dez. 1983. 88 p. : tab., gráf. n. 16.

RAMOS, Lauro Robert Albrecht. *Xistos oleígenos : natureza, formas de aproveitamento e principais produtos.* — 1983. 55 p. : tab., gráf. n. 12.

INSTITUTO DE PLANEJAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL. Instituto de Pesquisas, Rio de Janeiro.

Textos para discussão interna.

ASSIS, Milton Pereira de. *A crise do setor externo e o ajustamento requerido pelas opções de política econômica.* — Jan. 1984. 37 p. : tab. n. 62.

DAVID, Maria Beatriz de Albuquerque. *O papel atual da fronteira agrícola.* — Fev. 1984. 19 p. : tab. n. 63.

MALAN, Pedro Sampaio & BONELLI, Regis. *Crescimento económico, industrialização e balanço de pagamentos : o Brasil dos anos 70 aos anos 80.* — Nov. 1983. 84 p. : tab., gráf. n. 60.

MALAN, Pedro Sampaio; BRAGA, Helson Cavalcante; BRANCO, Flávio Pinheiro Castelo. *Balança comercial, preços relativos e a relação câmbio/salário no Brasil : 1973/82.* — Set. 1983. 57 p. : tab., gráf. n. 58.

MOREIRA, Ajax Reynaldo Bello. *Variante IV do modelo macroeconómico da economia brasileira.* / Antonio Claudio Sochaczewski, Dionísio Dias Carneiro Netto, Marcelo de Paiva Abreu. — Out. 1983. 34 p. : tab., gráf. n. 59.

REZENDE, Gervásio Castro de. *Estocagem e variação estacional de preços: uma análise da política de crédito de comercialização (EGF).* — Nov. 1983. 63 p. : tab., gráf. n. 61.

SILVA, José Cláudio Ferreira & HORTA, Maria Helena Taunay Taques. *As negociações financeiras internacionais do Brasil pós-FMI.* — Fev. 1984. 34 p. : tab. n. 64.

INTERNATIONAL LABOUR OFFICE, Geneva.

World employment programme research. Working paper.

EDWARDS, Ron; PEARCE, David; SLADEN, Janet. *The effect of oil price increases on the economy of Sudan with special reference to employment and income distribution.* — 1983. 150 p. : tab., gráf. n. 123.

KANEKO, D. & KURIHARA, E. *Technology adaptation in mineral processing : a review of alternative iron and steelmaking technologies* — 1984. 35 p. : tab., gráf. n. 127.

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA, Rio de Janeiro.

PUC-RJ. Texto para discussão.

ABREU, Marcelo de Paiva. *Anglo-Brazilian sterling balances : 1940-1952.* — 1983. 52 f. : tab. n. 56.

- ABREU, Marcelo de Paiva. *Argentina and Brazil during the 1930s : the impact of British and American international economic policies.* — 1983. 31 f. n. 57.
- ABREU, Marcelo de Paiva. *Notas sobre algumas fontes primárias estrangeiras para a história econômica brasileira.* — 1984. 37 f. n. 64.
- ARIDA, Pérsio. *Asfixia cambial e balança comercial.* — 1983. 36 f. : tab., gráf. n. 47.
- ARIDA, Pérsio. *A história do pensamento econômico como teoria e retórica.* — 1983. 30 f. n. 54.
- ARIDA, Pérsio. *Social differentiation and economic theory.* — 1983. 39 f. n. 58.
- ARIDA, Pérsio & BACHA, Edmar Lisboa. *Balanço de pagamentos : uma análise de desequilíbrio para economias semi-industrializadas.* — 1984. 56 f. : gráf. n. 65.
- ARIDA, Pérsio & RESENDE, André Lara. *Recession and the rate of interest : a note on the Brazilian economy in the 1980s.* — 1984. 20 f. : gráf. n. 63.
- CAMARGO, José Márcio. *Salário real e indexação salarial no Brasil : 1969-1981.* — 1983. 32 f. : tab. n. 50.
- CARNEIRO Netto, Dionísio Dias & FRAGA Neto, Arminio. *Política monetária e endogeneidade dos agregados monetários : nota sobre a evidência empírica nos anos 70.* — 1983. 26 f. : tab. n. 53.
- CARNEIRO Netto, Dionísio Dias & MODIANO, Eduardo Marco. *Inflação e controle do déficit público : análise teórica e algumas simulações para a economia brasileira.* — 1983. 29 f. : gráf. n. 55.
- FRENKEL, Roberto. *La dinámica de los precios industriales en la Argentina, 1966-1982 : un estudio econométrico.* — 1983. 72 f. : tab., gráf. n. 51.
- FRITSCH, Winston. *Brazil and the great war, 1914-1918.* — 1984. 54 f. : tab. n. 62.
- LAGO, Luiz Aranha Corrêa do. *Controle quantitativo e seletivo do crédito : aspectos teóricos e a experiência recente do Brasil.* — 1983. 73 f. : tab. n. 60.

LOPES, Francisco Lafaiete de Pádua. *Política salarial e a dinâmica do salário nominal: notas preliminares*. — 1983. 38 f. : tab. n. 59.

LOPES, Francisco Lafaiete de Pádua. *Política salarial, inflação e salário real : um exercício de simulação*. — 1984. 80 f. : tab. n. 61.

MODIANO, Eduardo Marco. *Consequências macroeconômicas da restrição externa de 1983 : simulações com um modelo econométrico para a economia brasileira*. — 1983. 25 f. : tab. n. 49.

WERNECK, Rogério Ladeira Furquim. *A multisectoral analysis of the structural adjustment of the Brazilian economy in the 1980s*. — 1983. 32 f. : tab. n. 48.

PRINCETON UNIVERSITY, Princeton.

Essays in international finance.

DUNN Junior, Robert M. *The many disappointments of flexible exchange rates*. — 1983. 36 p. : tab. n. 154.

LA TROBE UNIVERSITY, Melbourne.

La Trobe University. Economics discussion paper.

ANDERSON, J. L. & JONES, E. L. *Natural disasters and the historical response*. — 1983. 31 p. n. 3/83.

BONNELL, Sheila. *Modelling the effects of changes in junior wage rates on teenage employment : how far can we go with available data?* — 1983. 27 p. : tab. n. 5/83.

DAVIDSON, F. G. *Credentialism and socialization : the economics of education today*. — 1983. 26 p. n. 6/83.

HAZARI, Bharat R. *International trade theory in a two country general equilibrium model with traded intermediate goods*. — 1983. 26 f. : tab., gráf. n. 2/83.

THOMAS, K. D. *A critique of the Brazilian economic crisis in perspective*. — 1983. 37 f. : 4 tab. n. 4/83.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília, D.F.

UnB/Departamento de Economia. Notas para discussão.

CAMPOS, Lauro A. da Silva. *A grandeza das pinturas e a dimensão dos quadros : Marx e Keynes.* — 1983. 13 f. n. 24.

MUELLER, Charles Curt. *Os grandes empreendimentos agropecuários incentivados na Amazônia : concepções e realidade.* — 1983. 18 f. n. 26.

MUELLER, Charles Curt. *Modernização agrícola, preços relativos e desemprego rural : um exame crítico de abordagens neoclássicas.* — 1983. 17 f. n. 23.

MUNHOZ, Dércio Garcia. *Desestatização : o "boi de piranha".* — 1983. 16 f. : tab. n. 20.

TEIXEIRA, Joânílio Rodolpho. *Em memória de Joan Robinson : a grande dama da economia.* — 1983. 8 f. n. 22.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA, Brasília, D.F.

UnB/Departamento de Economia. Texto para discussão.

CAMPOS, Lauro A. da Silva. *Uma crise e vários diagnósticos : o caos brasileiro.* — 1982. 61 f. n. 96.

CAMPOS, Lauro A. da Silva. *Uma apresentação da economia política do não.* — 1983. 48 f. n. 111.

CASTRO, Steve de. *Optimal control of an open, competitive, labour-managed economy.* — 1983. 14 f. : tab. n. 109.

LERDA, Juan Carlos. *Anotações sobre mark-up, na teoria convencional da firma.* — 1983. 27 f. : tab., gráf. n. 113.

LERDA, Juan Carlos. *As depreciações como fonte de poupança na economia brasileira : 1970-80.* — 1983. 24 f. : tab., gráf. n. 115.

LERDA, Juan Carlos. *Estimativas da tendência do coeficiente médio capital/produto : Brasil 1970/80.* — 1983. 25 f. : tab., gráf. n. 114.

- LERDA, Juan Carlos. *Urbanización, alimentación y nutrición en Brasil : las restricciones del sector externo*. — 1983. 47 f. : tab. n. 99.
- MUELLER, Charles C. *Gênese de estratégia agrícola no Brasil : uma interpretação*. — 1983. 30 f. n. 104.
- MUNHOZ, Dércio Garcia. *Dívida externa : o inevitável confronto*. — 1983. 38 f. : tab. n. 108.
- MUNHOZ, Dércio Garcia. *O programa de estabilização e a política salarial*. — 1983. 24 f. : tab. n. 107.
- NEVES, Renato Baumann. *Estabilidade de receita de exportações : a experiência brasileira recente*. — 1983. 25 f. : tab. n. 100.
- NEVES, Renato Baumann. *Exportações industriais e sua importância para a formação da poupança e do fluxo de renda internos*. — 1983. 57 f. : tab. n. 103.
- NEVES, Renato Baumann. *Participação do capital estrangeiro na exportação de manufaturas : algumas considerações gerais*. — 1983. 42 f. : tab. n. 105.
- OLIVEIRA, João do Carmo de. *Resource transfers from agriculture in Brazil*. — 1983. 92 f. : tab., gráf. n. 98.
- TEIXEIRA, Joanílio Rodolpho. *Algumas relações matemáticas entre modelos de planejamento de inspiração marxista e keynesiana*. — 1983. 45 f. n. 112.
- TEIXEIRA, Joanílio Rodolpho & CARDOSO Jr., Nerione Nunes. *Fundamentos do processo de rápida industrialização da URSS na década de trinta*. — 1983. 31 f. : tab. n. 110.
- VERSIANI, Flávio Rabelo. *Before the depression : Brazilian industry in the 1920s*. — 1983. 41 f. n. 101.
- VERSIANI, Flávio Rabelo. *Um novo índice da produção industrial para a década de 1920*. — 1983. 20 f. : tab. n. 102.
- WRIGHT, Charles Leslie. *Avaliação e planejamento do transporte urbano de passageiros : uma abordagem de características*. — 1983. 24 f. : tab. n. 106.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS, Campinas.

Cadernos IFCH-UNICAMP.

ALIMONDA, Héctor. *Estruturas políticas e economia exportadora na Argentina e no Brasil (até 1930)*. — 1983. 41 p. n. 9.

LUNA, Francisco Vidal & CANO, Wilson. *Economia escravista em Minas Gerais*. — 1983. 45 p. : tab. n. 10.

ORLANDI, Luiz B. L. *Falares de malquerença : a propósito de "pesquisa", "verticalidade" e "realidade profunda"*. — 1983. paginação irregular. n. 8.

PEDROSO, Helenrose Aparecida da Silva & SOUZA, Heder Cláudio Augusto de. *Absurdo da realidade : o movimento punk*. — 1983. 49 p. n. 6.

SZMRECSÁNYI, Tamás. *Análises de economia agrícola e da questão fundiária*. — 1983. 92 p. : tab. n. 7.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, Belo Horizonte.

CEDEPLAR. Texto para discussão.

LEMOS, Maurício Borges. *Urbanização, terciarização e espaço*. — 1982. 55 p. n. 12.

PALHANO, Maria Regina Nabuco. *Agricultura, Estado e desenvolvimento regional em Minas Gerais : 1950/1980*. — 1982. 57 p. : tab. n. 13.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO. Curso de Mestrado em Economia — CME/PIMES, Recife.

PIMES. Texto para discussão.

DIAS, Adriano Batista. *O impacto da crise energética na evolução tecnológica e seus reflexos nas economias periféricas*. — 1982. 21 f. n. 128.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ, Belém.

Série seminários e debates.

HÉBETTE, Jean & ACEVEDO, Rosa E. *O Estado e a reprodução social : Ariquemes-Rondônia*. — 1982. 73 p. : tab. n. 9. Título do Texto em debate "Estado e reprodução da estrutura social na fronteira: Ariquemes em Rondônia".

MOUGEOT, Luc J. A. *Ascensão sócio-econômica e retenção migratória na fronteira*. — 1982. 72 p. : tab. n. 8. Título do texto em debate: "Ascensão sócio-econômica e retenção migratória durante o desenvolvimento da fronteira na região Norte do Brasil".

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO. Instituto de Economia Industrial, Rio de Janeiro.

UFRJ/IEI. *Texto para discussão*.

BOUZAS, Roberto. *La administración Reagan y la economía norteamericana : perspectivas para el futuro próximo*. — 1983. 23 p. : tab. n. 36.

CASTRO, Antonio Barros de. *A viabilidade da moratória unilateral*. — 1983. 14 p. : tab. n. 33.

ERBER, Fabio Stefano. *A intervenção do Estado e o desenvolvimento tecnológico : o padrão dos países capitalistas centrais*. — 1983. 22 p. : tab. n. 31.

ERBER, Fabio Stefano. *Technological dependence and learning revisited*. — 1983. 40 p. n. 34.

LESSA, Carlos & FIORI, José Luís. *Relendo a política econômica : as falácias do nacionalismo popular do segundo Vargas*. — 1983. 50 p. n. 30.

PENA, Maria Valéria Junho. *A condução do decreto-lei n.º 2.012 : a política do embuste*. — 1983. 24 p. n. 28.

SABOIA, João Luiz Maurity. *O salário mínimo e a taxa de salários na economia brasileira : novas evidências*. — 1983. 52 p. : tab. n. 26.

TAUILE, José Ricardo. *A difusão de máquinas-ferramenta com controle numérico no Brasil*. — 1983. 26 p. : tab. n. 38.

TAUILE, José Ricardo. *Máquinas-ferramenta com controle numérico (MFCN) e seus efeitos sobre a organização da produção : o caso brasileiro*. — 1983. 31 p. n. 35.

TOLIPAN, Ricardo. *Brevíssimas considerações sobre o método de Marx*. — 1983. 9 p. n. 32.

TORRES Filho, Ernane Teixeira. *O mito do sucesso : uma análise da economia japonesa no pós-guerra (1945-1973)*. — 1983. 163 p. : tab. n. 37.

ZONINSEIN, Jonas. *Capital financeiro, demanda efetiva e causas da crise*. — 1984. 25 p. n. 46.

ZONINSEIN, Jonas & TEIXEIRA, Aloisio. *Joint Ventures (JV) na industrialização brasileira : notas para o estudo das formas de capital*. — 1983. 34 p. : tab. n. 29.

UNIVERSITAIRE FACULTEITEN ST. IGNATIUS, Antwerpen.

Centre for development studies. Paper.

ANDERSEN-SPEEKENBRINK, C. *Some guidelines for a better policy for development cooperation*. — 1983. 40 f. : tab. n. 83/67.

BASTIAENSEN, J. *Basic needs theories and theories of need*. — 1983. 58 f. n. 83/68.

BOSSAERTS, Peter. *Debt rescheduling from an intertemporal choice theoretic point of view*. — 1983. 21 f. : tab. n. 83/72.

PLASSCHAERT, S. R. F. *Transfer pricing problems and economic strategies in developing countries*. — 1983. 37 f. n. 83/73.

RENARD, Robrecht. *Rural-to-urban migration and the shadow wage in LDCs*. — 1983. 18 f. n. 83/66.

THARAKAN, P. K. Mathew. *Areas for further research on intra-industry trade*. — 1983. 8 f. n. 83/69.

YALE UNIVERSITY, New Haven.

Center Paper.

KATSELI-PAPAEFSTRATIOU, Louka T. *Exchange rates and food in the European Community*. — 1983. n. 332. Separata de: *European Economic Review*, Amsterdam, 20:319-32, 1983.

PATRICK, Hugh & SATO, Hideo. *The political economy of United States-Japan trade in steel*. — 1983. n. 333. Separata de: *POLICY and trade issues of the Japanese economy: American and Japanese perspectives*. — S. 1. : University of Washington Press, 1982. p. 197-238.

SCHULTZ, T. Paul. *A review of Caldwell's theory of fertility decline*. — 1983. n. 335. Separata de: *Population and Development Review*, New York, 9(1):161-68, March 1983.

Estudos e Pesquisas

ASSESSORES TÉCNICOS LTDA., Rio de Janeiro. *Avaliação social de projetos do Programa Nacional do Alcool*. — Brasília : Comissão Executiva Nacional do Alcool, 1983. p. irreg. : tab. INPES

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO, Washington. *Emerging energy and chemical applications of methanol : opportunities for developing countries*. — Washington, D.C., 1982. 73 f. : tab., gráf. INPES

BARBOSA, Milton & FRANCO, Otávio. *Regulamentação e salário mínimo profissional : uma visão não corporativista*. — Brasília : Inst. de Planejamento do IPEA, dez. 1982. 26 f. : tab., gráf. Inclui anexo. INPES

BRASIL. Conselho de Desenvolvimento Industrial. *A indústria de bebidas, 1980/81*. — Brasília, 1983. 430 p. : tab. — (Análise dos setores industriais : estrutura, desempenho, problemas). INPES

- BRASIL. Conselho de Desenvolvimento Industrial. *A indústria de produtos minerais não-metálicos, 1980/81*. — Brasília, 1983. 460 p. : tab. — (Análise dos setores industriais : estrutura, desempenho, problemas). INPES
- BRASIL. Conselho de Desenvolvimento Industrial. *A indústria de vestuário e artefatos de tecidos, 1980/81*. — Brasília, 1983. 237 p. : tab. — (Análise dos setores industriais : estrutura, desempenho, problemas). INPES
- BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. *Previsão de produção de demanda de carvão energético nacional*. — Brasília, 1982. 30 f. : tab. INPES
- BRASIL. Secretaria de Tecnologia Industrial. *Avaliação do Programa Nacional do Alcool, 1981/1982*. — Brasília, 1983. 2 v. : tab., gráf. INPES
- CARLSSON, Jerker. *The Brazilian penetration of Nigeria through trade : a case of South-South relations, 1965-1979*. — S. 1. : University of Gothenburg, 1982? 51 p. : tab., gráf. INPES
- CARVALHO, Carlos Augusto Dias de. *Encaixe dos bancos comerciais e estrutura de seus depósitos : uma análise diferenciada*. — Rio de Janeiro, 1983. 147 f. : tab., gráf. — Tese (M) Escola de Pós-Graduação em Economia/Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. INPES
- CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, Rio de Janeiro. *A resposta das fontes energéticas nacionais a um eventual corte nas importações de petróleo*. — Rio de Janeiro, 1983. 41 p. : tab. INPES
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO, Brasília. *Avaliação & perspectivas*. — Brasília, 1982. 8 v. : 2 anexos. — Conteúdo: v. 1 Sinopse; v. 2 Ciências exatas e da terra; v. 3 Ciências biológicas; v. 4 Engenharias; v. 5 Ciências agrárias; v. 6 Ciências da saúde; v. 7 Ciências humanas e sociais; v. 8 Ciências sociais e aplicadas. INPES
- CONSELHO NACIONAL DE DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO. *GNPq: atividades de fomento, 1981*. — Brasília, D.F., 1982. 503 p. 3 v. — Conteúdo: v. 1 Auxílios para a pesquisa; v. 2 Bolsas de formação e de pesquisa; v. 3 Programas institucionais, regionais e setoriais. Cooperação internacional. IPLAN

- COSTA, Oziel Almeida. *Política de fixação de preços dos derivados de petróleo e do álcool*. — São Paulo : Sociedade de Produtores de Açúcar e de Alcool, 1983. 11 p. INPES
- DIAS, Adriano Batista. *Crise energética e a perspectiva de aumento da dependência tecnológica*. — Recife : Univ. Federal de Pernambuco, 1983. 24 f. INPES
- ELETROBRÁS, Rio de Janeiro. *Fontes e usos de recursos: retrospectiva 1973/82*. — Rio de Janeiro, 1983. 34 f. : tab. INPES
- ELETROBRÁS, Rio de Janeiro. *Plan 2000 : plan to supply electric energy requirements up to the year 2000*. — Rio de Janeiro, 1982. 49 p. : il. INPES
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, Brasília. *Avaliação técnica e econômica do funcionamento de microdestilarias*. — Brasília, 1983. 39 p. : tab. INPES
- EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA, Brasília. *Projeto — programa de mobilização energética 1982*. — Brasília, 1982. 147 f. : tab. INPES
- FEUERSCHUETTE, Irmoto José. *O carvão nacional como matéria-prima para a indústria química*. — S. l. : Indústria Carboquímica Catarinense S/A, 1983. 13 f. Inclui anexo. INPES
- FINEP, Rio de Janeiro. *A conjuntura de combustíveis sólidos no Brasil*. — Rio de Janeiro, 1983. 2 v. ' il. INPES
- FINEP, Rio de Janeiro. *Parâmetros técnicos e econômicos do setor carvão no Brasil : subsídios para avaliação tecnológica de programas e projetos*. — Rio de Janeiro, 1982-83. 28 v. : il. INPES
- GOLDEMBERG, José. *Economia de energia no setor agroindustrial*. — São Paulo : Companhia de Promoção de Pesquisa Científica e Tecnológica do Estado de São Paulo-PROMOCET, 1983. 33 p. : il. INPES
- GUANZIROLI, Carlos Enrique. *Contribuição à reflexão sobre o processo de produção de um espaço regional : o caso de Angra dos Reis*. — Rio de Janeiro, 1983. 331 f. : il. — Tese (M) Univ. Federal do Rio de Janeiro. Convênio IPEA/PNPE. INPES

- INSTITUTO DE ESTUDOS POLITICOS E SOCIAIS, Rio de Janeiro.
Projeto Pro-Rio : problemas e potencialidades do Estado do Rio de Janeiro, relatório geral. — Rio de Janeiro, 1983. 8 v. : il. FGV
- INTERNACIONAL DE ENGENHARIA S.A., Rio de Janeiro. *Preservação do meio ambiente : relatório conceitual.* — Rio de Janeiro, 1983. 4 v. INPES
- LAGO, Pedro Aranha Corrêa do. *A SUMOC como embrião do Banco Central : sua influência na condução da política econômica, 1945-1965.* — Rio de Janeiro, 1982. 226 f. : tab. — Tese (M) Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. INPES
- LINDOSO, Felipe José. *O campesinato e o mercado : circuitos comerciais e reprodução camponesa.* — Rio de Janeiro : Museu Nacional, 1983. 179 f. : tab. — Tese (M) Univ. Federal do Rio de Janeiro. Convênio IPEA/PNPE. INPES
- LOPES, Mauro de Rezende. *Formação e estabilização dos preços agrícolas, a especulação nos mercados agrícolas e formação da renda do produtor : um estudo dos empréstimos de comercialização.* — Brasília : Companhia de Financiamento da Produção, 1983. 3 v. : tab., gráf. Versão preliminar. INPES
- MALAN, Anna Lúcia Sampaio & ALVES, Kátia Girard Fabiano. *Análise do debate em torno à política salarial.* — Rio de Janeiro : Instituto Euvaldo Lodi, 1983. 65 p. INPES
- MALAN, Pedro Sampaio. *Recessão e renegociação.* — Rio de Janeiro : Pontifícia Univ. Católica, 1983. 11 f. INPES
- MARTONE, Celso Luiz. *O problema da dívida externa e as alternativas de solução.* — São Paulo : Instituto de Pesquisas Econômicas da Univ. de São Paulo, 1983. 19 f. : tab. INPES
- MICHEL, Richard C.; STOREY, James R.; ZEDLEWSKI, Sheila R. *Saving social security : the short-and-long-run effects of the 1983 amendments.* — Washington, D.C. : The Urban Institute, 1983. 87 f. : tab. INPES

- MODENESI, Rui Lyrio. *Política econômica em 1981 e 1982*. — Rio de Janeiro : Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, 1982. 56 f. : tab. INPES
- PECHMAN, Clarice. *O mercado paralelo de dólares no Brasil*. — Rio de Janeiro, 1983. 2 v. : tab., gráf. — Tese (D) Escola de Pós-Graduação em Economia/Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas. INPES
- PINHEIRO, Maria de Lourdes Ferreira Castelar. *A avaliação social de projetos no âmbito dos bancos de desenvolvimento*. — Rio de Janeiro, 1983. 244 f. : tab. — Bibliografia : p. 235-44. — Tese (M) Univ. Federal do Rio de Janeiro. INPES
- POSSAS, Mario Luiz. *Dinâmica e ciclo econômico em oligopólio*. — Campinas, 1983. 4 v. — Tese (D) Univ. Estadual de Campinas. INPES
- PRADO, Dora Pires do. *Da colônia à vila*. — Rio de Janeiro : Museu Nacional, 1983. 201 f. : il. — Tese (M) Univ. Federal do Rio de Janeiro. INPES
- RESENDE, Marcelo de Moura Lara. *Energy prices and the post oil : energy crisis Brazilian inflation : an input-output study*. — New Haven, 1982. 412 f. : tab., gráf. — Tese (Ph.D) Yale University. INPES
- RODRIGUES, Adriano José Pires. *A política de preços dos derivados de petróleo no Brasil*. — Rio de Janeiro, 1983. 107 f. : tab. — Tese (M) Univ. Federal do Rio de Janeiro. INPES
- RODRIGUES, Adriano Pires. *A política de preços dos derivados de petróleo 1973-1983*. — Rio de Janeiro : Univ. Federal do Rio de Janeiro, 1983. 22 f. : tab. INPES
- RODRIGUES, Adriano José Pires; ROSA, Luiz Pinguelli; AROUCA, Maurício Cardoso. *Contribuição à polêmica sobre o GLP: uma crítica à política de elevação de preço*. — Rio de Janeiro : Univ. Federal do Rio de Janeiro, 1982. 21 f. : tab. INPES
- SANT'ANA, André Santos. *O sucesso da crise na região de Campos*. — Rio de Janeiro, 1983. 295 f. : tab. — Tese (M) Univ. Federal do Rio de Janeiro. INPES

- SANTIAGO, Ricardo Luís. *Política de preços do álcool carburante e dos derivados de petróleo*. — Brasília : Inst. de Planejamento do IPEA, out. 1983. 88 p. : tab., gráf. Palestra proferida no Simpósio Nacional sobre Alcool Combustível, Brasília, 1983. INPES
- SOARES, Valcir dos Reis. *Energia na indústria do ferro e aço*. — Rio de Janeiro, 1983. 100 f. : tab. — Tese (M) Univ. Federal do Rio de Janeiro. INPES
- SONDOTÉCNICA ENGENHARIA DE SOLOS S.A., Rio de Janeiro. *Estudo preliminar da viabilidade de implantação de um sistema eletrificado de transporte na Via Anchieta, entre São Paulo e Santos*. — Rio de Janeiro, 1983. 27 f. : tab. INPES
- SONDOTÉCNICA ENGENHARIA DE SOLOS S.A., Rio de Janeiro. *Estudo preliminar da viabilidade de implantação de um sistema eletrificado de transporte na Via Anhanguera, entre São Paulo e Campinas*. — Rio de Janeiro, 1983. 38 f. : il. INPES
- STOCK, Lorildo Aldo. *Demanda, experiência e difusão de insumos agrícolas modernos no Brasil*. — Viçosa, 1983. 80 f. : gráf. — Tese (M) Univ. Federal de Viçosa. INPES
- completa e atualizada / Carlos Silva (org.)*. — Rio de Janeiro : Maio do café, soja e boi gordo na Bolsa de Mercadorias de São Paulo. — São Paulo, 1983. 123 f. : tab., gráf. — Tese (M) Univ. de São Paulo. INPES

Referência

- ASSOCIAÇÃO NACIONAL DAS EMPRESAS DE TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DE CARGA. *Transporte rodoviário de cargas : tabela de tarifas*. — São Paulo, 1983. 10 p. : tab. INPES
- BANCO DO BRASIL, Rio de Janeiro. CACEX. *Manual do exportador 83/84*. — Rio de Janeiro, 1983. 223 p. : tab. INPES
- BANCO DO BRASIL, Rio de Janeiro. CACEX. *Séries estatísticas*, 1981. — Rio de Janeiro, 1982. 858 p. INPES

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO, Washington. *The World Bank research program : abstracts of current studies, 1983*. — Washington, D.C., 1983. 270 p.

INPES

BRASIL. Coordenação do Sistema de Informações Econômico-Fiscais. *Anuário econômico-fiscal*, v. 13, 1982. — Brasília, 1983. 408 p.

INPES

BRASIL. Coordenação do Sistema de Informações Econômico-Fiscais. *Imposto de renda pessoa física*, v. 4, 1982. — Brasília, 1983. 510 p.

INPES

BRASIL. Inst. de Resseguros do Brasil. *Classificação das seguradoras por prêmios arrecadados : exercício de 1982*. — Rio de Janeiro, 1983. 80 p. : tab.

INPES

BRASIL. Leis, decretos, etc. *Imposto sobre serviços de transportes intermunicipais e interestaduais de passageiros e cargas — ISTR : legislação completa e atualizada* / Carlos Silva (org.). — Rio de Janeiro : Maio Gráf. Ed., 1983. 148 p.

INPES

BRASIL. Leis, decretos, etc. *Orçamento da União; exercício financeiro de 1984 : lei n.º 7.155*. — Brasília, 1983. 3 v. Anexos: Quadros de detalhamento da despesa; Síntese descritiva.

INPES

BRASIL. Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Secretaria de Controle de Empresas Estatais. *Cadastro das empresas estatais, 1983*. — Brasília, 1983. 767 p. Atualizado em setembro de 1983.

INPES

BRASIL. Secretaria de Tecnologia Industrial. *Biogás : guia de informações e bibliografia básica*, v. 1. — Brasília, 1983. 392 p. — (Série documentos ; 12). Título e texto também em inglês e francês.

INPES

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA, Rio de Janeiro. *Política salarial e salários no Brasil de 1964 a 1983 : guia bibliográfico*. — Rio de Janeiro, 1983. 2 v.

INPES

FMI, Washington. *IMF glossary : English-French-Spanish*. — Washington, D.C., 1982. 292 p.

INPES

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR, Rio de Janeiro. *Ajustamento sazonal de séries históricas dos principais itens das pautas de exportação e importação brasileiras : v. 1 Valor FOB; v. 2 Quantidade*. — Rio de Janeiro, 1984. 2 v. : tab.

INPES

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, Rio de Janeiro. Centro de Estudos Agrícolas. *Preços médios do boi gordo para corte e da lã : 1.º semestre de 1983*. — Rio de Janeiro, 1983. 12 p. : tab. INPES

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, Rio de Janeiro. Centro de Estudos Agrícolas. *Preços pagos pelos agricultores : médias anuais 1981/1982, médias mensais 1982*. — Rio de Janeiro, 1983. 126 p. : tab. INPES

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, Rio de Janeiro. Centro de Estudos Agrícolas. *Preços recebidos pelos agricultores : médias anuais 1981/1982 : médias mensais 1982*. — Rio de Janeiro, 1983. 111 p. : tab. INPES

INSTITUTO BRASILEIRO DE ECONOMIA, Rio de Janeiro. Centro de Estudos Agrícolas. *Retrospectiva da agropecuária : 1.º semestre de 1983*. — Rio de Janeiro, 1983. 13 p. : il. INPES

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. *Censo agropecuário* : Piauí, 523 p.; Paraná, 2 v.; Distrito Federal, 158 p.; Espírito Santo, 407 p.; Rondônia, 191 p.; Amapá, 358 p.; Ceará, 2 v.; Maranhão, 554 p.; Acre, 198 p.; Alagoas, 419 p.; Amazonas, 357 p.; Mato Grosso, 403 p.; Mato Grosso do Sul, 460 p.; Pará, 534 p.; Rio de Janeiro, 476 p.; Santa Catarina, 2 v.; Sergipe, 379 p. — Rio de Janeiro, 1983. — (Recenseamento geral do Brasil ; 9. 1980). Publicações separadas, com paginação própria. INPES

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. *Censo demográfico, t. 3 dados distritais* : Bahia, 433 p.; Pará, 133 p. — Rio de Janeiro, 1983. — (Recenseamento geral do Brasil ; 9. 1980) Publicações separadas, com paginação própria. INPES

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. *Censo demográfico, t. 4 dados gerais, migração, instrução, fecundidade, mortalidade* : Bahia, 497 p.; Pará, 275 p. — Rio de Janeiro, 1983. — (Recenseamento geral do Brasil ; 9. 1980). Publicações separadas, com paginação própria. INPES

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. *Censo demográfico, t. 5 mão-de-obra* : Acre, 234 p.; Bahia, 319 p.; Ceará, 262 p.; Distrito Federal, 234 p.; Mato Grosso do Sul, 243 p.; Minas Gerais, 388 p.; Pará, 262 p.; Paraná, 300 p.; Piauí,

262 p.; Rio Grande do Norte, 262 p.; Rondônia, 234 p.; Roraima-Amapá, 468 p.; Sergipe, 262 p. — Rio de Janeiro, 1983. — (Recenseamento geral do Brasil ; 9. 1980). Publicações separadas, com paginação própria. INPES

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. *Censo demográfico, t. 6 famílias e domicílios* ; Roraima-Amapá, 176 p.; Pará, 125 p.; Mato Grosso do Sul, 98 p.; Mato Grosso, 98 p.; Acre, 90 p.; Brasil, 98 p.; Amazonas, 98 p.; Maranhão, 125 p.; Minas Gerais, 291 p.; Rio de Janeiro, 125 p.; Rio Grande do Norte, 125 p.; Santa Catarina, 150 p.; Rondônia, 88 p.; São Paulo, 264 p.; Sergipe, 120 p.; Alagoas, 125 p.; Bahia, 197 p.; Ceará, 125 p.; Distrito Federal, 88 p.; Espírito Santo, 98 p.; Goiás, 150 p.; Paraíba, 145 p.; Paraná, 177 p.; Pernambuco, 150 p.; Piauí, 125 p.; Rio Grande do Sul, 150 p. — Rio de Janeiro, 1983. — (Recenseamento geral do Brasil ; 9. 1980). Publicações separadas, com paginação própria. INPES

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. *Pesquisa industrial, produção física, v. 7, 1979 : t. 6 Brasil*. — Rio de Janeiro, 1983. 574 p. INPES

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, Rio de Janeiro. *Pesquisa nacional por amostra de domicílios, v. 6, 1982* : t. 1 Brasil e grandes regiões; t. 2 Regiões metropolitanas [de] Belém, Fortaleza, Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo, Curitiba, Porto Alegre; t. 3 Rio de Janeiro; t. 4 São Paulo; t. 5 Distrito Federal; t. 6 Ceará; t. 7 Pernambuco; t. 8 Bahia; t. 9 Minas Gerais. — Rio de Janeiro, 1982. 9 publicações distintas, com paginação própria. INPES



PESQUISAS ECONÔMICAS *

Esta seção divulga as informações obtidas numa enquête informal, realizada a intervalos bienais, sobre pesquisas econômicas concluídas e em andamento nas instituições acadêmicas brasileiras, em especial as vinculadas à ANPEC, com o objetivo de contribuir para aumentar o intercâmbio entre economistas de interesses afins, nos diversos pontos do País. Aos profissionais da área interessados em divulgar seus trabalhos, pedimos que escrevam para Literatura Econômica — Cadastro de Pesquisas — CP 2.672, 20.001 — Rio de Janeiro, RJ. Esta seção é organizada por Fernanda Machado Pinto, cabendo a classificação de assunto a Geni Chaves Fernandes e a coleta de dados a Gilberto V. de Carvalho.

Índices das Pesquisas Concluídas e em Andamento, por Assunto **

000 ECONOMIA GERAL; TEORIA; HISTÓRIA; SISTEMAS

010 *Economia Geral*

Ver também: 428

AGAREZ, Isis Carneiro (INPES/IPEA). *Acompanhamento das estatísticas do PNPE : bolsas de teses.* — Término previsto: agosto de 1984.

* Neste número, *Literatura Econômica* prossegue na divulgação do levantamento concernente ao biênio 1982/83, concluído no segundo trimestre de 1984. Os trabalhos estão agrupados por assunto — segundo o sistema de classificação para livros utilizado pelo *Journal of Economic Literature* — e ordenados alfabeticamente por autor. As siglas entre parênteses, logo após o nome dos autores, indicam as instituições onde os mesmos estão vinculados. Uma listagem decodificada dessas siglas encontra-se no final da seção. Os resumos que porventura aparecem nos trabalhos não publicados foram redigidos pelos próprios autores.

** As referências bibliográficas foram copiadas das fichas de coleta, corrigindo e completando-se os dados quando necessário e possível.

Resumo: acompanhamento e análise das informações sobre o financiamento concedido a teses de mestrado e doutorado em economia no Brasil pelo PNPE. Concluída a coleta de dados e preparando o relatório final. 233

AGAREZ, Isis Carneiro (INPES/IPEA). *A memória da ANPEC : uma tentativa de restauração e preservação dos seus primeiros onze anos, 1973/84*. — Término previsto: julho de 1985.

Resumo: como estágio inicial, a pesquisa tenta restaurar uma parte substancial da memória da ANPEC através de um levantamento (inclusive de campo) de todas as teses já produzidas nos 12 Centros que atualmente a compõem. Em etapa posterior, pretende-se tentar identificar, junto a cada um dos Centros, a listagem nominal exaustiva dos candidatos matriculados a cada ano letivo e o destino (trajetória discente) de cada um enquanto aluno daquele Centro (créditos concluídos ou não, estágio de tese, abandono, etc.), inclusive quanto a bolsas (agências e períodos de cobertura). Com base nos dados levantados, inclusive junto a agências (CAPES, CNPq, etc.), pretende-se elaborar um documento para referência da ANPEC, dos próprios Centros e da CAPES, como preservação de parte da memória da pós-graduação em economia no País. 234

AURELIANO, Liana Maria (DEPE/UNICAMP). *Informática e sociedade*. — Término previsto: dezembro de 1984.

Resumo: estudo dos impactos da informática sobre os processos de trabalho. 235

BIANCHI, Ana Maria (FIPE/USP). *Reflexões sobre a ciência econômica e sua crise de identidade*. — Concluído em agosto de 1983.

Resumo: a tese central do artigo é que a ciência econômica vive uma profunda crise de identidade, em que o paradigma em vigor subsiste por falta de um substituto que dê conta das anomalias e insatisfações decorrentes do estado de coisa. 236

———. *A sociologia no Brasil : história e situação atual*. / Co-autores: Januário Megale, Carmen Maradei e Telma Venturini ; Oracy Nogueira (coord.) — São Paulo : Convênio FIPE/FINEP, 1982. Edição de circulação restrita. 237

GARLOW, David C. (IEPE/UFRGS). *Economia* / Co-autores : Paul Wonnacott *et alii.* — São Paulo : McGraw-Hill, 1982. 699 p. : cap. 1-6.

238

020 Teoria Geral da Economia

Ver também: 402

BARBOSA, Fernando de Holanda (EPGE/FGV). *Microeconomia : teoria, modelos econométricos e aplicação à economia brasileira.* — Concluído em agosto de 1983.

Resumo: este livro tem o objetivo de ajudar a disseminar, de um ponto de vista prático, a posição metodológica de que a teoria é uma ferramenta de análise, cujas proposições devem ser submetidas ao veredito dos dados. O livro se preocupa em destacar aquelas proposições teóricas que podem ser potencialmente refutadas através de observação empírica. A maioria destas proposições resulta no exercício de estática comparativa, daí a ênfase que se encontra ao longo do texto, com o estudo das respostas das variáveis endógenas com relação às mudanças das variáveis exógenas de cada modelo. O livro procura mostrar como as proposições da teoria econômica podem ser submetidas ao veredito dos dados através da formulação de modelos econométricos, cuja especificação é fundamentada na teoria econômica e nos métodos estatísticos.

239

FARIA, Luiz Augusto Estrella (FEE — Fund. de Econ. e Estatística). Sobre o conceito de valor agregado : uma interpretação. *Ensaios FEE*, Porto Alegre. 3 (2) 83.

240

LERDA, Juan Carlos (ECO/UnB). *Anotações sobre mark-up na teoria convencional da firma.* — Brasília : Dept. de Economia da UnB, nov. 1983. — (Texto para discussão ; 113).

Resumo: partindo do modelo convencional da teoria da firma maximizadora de lucros, no curto prazo: (a) identifica a noção de *mark-up* ótimo ou implícito nela embutida; (b) reconstrói alguns resultados convencionais de dita teoria com base na noção de *mark-up*; e (c) analisa três hipóteses de variação do *mark-up* ao longo do ciclo e conclui em favor da variação contracíclica.

241

———. *Poupança e investimento*. / Co-autor: Joaquim Pinto de Andrade. — Brasília : Ministério da Indústria e do Comércio, 1982. 17 p.
242

MALDONADO Filho, Eduardo Augusto de Lima (FEE. Fund. de Econ. e Estatística). *Competition and differentials of profit rates : theoretical considerations and empirical evidence in the Brazilian manufacturing industry*. — Término previsto: dezembro de 1984. — Tese (DO) Orientador: Willi Semmler.

Resumo: o objetivo desta pesquisa é o de examinar duas importantes críticas à teoria do valor e da concorrência de Marx. Por um lado, é geralmente aceito que o célebre "problema da transformação" demonstraria a inconsistência entre a teoria do valor trabalho com o sistema de preços da produção. Demonstraremos que esta inconsistência desaparece se levarmos em conta o fenômeno da liberação e/ou absorção adicional de capital produtivo. Por outro lado, também discutiremos a validade da teoria do oligopólio, ou seja, de que existe uma diferença significativa entre as taxas de rentabilidade dos setores oligopólicos e competitivos, para explicar a dinâmica concorrencial do capitalismo, a partir de dados empíricos da economia brasileira.
243

———. Liberação e absorção de capital e a transformação do valor das mercadorias em preços de produção. *Ensaios FEE*, Porto Alegre, 2 (2) 82.
244

TEIXEIRA, Joanílio Rodolpho (ECO/UnB). Algumas relações lógico-matemáticas entre Marx, Keynes e Kalecki. *R. de Econometria*, Brasília, 2 (1) :29-52, abr. 1982.
245

———. Algumas relações matemáticas entre modelos de planejamento de inspiração marxista e keynesiana. In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA. (5. : 1983 : Belém). *Anais ...* — São Paulo : Sociedade Bras. de Econometria, 1983. pp. 525-72.
246

———. Alguns problemas metodológicos na construção de modelos econômicos. *R. da ANPEC — Economia*, Brasília, 5 (6) :42-6, set. 1982.
247

Ver também: 416

BÉRNÍ, Duílio de Ávila (FEE — Fund. de Econ. e Estatística). Revisão da tradução do artigo "O objeto e método da economia", de Oskar Lange / Co-tradutores: Achyles Barcelos da Costa, Pedro Silveira Bandeira e Suzi de Ávila Béрни. — Concluído em maio de 1983. 248

———. Revisão da tradução do artigo "O renascimento da economia política", de Edward Nell. — Concluído em setembro de 1983. 249

———. Robinson de Hymer : algumas considerações / Co-autor: Adalberto Alves Maia Neto. *Lit. Econ.*, Rio de Janeiro, 5 (5) :541-50, set./out. 1983. 250

———. Tradução do artigo de Stephen Hymer "Robinson Crusoe e o segredo da acumulação primitiva" / Co-tradutor: Adalberto Alves Maia Neto. *Lit. Econ.*, Rio de Janeiro, 5 (5) 83. 251

GARLOW, David C. (IEPE/UFRGS). *Keynes : o investidor*. — Porto Alegre : Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas/UFRGS, 1983. — (Semana Marx-Keynes, texto n. 10). 252

SILVA, Adroaldo Moura da (FIPE/USP). Keynes e a teoria geral. — In: Keynes, J. M. — *Teoria geral do emprego do juro e da moeda: inflação e deflação*. — São Paulo : Abril Cultural, 1983. — (Série os economistas). Trata-se do capítulo de apresentação da obra. 253

SMITH, Roberto (CAEN/UFCE). *Teoria do valor e "metafísica"*. — Término previsto: dezembro de 1984.

Resumo: pesquisa teórica dos aspectos da lógica hegeliana em Marx e análise do conteúdo metafísico da teoria do valor presentes na crítica de C. Castoriadis e J. Robinson a partir do texto de Rui Fausto. 254

TEIXEIRA, Joanílio Rodolpho (ECO/UnB). *Ideologia e construção dos modelos econômicos*. — Concluído em agosto de 1983. A ser publicado pela Escola de Administração Fazendária em março de 1984.

Resumo: trata dos fundamentos da formulação de modelos no campo da política e programação econômica e de seus aspectos ideológicos. Enfatiza questões metodológicas e problemas gerais da modelagem de sistemas econômicos. Finalmente, apresentam-se algumas relações matemáticas entre modelos de inspiração marxista e keynesiana. 255

040 *História Econômica*

Ver também: 273; 403

AURELIANO, Liana Maria (DEPE/UNICAMP). *No limiar do Capitalismo : Brasil 1919/30*. — São Paulo : Brasiliense, 220 p. s/d. 256

DOWBOR, Ladislau (PUC/SP). *Formação do Terceiro Mundo*. — São Paulo : Brasiliense, 1982. 110 p. 257

MALDONADO Filho, Eduardo Augusto de Lima (FEE. Fund. de Econ. e Estatística). *As interpretações da evolução da economia brasileira no pós-64 : uma revisão crítica*. — Concluído em novembro de 1982. Resumo: este trabalho examina, de forma crítica mas breve, as principais interpretações do movimento cíclico recente da economia brasileira, procurando identificar os mecanismos básicos de explicação da dinâmica cíclica subjacente a estas interpretações, e que se constituem nas determinantes básicas das crises do capitalismo. Além disso, procura também delinear uma versão alternativa de explicação deste movimento cíclico na qual tanto a crise do período 1962/67 como a atual aparecem como manifestações distintas da dinâmica cíclica de uma economia contarista (movimento da lucratividade do sistema); com isso procurou-se estabelecer os limites da política econômica enquanto elemento determinante do movimento cíclico da economia. 258

100 CRESCIMENTO ECONÔMICO; DESENVOLVIMENTO; PLANEJAMENTO; CICLOS

110 *Crescimento Econômico; Desenvolvimento; Teoria e Política de Planejamento*

Ver também: 255; 368

ARAÚJO, Aloisio Barbosa de (INPES/IPEA). 30 anos de BNDES : avaliação e rumos. In: SEMINÁRIO DE AVALIAÇÃO E RESUMOS: BNDES, 2. — Rio de Janeiro, 1982. 259

CASTRO, Stephen Anthony de (ECO/UnB). Comparison of turnpikes with consumption maximising sectoral growth paths for Jamaica, 1957/71. *J. of Development Economics*, v. 13, 1983, p. 145-95. 260

———. *Turnpikes and other optimal sectoral growth paths for Jamaica, 1957/66*. — Término previsto: maio de 1984. — Tese (DO) Univ. of West Indies, Jamaica. Orientador: A. A. Francis.

Resumo: o trabalho construiu e comparou os *turnpikes* (vias expressas) para a Jamaica com outros caminhos setoriais ótimos, como, por exemplo, consumo máximo ou produto máximo. A conclusão é o método de fechamento (*closure*) para determinar que demanda final é mais importante do que mudanças seriais observadas na tecnologia (A, B). 261

———. Turnpikes for small open economies : Jamaica, Minas Gerais, Novasotia, Puerto Rico, Trinidad & Tobago — a dynamic comparison of input-output structure. — In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA, (1982 : Águas de São Pedro). *Anais*. — Brasília : Sociedade Brasileira de Econometria, 1982. p. 90-111. 262

FERREIRA, Assuero (CAEN/UFCE). O Nordeste Brasileiro, contra-ponto inacabado de acumulação? *R. Econ. Política*, São Paulo, 3 (3) 83. 263

FONSECA, Marilio Santos (FCPERJ — Fac. Cândido Mendes). *O planejamento que nos convém : um marco de referência*. — Término previsto: março de 1984.

Resumo: abordagem de um léxico, de uma sintaxe, de um glossário e de uma linguagem próprios para o planejamento nacional. 264

———. *A problemática do desenvolvimento*. — Concluído em dezembro de 1983.

Resumo: comparação de três enfoques do desenvolvimento: o tradicional, o estrutural e o sistêmico. 265

———. *Os quatro regentes da conjuntura : sua economia e seu planejamento*. — Término previsto: julho de 1984.

Resumo: diferenciação da economia e do planejamento para as regiões, comunidades, empresas e governos. 266

MALDONADO Filho, Eduardo Augusto de Lima (FEE — Fund. de Econ. e Estatística). Notas sobre o modelo de crescimento a dois setores, a escolha das técnicas de produção e o fenômeno da reversão. *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 3 (2) 83. 267

SMITH, Roberto (CAEN/UFCE). Troca desigual : aspectos teóricos de uma controvérsia. *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, Cortez Ed., ano 2, número 5. 268

TEIXEIRA, Joaílio Rodolpho (ECO/UnB). Extensions of the Mahalanobis model for dynamic planning. — In: 1982 LATIN AMERICAN MEETING OF THE ECONOMETRIA SOCIETY. — México, 1982. p. 64. 269

———. *Programação do desenvolvimento no Brasil : teoria e prática*. — Término previsto: 1984.

Resumo: pesquisa ligada à utilização de matrizes de insumo-produto como instrumentos de planejamento econômico. Discute-se agregação de modelos lineares, atualização de matrizes de Leontief e problemas paralelos. 270

120 *Estudos de Desenvolvimento Econômico*

Ver também: 258

CHAHAD, José Paulo Zetano (FEA/USP). *Políticas econômicas, emprego e distribuição de renda na América Latina* / Co-autor Carlos Antonio Luque. — Término previsto: julho, 1984.

Resumo: investigação desenvolvida para o Programa de Estudos Conjuntos para la Integración Económica Latinoamericana (ECIEL), cuja temática é a avaliação do impacto de políticas econômicas selecionadas sobre o funcionamento do mercado de trabalho no Brasil. 271

DOWBOR, Ladislau (PUC-SP). *Crise : raízes internacionais e dinâmica interna*. — Concluído em agosto de 1983. 50 p.

Resumo: avaliação global da crise atual. 272

———. *Formação do capitalismo dependente no Brasil* — São Paulo : Brasiliense, 1982. 250 p. 273

———. *Introdução teórica à crise*. — São Paulo : Brasiliense, 1982. 150 p.
274

130 *Flutuações, Projeções Econômicas e Inflação*

Ver também: 321; 397; 412

BARBOSA, Fernando de Holanda (EPGE/FGV). *A inflação brasileira no pós-guerra : monetarismo X estruturalismo*. — Concluído em dezembro de 1982.

Resumo: o livro trata da experiência brasileira no pós-guerra, os mecanismos de convivência com a inflação. Vemos a visão monetarista do processo inflacionário, a visão estruturalista e falamos sobre as origens da inflação brasileira no pós-guerra, a evidência empírica e por fim chegamos ao sumário e conclusões. 275

———. *Inflação, taxa de juros e fenômeno da ultrapassagem*. *Est. Econ.*, São Paulo, jan./mar., 1982. 276

KADOTA, Decio K. (FIPE/USP). *Custos e inflação : teorias e medidas*. Concluído em outubro de 1983.

Resumo: a partir de um período amostral que inclui subperíodos sem e com correção monetária (1955/82), analisa-se o papel desse mecanismo dentro do processo inflacionário brasileiro, em termos dos seus impactos sobre o comportamento da taxa de inflação e dos preços relativos. 277

———. *Inflação e preços relativos : o caso brasileiro, 1970/79* / Co-autor: Adroaldo Moura da Silva. *Est. Econ.*, São Paulo, 12 (1)82. 278

SANT'ANA, José Antonio (ECO/UnB). *Perspectivas para a economia brasileira*. — Brasília : UnB/Depto. de Economia, 1982, 23 p. — (Texto de conjuntura ; 14). 279

SILVA, Adroaldo Moura da (FIPE/FEA/USP). *Inflação e preços relativos : medidas de dispersão* / Co-autor: Décio K. Kadota. *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 12 (1) 82. 280

———. *Reflexões sobre a crise : qual a saída de curto prazo*. — São Paulo : Editora Gazeta Mercantil, 1983. 281

200 ESTATÍSTICAS ECONÔMICAS

210 Métodos e Modelos Econométricos, Estatísticos e Matemáticos

Ver também: 270

BÉRNI, Duílio de Ávila (FEE — Fund. de Econ. e Estatística). *Uma estória introduzindo o conceito de elasticidade*. — Concluído em agosto de 1982.

Resumo: apresenta, com um exemplo fictício, o conceito da elasticidade de uma função. 282

———. *Números índices : conceitos e aplicações*. — Concluído em março de 1982.

Resumo: expõe o conceito de número índice e faz aplicações voltadas à contabilidade social. 283

HOFFMANN, Rodolfo (ESALQ/USP). *Análise de regressão : uma introdução à econometria* / Co-autora: Sonia Vieira. — 2. ed. — São Paulo : Hucitec, 1983. 379 p. 284

———. A decomposição do índice de Hirschman-Herfindahl. *R. de Econometria*, Brasília, 2 (2) 82. 285

———. Elasticidades de Engel para dispêndios familiares na cidade do Rio de Janeiro : outro método de estimação. *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 13 (1) 83. 286

———. *Raízes características de uma matriz e as propriedades das matrizes não-negativas*. — São Paulo : ESALQ/USP Departamento de Economia e Sociologia Rural, 1983. — (Série didática ; 44). 287

LANZER, Edgar Augusto (IEPE/UFRGS). *Programação linear : conceitos e aplicações*. — Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1982. 270 p. — (Série PNPE ; 4). 288

ROSSI, José W. (COPPE/UFRJ). Elasticidade de Engel para dispêndios familiares na cidade do Rio de Janeiro, outro método de estimação : comentários. *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 13 (1) 83. 289

- . The multinomial logit model for contingency table with income data of Brazil : a comparison of methods of estimation. — In: REGIONAL MEETING OF THE ECONOMETRIC SOCIETY, 4. Santiago, julho de 1983. 290

- . *As variáveis binárias em análise de regressão : teoria e aplicação*. Concluído em junho de 1983.

Resumo: texto didático. As variações binárias são utilizadas nos seguintes contextos: i) para captar mudanças nos parâmetros da regressão; ii) para dessazonalizar séries históricas; iii) em estudos de previsão; e iv) como variável dependente (modelo Logit). 291

- TEIXEIRA, Joanílio Rodolfo (ECO/UnB). Some problems of aggregation in input-output models revisited. — In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA (4. : Águas de São Paulo : 1982). *Anais...* — Brasília : Sociedade Brasileira de Econometria, 1982. p. 425-58. 292

220 Estatísticas Sócio-Econômicas

Ver também: 393; 409; 410; 461

- AZEVEDO, José Sergio Gabriel de (CME/UFBA). *Estruturas de consumo e transferência de mais-valia : uma tentativa de avaliação empírica*. — Término previsto: março de 1984.

Resumo: usando dados da Matriz de Relações Intersetoriais de 70 e várias especificações alternativas de estruturas de consumo, são calculados "preços" teóricos aproximadamente compatíveis com as formulações marxistas de valor trabalho e preço de produção. 293

- BÉRNI, Duílio de Ávila (FEE — Fund. de Econ. e Estatística). *Atualização do produto e renda do comércio de mercadorias do Rio Grande do Sul para 1981 e 1982*. — Concluído em julho de 1983.

Resumo: cálculo do valor adicionado do setor supra. 294

- . *Bibliografia sobre contabilidade social* / Co-autores: Adalberto Alves Maia Neto e Eliana Santos Figueiredo. — Concluído em agosto de 1982.

Resumo: levantamento bibliográfico nacional e estrangeiro sobre contabilidade social, nacional e regional. 295

———. *Comentários metodológicos sobre o cálculo de 1982 do PIB gaúcho*. — Concluído em março de 1983.

Resumo: crítica dos cálculos do PIB global e setorial, concernente aos cálculos do FEE para a série 1970/82. 296

———. *Contas nacionais na Revista Brasileira de Economia*. — Concluído em setembro de 1982.

Resumo: apresenta um estudo do conteúdo das publicações sobre contas nacionais na revista supra, referente ao período 1947/67 297

———. *Estimativa do valor agregado nominal da agricultura do Rio Grande do Sul para 1981*. — Concluído em março de 1983.

Resumo: cálculo do valor adicionado do setor supra. 298

———. *O produto interno bruto do setor alugueis do Rio Grande do Sul, 1970/81*. — Concluído em setembro de 1982.

Resumo: cálculo do valor adicionado do setor supra. 299

———. *Produto e renda dos "outros serviços" do Rio Grande do Sul, 1970/81*. — Concluído em setembro de 1982.

Resumo: cálculo do valor adicionado do setor supra. 300

———. *Sobre o método de cálculo da participação da renda gaúcha na brasileira*. — Concluído em fevereiro de 1983.

Resumo: discussão sobre as diferenças no cálculo dessa participação calculada em valores correntes e constantes. 301

DOWBOR, Ladislau (PUC-SP). *Fome : alguns dados básicos*. — Concluído em setembro de 1983. 30 p.

Resumo: avaliação global da situação de subnutrição no Terceiro Mundo, segundo os organismos oficiais (BM, OMS, FAO, UNICEFF, IBGE ...). 302

FARIA, Luiz Augusto Estrella (FEE — Fund. de Econ. e Estatística). *O valor agregado do setor terciário do Rio Grande do Sul: 1970/82* / Co-autores: Adalberto A. M. Neto et alii. — Término previsto: julho de 1984.

Resumo: cálculo do PIB e Renda Interna do Setor, subdividido em: Governo, Transportes e Comunicações, Comércio, Int. Financeiros, Aluguéis, Outros Serviços. A metodologia é de desenvolvimento próprio, guardando comparabilidade com as Contas Nacionais da FGV.

303

HOFFMANN, Rodolfo (ESALQ/USP). Distribuição da renda no Brasil, em 1980, por unidades da federação. *R. Econ. Política*, São Paulo, 3 (1) 83.

304

———. Distribuição da renda no setor primário da economia brasileira em 1970 e 1980 / Co-autora: Maria de Lourdes T. B. Wiendl. *Reforma Agrária* (Boletim da ABRA), 12 (4) 82.

305

LERDA, Juan Carlos (ECO/UnB). *A depreciação como fonte de poupança na economia brasileira : 1970/80*. Brasília : Dept. de Economia da Univ. de Brasília, nov. 1983. — (Texto para discussão ; 115).

306

———. *Estimativas da tendência do coeficiente médio capital/produto : Brasil 1970/80*. Brasília : Dept. de Economia da Univ. de Brasília, nov. 1983. — (Texto para discussão ; 114).

Resumo: estuda-se a validade do suposto convencional de um coeficiente médio capital/produto constante. Com base nos dados das Contas Nacionais, conclui-se que dito coeficiente não teria permanecido constante ao longo da década e que seu nível estaria situado no intervalo 3-3, 25 para o ano de 1980.

307

ROSSI, José W. (COPPE/UFRJ). Decomposição funcional do índice de Gini com dados de renda do Brasil. *R. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, 37 (3) 83.

308

———. O desempenho de duas funções de Lorenz com dados de renda do Brasil. *R. Bras. Econ.*, Rio de Janeiro, 36 (3) 82.

309

———. *A distribuição de renda em 1970 e 1980*. — Concluído em janeiro de 1983.

Resumo: apresenta uma comparação entre a distribuição de renda da PEA nos anos de 1970 e 1980, utilizando uma função recentemente proposta na literatura especializada para ajustar aos dados empíricos da renda.

310

- . Elasticidade de Engel para dispêndios familiares na cidade do Rio de Janeiro. *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 12 (2) 82. 311
- . Elasticidade de Engel para dispêndios familiares no município de São Paulo. *Est. Econ.*, São Paulo, 13 (3) 83. 312
- . *Elasticidade de Engel para dispêndios familiares nas principais capitais brasileiras*. — Concluído em agosto de 1983. 80 p.
- Resumo: estima as elasticidades de Engel para várias capitais com base nos dados da pesquisa Endef (IBGE) de 1974/75. Cerca de 23 itens de dispêndio são considerados para cada cidade. 313
- . *Índices de desigualdade de renda e medidas de concentração industrial : aplicação a casos brasileiros*. — Rio de Janeiro : Zahar, 1982. 156 p. 314
- . *Inequality in Brazil by various income recipient units : some comments*. — Concluído em novembro de 1983.
- Resumo: efetua comentários sobre a trajetória incomum para o índice de Gini quando são consideradas, respectivamente, a distribuição das famílias de acordo com a renda familiar e a renda *per capita* das famílias, e a distribuição dos indivíduos de acordo com a renda *per capita* das famílias. 315
- . *Inequality changes in Brazil with a newly proposed decomposition of the Gini index*. — Concluído em dezembro de 1983.
- Resumo: aplica uma decomposição setorial (urbano *versus* rural) recentemente proposta na literatura para avaliar mudanças no índice de Gini entre 1970 e 1980. A aplicação é efetuada tanto para o Brasil como um todo como para três grandes regiões (Sudeste, Nordeste e fronteira). 316
- . O menor da concentração de Gini aplicado a dados de distribuição de renda no Brasil. *Est. Econ.*, São Paulo, 12 (2) 82. 317
- . O modelo Logit Multinomial para tabela de contingência com dados de renda do Brasil. — In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA (4. : Águas de São Pedro : 1982). *Anais...* — Brasília, 1982. 318
- . A progressividade do IRPF e o seu efeito redistributivo. *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 13 (3) 83. 319

300 TEORIA E INSTITUIÇÕES MONETÁRIAS E FISCAIS

- OLIVEIRA, João do Carmo (ECO/UnB; CENDEC/IPEA). Mensuração ao déficit do setor público e do crédito interno líquido no Brasil / Co-autora: Maria da Conceição Silva. — In: CONGRESSO DA ANPEC (11. : Belém : dezembro de 1983). *Anais...* 320

310 Teoria e Instituições Monetárias e Financeiras

- CASTAN, Nelson (FEE — Fund. de Econ. e Estatística). *Moeda e inflação : uma aproximação clássica à experiência brasileira*. — Término previsto: junho de 1984.

Resumo: procura-se entender o processo inflacionário a partir da relação entre valor (tempo de trabalho socialmente necessário) e massa monetária criada, seja através do Estado, seja via crédito. Em um contexto de papel-moeda não-conversível várias modalidades de antecipação de valor futuro não se verificam efetivamente, enquanto a moeda correspondente permanece em circulação. 321

- CARLOW, David C. (IEPE/UFRGS). *Concorrência entre fundos mútuos de renda fixa*. — Término previsto: dezembro, 1984.

Resumo: examina a influência de rentabilidade, liquidez e promoção na captação dos fundos mútuos. 322

- OLIVEIRA, João do Carmo (ECO/UnB; CENDEC/IPEA). Os limites das fontes de financiamento à agricultura no Brasil / Co-autor: Roberto M. Silva Montezano. *Est. Econ.*, São Paulo, 12 (2):139-59, ago. 1982. 323

- SANT'ANA, José Antonio (ECO/UnB). *As taxas de juros no Brasil*. — Brasília : UnB, 1982. 73 p. (Texto de conjuntura ; 11). 324

- SILVA, Adroaldo Moura da (FIPE/FEA/USP). *Intermediação financeira*. — A ser publicado na série Relatórios de pesquisa, 16. 1983. 325

- . *The 432 effect : dollar debts and interest rates in Brazil* / Co-autor: Rudiger Dornbusch. — Concluído em novembro de 1983. 326

Ver também: 411

BRAGA, Helson Cavalcante (FUNCEX). Revisão do sistema tributário .
uma proposta / Co-autores: Carlos Longo e Paulo Rabello de Castro.
Conjuntura Económica, 36 (8) 82. 327

KADOTA, Décio K. (FIPE/USP). A distribuição de renda e o sistema
tributário no Brasil / Co-autores: Ibrahim Eris *et al.* — In: *Finanças
Públicas*. — São Paulo : FIPE/Pioneira, 1983. 198 p. 328

PINTO, Maurício Barata de Paula (FIPE/USP). Rumo a uma reforma
tributária : tributação do comércio exterior. — In: *Finanças Públicas*.
— São Paulo : FIPE/Pioneira, 1983. p. 165-93. 329

SANSON, João Rogério (PIMES/UFPE). *Análise de políticas fiscais num
modelo macroeconómico desagregado*, Patrocinada pelo CNPq. —
Término previsto: maio de 1984.

Resumo: análise comparativa dos efeitos de diferentes impostos no
contexto de um modelo macroeconómico desagregado. Os impostos
indiretos têm os seus efeitos considerados via preços. 330

———. Da determinação de funções económicas entre diferentes níveis
de governo. — In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA (10.
: 1982 : Águas de São Pedro). *Anais...* — Brasília : ANPEC. p. 939-51.
331

VARSANO, Ricardo (INPES/IPEA). *As definições e as indefinições do
ICM*. — Concluído em junho de 1983.

Resumo: análise das características do ICM e das diferenças entre
este e um imposto sobre valor adicionado teórico. O título acima é
provisório. 332

———. *O sistema tributário brasileiro* / Co-autora: Eliane Seigneur
Lezan. — Término previsto: junho de 1984.

Resumo: análise da reforma tributária da década de 60 e da evolu-
ção do sistema tributário até o presente. O título acima é provisório.
333

———. *A tributação das atividades comerciais* / Co-autor: Fernando A. Rezende da Silva. — Concluído em fevereiro de 1982.

Resumo: estudo das cargas tributárias incidentes sobre os diversos ramos do comércio e análise do problema da tributação das empresas de pequeno porte. 334

400 ECONOMIA INTERNACIONAL

410 *Teoria do Comércio Internacional*

Ver também: 274

CASTAN, Nelson (FEE — Fund. de Econ. e Estatística). Notas sobre concorrência capitalista e subdesenvolvimento. — In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA (10. : 1982 : Águas de São Pedro). *Anais...* — Brasília : ANPEC. 335

PINTO, Maurício Barata de Paula (FIEP/USP). *A teoria ricardiana do crescimento, da distribuição do valor e do comércio internacional*. — Concluído em agosto de 1983.

Resumo: mostramos como os termos de troca podem ser determinados em um modelo ricardiano e que os ganhos do comércio são divididos assimetricamente entre os países que dele participam. 336

420 *Relações de Comércio, Política Comercial, Integração Econômica*

Ver também: 329; 415

BRAGA, Helson Cavalcanti (FUNCEX). *Balança comercial, preços relativos e a relação câmbio/salário no Brasil : 1973/82*. / Co-autores: Flávio P. Castello Branco e Pedro S. Malan. — Rio de Janeiro : IPEA/INPES, set. 1983. — (Texto para discussão interna ; 58). 337

———. *Câmbio e salários devem ser articulados* / Co-autor: Flávio P. Castello Branco. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, 37 (12) 83. 338

- . *Funções de oferta e de demanda das exportações de manufaturados no Brasil : estimativa a um modelo simultâneo* / Co-autor: Ricardo A. Markwald. — Rio de Janeiro : IPEA/INPES, jul. 1983. — (Texto para discussão interna ; 57). 339
- . A proteção efetiva proporcionada à indústria brasileira pelos custos de transportes e pelas tarifas / Co-autor: Edson Guimarães. *Est. Econ.*, São Paulo, 12 (3) 82. 340
- . Proteção à indústria mediante tarifas e custos de transporte / Co-autor: Edson P. Guimarães. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, 36 (3) 82. 341
- LERDA, Juan Carlos (ECO/UnB). *Urbanización, alimentación y nutrición en Brasil : las restricciones del sector externo*. — Brasília : Dept. de Economia da Univ. de Brasília, jun. 1983. — (Texto para discussão ; 99). — Texto solicitado pela FAO para a 1.^a Consulta Regional de Expertos de América Latina. 342
- Resumo: síntese e consolidação de vários aspectos e informações vinculadas ao tema. Analisa e sustenta a hipótese de que a atual política econômica, no referente ao setor externo, conduz a uma situação de dependência alimentar na qual o país termina sendo importador líquido de alimentos.
- PINTO, Maurício Barata de Paula (FIPE/USP). *Efeitos alocativos da política de promoção de exportações : uma reavaliação*. — Concluído em 1983. 343
- Resumo: reestimamos as taxas de CRD para exportações brasileiras, mostrando que é possível definir limites superiores e inferiores para essas taxas.
- . Política cambial, política salarial e o potencial das exportações de manufaturados no Brasil no período 1954/74. *R. de Econometria*, Brasília, 1983. p. 87-104. 344

430 *Balço de Pagamentos, Finanças Internacionais*

Ver também: 272

- PINTO, Maurício Barata de Paula (FIPE/USP). *Exportações brasileiras de manufaturados : crescimento e mudança de estrutura*. — São Paulo : FIPE/USP, 1983. 174 p. — (Série ensaios econômicos). 345

———. *A interdependência entre quantidades e preços de exportações e a taxa de utilização de capacidade.* — Concluído em 1983.

Resumo: usamos a análise fatorial como instrumento para orientar a especificação de um modelo de comportamento das exportações de manufaturados. 346

SANT'ANA José Antonio (ECO/UnB). *A crise da economia mundial.* R. da ANPEC, Brasília, 5 (6) :16-21, set. 1982. 347

———. *A dívida externa brasileira.* — Brasília : Dept. de Economia da Univ. de Brasília, 1982. 30 p. — (Texto de conjuntura ; 12). 348

———. *Euro-currency borrowing and economic growth : a case study of Brazil 1964/74.* — A ser publicado por Gower Publishing, Aldershoe, Hampshire, Inglaterra. 349

440 Investimentos Internacionais e Ajuda Externa

DOWBOR, Ladislau (PUC/SP). *Transferência de tecnologia.* — Concluído em setembro de 1983. 40 p.

Resumo: avaliação da evolução recente da transferência de tecnologia nas relações Norte-Sul: formas, custos e tendências. 350

SANT'ANA, José Antonio (ECO/UnB). *As condicionalidades dos empréstimos do FMI.* — Brasília : MIC/ANPEC, 1983. 15 p. — (Relatório de pesquisa). 351

———. *A experiência recente dos países subdesenvolvidos com a renegociação da dívida externa.* — Brasília : MIC/ANPEC, 1982. 18 p. — (Relatório de pesquisa). 352

———. *The industrialisation of less developed countries* / Co-autores: Colin Kirk Patrick and Fred Nixon. — Manchester : Manchester Univ. Press, 1983. 231 p. 353

———. *Investimentos externos no Brasil : capitais de risco X capitais de empréstimo.* — Brasília : MIC/ANPEC, 1983. 18 p. — (Relatório de pesquisa). 354

600 ORGANIZAÇÃO INDUSTRIAL; MUDANÇA TECNOLÓGICA;
ESTUDOS INDUSTRIAIS

ROSSI, José. (COPPE/UFRJ). *Relação entre a concentração agregada, a concentração nos mercados e a diversificação industrial.* — Concluído em outubro de 1983.

Resumo: discute a relação entre essas três medidas com base num artigo recente na literatura. Indica como poderiam ser utilizadas no caso do Brasil. 355

610 *Organização Industrial e Política do Governo*

Ver também: 424; 425; 431; 438; 459

BARROS, José Roberto Mendonça de (FIEP/USP; IPT S.A.). *A política da industrialização do Nordeste em face da crise econômica brasileira* / Co-autor: Antonio Carlos Filgueira. — Término previsto: dezembro de 1983.

Resumo: o trabalho básico refletiu sobre as possíveis modificações na política industrial para a região Nordeste, tendo em vista seu estágio relativo de desenvolvimento e as limitações mais gerais da crise atual. 356

BRAGA, Helson Cavalcanti (FUNCEX). *Dilemas da política industrial* / Co-autor: João Luiz Mascolo. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, 36 (10) 82. 357

———. *Mensuração da concentração industrial no Brasil* / Co-autor: João Luiz Mascolo. *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 12 (2) 82. 358

———. *Política industrial: conjuntura exige mudança. Rumos do Desenvolvimento*, 7 (38) 82. 359

———. *La protección de las marcas en el Brasil* / Co-autor: Hissao Arita. — *R. del Derecho Industrial*, n. 14, mayo/ago. 1983. 360

CALABI, Andrea Sandro (FIEP/USP). *Política de rendimento e controle de preços industriais* / Co-autor João Sayad. — Concluído em 1982. 361

CASTRO Jr., Newton Rabello de (INPES/IPEA). *Joint supply of transportation services and economic efficiency*. — Concluído em maio 1983. — Tese (DO) Massachusetts Inst. of Technology. Orientador: Clifford Winston.

Resumo: análise do comportamento, desempenho e condições de eficiência em sistemas de transporte com mais de um segmento de oferta, impacto da incerteza. Modelo empírico de exemplificação. 362

———. *Substituição entre modo de transporte e armazenagem e suas implicações*. — Término previsto: dezembro de 1983.

Resumo: análise das possibilidades de substituição entre modo de transporte e armazenagem em um corredor de exportação de farelo de soja. Modelo teórico das escolhas dos usuários. Modelo estatístico de escolha modal e de tempo de armazenagem no porto. 363

———. *Transporte de carga : um paradigma e a questão energética*. — Concluído em setembro 1983.

Resumo: resenha das possibilidades de substituição de energia em transporte e suas relevâncias como possíveis áreas de pesquisa. 364

HOLLANDA Filho, Sergio Buarque de (FEA/USP). *Estrutura industrial no Brasil : concentração e diversificação*. — Concluído em dezembro de 1982. — Tese (DO). Orientador: João Sayad.

Resumo: estudo de características estruturais da indústria brasileira, a partir de informações das declarações para o IPI dos estabelecimentos industriais para o ano de 1974. 365

LEPECKI, Jerzy Zbigniew Leopold (CEPEL/ELETROBRAS). *Electric power R&D in a predominantly hydroelectric nation : the case of CEPEL* / Co-autor Acher Mossé. — Japão : Japan IERE Council, April 1982. 366

OLIVEIRA, José Carlos de (ECO/UnB). *Controle e avaliação de desempenho das empresas públicas*. — In: SEMINÁRIO SOBRE PLANEJAMENTO E CONTROLE DAS EMPRESAS PÚBLICAS. — (Brasília: agosto 1983) Patrocínio CEPAL e IPEA. 367

620 *Mudança Tecnológica*

Ver também: 350; 379; 392

ARAUJO, Aloisio Barboza de (INPES/IPEA). Atuação do BNDES no campo da tecnologia. *Rumos*, 6 (35) 82. 368

ARAÚJO, José Geraldo Fernandes de (UFV). Adoção de tecnologia e eficiência da exploração leiteira no município de Leopoldina, Minas Gerais / Co-autores: Dilson Seabra Rocha *et alii*. *R. Ceres*, Viçosa, 29 (161) :60-72, 1982. 369

———. Características tipológicas dos produtores de leite do município de Leopoldina, Minas Gerais / Co-autor: Dilson Seabra Rocha *et alii*. *R. Ceres*, Viçosa, 29 (161):44-59, 1982. 370

———. *Integração pesquisa/extensão no processo de difusão das inovações tecnológicas* / Co-autor: Geraldo Magela Braga. — Término previsto: dezembro de 1984.

Resumo: o objetivo deste trabalho é identificar as principais causas que interferem na relação pesquisa/extensão, bem como no processo de difusão das tecnologias geradas pelo Centro de Pesquisa. 371

CRUZ, Hélio Nogueira da (FIPE/USP). *Mudança tecnológica no setor metal mecânico do Brasil : resultados de estudos de casos*. — Tese (LD). 372

Resumo: sumaria e consolida vários estudos de caso do setor metal mecânico do Brasil, efetuados com a ótica de desenvolvimento tecnológico. 372

———. *Recessão e mudança tecnológica no setor industrial*. — São Paulo : FIPE, 1983. (FIPE/USP. Relatório de pesquisas). 373

630 *Estudos Industriais*

Ver também: 243; 372

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo (ESALQ/USP). A indústria de alimentos em São Paulo : tendências recentes / Co-autor: Cicely Moitinho Amaral. *O Solo*, v. 75, 1983. 374

CALABI, Andrea Sandro (FIEP/USP). *Price formation in Brazilian industry*. — Concluído em 1982. — Tese (DO). 375

CASTAN, Nelson (FEE. Fund. de Econ. e Estatística). *A produção gaúcha na economia nacional : uma análise da concorrência intercapitalista*. Tomo I: Proposta teórica e análise da indústria / Co-autor: Pedro Bandeira. — Porto Alegre : Fundação de Economia e Estatística, 1983. 91 p. 376

FERREIRA, Assuero (CAEN/UFCE). *Custos do trabalho e absorção de mão-de-obra na indústria de transformação do Nordeste*. — Fortaleza : CAEN/UFCE, 1982. — (Série relatórios de pesquisa ; 22). 377

HOLLANDA Filho, Sergio Buarque de (FIEP/USP). *Concentração e taxa de lucro na indústria brasileira*. — Concluído em dezembro de 1983.

Resumo: análise da relação entre concentração e taxa de lucro a nível de indústria para o caso brasileiro. 378

PAGNANI, Eolo Marques (DEPE/UNICAMP). *A influência da tecnologia nos custos das pequenas e médias empresas industriais*. — Término previsto: 1.º semestre de 1985. — Tese (LD).

Resumo: análise do processo de absorção de tecnologia pelas PME e suas implicações na produtividade, custos e formação dos preços. Especial ênfase no estudo da pequena e média indústria no regime de complementaridade. 379

700 AGRICULTURA; RECURSOS NATURAIS

MUELLER, Charles Curt (ECO/UnB). O Estado e a expansão da fronteira agrícola na Amazônia brasileira. — In: SEMINÁRIO EXPANSÃO DA FRONTEIRA E MEIO AMBIENTE (Brasília: 1981). *Anais...* — Brasília : UnB/Dept.º de Economia, 1982. A versão revista é publicada em *Estudos Econômicos*, São Paulo, 13 (3) 83. 380

PESSOA, Dirceu (Fund. Joaquim Nabuco). *Transposição do rio São Francisco : a dimensão sócio-econômica* / Co-autores: Clóvis Cavalcanti et alii. — Versão preliminar. Estudo encomendado pelo Departamento Nacional de Obras de Saneamento — DNOS.

Resumo: interpretação do ambiente agro-sócio-econômico subjacente onde o projeto pretende se inserir, referenciada pelas questões que o projeto se propõe a resolver e pelas suas características específicas.
381

710 Agricultura

Ver também: 298; 323; 369; 370; 446; 447; 449; 465; 468

ARAÚJO, José Geraldo F. de (UFV). *O desempenho da pecuária leiteira na Zona da Mata de Minas Gerais* / Co-autor: Roberto Maciel Cardoso. — Término previsto: dezembro de 1983.

Resumo: o objetivo deste trabalho é verificar o desempenho da pecuária leiteira regional quanto aos aspectos técnicos de manejos e as implicações econômicas decorrentes na tentativa de caracterizar os diversos pontos que estrangulam sua modernização, bem como sugerir modificações para sua melhoria.
382

BARROS, Geraldo Sant'Ana de Camargo (ESALQ/USP). *Análise do mercado de trabalho na agricultura brasileira* / Co-autores: Cicely Moitinho Amaral e Vera Lúcia de Barros Amaral. *R. Econ. Rural*, Brasília, v. 21, 1983.
383

BARROS, José Roberto Mendonça de (FIPE/USP; IPT S.A.). *Avaliação e perspectivas do comportamento da demanda de fertilizantes* / Co-autores: Augusto César de Monteiro Soares e Antonio J. B. do Carmo. *R. Econ. Rural*, Brasília, 21 (1) 83.
384

———. *Política e desenvolvimento agrícola no Brasil*. *R. de Econ. Rural*, Brasília, 20 (2) 82. Número especial.
385

CAMPINO, Antonio Carlos Coelho (FIPE/USP). *Decomposição das margens de comercialização de alimentos básicos* / Co-autora: Denise C. Cyrillo. — Término previsto: março de 1984.

Resumo: visa estudar como se compõe as margens do atacadista e do varejista de arroz e feijão no município de São Paulo, no ano de 1983 e também reconstitui as informações agregadas disponíveis para o período de 1975/83.
386

CASTAN, Nelson (FEE — Fund. de Econ. e Estatística). A destruição da renda da terra e da taxa de lucro na agricultura: um comentário. *R. de Econ. Política*, São Paulo, 3 (1) 83. 387

ENGLER, Joaquim José de Camargo (ESALQ/USP). Produtividade do milho como consequência da tomada de decisão sob condições de risco na agricultura / Co-autores: Ângela Regina Pires Péres e Fernando Curi Péres. *R. de Econ. Rural*, Brasília, 20 (4) :587-603, 1982. 388

HOFFMANN, Rodolfo (ESALQ/USP). A concentração da produção agropecuária no Brasil / Co-autor: Luiz Artur Clemente da Silva. — In: ENCONTRO BRASILEIRO DE ECONOMETRIA PROMOVIDO PELA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMETRIA. (5: Belém do Pará, 1983). 389

———. Eucalyptus growth curves and the determination of the optimal cutting age / Co-autor Sonia Vieira. — In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE BIOMETRIA (11: Toulouse-França : 1982). Promovida pela Socied. Internac. de Biometria. 390

———. Evolução da desigualdade da distribuição da posse da terra no Brasil no período 1960/80. *Reforma Agrária* (Boletim da ABRA), 12 (6) 82. 391

———. *Inovações tecnológicas e transformações recentes na agricultura brasileira* / Co-autores: Angela A. Kageyama et alii. — Término previsto: maio de 1985.

Resumo: análise global da evolução das bases técnicas da agricultura brasileira e de suas desigualdades regionais no período 1960/80, considerando os seguintes aspectos: estrutura fundiária, uso da terra, tecnologia adotada, relações e processo de trabalho, relações com o mercado e agroindústrias. 392

———. *Modernização da agricultura e distribuição da renda no Brasil* / Co-autora: Angela A. Kageyama. — Término previsto: junho de 1984.

Resumo: utilizando dados dos censos agropecuários, serão obtidas, através de análise fatorial, medidas do grau de modernização da agricultura nos vários estados. A seguir será analisada a relação entre modernização e desigualdade da distribuição de renda na área rural. 393

IRMÃO, José Ferreira (PIMES/UFPE). *Agricultural policy and capitalist development in Northeast Brazil*. — Concluído em dezembro de 1983. — Tese (DO). Orientador: David E. Goodman.

Resumo: tese de doutorado apresentada à Universidade de Londres. Analisa o processo de transição de uma economia agrária para uma economia denominada por relações de produção capitalistas, enfatizando a ação do Estado e a atividade de diversos tipos de capitais. 394

———. Estrutura agrária, produção e emprego rural / Co-autor: Yony Sampaio. — In: JATOBÁ, Jorge, org. — *Emprego rural no Nordeste : 1950/80*. Recife: Ed. Massangana, 1983. p. 41-214. 395

———. Estrutura agrária, produção e emprego rural no Nordeste / Co-autor: Yony Sampaio. — In: *Capitalismo e força de trabalho*. — Salvador : Mestrado em Ciências Sociais da Univ. Federal da Bahia, 1983. p. 131-166. 396

KONZEN, Otto Guilherme (IEPE/UFRGS). O desempenho das cooperativas agrícolas do Paraná : aplicação de um modelo tridimensional de avaliação / Co-autor: Zung Che Yee. *Perspectiva Econômica*, São Leopoldo, Univ. do Vale do Rio dos Sinos, a. 14, v. 9, n. 23. 397

———. Estrutura da produção e da renda agrícola em diferentes grupos de estabelecimentos rurais no Brasil : subsídios para política agrícola / Co-autor: Humberto Vendelino Richter. *R. de Econ. Rural*, Brasília, 20 (2) 82. 398

MUELLER, Charles Curt (ECO/UnB). *Estudo sócio-econômico da agropecuária da região geoeconômica de Brasília* / Co-autor: Jorge M. Nogueira. — Término previsto: 1985.

Resumo: exame dos impactos do processo de ocupação e das mudanças tecnológicas recentes sobre a agropecuária da região de cerrados que compõe a região geoeconômica de Brasília. 399

———. Formulação de políticas agrícolas. *R. Econ. Política*, São Paulo, 2 (1) :89-122, 1982. 400

———. Gênese da estratégia agrícola no Brasil : uma interpretação. — In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA (11.: Belém: 1983).

Anais... — Brasília : ANPEC, 1982. p. 93-126. Também publicado pela UnB em 1982 na série textos para discussão; 104. 401

———. *Modernização agrícola, preços relativos e desemprego rural : um exame crítico de abordagens neoclássicas.* — Brasília : UnB, 1983. 19 p. — (Notas para discussão ; 23). 402

———. *Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial : um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil.* — Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1983. — (Série PNPE ; 9). 403

———. *A pesquisa em economia agrícola: estado atual e perspectivas.* — Brasília : Univ. de Brasília, junho 1982. 66 p. — (Textos para discussão ; 90). Versão preliminar. A versão definitiva foi feita para o projeto *Avaliação e perspectivas da pesquisa*, do CNPq, cuja versão resumida foi publicada em *Difusão & Síntese*, Rio de Janeiro, n. 5, ago. 1983. 404

———. *A racionalidade, o poder e a formulação de políticas agrícolas no Brasil.* *R. de Econ. Rural*, Brasília, 21 (2) :157-72, 1983. 405

NORONHA, José Ferreira (ESALQ/USP). *Custo de produção de borracha natural em seringais nativos.* — Concluído em março de 1983.

Resumo: a produção de borracha nos seringais nativos é essencialmente extrativista. As relações de trabalho deixam o seringalista com o duplo poder de monopólio na venda de suprimentos e na compra da borracha dos seringueiros, tornando-se difícil, com isto, qualquer política de redução dos custos de produção. 406

———. *Planejamento de propriedade agrícola : modelos de decisão.* Capítulo I / Coordenação de E. Contini. — Concluída; livro no prelo.

Resumo: o Capítulo I deste estudo apresenta os principais conceitos de economia da produção utilizado nos trabalhos de análises econômicas de experimentos agrícolas. Seu objetivo é tornar a linguagem econômica acessível aos pesquisadores da área de fertilidade dos solos. 407

———. *O sistema de avaliação econômica de projetos agropecuários na política brasileira de crédito rural.* — Concluído em abril de 1982. — Tese (LD).

Resumo: desde o início da política de crédito rural subsidiado, o Banco Central exigia do fazendeiro a apresentação de projetos que demonstrassem a viabilidade econômica dos investimentos. Entretanto, nunca se levou a sério o papel central desta política, que seria a seleção de projetos economicamente viáveis. Este é o tópico principal do estudo. 408

OLIVEIRA, João do Carmo (ECO/UnB; CENDEC/IPEA). Medida da transferência de renda do setor agrícola : Brasil 1950/74. — In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMETRIA (5.º dez, 1983 : Belém). *Anais...* 409

———. *Resource transfers from agriculture in Brazil*. — Brasília : Dept. de Economia da UnB, 1983. — (Textos para discussão ; 98). Trabalho apresentado no IV Congresso Regional de Econometria da “Sociedade Econométrica Internacional, seção Latino-Americana”, Santiago do Chile, junho de 1983. 410

REZENDE, Gervásio Castro de (UFF; INPES/IPEA). Crédito rural subsidiado e preço da terra no Brasil. *Est. Econ.*, São Paulo, 12 (2) 82. 411

———. *Estocagem e variação estacional de preços : uma análise da política de crédito de comercialização (EGF)*. — Concluída em novembro de 1983.

Resumo: discute o efeito da concessão de financiamento governamental (EGF) dentro da política de preços mínimos, para comercialização de produtos agrícolas. 412

———. Mudanças na política agrícola e estrutura agrária. — In: DIAS, G. L. S. & LOPES, M. R., eds. — *Seminário de Política Agrícola : Coletânea de Artigos Técnicos*. — Brasília : Comissão de Financiamento da Produção, 1982. p. 57-67. 413

———. Política agrícola, preço da terra e estrutura agrária. *R. de Econ. Rural*, Brasília, v. 20, 1982, p. 73-100. Número especial. 414

———. Setor externo e agricultura. *Lit. Econ.*, Rio de Janeiro, 5 (3) : 299-318, 1983. 415

———. Theodore W. Schultz. *Lit. Econ.*, Rio de Janeiro, 5 (6) 83. 416

VEIGA, José Eli (FEA/PUC-SP; FEA/USP). *O que é reforma agrária*. 3. ed. — São Paulo : Brasiliense, 1982. 88 p. 417

Ver também: 366

ARAUJO, Aloisio Barboza de (INPES/IPEA). Política ambiental no Brasil : uma avaliação preliminar. — Término previsto: janeiro de 1984.

Resumo: análise econômica e institucional dos instrumentos da política ambiental no Brasil. 418

BEHRENS, Alfredo (INPES/IPEA). Energy and output implications of income redistribution in Brazil. *Energy Economics*, Guilford, U. K., 6 (2) 84. 419

———. The potential energy impact of income redistribution and of rural-urban migrations in Brazil. — Tese (DO). Univ. of Cambridge. Orientador: Richard J. Eden, O. B. E., Professor. Concluída em julho de 1984. 420

CALABI, Andrea Sandro (FIPE/USP). *A energia e a economia brasileira : 1983...* / Co-autores: Eduardo Gianetti da Fonseca et alii; Coord. Andrea Sandro Calabi — São Paulo : Pioneira, 1983. 250 p. 421

———. Interações econômicas e institucionais no desenvolvimento do setor energético no Brasil. — Publicado em 1983 como *A energia e a economia brasileira* / Co-autores: Eduardo Gianetti da Fonseca et alii. — São Paulo : Pioneira, 1983. 422

LANZER, E. A. (IEPE/UFRGS). *A economia de um recurso natural não-renovável : o solo agrícola no sul do Brasil* / Co-autor: J. L. Mattuella. — Término previsto: maio de 1984.

Resumo: avaliação de medidas conservacionistas por programação dinâmica em cadeias de Markov, e elaboração de sugestões para uma política de uso dos solos na agricultura intensiva do Sul do Brasil. 423

LIMA, João Policarpo R. (PIMES/UFPE). O impasse do Proálcool : considerações sobre causas e efeitos / Co-autor: Abraham B. Sicsú. — In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA (10. : dez. 1982 : Aguas de São Pedro). *Anais...* — Brasília : ANPEC 424

———. *O programa nacional do álcool no Nordeste e a absorção de mão-de-obra.* — Concluído em abril de 1983.

Resumo: o trabalho faz parte da pesquisa *A ação do setor público e o mercado de trabalho no Nordeste*, elaborada no CME/PIMES/UFPE com recursos do Ministério do Trabalho. Analisa a geração potencial de empregos pelo Proálcool no Nordeste, partindo dos traços gerais da organização da produção de cana na região, estimando os empregos criados, bem como algumas implicações sobre as culturas alimentícias deslocadas com o avanço da cana. 425

ROSSI, José W. (COPPE/UFRJ). *As possibilidades de substituição entre os insumos energéticos na economia brasileira.* — Concluído em maio de 1983.

Resumo: estima as elasticidades de substituição e elasticidade-preço dos insumos energéticos primários, utilizando a função de custo translog. O período coberto vai entre 1973 e 1981. 426

730 *Geografia Econômica*

MUELLER, Charles Curt (ECO/UnB). Fronteiras, frentes e a evolução recente da ocupação da força de trabalho no Centro-Oeste. — In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA (10. : 1982 : Águas de São Pedro). *Anais...* — Brasília : ANPEC, 1982. p. 115-45. Publicado também por: (i) *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 13 (2) :619-60. ago. 1983; e (ii) pela UnB em 1982 na série Textos para discussão, 94. 427

800 *Mão-de-Obra; Emprego; População*

AGAREZ, Isis Carneiro (INPES/IPEA). *Pesquisa bibliográfica sobre emprego, mercado de trabalho, salário, educação e temas conexos.* — Sem previsão de término.

Resumo: atualização e complementação de cadastro de dados bibliográficos (organizados alfabeticamente por sobrenome dos autores), com enfoque especial no caso brasileiro. 428

PESSOA, Dirceu (Fund. Joaquim Nabuco). Estratificação social e vulnerabilidade à seca. *Boletim sobre População, Emprego e Renda no Nordeste*. Recife, 2 (1) 83. 429

810 *Treinamento e Alocação de Mão-de-Obra, Oferta de Mão-de-Obra e Força de Trabalho*

AGAREZ, Isis Carneiro (INPES/IPEA). Segmentación de la formación profesional en Brasil. *Boletín CINTERFOR/OIT*, v. 83, p. 17-43, jul./set. 1983. 430

820 *Mercado de Trabalho, Política de Governo*

Ver também: 271; 377; 427; 464; 465

CALABI, Andrea Sandro (FIPE/USP). *Ciclos da expansão industrial : impacto sobre emprego, produtividade, custos salariais e preços* / Co-autor: Carlos Antonio Luque. — Concluído em 1982. 431

CHAHAD, José Paulo Zeetano (FEA/USP). *Aspectos econômicos da implantação de um seguro-desemprego*. — Término previsto: dezembro de 1984.

Resumo: relatório de pesquisa para a FINEP. O trabalho divide-se em três partes. A primeira (já concluída) realizou extensa revisão do seguro-desemprego no panorama internacional no que diz respeito a seus principais detalhes. As demais, com conclusão prevista para 1984, concentrar-se-ão em examinar as implicações para a economia da adoção do seguro-desemprego e discuti-lo com relação a sua implementação no Brasil. 432

_____. Aspectos sobre o seguro-desemprego. *Análise Conjuntural do Emprego, Indicadores Diretos e Indiretos*, 5 (6)83. 433

_____. Evolução do salário real e do emprego no Brasil : 1981/82. *Informações FIPE*, São Paulo, n. 30, set. de 1982. 434

_____. Um perfil dos nossos desempregados. *Informações FIPE*, São Paulo, n. 40, jul./ago. 1983. 435

_____. Seguro-desemprego : uma necessidade urgente / Co-autora: Lenina Pomeranz. — In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMISTAS (5. : 15 a 18 de novembro de 1983 : Curitiba). *Anais* ... 436

IRMÃO, José Ferreira (PIMES/UFPE). Desenvolvimento regional e o emprego : o caso do Nordeste. — In: SEMINÁRIO SOBRE EMPREGO (1982). *Anais ...* — Brasília : Gráfica do Centro de Documentação e Informática do Ministério do Trabalho, 1982. p. 247-63.

437

———. *O programa de agroindústria no Nordeste e seu impacto sobre o mercado de trabalho.* — Concluído em março de 1983.

Resumo: analisa a ação do Estado para promoção do capital agroindustrial no Nordeste e o impacto da expansão agroindustrial sobre o mercado de trabalho rural.

438

———. O programa de áreas integradas no Nordeste-POLONORDESTE. — In: JATOBÁ, Jorge, org. — *Emprego no Nordeste : 1950-1980.* Recife : Editora Massangana, 1983. pp. 373-84.

439

KADOTA, Decio K. (FIEP/USP). Multiplicadores de emprego no Brasil / Co-autor: Eleutério F. S. Prado. *Pesq. Plan. Econ.*, Rio de Janeiro, 12 (1) 82.

440

MUELLER, Charles Curt (ECO/UnB). *A absorção de mão-de-obra em região pioneira : o caso do Centro-Oeste brasileiro* / Co-autores: Ricardo Roberto de Araújo Lima e Vania Lomônaco Bastos. — Término previsto: 1984.

441

SANSON, João Rogério (PIMES/UFPS). Emprego público no Nordeste (sumário). *Ciência e Cultura*, 34 (7), jul., 1982. Suplemento.

442

———. O setor público e a evolução do emprego no período 1950/80 / Co-autores: José Ferreira Irmão, Aldemir do Vale Souza e Leonardo Guimarães Neto. — In: JATOBÁ, Jorge, org. — *Emprego no Nordeste, 1950-1980 : modernização e heterogeneidade.* Recife : Editora Massangana, 1983. 536 p., p. 323-436.

443

830 *Sindicatos, Dissídios Coletivos, Relações de Emprego (Empregador-Empregado)*

CHAHAD, José Paulo Zeetano (FEA/USP). O FGTS e a produtividade de mão-de-obra : a evidência ao longo do tempo. *Análise Conjuntural do Emprego: Indicadores Diretos e Indiretos*, 4 (6) 82.

444

_____. O FGTS e a rotatividade de mão-de-obra decidida pelos trabalhadores. *Análise Conjuntural do Emprego: Indicadores Diretos e Indiretos*, 4 (6)82. 445

VEIGA, José Eli (FEA/PUC-SP; FEA/USP). Assalariados rurais : a precariedade do trabalho educativo. *Reforma Agrária*, Campinas, 12 (3) 82. 446

_____. *Pesquisas sobre mudanças nos padrões de consumo e de abastecimento da população assalariada no campo : uma região de expansão da agroindústria*. — Concluído em dezembro de 1982.

Resumo: caracterização das principais modificações das condições de reprodução da força de trabalho empregadas nos segmentos mais capitalizados da agricultura brasileira (estudo de caso). 447

840 *Demografia Econômica*

FERREIRA, Assuero (CAEN/UFCE). *Migração e força de trabalho no Estado do Ceará*. — Término previsto: fevereiro de 1984.

Resumo: analisa as migrações no Estado do Ceará, dando ênfase às migrações internas tanto no que se refere às formações dos fluxos quanto às características do migrante e suas inserções no mercado de trabalho. 448

850 *Capital Humano*

ENGLER, Joaquim José Camargo (ESALQ/USP). O capital humano na agricultura paulista. *Agricultura*, 2 (1) :1-7, 1982. 449

900 PROGRAMAS DE BEM-ESTAR SOCIAL; CONSUMO; ECONOMIA REGIONAL E URBANA

910 *Programas de Bem-Estar Social*

Ver também: 259; 444; 445

AGAREZ, Isis Carneiro (INPES/IPEA). *Sondagem de custos e fontes de financiamento em cursos de pós-graduação no Brasil : um estudo de casos*. — Concluído em janeiro de 1983.

Resumo: levantamento tentativo de dados junto a centros de pós-graduação — em universidades federais (UFCE, UFPE, UFRJ, UFSC) e particular (PUC-Rio) — para identificação de indicadores de custos e necessidades de infra-estrutura em pesquisa e ensino. 450

CAMPINO, Antonio Carlos C. (FIPE/USP). *Condições de emprego e nutrição* / Co-autor: N. C. B. Casseb. — São Paulo : Inst. de Pesquisas Econômicas da USP, 1983. — (Série relatórios de pesquisa ; 14). Edição revista do original concluído em 1977. 451

———. *Economia da alimentação e nutrição*. — São Paulo : Inst. de Pesquisas Econômicas da USP, 1983. 452

———. *Saúde em Rondônia* / Antonio Carlos C. Campino *et alii*. — Término previsto: maio de 1985.

Resumo: avaliação do Programa de Saúde em Rondônia que faz parte do Programa POLONORDESTE e que está sendo conduzido pelo SUDECO. 453

GARLOW, David C. (IEPE/UFRGS). *Uma análise econômica do dia nacional de vacinação contra a paralisia infantil*. — Concluído em março de 1983.

Resumo: os benefícios e custos sociais desse programa de saúde pública são medidos e comparados ao nível de grandes regiões no período 1980/90. 454

———. *Eficácia em promoção de aleitamento materno no Estado do Rio Grande do Sul*. — Término previsto: junho de 1984.

Resumo: baseado em pesquisas de campo, o trabalho mede o custo social de gerar meses adicionais de aleitamento materno. 455

———. A preliminary study of the demand for breastfeeding in Rio Grande do Sul. — In: ENCONTRO REGIONAL DE ECONOMIA DA REGIÃO SUL (1. : setembro 1982 : Porto Alegre). *Anais...* 456

OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto (INPES/IPEA). *Previdência, quo vadis?* / Co-autor: Afonso Sant'Ana Bevilaqua. *Conjuntura Econômica*, Rio de Janeiro, 37 (9) 83. 457

930 *Economia Urbana*

Ver também: 314; 358

FERREIRA, Assuero (CAEN/UFCE). *Pobreza urbana e distribuição de renda na região metropolitana de Fortaleza*. — Fortaleza : CAEN/UFCE, 1983. — (Série relatórios de pesquisa ; 24). 458

SMITH, Roberto (FIPE/USP; CAEN/UFCE). Tarifas de serviços de transporte urbano sob oligopólio. — In: *Custos de organização e finanças públicas* / Organizadores C. A. Longo e Juarez Rizzieri. — São Paulo : Inst. de Pesquisas Econômicas da USP, 1982. — (Série relatórios de pesquisa; 10). 459

940 *Economia Regional*

Ver também: 263; 268; 356; 376; 394; 437; 441

BÉRNI, Duílio de Ávila (FEE — Fund. de Econ. e Estatística). Uma análise da economia do RS, 1982 / Duílio de Ávila Béрни et alii. *Indicadores Econômicos RS*, Porto Alegre, 10 (4) 82. 460

CASTRO, Stephen Anthony de (ECO/UnB). *Um estudo quantitativo de estrutura regional : economia pequena como exportador significativo — o caso do Nordeste*. — Término previsto: julho de 1984.

Resumo: o trabalho usará as matrizes interindustriais do Nordeste e do Centro-Sul para achar os caminhos de crescimento balanceado máximo (de Von Neumann) como um método de comparação dinâmica da estrutura regional. 461

FARIA, Luiz Augusto Estrella (FEE — Fund. de Econ. e Estatística). Uma análise da economia : 1982 / Co-autores: Duílio de A. Béрни et alii. *Indicadores Econômicos RS*, Porto Alegre, 10 (4) 82. 462

———. A produção gaúcha na economia nacional : uma análise da concorrência intercapitalista, da Fundação de Economia e Estatística. (Resenha) *Ensaio FEE*, Porto Alegre, 4 (1) 83. 463

FERREIRA, Assuero (CAEN/UFCE). Elementos estruturais do subemprego no Nordeste brasileiro. *R. Econ. Nord.*, Fortaleza, 13 (4) 82. 464

KONZEN, Otto Guilherme (IEPE/UFRGS). *Produção de álcool : competição entre produtos e efeito emprego na agricultura do Sul do País* / Co-autor: Juvir Luis Mattuella. — Concluído em dezembro de 1983.

Resumo: o trabalho, utilizando programação matemática, estuda os efeitos indicados no título, enquanto podem ser previstos como decorrência da expansão na produção de álcool. 465

PESSOA, Dirceu (Fund. Joaquim Nabuco). *Proposta de política de desenvolvimento regional para o Nordeste* / Co-autores: Jorge Santana, Leonardo Guimarães e Mario Lacerda de Melo. — Concluído em versão preliminar; elaborado no âmbito do Grupo I do Projeto Nordeste — SUDENE.

Resumo: diagnóstico e estratégia de desenvolvimento regional em quatro pontos: exigência de qualificar o tipo de crescimento econômico; convivência com o fenômeno das secas periódicas; emprego rural e urbano; e erradicação da pobreza absoluta. 466

_____. *Um reexame da questão nordestina* / Co-autores: Leonardo Guimarães e Tânia Bacelar. — Versão preliminar.

Resumo: discussão, a nível técnico e político, sobre os problemas nordestinos atuais e sobre sugestões de medidas para o encaminhamento de sua solução. Estudo encomendado pela Fundação João Pinheiro. 467

REZENDE, Gervásio Castro de (UFF; INPES/IPEA). *Agrarian structure, production and employment in the Northeast Region of Brazil*. — Rio de Janeiro : IPEA/INPES, 1982. p. 41-80. — (Brazilian Economic Studies; 6). 468

SMITH, Roberto (FIPE/USP; CAEN/UFCE). *Caracterização teórica das disparidades regionais*. — Término previsto: junho de 1984. 469

_____. *Diferenças de produtividade, intensidade de capital e níveis salariais para caracterização das disparidades regionais* / Co-autor: Luis Ablas. — Fortaleza : CAEN-Mestrado em Economia, 1983. — (Textos para discussão ; 35). 470

LISTA DAS INSTITUIÇÕES

CAEN/UFCE

Centro de Aperfeiçoamento de Economistas do Nordeste — Universidade Federal do Ceará.

CENDEC/IPEA

Centro de Treinamento para o Desenvolvimento Econômico — Instituto de Planejamento Econômico e Social, Brasília.

CEPEL/ELETRORAS

Centro de Pesquisas de Energia Elétrica — Centrais Elétricas Brasileira S/A, Rio de Janeiro.

CME/UFBA

Curso de Mestrado em Economia. Faculdade de Ciências Econômicas — Universidade Federal da Bahia.

COPPE/UFRJ

Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia. Centro de Tecnologia — Universidade Federal do Rio de Janeiro.

DEPE/UNICAMP

Departamento de Economia e Planejamento Econômico. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas — Universidade Estadual de Campinas.

ECO/UnB

Departamento de Economia — Universidade de Brasília.

EPGE/FGV

Escola de Pós-Graduação em Economia — Fundação Getúlio Vargas.

ESALQ/USP

Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz — Universidade de São Paulo.

FCPERJ — Fac. Cândido Mendes.

Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro.
Sociedade Brasileira de Instrução, Rio de Janeiro.

FEA/UFF

Faculdade de Economia e Administração — Universidade Federal Fluminense.

FEA/USP

Faculdade de Economia e Administração — Universidade de São Paulo.

FEE — Fund. de Econ. e Estatística

Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre.

FIPE/USP

Instituto de Pesquisas Econômicas. Faculdade de Economia e Administração — Universidade de São Paulo.

FUNCEX

Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior, Rio de Janeiro.

FUNDAJ

Fundação Joaquim Nabuco, Recife.

IEPE/UFRGS

Centro de Estudos e Pesquisas Econômicas. Faculdade de Ciências Econômicas — Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

INPES/IPEA

Instituto de Pesquisas — Instituto de Planejamento Econômico e Social, Rio de Janeiro.

IPT S/A

Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo S/A.

PIMES/UFPE

Programa Integrado de Mestrado em Economia e Sociologia. Curso
de Mestrado em Economia — Universidade Federal de Pernambuco.

PUC-SP

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

UFV

Universidade Federal de Viçosa, Viçosa — MG.



Composto e impresso no
Centro de Serviços Gráficos
do IBGE, Rio de Janeiro - RJ.
— O. S. 24 195 —

outras publicações do ipea

Moeda e sistema financeiro no Brasil — André Franco Montoro Filho	Cr\$ 7.440
Análise macroeconômica: um texto intermediário — Edmar L. Bacha	Cr\$ 4.860
Estrutura industrial no Brasil: concentração e diversificação — Sérgio Buarque de Holanda Filho	Cr\$ 6.800
A inflação brasileira no pós-guerra: monetarismo versus estruturalismo — Fernando de Holanda Barbosa	Cr\$ 6.750
Das oligarquias agrárias ao predomínio urbano-industrial: um estudo do processo de formação de políticas agrícolas no Brasil — Charles C. Mueller	Cr\$ 9.370
O setor privado nacional: problemas e políticas para seu fortalecimento — Annibal V. Villela e Werner Baer	Cr\$ 6.810
Um modelo macroeconômico de política a curto prazo para o Brasil — Milton P. Assis	Cr\$ 8.460
Industrialização e desenvolvimento regional: a nova indústria do Nordeste — Antonio Rocha Magalhães	Cr\$ 8.000
Pesquisa e Planejamento Econômico (revista quadrimestral):	
Assinatura anual	Cr\$ 10.000
Número avulso	Cr\$ 5.000
Brazilian Economic Studies, n.º 6	Cr\$ 14.580

Literatura Econômica, vol. 6, n.º 3 (junho de 1984)

pedidos pelo reembolso postal:
serviço editorial — av. presidente antônio carlos, 51/13.º andar
— cep 20 020 — rio de janeiro (rj)

